UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

MOBILIZAÇÃO DO TRABALHO NA AMAZÔNIA
O Oeste do Pará entre Grilos, Latifúndios, Cobiças e Tensões

Maria da Conceição Araújo Castro

Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann

São Paulo, Junho de 2008

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

MOBILIZAÇÃO DO TRABALHO NA AMAZÔNIA
O Oeste do Pará entre Grilos, Latifúndios, Cobiças e Tensões

Maria da Conceição Araújo Castro

Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor.

São Paulo, Junho de 2008

DEDICATÓRIA

À **Sebastiana**, minha mãe (*in memoriam*), uma mulher otimista, generosa, mas sempre inconformada com as injustiças. Nutria grande paixão pela leitura e pela escrita e desde cedo me ensinou a lutar pelos meus ideais, sem jamais desistir.

Ao **Lourenço**, meu pai, homem simples, que considera a educação a maior herança que se pode deixar a um filho. E, nesse sentido, trabalhou arduamente para permitir que os meus primeiros passos fossem dados nessa direção.

AGRADECIMENTOS

Para a realização desta tese eu contei com a colaboração de muitas pessoas, que no curso de seu desenvolvimento, buscaram me motivar, forneceram dados e informações, me deram suporte nos momentos de ansiedade e pressão, indicaram fontes de pesquisa e me ajudaram nos processos de análise e reflexão. Agradeço, portanto, de forma indistinta a todas elas, e de modo especial, agradeço:

À minha família (pai, irmãos e sobrinhos) pelo incentivo, carinho, apoio e alegrias que me proporcionaram em todos os momentos.

Aos órgãos públicos de Santarém, de um modo geral, que por intermédio de suas Secretarias, órgãos de pesquisa, assessores, técnicos e demais funcionários me liberaram dados e informações relevantes.

Ao Raimundo Lourido e ao Marcílio da CDU de Santarém, pela paciência e disponibilidade dos mapas e textos sobre a realidade santarena.

À Tânia Amazonas, que apesar da exigüidade de seu tempo, e entre um compromisso e outro, me deu atenção e disponibilizou mapas da cidade e dados de sua pesquisa particular no processo de elaboração do site da Prefeitura de Santarém.

À Eunice Sena pela conversa em torno de fatos antecedentes de Belterra e Santarém, além das reflexões críticas sobre o desenvolvimento dos acontecimentos do momento.

Aos funcionários do INCRA em Santarém que me deram atenção nas diversas ocasiões que lá estive, disponibilizando informações e mapas.

Aos funcionários do PROVÁRZEA que me possibilitaram acesso às informações sobre a realidade varzeana de Santarém.

Ao ITERPA, em Belém, por me disponibilizar dados e mapas sobre o contexto fundiário do Estado do Pará, por intermédio da Dra. Luly e da Cristina Salim.

Ao Sindicato dos Trabalhadores de Santarém, na pessoa do Seu Peba, que foi muito solícito no fornecimento de informações, no contato com as lideranças e comunitários do PA Corta-Corda, além dos convites para participação nos encontros e oficinas, onde eram discutidas as questões e as reivindicações dos assentados.

À Eliete, ao Seu Leandro, à Dona Berenice pela acolhida em suas casas na Comunidade de União Corta-Corta, além de me conduzirem às casas dos comunitários do Corta-Corda e de Cícero Mendes para as entrevistas.

Aos comunitários de Cícero Mendes e União Corta-Corda pela paciência e disponibilidade de informações nos vários contatos para as entrevistas.

À Sara Pereira da FAMCOS, à professora Terezinha Amorim da Faculdade Tapajós e à professora Marília Correa do Colégio D. Amando e ULBRA, pelas entrevistas concedidas nos breves intervalos entre seus compromissos.

Ao escritor Éfrem Galvão, pelo acolhimento, pela entrevista e longas conversas em seu casarão, além dos livros autografados que me presenteou.

Ao Juarez Galvão e ao Jordan Galvão, pela grande ajuda que me deram com relação às informações e aos contatos em Santarém.

Ao amazonólogo Hélcio Amaral, pela paciência em me falar sobre os inúmeros fatos do presente e do passado santareno.

Ao Seu Heriberto e Dona Julce, por me acolherem em sua casa e pelas informações sobre o Bairro da Alvorada; e a sua filha Jucicléia de 11 anos que me levou de casa em casa, pela noite adentro para realizar as entrevistas.

Ao Domingos Pereira, coordenador local da CPT em Santarém pela entrevista e disponibilidade de informações sobre os conflitos de terra naquela região.

À tia Estela, pela acolhida e suporte na cidade de Santarém, nos diversos períodos que lá estive para realizar a pesquisa de campo, além dos meus primos Jarbas, Umbelino, Regis, Joelma, Claudia, Simone, Laura, Charles e o Gordo, pelo empenho, caronas, informações, textos e fotos para minha pesquisa.

Ao meu tio Neco e às primas Dalva e Cléia que me acolheram em Belterra e por toda ajuda que me proporcionaram.

À minha irmã Socorro que fez muitas andanças à UFPA para coletar informações para minha pesquisa.

Aos meus sobrinhos Andréa e Marquinho que me ajudaram nas pesquisas em bibliotecas e sebos na cidade de Belém, e a minha sobrinha Patrícia, que além de me ouvir pacientemente nos momentos de sufoco, me ajudou na conferência de vários dados.

Ao professor Ariovaldo de Oliveira e à Professora Margarida Andrade, pelas críticas e sugestões que foram de grande importância no Exame de Qualificação, além do que, me ajudaram no direcionamento da pesquisa.

Aos meus colegas e amigos do grupo de estudo Krisis/Exit com os quais convivi nas discussões e colóquios, e com os quais muito aprendi, o que contribuiu para o meu amadurecimento intelectual e processo de reflexão: Cássio, Carol, Carlão, Erick, Vicente, Fábio, André, Caio e Bete.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-graduação da Geografia: Jurema, Rosângela, Cida, Ana e Firmino, que foram sempre amáveis e prestativos nas minhas demandas.

Ao Cássio pela extrema ajuda com relação a esta tese, dando dicas, pontuando as reflexões e fazendo correções importantes.

Ao Vicente, pela paciência e disponibilidade, sempre que recorri a ele, fosse para leituras, sugestões e indicação bibliográfica.

Ao Paulo Noffs pelas críticas e ajuda na organização metodológica, naquilo que foi possível fazer, além de ter me ajudado na criação da capa desta tese.

Ao Rinaldo pela organização de mapas, tabelas e feitura de gráficos, sem os quais esta tese teria perdido muito na clareza e contextualização da área estudada.

Às minhas amigas Luiza e Shirlei, pois sempre que recorri a elas, estavam prontas para me ajudar, ainda que estivéssemos nos encontrando muito pouco em função dos nossos compromissos.

Aos professores Pepe e Eduardo, coordenadores da FATEF (Faculdade onde ministrou aulas), que me ajudaram no que foi possível com relação à disponibilidade de tempo, no decorrer deste semestre.

Finalmente, agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Heinz Dieter Heidemann, primeiro por ter acreditado no meu potencial quando fui aceita no curso de doutorado, apoiando a idéia do meu projeto, e posteriormente, não poupando críticas quando elas se fizeram necessárias e orientando sempre no processo de reflexão teórica, além de tentar “levar a calma” nos momentos de insegurança que nos ocorrem nas diversas etapas de construção de uma atividade de pesquisa da dimensão de uma tese.

RESUMO

Esta tese analisa a mobilização dos trabalhadores rurais no oeste do Estado do Pará, município de Santarém, que ocorre em função do processo de desenvolvimento das atividades produtivas em curso, tais como a extração da madeira, a pecuária e a produção de grãos (agronegócio). Na maioria das vezes, a realização dessas atividades tem como processo antecedente a grilagem das terras públicas, momento em que são utilizados mecanismos ilícitos e contundentes de apropriação privada dessas terras, tais como a utilização de documentos falsos, intimidação e violência. Os confrontos com as populações rurais que já habitavam há muito tempo àquela região, até mesmo por gerações, têm sido inevitáveis e em função disso, as tensões são constantes. A extração da madeira e a pecuária são atividades que já vinham sendo desenvolvidas naquele município desde antes, mas que ganharam impulso com chegada do agronegócio, a partir de 1997. A terra que também se transformou em mercadoria valorizada, além de ser meio de produção, está no centro dos problemas fundiários e dos conflitos no campo. O Estado sempre foi uma presença marcante naquela região, em vários aspectos, entre os quais, o de colocar em prática os projetos desenvolvimentistas a partir da década de 70 do século passado e de criar as condições para a realização dos projetos agropecuários. Esses empreendimentos têm na sua base a formação de grandes latifúndios. Nesta tese, buscou-se mostrar que o processo de mobilização do trabalho se realiza no contexto de uma realidade, onde estão sendo criadas novas formas de produzir e de relações sociais, que rompem com antigos costumes, formas de fazer e de organizar o espaço, que foram moldados pela atividade extrativa no decorrer de vários séculos.

PALAVRAS-CHAVE: Mobilização, Capital, Trabalho, Terra, Mercadoria, Violência.

ABSTRACT

This thesis analyses the mobilization of rural workers from the West of Pará State, Santarém City, which occurs due to Amazon's land occupation to the development of activities such as forest extraction (wood), livestock and grain production (agribusiness). Most of times, the accomplishment of these activities has as an antecedent process, the "grilagem" of public land, in which illegal and cutting mechanisms to the private appropriation of these lands take place, such as the utilization of false documents and violence. The confrontations with rural populations that so long lived in that region, even for generations, have been inevitable, and for this reason, the tensions are constant. Activities as wood extraction and livestock production, which have already been developed for more time, gained impulse with the arrival of agribusiness, since 1997. The land, which in this process has been considered merchandise, is in the center of land appropriation problems and conflicts of that region. The State has a significant presence in that context, since before, when it put in practice developing projects from the seventies of the 20th century, and today, when it creates conditions to accomplish agricultural production projects, having as basis the formation of large estates. It has been tried to show that the work mobilization occurs due to this land occupation. It has also been shown that the new ways to produce and to work are part of a proposal that breaks old social relations, customs and spatial organization, which were moulded in the extractive production of that region for several centuries.

KEYWORDS: Mobilization, Capital, Work, Land, Merchandise, Violence.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES	xi
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO	01
1 - O PERPASSAR DA HISTÓRIA AMAZÔNICA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA HISTÓRIA BRASILEIRA	19
1.1 Do extrativismo ao agronegócio: uma coleção de cobiçadas mercadorias	24
1.1.1 Economia extrativo-exportadora do Pará	31
1.2 Santarém: a dinâmica do município e da cidade “postados” na rota do agronegócio	32
1.2.1 A formação do patrimônio territorial santareno	35
1.3 A força do extrativismo santareno e as mudanças de rumo de sua economia	38
1.3.1 Em que consiste a atividade extrativa?	48
1.3.2 Destaques da economia de Santarém no século XXI	52
1.3.3 Economia de provisão e de exportação	54
1.3.4 Verdades e controvérsias sobre o papel do extrativismo amazônico	56
1.3.5 Extrativismo, latifúndio e regime de exploração da terra	61
1.4 Migração e trabalho: açorianos, escravos, japoneses, nordestinos e outros	62
1.5 Entre a fartura e a falência, uma vida de subsistência	65
1.6 Riqueza e exaustão, vidas e emoções: dizer basta, não é o bastante!	71
1.7 Organização produtiva e afirmação de identidades	73
1.8 Áreas da várzea: os desafios da posse e da regularização da terra	77

II – O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO: A MARCHA PARA O OESTE DO PARÁ	84
2.1 Sesmarias - a “mãe do latifúndio”: fatos e pendências de uma complexa estrutura fundiária	90
2.2 Mais perdas do que ganhos: a “usurpação” do território paraense por uma “boa causa”	96
2.3 O avanço sem trégua do latifúndio: “Santarém é a bola da vez”	102
2.3.1 Posses e latifúndios na Gleba Pacoval	103
2.3.2 Tem dono com muita terra em terras com poucos donos	110
2.3.3 Os pilares da ocupação: grilagem, madeira e pastagem	114
2.3.3.1 Os processos do desmatamento	116
2.3.3.2 A dinâmica do apossamento da terra: do “grilo” à produção	116
2.3.3.3 Aquisição, expropriação, cooptação ou “desterro”	118
2.4 A saga do empreendedor: a aposta na produção de grãos	123
2.5 O Estado: o melhor parceiro da construção	131
 III – GLEBA PACOVAL: ASSENTAMENTOS, LATIFÚNDIOS E RELAÇÕES INCONVENIENTES	 134
3.1 Ações de gestão no compasso da tartaruga	134
3.1.1 Relações Inconvenientes	142
3.2 Gleba Pacoval: terra pra dar e vender	145
3.2.1 Os limites e as opções de acesso à Gleba Pacoval	157
3.3 Os desafios de uma fronteira em expansão	158
3.4 Corda-Corda: como nasce uma “terra prometida”	161
3.4.1 Rotina de um lugar de encontros e desencontros	167
3.4.2 Entre o silêncio da floresta, o ranger da motosserra e o grito do guariba	168

3.5 Em permanente estado de alerta: vida no campo é vida de luta	172
3.6 Santarém como área de influência	174
IV – MOBILIZAÇÃO DO TRABALHO NO PLANALTO SANTARENO	175
4.1 A terra não é uma mercadoria qualquer	175
4.2 O acelerado processo de reprodução do capital: “a pressa é inimiga do tempo”	178
4.3 A dinâmica da mobilização do trabalho no planalto santareno	181
4.3.1 As estratégias e as articulações dos pequenos: plantar e colher? Não necessariamente!	183
4.3.2 Os pequenos jeitos e as facilidades da lei	185
4.3.2.1 Aposentadoria rural: conquista de um direito e abrandamento do processo de expropriação e falta de trabalho	188
4.3.2.2 Exôdo Rural às avessas: cidade-campo-cidade	190
4.4 A Pérola do Tapajós entre crescer e o “boom” das periferias: bairros, invasões e forças de mediação.	191
4.4.1 Bairro da Alvorada “no alvorecer” de um novo tempo para Santarém	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
BIBLIOGRAFIA	200
GLOSSÁRIO	214

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Mapas

Mapa 01	Localização da Gleba Pacoval	18
Mapa 02	Estado do Pará e Municípios	32
Mapa 03	Situação fundiária do Pará: faixa 1.164/71 e 1476/73 (INCRA)	98
Mapa 04	Áreas de jurisdição federal no Pará após o Decreto Lei 1.164/71	99
Mapa 05	Gleba Pacoval: PDS Santa Clara	113
Mapa 06	Áreas de conflitos na região de Santarém	122
Mapa 07	Contexto Estadual de Gestão Territorial	137
Mapa 08	Contexto Fundiário do Estado do Pará	138
Mapa 09	Malha Hídrica na Região do Planalto Santareno	147
Mapa 10	Localização do PA Corta-Corda	150
Mapa 11	Localização da Comunidade União Corta-Corda	151

Figuras

Figura 01	Propaganda da borracha em Belém	30
Figura 02	Navio Gaiola (época da borracha)	30
Figura 03	Casa aviadora em Belém	30
Figura 04	Santarém e Belterra (contornos dos mapas)	33
Figura 05	Meios de transporte para escoamento da produção em Santarém e Belterra	38
Figura 06	Tipos de várzea em Santarém	46
Figura 07	Atividades extrativas de subsistência e base da economia dos ribeirinhos da Amazônia	47
Figura 08	Atividades que geram renda aos trabalhadores rurais de Santarém e de Belterra	55
Figura 09	Mercado (destino) da produção de frutas tropicais nos municípios de Santarém e Belterra	55

Figura 10	Slogan de divulgação da ILES/ULBRA em Santarém	76
Figura 11	Fases da várzea – da enchente à vazante	78
Figura 12	Desafios da regularização fundiária da várzea na Amazônia	79
Figura 13	Conflitos fundiários na várzea santarena	82
Figura 14	Distribuição das Terras do Estado do Pará	136
Figura 15	Organograma estrutural das Superintendências Regionais do INCRA	140

Fotos

Foto 01	Santarém: orla da cidade	34
Foto 02	Santarém: orla da cidade	34
Foto 03	Santarém: frente da cidade vista pelo rio	34
Foto 04	Projeto piloto da soja: chegada dos empreendedores	41
Foto 05	Projeto piloto da soja: plantação	41
Foto 06	Projeto piloto da soja: preparo com calcário	49
Foto 07	Frutas Amazônicas	49
Foto 08	Seringueiras remanescentes em Belterra	70
Foto 09	Áreas dos antigos seringais com plantio da soja	70
Foto 10	Sr. Tiago fazendo farinha em Belterra	70
Foto 11	Tipo de moradia da área ribeirinha	83
Foto 12	Tipo de moradia na área do planalto santareno	83
Foto 13	Tipo de moradia na área do planalto santareno	83
Foto 14	Porto de Santarém e a Cargil ao fundo	124
Foto 15	Percurso do Km 8 de Santarém à Corta-Corda	158
Foto 16	Caminhada à casa do Sr. Anastácio e Cícero Mendes	159
Foto 17	Caminhada à Comunidade de Cícero Mendes	159

Foto 18	Idem	159
Foto 19	Idem	159
Foto 20	PA 370 – Rodovia Curuá-Una na altura de Cícero Mendes	163
Foto 21	Trabalhadores do PA Corta-Corda indo para Santarém	170
Foto 22	Reunião dos comunitários na Com União Corta-Corda	170
Foto 23	Lote do Sr. Anastácio na Com. União Corta-Corda	171
 Gráficos		
Gráfico 01	Taxa de desmatamento anual da Amazônia Legal	86
Gráfico 02	Produção da soja em 2007-2008 (INPE)	130
 Quadros		
Quadro 01	Mercadorias de exportação do Pará no século XVII a XX	31
Quadro 02	Novas regras para a regularização fundiária – IN 32	106
Quadro 03	Ocupação ilegal de terras na Amazônia	115
Quadro 04	Conflitos pela posse da terra em Santarém	121
Quadro 05	Procedência dos agropecuaristas de Santarém e Belterra	123
 Tabelas		
Tabela 01	Município de Santarém, distritos e população	35
Tabela 02	PIB de Santarém entre 1994 e 2003	53
Tabela 03	Migração para o Estado do Pará	64
Tabela 04	Taxas de desmatamento da Amazônia por estado	85
Tabela 05	Sesmarias confirmadas das regiões do estado do Pará	93
Tabela 06	Características dos municípios do oeste do Pará	102
Tabela 07	Relação de fazendas na Gleba Pacoval em Uruará	112

Tabela 08	Ameaçados de morte no Pará	120
Tabela 09	Exportação de grãos: Porto da Cargil em Santarém	127
Tabela 10	Municípios paraenses com maiores plantações de soja	129
Tabela 11	Modalidades de assentamentos e respectivas ações	148
Tabela 12	Projetos de assentamento no município de Santarém	149
Tabela 13	Recursos destinados aos beneficiários da reforma agrária	153
Tabela 14	Percurso migratório dos moradores do PA Corta-Corda	166
Tabela 15	Quantidade de Beneficiários da Previdência Rural	188
Tabela 16	Situação atual dos Bairros de Santarém	194

Introdução

Os movimentos migratórios que acontecem em algumas localidades do extenso território amazônico, não podem ser entendidos apenas como vontade das famílias rurais que decidem abandonar as áreas de floresta para viver nas cidades. Também não podem ser compreendidos como decorrência de fatores sócio-estruturais de ajustamento. Essas justificativas são insuficientes para explicar o profundo significado das mudanças que estão acontecendo de forma acelerada e atordoante no contexto daquela realidade, produzindo alterações significativas em sua estrutura territorial.

Condições econômicas, políticas e tecnológicas merecem destaque em qualquer análise sobre as situações colocadas, por se relacionarem, entre outros motivos, com a mobilização das pessoas, especialmente aquelas que têm como base da sua reprodução social, a área rural. Na condição de proprietários da força de trabalho, elas saem em busca de um pedaço de terra para plantar ou se inserem nas parcas vagas de trabalho criadas pelas atividades produtivas do momento ou se movimentam em direção à cidade. Todas essas dinâmicas estão calcadas em um fundamento e ele passa pela apropriação privada da terra.

Desde o período colonial, a Amazônia vem fornecendo mercadorias para o mercado externo, assim como também se notabilizou pela capacidade de subsistir com os seus próprios recursos, ou seja, a sua população tem provido sua subsistência com o uso dos recursos extraídos da natureza: da terra, dos rios e da floresta. As duas lógicas - a de produzir e/ou extrair para o mercado e a de extrair para o sustento, foram convivendo, ao mesmo tempo, por séculos. A mesma força de trabalho que se realizava de uma atividade também realizava a outra, ou não. O recente processo de ocupação da Amazônia provocou mudanças significativas na dinâmica dessas duas lógicas e aquela focada na produção para o mercado vai tentando superar a outra.

Esse processo de ocupação decorre da forte inserção da economia brasileira nos mercados mundiais, altamente competitivos, que requerem, não somente um nível de produtividade elevado, mas também a expansão das terras agricultáveis. É nesse mercado das *commodities* agropecuárias, que o Brasil busca se inserir como potência mundial.

A Amazônia não se tornou, apenas, a grande fronteira em desbravamento como também vem recebendo um considerável aporte tecnológico, tanto com relação às pesquisas científicas, que permitiram a introdução de novas espécies vegetais em áreas de cerrado e de terras úmidas, como também com relação às máquinas, equipamentos e insumos. É a produção capitalista moderna se inserindo e orientando as dinâmicas naquela região: desorganizando os espaços, mobilizando as pessoas com ou sem trabalho ou desapossando famílias rurais que utilizam a terra como base de sua reprodução.

Nossa tese é de que o deslocamento dos trabalhadores rurais na região em estudo é a expressão do exercício de suas mobilidades em consequência das necessidades capitalistas, que se realizam no contexto de uma realidade que convive com um brutal desencontro de temporalidades históricas, deixando patente, a partir do ponto de vista que se defende, um modo particular de mobilização do trabalho. Ou seja, a despeito dos descompassos dos tempos vividos e das condicionantes naturais existentes, a mobilização desses trabalhadores é determinada, em grande medida, pela força mobilizante da forma mercadoria, que para se realizar naquela realidade, media-se pelo conflito e pela violência.

Os elementos empíricos para analisar a problemática que se põe, foram buscados no Oeste do Estado do Pará, mais especificamente no município de Santarém, nas áreas próximas às estradas (PA 370, entre outras), onde se localiza a Gleba¹ Pacoval (Mapa 1). Esta gleba perpassa os municípios de Santarém, Prainha, Medicilância e Uruará. Na dita gleba, estão situados diversos Projetos de Assentamento (PA) do governo federal, tal como o **PA Corta Corda** que é formado por nove comunidades, entre as quais, as Comunidades **União Corta-Corda** e **Cícero Mendes**. As pesquisas se concentraram nessa área, com ênfase maior no **PA Corta-Corta** e nas comunidades citadas. Mais adiante detalharemos os limites e as dinâmicas das referidas localidades.

Buscou-se também entender o reflexo das transformações em curso nos bairros periféricos da cidade de Santarém, com ênfase no **bairro**² **da Alvorada**

¹ Gleba é a área de terra que ainda não foi arrecadada (regularizada em cartório) ou objeto de parcelamento (dividida em lotes) (Lei 6.766 de 1979).

² O uso do conceito **bairro** se dá no mesmo sentido em que a Prefeitura Municipal de Santarém o emprega, ou seja, no sentido administrativo para designar uma unidade territorial dentro de sua área urbana como unidade de

(bairro de ocupação), que se localiza próximo à rodovia de acesso ao aeroporto daquela cidade, uma vez que são nesses espaços que a população que é “empurrada” do meio rural para a cidade, se estabelece.

A Gleba Pacoval é considerada, como outras glebas do Oeste do Pará, área de grande risco, por ter se tornado palco de constantes conflitos de terra, de polêmicas ações adotadas pelo poder público, lugar de incertezas vividas pelas famílias rurais assentadas ou candidatas ao programa de reforma agrária, área da cobiça de grileiros e de madeireiros, além das extensas áreas de terra de valor inestimável e com potencialidade para o cultivo de grãos. Ou seja, neste momento da Amazônia santarena, viver na Gleba Pacoval é uma incógnita e nela sobreviver tornou-se uma grande aventura ou desventura.

As atividades que impulsionam os negócios no município de Santarém são: a extração florestal (madeira), a pecuária e o agronegócio (produção de grãos). Os mecanismos utilizados para alcançar o propósito desses negócios e a natureza dos deslocamentos populacionais gerados em função dessas dinâmicas, estão no cerne desta tese.

O percurso de análise da questão já evidenciada, não prescinde da compreensão dos fatos que têm marcado o trajeto histórico da Amazônia, no seu contexto mais amplo. Entretanto, neste processo investigativo particular, fixou-se o olhar mais questionador e crítico, nas vivências e convivências que acontecem no município de Santarém (o particular expressando o geral), que vêm interferindo nas condições e nas formas de como a força de trabalho rural está sendo mobilizada naquela região, especialmente aquela que se assenta ou se move pelas áreas de conflito de terra.

Muitos **trabalhadores rurais** da região anseiam conseguir alguns hectares de terra para tornarem-se, um dia, donos do seu próprio chão, mas enfrentam dificuldades, seja por conta dos impasses regulatórios (lentidão, trapalhadas, indecisões e ambigüidades do poder público), seja por conta da ganância de

planejamento, contendo limites e formas definidos, além de elementos que o caracterizam. Cada novo bairro, quando criado em Santarém, é feito com base em lei municipal que leva em conta, no mínimo, três itens dentre os seguintes: densidade populacional (70% ocupado), ter escola, posto de saúde, creche, transporte coletivo, alinhamento das ruas e ruas pavimentadas (CDU - Coordenação de Desenvolvimento Urbano, 2007).

aventureiros e atravessadores ou da urgência dos empreendedores capitalistas para viabilizar seus negócios pelos quais decidiram se instalar naquela região.

Os menos favorecidos, nesse ínterim de aparente confusão, valem-se de inúmeras estratégias de sobrevivência, utilizando-se dos benefícios da lei ou dos “pequenos jeitos” que o jogo de tensão entre os agentes sociais de maior peso lhes permite, exercitando, inclusive, a capacidade de mobilizarem-se quando a situação assim o exige.

O PA Corta-Corda, onde também se situam as Comunidades União Corta-Corda e Cícero Mendes, constitui-se, de fato, área de **fronteira**, tal como implícito na elaboração conceitual de José de Souza Martins, considerada aqui como a mais adequada para caracterizar o universo em estudo, por permitir que se enxergue, no mesmo espaço, o caráter previsível dos fatos que vão surgindo e o mais inesperado dos acontecimentos, “regados” por tensões, conflitos, violência, encontros e desencontros. O autor interpreta a fronteira como *o lugar da alteridade*.

“... é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si [...] como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro [...] A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o *outro* se torna parte antagônica de *nós*. Quando a história passa a ser a nossa história, a história da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou. (MARTINS, 1997, pp.150-151).

Na elaboração conceitual de Martins buscou-se o respaldo para entender o universo subjetivo das vivências na fronteira, pois ao caracterizar os desafios que lá se protagonizam, o autor deixa patente que as implicações são recíprocas tanto para o estranho quanto para o morador local.

As ditas fronteiras são espaços de construção social onde estão presentes os antagonismos entre as partes e também as convergências e as reciprocidades, quaisquer que sejam as razões que os induzem a essa relação ambígua: empatias, aversões, composições, defesas pontuais ou ferrenhamente contrárias, ajuntamentos festivos, enterros, risos e sofrimentos. São aproximações e ódios que se misturam, onde não existem os amigos e os inimigos, mas os amigos e os inimigos do outro (do Estado, do empreendedor, do político, da igreja, do pastor...).

Não existe a materialização de um culpado, pois todos, de um modo ou de outro, parecem estar a serviço de alguém.

Muitas vezes, esse alguém aparece no diálogo das pessoas como um ser indeterminado, materializado na figura de um outro (“o governo determinou”, “o INCRA não faz sua parte”, “os gaúchos compraram”, “os madeireiros desmataram”), ou mesmo oculto, mas que se faz presente como um ser que paira como um fantasma, com endereço incerto e não sabido, no comando de mudanças tão cruciais na vida das pessoas. É um “quase sujeito com mão invisível” e poderes incomuns, a serviço de quem se põem em ação, técnicos, topógrafos, donos de escritórios de negócios, chefes de instâncias públicas, determinados líderes de associações de trabalhadores rurais, pistoleiros entre outros.

As representações coletivas (organizações de defesa da Amazônia, associações de classe e de comunidades, ministério público, igreja...) se unem para enfrentar um opositor que está acima da lei e do Estado ou que atua, muitas vezes, com os empurrões do Estado: combate-se uma frente aqui, outra fresta é aberta mais adiante. Não há como ignorar esses fatos no processo de reflexão sobre a **mobilização do trabalho** nesse contexto de múltiplas relações, como se o fenômeno em causa estivesse postado em um lado do rio, imune ao que acontece na outra margem, visto que são partes de um único processo, em permanente fluxo.

Nessa região de fronteira da Amazônia paraense existe uma ação concreta e provocativa, que põe em movimento diferentes segmentos da população local, no bojo de um processo de organização produtiva que determina uma nova configuração territorial. Trata-se de uma ação que segue uma lógica de **racionalidade** que não passa, necessariamente, pelas formas “civilizadas” de fazer (aquilo que se supunha que acontecesse e que seria compatível com o signo inovador dos tempos modernos) e que é mediada pelo conflito, ou seja, é a lógica dos fins justificando os meios, **é a lógica de racionalidade de acumulação do capital**.

Muitas ações que norteiam as dinâmicas de produção de mercadorias, não expressam atitudes de superação de formas “ultrapassadas” de apropriação dos meios de produção, tanto no que se refere aos diferentes mecanismos de aquisição da terra, quanto ao processo de expropriação do trabalhador do seu meio de produção de subsistência, para enfim demarcar, qualificar e adequar o território

“conquistado” à produção das coisas que são trocadas no mercado. Por outro lado, e de modo gradativo, também vão sendo inseridas novas regras, mecanismos, comportamentos e formas de linguagem de um novo tempo, constitutivas de uma paisagem que vai sendo homogeneizada para facilitar o fluxo das dinâmicas produtivas.

A dimensão de **tempo** é um aspecto relevante nesse processo de rearranjo da organização produtiva de que se fala, cujo tempo do fazer, que as comunidades locais estão habituadas, é diferente do tempo acelerado do moderno processo de produção capitalista que se instala, que por seu lado já não é mais idêntico ao tempo vivido pelas economias mais desenvolvidas, que também não é o mesmo tempo da natureza, cujos bens extraídos da floresta e dos rios não se repõem na mesma velocidade de seus usos. Estamos falando, portanto, dos diferentes tempos que funcionam em paralelo e que geram descompassos, antagonismos e tensões. Há, também, o tempo da história, aquele que dispõe do conteúdo de todos os tempos. É nessa contraditória profusão de tempos que as mudanças acontecem na área estudada – o tempo do fazer local, o tempo da natureza e o tempo do capital, entre outras formas de expressar e de viver o tempo. Todavia, ainda que em descompasso, esses diferentes tempos não inviabilizam o processo de reprodução do capital em curso, que mesmo não sendo o único, é preponderante.

Analisar a problemática amazônica, dialeticamente, focada na mobilização do trabalho sob a perspectiva da dimensão histórica do tempo e tendo como eixo de reflexão as mudanças que se sucedem na Gleba Pacoval, nos ajuda a explicar as relações sociais contraditórias que acontecem nessa parte da fronteira de múltiplos tempos.

Por outro lado, e também naquele lugar, o modo de produção capitalista não alcançou sua totalidade em todos os segmentos produtivos, assim como também não integrou de forma homogênea todas as esferas de vida do cotidiano das comunidades. Muitas dinâmicas que envolvem a produção de bens e as relações sociais vigentes não seguem à risca os parâmetros da racionalidade capitalista, ainda que o produto final seja a produção de mercadorias, ou seja, o processo de adaptação às novas necessidades da dinâmica capitalista não acontecem, sempre, e na mesma velocidade que o receituário da acumulação da riqueza requer.

Todas as manifestações em permanente contraste até aqui expressadas também nos remetem ao pensamento de historiadores como E. P Thompson, que citando fatos da Inglaterra do século XVIII e XIX, buscou retratar vivências e relações sociais que vão se alterando com a chegada de novas forças motrizes, deixando evidentes os inúmeros descompassos e as tensões geradas a partir deles, tal como mencionado em *Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial* do citado autor. Thompson buscou expressar essas mudanças pela ótica dos usos costumeiros.

O relógio é às vezes conhecido como a “oficina do diabo”; não há horas precisas de refeições; ‘a noção de um compromisso com hora marcada é desconhecida, eles apenas combinam de se encontrar no próximo mercado’ [...] Sem dúvida esse descaso pelo tempo do relógio só é possível numa comunidade de pequenos agricultores e pescadores, cuja estrutura de mercado e administração é mínima, e na qual as tarefas diárias (que podem variar da pesca ao plantio, construção de casas, remendos das redes, feitura dos telhados, de um berço ou de um caixão) parecem se desenrolar, pela lógica da necessidade, diante dos olhos do pequeno lavrador (THOMPSON, 1998, pp. 270-271).

No percurso histórico das grandes mudanças ocorridas no contexto amazônico sob o manto da dinâmica capitalista, desde o *boom* da era extrativa do passado aos dias atuais da extração de madeira e da grilagem de terras, não tem acontecido sem medos, enfrentamentos e opressões. Ainda que com menor notoriedade, comparativamente com os dias de hoje, as tensões sociais de antes eram freqüentes e, por vezes, explodiam na forma de revoltas, tal como a do **“Quebra Panela”** (Revolta do Espinafre) e da **Cabanagem**.

O Quebra Panela aconteceu nos anos 30 do século passado, na localidade de Fordlândia, nas dependências da Companhia do americano Henry Ford, que possuía um pólo extrativo de borracha de um milhão de hectares em Fordlândia e Belterra, próximo de Santarém (1927-1945). O citado movimento foi desencadeado pelos trabalhadores da seringa que reivindicavam o não pagamento das rações alimentícias determinadas pelos gerentes americanos que buscavam impor novos hábitos alimentares em detrimento daquele que se baseava nos costumes locais: “os norte-americanos tentaram impor ao caboclo da Amazônia hábitos e costumes que nada tinham a ver com sua realidade, entre outros, o trabalho metódico e até a alimentação; proibiam-se as festas e bebidas, impuseram-lhes os bandejões, não lhes forneciam farinha, que queriam substituir por pão de boa qualidade, já então

fabricado em Fordlândia; o peixe da região também não era fornecido na alimentação cotidiana”. Essas imposições provocaram a revolta dos trabalhadores com conseqüente enfrentamento. O **Quebra Panela** teve início no refeitório, depois os revoltosos tomaram conta da usina e do almoxarifado à procura de armas, invadiram a comissária e destruíram tudo. Só respeitaram o hospital porque o Dr. Siqueira (médico brasileiro e único que eles obedeciam) saiu à rua pedindo paz. O movimento só terminou com a chegada da Brigada Muniz, comandada pelo major Barata, que ordenou o disparo de tiros de canhão e com a chegada de autoridades, como a do Ministro do Trabalho. (AMORIM, 1995, pp. 70-71; SANTOS, 2004, pp. 36-37).

A **Cabanagem** surgiu com a insatisfação social ocorrida na província do Grão-Pará (1835-1840) e contou com massiva participação popular. A luta era contra a manutenção do *status quo* herdado do período colonial. Diga-se que a Província só reconheceu a declaração da Independência do Brasil em agosto de 1823, sob violência. A independência não gerou mudanças na estrutura econômica e nem modificou as degradantes condições de vida da população que era formada por índios destribalizados (tapuios), índios aldeados, negros forros, escravos e mestiços. Estes viviam no interior e nos arredores de Belém, em condições miseráveis, amontoados em cabanas à beira dos rios e igarapés, e nas ilhas do estuário do rio Amazonas. Os cabanos, com eram chamados, realizavam as atividades econômicas da época (exploração das drogas do sertão, extração de madeira e pesca) em regime de semi-escravidão. O capitão-tenente Grenfell foi à Província com a missão de formar um governo com homens de confiança do Imperador, mas o povo preferia o cônego João Batista Gonçalves Campos (um governo popular). Sob a liderança deste, os cabanos depuseram vários governantes nomeados pelo Imperador, exigindo melhores condições materiais e a expulsão dos portugueses, tidos como os culpados por suas condições miseráveis. Em dezembro de 1833, o Governo da Regência Trina Permanente assumiu o controle da situação sob extrema violência. Dos quase 100 mil habitantes do Grão-Pará, cerca de 30% da população foi dizimada (ALVES FILHO at. al, 2001, p. 82; MULTIRIO, 2007, p.3).

Caio Prado Jr. (1972, p. 69), disse que a Cabanagem "foi o mais notável movimento popular do Brasil [...] o único em que as camadas mais inferiores da população conseguem ocupar o poder de toda uma província com certa

estabilidade. Apesar de sua desorientação, da falta de continuidade que o caracteriza, fica-lhe, contudo, a glória de ter sido a primeira insurreição popular que passou da simples agitação para uma tomada efetiva de poder".

Esses movimentos de revolta podem ser interpretados como manifestações contrárias aos processos de ajustamento do poder que se instalava ou à velocidade com que as formas embrionárias de penetração capitalista se impunham às formas de vida e códigos de conduta existentes.

Referindo-se ao apogeu e à decadência da borracha na Amazônia, Weinstein sustenta que "uma discussão sobre a acumulação do capital só trará alguma luz quando colocada dentro do contexto das relações sociais regionais e dos conflitos de classe correntes. Como os próprios investidores estrangeiros descobriram, até mesmo às tentativas mais vigorosamente financiadas de transformar a produção da borracha e pô-la em bases mais 'capitalistas' tinham de lutar contra a resistência interna, tanto dos seringueiros que produziam a mercadoria para exportação quanto dos intermediários [...] E por vezes obrigou os homens de negócio estrangeiros a modificar suas expectativas em resposta às pressões locais" (WEINSTEIN, 1993, p.17).

Considere-se, entretanto, que o capital tem por natureza ser contraditório. Muitas vezes, tanto faz se os processos utilizados para desenvolver as atividades produtivas são modernos ou não. As práticas já existentes onde a dinâmica capitalista se instala, tanto podem ser rompidas como podem ser mantidas: os tempos e os modos de fazer não comprometem a lógica que o orienta.

Esses momentos desiguais dos tempos podem ser analisados à luz do conceito de **não-simultaneidade**, concebido por Robert Kurz para explicar os diferentes movimentos, em descompasso, que acontecem hoje e que aconteciam antes nos processos de consolidação do modo de produção capitalista nas diversas regiões do planeta, que, de acordo com o autor, "ainda não tinham as estruturas de reprodução social tão transpassadas pelo capitalismo" (KURZ, 2001, p.4).

A estrutura espacial das particularidades nacionais reciprocamente demarcadas estava também encadeada a uma estrutura temporal de etapas do desenvolvimento capitalista reciprocamente delimitadas. O universo das nações era um universo de não-simultaneidade histórica. Visto que o moderno sistema produtor de mercadorias só gradativamente havia se alastrado a partir da Europa, nos séculos 19 e 20, as diversas idades do capitalismo encontravam-se imediatamente umas ao lado das outras. O que

ainda era futuro para uns era para outros o presente ou já mesmo o passado. Esse desnível do tempo histórico produziu como por si só o paradigma do "desenvolvimento", que nas categorias capitalistas se apresentava como corrida de recuperação dos retardatários históricos (KURZ, 2004, p.1).

Num *continuum* ao processo de reflexão, entende-se que a dinâmica de mobilização dos trabalhadores rurais que acontece no *hinterland* santareno, tal como o que tem ocorrido nas Comunidades da Gleba Pacoval, pode ser explicado pela ótica da **mobilidade do trabalho**, perspectiva teórica assumida nesta tese e tendo como referência a forma mercadoria que “permite um constante rearranjo da organização da produção que força os trabalhadores a constantes mobilizações [...] atendendo às necessidade do capital” (ALFREDO, 2005, p.1). O conceito de mobilidade do trabalho está em Marx (“O Capital”, 1990) e foi retomado por Jean Paul Gaudemar em “Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital” (1977), para quem “a mobilidade da força de trabalho surge então como uma condição necessária, senão suficiente, da gênese do capitalismo e como um índice do seu desenvolvimento” (GAUDEMAR, 1977, p. 192). Carlos Toledo, em síntese, diz que “o conceito de mobilidade do trabalho resulta do debate sobre a questão migratória e coloca em foco a mercadoria como forma de mediação da reprodução das relações de produção da sociedade” (TOLEDO, 2006, p.4).

Não se trata, pois, de condicionar essa determinante da função econômica (a mercadoria) como a única forma de ver e interpretar a realidade em estudo. Existem diferentes olhares pautados em pressupostos teóricos e conteúdos empíricos de outras ordens. Entretanto, o modo particular de mobilização do trabalho e a contundência dos fatos que se realizam naquela realidade, neste momento da história santarena, são consistentes o bastante para referendar as orientações teóricas que dão respaldo a este estudo. A mercadoria, nas suas diversas faces e imagens, na aparência e no concreto, se manifesta nas diferentes formas de expressão da vida local: no processo de acumulação, nos embates políticos, nas relações laborais, em muitos acontecimentos de expressão cultural, em determinados processos da dimensão ecológica, entre outras manifestações.

As questões já abordadas nesta fase introdutória e tratadas mais amiúde no percurso da tese são cruciais para o entendimento do que está implícito no âmago da questão central já colocada, considerando-se a estreita conectividade existente entre elas, algumas das quais bem delicadas, mas que são gestadas no fluxo do

mesmo processo, tal como o *problema fundiário*. A outra questão diz respeito às *ações estratégicas do Estado*, que mais justificam sua incontestável presença do que a sua ausência.

Outras questões incorporam-se ao conteúdo da análise, dando-lhe, inevitavelmente, maior abrangência interpretativa, contempladas no desenvolvimento dos capítulos:

1) As decisões de mercado e o rumo dos negócios lucrativos desde os períodos de *boom* do extrativismo na região amazônica foram determinados, de um modo ou de outro, pelas imposições do capital externo (Caio Prado Jr., 2004), porém nos períodos de crise da dinâmica exportadora, as relações de mercado eram garantidas pelo funcionamento de uma economia subsidiária e subjacente, menos pujante, mas ativa o bastante para garantir a reprodução social (Antonio Barros de Castro, 1971). O desafio, nesta tese, foi articular as duas concepções teóricas para respaldar a análise do atual momento da mobilização do trabalho vivida pelos trabalhadores rurais em causa, que tem raízes profundas no estado de coisas que foi sendo gestado e alicerçado nos anos antecedentes de exploração dos produtos naturais e do uso do solo para viabilizar os negócios de outrora.

2) A mobilização da força de trabalho sempre foi uma realidade determinante em todos os momentos da história de reprodução do capital nas fronteiras amazônicas e, como tal, tem perpassado todos os momentos dessa mesma história. Esse fato é explicado pelos inúmeros fluxos migratórios de trabalhadores que vieram de outros países e de outras regiões do Brasil para a Amazônia, e também por outros menos visíveis, porém freqüentes, que são realizados internamente e que se tornaram objeto desta tese. Entender os significados contidos no conceito *mobilização do trabalho*, a partir de Marx e Gaudemar, é uma perspectiva consistente para ajudar a compreender o fenômeno em destaque.

3) A presença de um campesinato tipicamente amazônico, que a despeito da relação existente entre muitas de suas atividades com as dinâmicas de mercado, mantém espaços de relativa autonomia, especialmente quando os pequenos posseiros ou proprietários de lotes de terra lançam mão da alternativa de produzir para o próprio sustento. Essa opção só pode ser exercida com a posse da terra, em nome da qual muitos trabalhadores já perderam a vida; outros sofrem ameaças, mas continuam desafiando as pressões para não serem expropriados de suas terras,

vindo a se tornar candidatos a proletários nas cadeias produtivas dos empreendimentos locais, que oferecem poucas oportunidades para essa categoria de trabalhador. De um modo ou de outro e por outros caminhos, no entanto, as “garras” da expropriação os alcançam nas outras dimensões de suas vidas. Ariovaldo Umbelino de Oliveira costuma dizer, que diversas instâncias governamentais se aliaram aos produtores da região para inserir o trabalhador familiar nas cadeias produtivas, e que hoje Santarém é a “bola da vez”. As articulações dos trabalhadores rurais e das instituições em defesa da Amazônia, têm sido um obstáculo de porte à trajetória de reprodução do capital, nos moldes e velocidade desejados, razão pela qual são concebidas estratégias para expropriar esse trabalhador de suas terras com a vã promessa de que “viver de salário e de aposentadoria é bom e garantido” ou que morar na cidade é a melhor alternativa. Estes não são, necessariamente, os modos mais eficazes de convencimento, mas as políticas públicas, a espingarda, o uso político das necessidades do trabalhador e “a falta de feijão na panela” o são.

4) A dinâmica da mobilização dos trabalhadores rurais em foco acontece em um momento da história amazônica em que os capitais mobilizados para os empreendimentos agrícolas e pecuaristas buscam se reproduzir velozmente, fazendo movimentar a esteira de um processo de modernização retardatária (Kurz) de “queima de etapas”. A **terra**, como um dos mais preciosos meios de produção para realização dos negócios em causa, encontra-se, literalmente, sob fogo cruzado, firmada no epicentro de um grave problema fundiário. Os fundamentos das dinâmicas da modernização retardatária nas regiões periféricas do sistema capitalista que dão curso a esse processo têm como referência teórica Robert Kurz. A questão fundiária amazônica e suas múltiplas implicações têm como referência os estudiosos Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Paraguassu Éleres e Girolamo Domenico Treccani.

As questões até aqui relacionadas e respectivas análises foram contempladas nos quatro capítulos desta tese. O primeiro capítulo faz uma retrospectiva sobre o percurso histórico do extrativismo na Amazônia, considerado não somente o que representou esse segmento produtivo para a dinâmica da economia regional e nacional (no período colonial e a posteriori), como também com relação aos impactos político-sociais: decisões, migrações, relações de trabalho e tensões entre

populações de origens diversas. As populações que têm se encontrado ao longo do tempo nessa parte do Brasil, passaram a dividir o mesmo espaço, as mesmas incertezas e aspirações.

O segundo capítulo trata de uma questão de grande importância e impacto no contexto amazônico, e de modo especial, no Estado do Pará: a ocupação da terra. Faz-se, de início, uma retrospectiva histórica daquilo que se considera a referência brasileira para a criação dos grandes latifúndios no país como um todo e na Amazônia em particular, que é a sesmaria, assim como das leis e decretos que transferiram para o domínio federal quase 70% das terras paraenses, em favor de grandes projetos públicos e privados que dinamizaram a região, a partir da década de 70 do século passado. Com a crescente concentração da terra, vieram a desorganização do espaço, os conflitos, as mortes e as incertezas.

O terceiro capítulo aborda, mais especificamente, as dinâmicas que se processam na Gleba Pacoval, onde se localiza o Projeto de Assentamento (PA) Corta-Corda. Este foi o local de desenvolvimento de parte da pesquisa de campo desta tese. Trata-se de uma área de terra de grande extensão, que se constitui num lugar de muitos encontros: os protagonistas da grilagem, os empreendedores da madeira e da soja, o INCRA (para colocar em prática as pretensões federais com relação à reforma agrária), os interessados em terra para se assentar e vários outros protagonistas que seguem naquela direção pelos mais variados interesses.

O quarto capítulo faz uma detalhada argumentação e reflexão sobre a mobilização do trabalho na região de Santarém, com base na análise das pesquisas de campo e com o respaldo de tudo o que foi tratado nos três capítulos antecedentes. Essa mobilização tem como força motriz a dinâmica capitalista, concretizada pela realização das atividades produtivas em curso naquela região. Ficaram evidentes também, as fortes contradições que seguem passo a passo o desenrolar das relações sociais da vida local.

A dinâmica de alguns conceitos

Nesta tese, o conceito de **região** se destaca. É utilizado em determinados momentos no sentido administrativo, tal como definido pelo IBGE, e na maioria das vezes é utilizado com o sentido de “região do capital”. No sentido administrativo, o

seu uso se justifica no próprio contexto da tese. Como “região do capital” o conceito é utilizado para expressar um modo particular de *realização da riqueza*, como parte da totalidade da dinâmica capitalista, no contexto de uma região que está produzindo mercadorias de grande valor.

Para Roberto Lobato Corrêa, o conceito de região

foi concebido como o conceito que daria identidade à geografia face às outras ciências. É um conceito permanente, mas não é um conceito congelado... e tem sido submetido a inúmeras reinterpretações, o que denota a sua força [...] Do ponto de vista epistemológico, a região pode ser considerada uma particularidade, isto é, uma mediação entre o universal (os processos globais) e o singular (os lugares) [...] é tanto uma realidade quanto uma criação intelectual. Ao mesmo tempo é vivida e compreendida de modo diferente pelos diversos grupos sociais (CORREA, 2005, p. 6).

Francisco de Oliveira (1993, p. 29), reportando-se à região Nordeste, em *Elegia para uma Re(li)gião*, diz que “uma ‘região’, seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por conseqüência uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição [...] as diversas formas de reprodução do capital conformariam ‘regiões’ distintas”.

De Goldenstein e Seabra (1980, p.21) apreendemos o sentido do não homogêneo do processo capitalista, assim como das determinações específicas que interferem nesse processo, quando os autores enfatizam que “sob o capitalismo, o desenvolvimento das atividades econômicas não se dá de maneira uniforme entre os diversos ramos e seus setores [...] resulta de determinações que interferem no processo de acumulação de capital e guardam aspectos ora mais especificamente técnicos, ora mais especificamente econômicos ou político-econômicos...”. Tal entendimento é mais evidente quando os autores sustentam que:

A existência do “arquipélago econômico”, que significava a especificidade (na forma e/ou na circulação territorial) da acumulação do capital, com a definição de vários focos autônomos de acumulação, significava também a existência de diversos mercados regionais de consumo e produtos industrializados importados ou mesmo supridos por atividades artesanais realizadas no campo (GOLDENSTEIN e SEABRA, 1980, p.29).

Com o respaldo desses autores e possibilidades que o conceito pode proporcionar para a compreensão das relações capitalistas, entende-se que ele também expressa formas diferenciadas de reproduzir relações de produção em diferentes realidades. Portanto, nesta tese, o conceito tem realce, especialmente quando se pretende explicar a existência de diferentes modos de produção e de relações sociais que se concretizam em determinada realidade, como é o caso da região em estudo, ainda que com *tempos não-simultâneos de fazer*.

O conceito de **território**, tal como o empregamos nesta tese, envolve uma forte carga de poder. O acelerado processo de apropriação privada da terra para atender aos interesses produtivos de mercado, tem provocado, não somente, a reorganização dos territórios já existentes, como também expressa sua força política e econômica nos diversos níveis de decisão e de ocupação naqueles espaços. Leve-se também em conta o grau de contundência com que esse processo de apropriação da terra tem se realizado na realidade em destaque.

A partir desse entendimento, buscou-se em dois autores, o respaldo teórico-conceitual: Manuel Correia de Andrade (1995) e Claude Raffestin (1993). Andrade, alerta que se deve ter cuidado para distinguir o significado de espaço e território, para então evidenciar a idéia de poder que se relaciona com o território.

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de determinada área. Deste modo, o território está associado à idéia de poder, de controle, que se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas (ANDRADE, 1995, p.19).

A abordagem de Andrade tem certa afinidade com a de Raffestin, quando este autor evidencia a natureza política do território, distinguindo-o de espaço, ao mesmo tempo em que reconhece o território como espaço de relações de poder:

É essencial compreender bem que espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p.143).

O autor vê o território como apropriação e não como produção do espaço. Quem se apropria de um espaço exerce ações ou intenções de poder, e essa apropriação pode ser feita por pessoas, individualmente, ou por grupos de pessoas, organizações públicas ou privadas, sindicatos, entre outros. Desenvolvem-se também, processos de interação entre os diferentes poderes que se manifestam em uma determinada localidade: político, econômico e social.

Categoria populacional estudada

Optou-se, no âmbito desta tese, por identificar a população estudada como **trabalhador rural**. Esse trabalhador que foi pesquisado refere-se aquele de pequeno porte, que realiza suas atividades na área rural do município de Santarém e que possui áreas de terra de até 100 hectares. Essa identificação tem como base o recorte feito na pesquisa empírica, cuja proposta era de entender a natureza dos deslocamentos dessa categoria de trabalhador que tanto poderia já estar de posse do seu lote de terra ou fosse pleiteante, e que trabalhasse em regime de economia familiar. Trata-se de um trabalhador que produz para o sustento, mas que reserva parte dessa produção para a venda.

Adotou-se o conceito *trabalhador rural* em detrimento de outros que são utilizados com frequência naquela região, tais como *pequeno produtor* e *agricultor familiar*, tendo em vista que a pretensão do estudo é analisar a mobilização do trabalho em decorrência das ações da dinâmica capitalista. Ou seja, no horizonte desta tese está a sociedade produtora de mercadorias. Desse modo, um trabalhador rural ou outro, está sempre suscetível à mobilização por conta do trabalho ou pela falta dele, especialmente em uma região em que a propriedade privada da terra dinamiza o processo de ocupação da terra, que na maioria das vezes, não tem sido feita de forma amistosa.

O conceito de *pequeno produtor* está vinculado aos propósitos da política agrícola do governo federal. É caracterizado como aquele que explora imóvel rural de até quatro módulos rurais da respectiva região. Já o conceito de *agricultor familiar* é usado para fins de enquadramento sindical no segmento patronal ou no segmento obreiro.

De acordo com a Lei 9.701/98, **trabalhador rural** é a pessoa física que presta serviço a empregador rural mediante remuneração de qualquer espécie; quem, proprietário ou não, trabalhe individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com ajuda eventual de terceiros. **Empresário ou empregador rural** é a pessoa física ou jurídica que, tendo empregado, empreende, a qualquer título, atividade econômica rural; quem proprietário ou não, e mesmo sem empregado, em regime de economia familiar, explore imóvel rural que lhe absorva toda a força de trabalho e lhe garanta a subsistência e progresso social e econômico em área superior a dois módulos rurais da respectiva região; os proprietários de mais de um imóvel rural, desde que a soma de suas áreas seja superior a dois módulos rurais da respectiva região (DECRETO-LEI 1166/71, com a redação dada pela LEI Nº. 9.701/98; FAEMG, 2008).

MAPA 01 - LOCALIZAÇÃO DA GLEBA PACOVAL

FONTE: Adaptado do Mapa: Estado do Pará - Área de Atuação da SR 01 - PA, escala 1:1800.000, INCRA, 1999

I. O perpassar da história amazônica no processo de formação da história econômica brasileira

Pensar a Amazônia de hoje como parte do território nacional sob a ótica de um conceito geopolítico que a define como *Amazônia Legal*³ ou sob a ótica de um conceito político-administrativo que a designa de *Região Norte*⁴, nos dá a idéia de que essa região esteve sempre integrada ao território brasileiro⁵, tal como se observa nos mapas cartográficos vigentes. Nessas condições e como parte do território nacional, as ações e tomadas de decisões locais, na sua dimensão geopolítica, foram seguindo, ao longo do tempo, as orientações de um poder central constituído, estivesse ele baseado em solo lusitano ou em terras brasileiras, quase sempre articuladas com os poderes locais das províncias de antes ou de estados e municípios, nos dias de hoje.

A criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão⁶, em 1751, por exemplo, foi um momento do poder e da materialização das estratégias da coroa portuguesa

³ Amazônia Legal é uma construção geopolítica estabelecida pela lei 5.173 (1966), ampliada em 1977 pela Lei Complementar 31 para fins de planejamento (incentivo ao desenvolvimento). Nessa condição, ela representa 60% do território nacional e é composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão a oeste do meridiano 44°. Lei nº 5.173 de 27.10.1966, Art. 2º: *A Amazônia para efeitos desta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Acre, Pará e Amazonas, pelos Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia, e ainda pelas áreas do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo 16º, do Estado de Goiás a norte do paralelo 13º e do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44º.* (SIPAM, 2006, p.2).

⁴ Região Norte é um conceito proposto pelo IBGE, que leva em consideração aspectos naturais, clima, relevo, vegetação e hidrografia, cuja formação passou por várias mudanças ao longo dos anos, vigorando oficialmente a divisão regional de 1969, com uma modificação: o estado do Tocantins, que criado em 1988 e desmembrado do Estado de Goiás - Região Centro-Oeste, incluído na Região Norte (IBGE, 2007).

⁵ Em diversos momentos do Brasil-colônia, alguns estados que compõem a Amazônia Legal de hoje, fizeram parte de arranjos e rearranjos políticos e administrativos com vistas a melhorar a racionalidade do processo de expansão do comércio mercantilista. Exemplo disso foi a situação vivenciada pelos estados do Pará e do Maranhão: *Em 1612, a Coroa portuguesa criou o Estado do Maranhão, que englobava, então, além da capitania do Maranhão, a do Pará e Ceará, como uma instância facilitadora da administração colonial, já que a comunicação entre esse novo Estado e o Reino era mais fácil e rápida do que o Estado do Brasil. Este dura até 1652, quando é desfeito e ressurge em 1654, sem a presença do Ceará, com o nome de Estado do Maranhão e Pará e funcionando com sede em São Luis até 1737, depois mudando para Belém. Com passar do tempo começa a ficar evidente uma supremacia da Capitania do Pará em virtude de seu intenso comércio de drogas do sertão e da produção agrícola para exportação [grifo nosso], o que faz com que o nome do estado mude novamente em 1751 para Estado do Grão-Pará e Maranhão, quando da data deste documento. Em 1772 as capitanias se desmembram definitivamente, passando a existir então a capitania do Pará e capitania subalterna de São José do Rio Negro, e capitania do Maranhão e subalterna do Piauí* (NOTAS EXPLICATIVAS contidas na Cópia da Carta Régia de 11 de junho de 1761 enviada pelo rei de Portugal, D. José I, ao governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manoel Bernardo de Melo de Castro, ARQUIVO NACIONAL E A HISTÓRIA LUSO-BRASILEIRA, 2007, p. 1).

⁶ O Estado do Grão-Pará e Maranhão foi instituído também por conta da nova direção política estabelecida pelo Marques de Pombal, como forma da Coroa reverter a dinâmica econômica em favor dos comerciantes

para garantir seus domínios e torná-los lucrativos. Nesse sentido, o Grão Pará e Maranhão era uma colônia à parte da colônia Brasil.

Mas se refletirmos sobre a Amazônia pela ótica de sua história econômica e social, desde no período colonial, quando os emissários da coroa portuguesa conseguiram, enfim, penetrá-la e afirmá-la como a outra parte que lhes cabia, compreende-se que se trata de uma região que foi, aos poucos, construindo sua própria história, peculiar e contraditória, e em situação de descompasso em relação às demais regiões do Brasil no que tange ao processo de modernização, ainda que se mantivesse próxima e conectada ao mercado mundial nos prósperos momentos de sua economia extrativa. Assim, os rumos da dinâmica produtiva amazônica e das articulações para viabilização dos negócios passaram a ser determinados por uma demanda externa, especialmente da Europa, com a qual Portugal necessitava interagir.

Visto por esse ângulo, a Amazônia transformou-se no baluarte de um dos modos de produção de longa permanência (o extrativismo), entre os que se firmaram nas regiões do Brasil colônia, cuja dinâmica social de cada uma delas se fazia mais em função da urgência e do valor das mercadorias que eram extraídas ou produzidas e destinadas ao mercado externo, do que em função de um processo intencionado de povoamento que gerasse uma dinâmica orientada para os interesses da sociedade que se estabelecia na nova terra (PRADO JR., 2004; NOVAIS, 2005).

Tanto o Brasil, quanto diversos outros lugares da extensa região do continente americano, tornaram-se colônias de exploração típicas para os descobridores europeus: “na colonização da época mercantilista, a ocupação e a valorização das novas áreas – a europeização do Novo Mundo – se processa nos quadros do ‘Sistema Colonial’ que informa todo o movimento” (NOVAIS, 2005, p.27).

Como economia dependente e supridora de mercadorias para o mercado europeu, o Brasil, sob a intervenção e intermediação portuguesa, havia de se viabilizar nesse sentido. Cada região da colônia, portanto, em maior ou menor grau, fornecia produtos úteis, geralmente em períodos cíclicos, de acordo com suas

portugueses que padeciam de restrições produtivas em decorrência da acirrada disputa entre colonos e religiosos, especialmente os jesuítas, pelo controle da população indígena, que era base da mão-de-obra local, cuja utilização era fundamental para o sistema mercantil do Atlântico Sul (RAYMUNDO, 2006, p.1).

potencialidades naturais (abundância de produtos florestais e vegetais, terra farta e fértil para o plantio, riqueza de minérios, longas extensões de terra para uso de pasto, entre outras). O processo de ocupação se justificava pela busca contínua das mercadorias mais valorizadas, que informava toda a dinâmica e a valorização das novas áreas.

O desafio dos *empreendedores mercantilistas*, logo e a partir do início do período colonial, passava, também, pela necessidade de viabilizar a formação de uma força de trabalho de origem indistinta (índio, negro ou outra), móvel e submissa o bastante para seguir as trilhas que conduziam às riquezas, nas mais longínquas localidades do imenso território conquistado. O interesse das mercadorias de cada momento é que determinava os locais, as trajetórias e os tempos a serem percorridos por esses empreendedores e pela força de trabalho arregimentada.

Em cada período de prosperidade, pelo menos um produto reinava absoluto como o mais valorizado, enquanto os demais que eram produzidos e não destinados ao mercado externo, tinham função subsidiária no processo de prospecção e de exploração daqueles outros de grande valor comercial (Caio Prado Jr., 2004), ou seja, eram garantidores da subsistência e da dinâmica de ocupação que se concretizava em várias direções, constituindo-se, portanto, em mercadorias de “segunda linha”⁷ e que acompanhavam, direta ou indiretamente, o *boom* exportador.

O foco no mercado externo e na circulação das mercadorias, como decisão mercantilista na era colonial, orientou de modo decisivo a dinâmica expansionista e evolutiva da economia brasileira, como parte de um processo mais amplo que Caio Prado Jr. designou de *sentido da colonização*:

... a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso [...] ...a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu (PRADO JR., 2004, p.31).

⁷ “Mercadorias de segunda linha” é uma expressão que se emprega, neste estudo, para designar os produtos que não exerciam papel importante na dinâmica exportadora da era colonial, mas que eram cultivados para dar sustentação à produção ou extração dos produtos principais, ou seja, não tinham, aos olhos da metrópole, o mesmo valor de troca na relação comercial entre a coroa e os países compradores. Tratava-se, portanto, de produtos de importância secundária. Também podem ser incluídas nessa designação aquelas mercadorias que depois de passado o *boom* exportador, continuavam sendo exploradas pelos moradores locais a título de reprodução simples, mediada pela troca, pois mesmo não mais existindo o grande interesse comercial, continuavam sendo compradas e utilizadas com outros fins. Exemplos disso são: o látex, que continuava sendo vendido para o pequeno comerciante; o cacau para mercado alimentar interno; o breu escuro e branco (calafetagem de barcos e combustível, respectivamente), entre outros.

Importa entender, no extenso caminhar da história econômico-social amazônica, como a lógica colonial foi “moldando” muitas das dinâmicas internas da citada região, seja na vida cotidiana (relações sociais) seja nas funções produtivas e de trabalho. À medida que o processo de inserção na economia capitalista externa se aprofundava, a mobilização do trabalho também acontecia como parte necessária do processo. Alfredo (2005, p. 1) enfatiza a necessidade de compreensão “das formas específicas de como esta mobilização realiza-se em uma e a partir de uma sociedade que se gestou sob o pressuposto de uma lógica colonial”.

A região amazônica, em períodos progressivos ou intercalados, foi chamada a “colaborar” com a intenção exportadora da coroa portuguesa na era colonial, como também tem sido chamada a participar na etapa modernizante da economia brasileira de intensivo fluxo exportador para os mercados mundiais, produzindo mercadorias em tempos mais acelerados. O modo de ver esses dois grandes momentos históricos – *da economia extrativa e da economia agrícola* - requer um olhar mais agudo sobre a análise de suas dinâmicas, visto não serem iguais, tanto nos processos de realizar as atividades quanto no da mobilização do trabalho, mas que possuem elementos comuns.

Olhando a questão por outro ângulo (a partir de antes e também no extenso caminhar), há de se considerar que mesmo não existindo, de início, o propósito de fincar raízes, outras condicionantes foram interferindo no processo de ocupação, tais como o fluxo das relações cotidianas, as crises que afetavam a continuação do *boom* exportador de determinadas mercadorias e os múltiplos interesses em jogo. O conjunto desses fatores criava condições para que inúmeras localidades do território conquistado ganhassem, do ponto de vista econômico e social, certa autonomia, longe da vontade primeira dos colonizadores que era de ocupar para explorar. Ou seja, a vida de determinados lugares apoiava-se quase que exclusivamente na dinâmica produtiva das mercadorias de “segunda linha”, em torno das quais gravitava a vida de parte da população que não era absorvida pela dinâmica exportadora, como também daquela outra, que mesmo inserida nesse processo, sofria as conseqüências dos sucessivos colapsos.

Também nos momentos de crise dos produtos exportáveis, as atividades subsidiárias garantiam a sobrevivência de instituições políticas, civis e religiosas, que nelas buscavam suas bases de sustentação e de poder diante das classes

menos favorecidas. Portanto, enquanto durassem as crises cíclicas de demanda e produção das mercadorias exportáveis, as populações locais valiam-se das opções de negócio que estavam ao seu alcance: atividades extrativas e agrícolas de subsistência, atividades comerciais supridoras dos bens de primeira necessidade (alimentar, utensílios domésticos e ferramentas de trabalho), entre outras.

Adentrando no universo amazônico e citando apenas um momento de seu percurso extrativista do século XX, dentre aqueles que perpassaram vários séculos de sua história, um misto de atividade comercial de fornecimento, de coleta de produtos extrativos da floresta e rios, e da pequena produção agrícola, fazia funcionar a vida de inúmeras localidades. A realização das trocas era feita por meio dos batelões e barcos a remo que circulavam ao longo de rios e igarapés, de tempos em tempos, momento em que os comerciantes e/ou aviadores negociavam essas mercadorias de “segunda linha”. A modalidade de troca era quase sempre o escambo (mercadoria por mercadoria), porém, o critério que balizava o sentido de valor implícito nessas mercadorias não era somente o “peso” do trabalho ou a relação de troca pura e simples de uma mercadoria por outra. Continha, por vezes, elementos de coerção e de intimidação⁸. O estatuto da violência era um componente que pesava na balança em favor daquele que tinha maior capacidade de lucrar na relação de troca.

Para esquadrihar o panorama que começa a se descortinar e que perpassará vários momentos da vida econômica e social da Amazônia, *tal como uma extensa gravura que não se interrompe no espaço, mas que vai perdendo ou*

⁸ Na relação entre comerciante e extrativista, dever-se-ia aceitar, muitas vezes, o preço e as regras estabelecidos pelo fornecedor habitual, do contrário, a mercadoria desejada não seria vendida ou poderiam existir as retaliações. O caráter de mando pressupunha uma “fidelidade compulsória” na relação de compra e venda, fosse por conta de dívidas contraídas e nunca zeradas ou por favores recebidos que nunca seriam pagos. Relatos de situações contadas por gerações no seio de muitas famílias amazônicas (fontes orais), dão conta de episódios ilustrativos de situações como essas: “... meu bisavô piauiense, pai da minha avó Cota (mãe do meu pai), chamava-se Luiz Rodrigues Pereira, que também foi assassinado. Segundo relato de seus descendentes, isso teria acontecido a mando de um irmão do meu avô Miguel (que veio a se casar com minha avó Cota). O irmão do meu avô Miguel, que ora denominamos de Sr. X, era um comerciante truculento e proprietário de seringais, que exigia exclusividade na venda do gênero (o látex). Meu bisavô Luiz Rodrigues Pereira necessitou comprar um pano de chita para confeccionar um vestido, a pedido de uma de suas filhas para um arraial local, que não tinha no comércio do seringalista. Para tal, precisou vender parte do látex a outro comerciante em um lugar chamado Aramaná (havia o agravante de que Luiz Rodrigues Pereira tinha uma dívida em aberto com o Sr. X). Por conta desse episódio foi morto sob tocaia. O assunto do assassinato foi abafado e ninguém ousava contestar. O suposto mandante do crime ofereceu-se para ajudar a família da vítima desde o velório até o sustento, que era formada só por mulheres, incluindo a adolescente Cota que viria a se tornar minha avó, casando-se com o irmão do suposto mandante do crime. Corria a notícia de que o pistoleiro que cometeu o crime, jurou no leito de morte que o havia feito a mando do Sr. X, pois nessa hora de agonia, clamava pelo perdão dos familiares da vítima” (CASTRO, 2004, p.8).

ganhando novos matizes, incorporando novas personagens, imprimindo mudanças nas paisagens de outrora e chegando aos dias de hoje, quando a região oeste do Pará se tornou palco de inúmeros conflitos, determinados fatos que foram acontecendo ao longo do tempo, são destacados neste capítulo, como forma de ilustrar o percurso das mudanças e a natureza dos empreendimentos que foram se multiplicando.

Adotamos dois caminhos para compreender o funcionamento da lógica desse processo, mas que necessitam ser analisados em paralelo: pela perspectiva da *inserção do capital externo e monopolista* nas dinâmicas produtivas, um elemento comum em todos os momentos produtivos da região (economia extrativa de bens florestais, uso do solo para atividade agrícola e do subsolo para a exploração mineral), quaisquer que sejam ou tenham sido o *modus operandi*, as relações de trabalho e os descompassos dos tempos vividos, e *pelo processo histórico de apropriação da terra* para realizar as atividades produtivas, *calcado, sempre, na formação de grandes latifúndios*. Ou seja, existia a *motivação* e o *como fazê-lo*.

1.1 Do extrativismo ao agronegócio: uma coleção de cobiçadas mercadorias

A extração vegetal, animal e mineral sempre esteve na base da formação da economia amazônica desde o período colonial, quando as diferentes regiões do Brasil funcionavam como periferias da produção europeia e até os dias atuais, quando determinados lugares da Amazônia foram sendo estrategicamente escolhidos para fornecer as mercadorias, que, pela “abundância” e peculiaridade, só ela ainda tem condições de oferecer para os mercados mundiais. Incluem-se nesse leque, os recursos minerais (subsolo), a madeira, as peles e filhotes de animais vivos, plantas e ervas medicinais, frutos exóticos, entre outras.

O extrativismo, em sua modalidade mais simples, caracteriza-se como uma das formas econômicas de exploração para captação de recursos mediante trabalho não qualificado para subsistência. “Entretanto essa atividade simples pode ser parte de sistemas muito mais complexos de produção e de consumo, tornando-se uma estratégia dirigida para ampliar a capacidade de obter produto com menos capital [...] em que se cria valor pela captação de recursos naturais mediante uso de trabalho com pouco capital e tecnologias quase invariantes” (PEDRÃO, 2001, p. 1).

Diversos produtos exportáveis amazônicos como o cacau e a borracha, costumavam ser classificados como mercadorias produzidas, mas também eram obtidas por meio das práticas extrativas. As drogas do sertão, tais como as ervas aromáticas, plantas medicinais, canela, baunilha, cravo e guaraná, e outras mais, são exemplos típicos de bens adquiridos pelo processo de extração, além das madeiras de lei que foram e continuam sendo extraídas à exaustão.

Entretanto, o trabalho desempenhado na prática extrativa nem sempre esteve a serviço do capital, pois tem sido utilizado na captação de recursos para prover a sobrevivência dos próprios coletadores.

Caio Prado Jr. (“Formação do Brasil Contemporâneo”) ressalta o caráter incipiente e localizado da atividade extrativa:

...o Pará, propriamente, ainda se encontra uma organização econômica e social que se equipara à das demais capitânicas marítimas: os mesmos produtos, o açúcar, o tabaco e outros, embora todos, em pequenas proporções; mais para cima, ao longo dos milhares de quilômetros [...] encontraram os colonos na floresta amazônica um grande número de gêneros naturais aproveitáveis e utilizáveis no comércio, o cravo, a canela, a castanha, a salsaparrilha e, sobretudo o cacau, sem contar a madeira e produtos abundantes do reino animal. [...] a agricultura, que exige um certo domínio sobre a Natureza, apenas se ensaiou... (PRADO JR. 2004, pp. 211-212).

A situação de descompasso da região amazônica em relação às demais do Brasil tem sido interpretada como um fato decorrente de sua peculiaridade natural (densa floresta, imensidão dos rios, vida selvagem, entre outras) ou pela dificuldade para se instalar as *plantations* nos moldes das fazendas de café ou de cana-de-açúcar de outras regiões (falta de mão-de-obra, dificuldade para escoamento, terra inadequada, retorno duvidoso do investimento, entre outros). Em não sendo esses obstáculos contornáveis, à época, haveria de se explorá-la naquilo que ela podia oferecer de mais barato, imediato e lucrativo: suas riquezas naturais pelo processo da coleta.

A produção extrativa como atividade com valor comercial se inicia no final do século XVI, com a exploração das “drogas do sertão” e segue seu ritmo com a demanda de produtos de grande valia, apreciados por vários países europeus.

Desde as primeiras décadas da colonização européia, as expedições coletoras constituíram a base da produção na Amazônia. Os portugueses, especialmente, organizaram a penetração econômica da região, nos séculos XVII e XVIII, em torno de grupos extremamente móveis de índios coletores,

que se dispersavam por toda uma dada área para extrair substâncias naturais, como óleo de tartaruga, especiarias, madeira-de-lei, óleos vegetais e semente de cacau... [...] Essa ênfase nas expedições coletoras, em oposição à agricultura organizada ou mineração, foi o traço que mais marcadamente distinguiu a vida amazônica de outras importantes áreas de colonização no Brasil colonial [...] Contudo, os colonizadores logo perceberam que as condições da Amazônia estavam longe de ser ideais para o desenvolvimento de uma economia agrícola (WEINSTEIN, 1993, pp.24-25).

Entre 1730 e 1755, o cacau sozinho representou de 43,5% a 96,6% do total das exportações do Baixo Amazonas, com maior proporção ocorrendo entre os anos de 1730 e 1745 [...] Em 1743, o cacau era sem dúvida, a mais importante de todas as drogas do sertão (diversos produtos florestais e hortícolas amazônicos eram embarcados para a Europa com diversas finalidades: alimentos, plantas medicinais, óleos, couros salgados, peles, madeiras, ceras, látex etc.), já que, nessa época, as sementes de cacau circulavam como dinheiro entre os camponeses amazônicos... (BALLÉ, 2006, p.45).

Em meados dos séculos XIX e XX, a Amazônia alcançou notoriedade econômica na produção gomífera, em dois grandes momentos (1879/1912 - 1942/1945), quando a borracha se tornou expoente desse ramo de negócio com produção em grande escala. Essa exploração não se limitou a algumas poucas áreas da região, mas se transformou em um fenômeno de amplas dimensões, estendendo-se por inúmeros e remotos lugares da bacia amazônica (WEINSTEIN, 1993).

Tanto o cacau quanto a borracha aqui citados, são exemplos ilustrativos do fenômeno que marcaria a história econômica dessa região, numa sucessão de ciclos⁹ que ia da expansão às crises, vinculados à exploração extrativa de diversos produtos em diferentes épocas.

Por conta do aparato necessário e indispensável ao processo de coleta e de venda desses produtos, especialmente a borracha, estruturas de suporte iam sendo

⁹ A despeito das controvérsias que existem sobre o conceito **ciclo**, este é utilizado nesta tese para designar o fluxo da economia extrativa, do auge à queda e, em algumas situações, da recuperação, como o foi o caso da borracha, cujo interesse comercial a fez revigorar-se em diferentes momentos da história amazônica. Ou seja, o conceito comporta os estágios dessa economia voltada para o comércio de exportação, que chegava ao ápice, motivada por uma grande demanda, e que fechava cada período com a crise, quando o interesse por qualquer mercadoria coletada deixava de existir. Portanto, enquanto atividade de valor comercial-exportadora ela gerava um começo, um período de *boom* e um fim. Na condição de economia de subsistência, todavia, a atividade extrativa mantinha a capacidade de perdurar-se por muito tempo, sem se fechar completamente, mesmo com o refluxo do mercado externo. Cite-se novamente o exemplo da borracha, que até os dias de hoje continua garantindo a sobrevivência de várias famílias amazônicas, mesmo na ausência de um interesse comercial relevante. Autores como Caio Prado Jr. (Formação do Brasil Contemporâneo) e Roberto Simonsen (História Econômica do Brasil) utilizam sem reservas o conceito **ciclo**, enquanto Furtado prefere utilizar o conceito de expansão e decadência.

montadas nas cidades e no interior da floresta (barracões, transporte fluvial, casas comerciais etc.). A expansão dos negócios e a multiplicidade de interesses passaram a exigir estruturas operacionais e administrativas mais funcionais, relações sociais mais pragmáticas e articulações políticas mais fluidas de modo a facilitar o acesso a quem de fato detinha o poder – os financiadores da coleta e do transporte dos produtos extrativos que seguiam para os mercados europeus.

O investimento inicial para a implantação da atividade extrativa, antes do apogeu da indústria gomífera, foi relativamente possível mobilizar dentro dos limites dos recursos privados existentes na região amazônica. No entanto, a elevação dessa produção exigiu uma mobilização de capital de tal ordem que somente fontes externas de financiamento poderiam dispor [...] regionalmente desenvolveu-se uma necessária articulação de investimentos estrangeiros e nacionais para consolidar e desenvolver a economia extrativista da borracha (MAMEDE, 2007, p. 4).

Embora detendo nesse momento praticamente a supremacia da produção de borracha, o Brasil não assumiu o financiamento para a organização e a montagem da produção dessa matéria-prima. Ao Estado brasileiro interessava mais captar os impostos sobre o volume exportado de borracha, ademais de estar concentrado, sobretudo, nos negócios do café no Centro-Sul. Desse modo, foi o capital estrangeiro que progressivamente constituiu o sustentáculo da atividade extrativa, quer quanto ao crédito para as exportações e importações, quer como capital de giro para empréstimos aos governos regionais. Assim, a política imperialista do grande capital monopolista encontrou plena corporificação no financiamento da economia gomífera na Amazônia. Logo, o controle do processo de produção esteve essencialmente nas mãos dos centros industriais situados na Inglaterra e Estados Unidos que, através das praças importadoras de Liverpool e New York, determinavam os cursos da economia extrativista da borracha (MAMEDE, 2007, p. 5).

Cidades como Belém e Manaus tornaram-se centros de decisão, de distribuição de mantimentos, de entrepostos para a venda de produtos extraídos e exportáveis, de canais de distribuição da força de trabalho que chegava de outras regiões e de lugares de lazer e prazer para a burguesia que se formava na ribalta dos palcos, dos cabarés e dos teatros, alimentada pelo *boom* das riquezas que se originavam do interior da floresta, obtidas quase sempre à base “do sangue, do suor e das lágrimas” de trabalhadores migrantes, oriundos, principalmente, do nordeste¹⁰

¹⁰ O alistamento para os interessados em trabalhar nos seringais da Amazônia era feito pelo SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia), criado em 1942 pelo Estado Novo, com sede em Fortaleza e substituído pelo CAETA (Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia) em 1943. Entre outras agruras, “os milhares de trabalhadores nordestinos recrutados desde inícios de 1943 para trabalhar na região amazônica na extração da borracha assinaram um contrato de ‘encaminhamento’, no qual podiam optar – e a grande maioria optou – pela assistência que o SEMTA oferecia para suas famílias que ficavam no Nordeste. Muitas mulheres e filhos desses trabalhadores permaneceram nos seus lugares de origem ou nas hospedarias improvisadas, esperando o momento para empreender, também elas, a viagem que as levaria

brasileiro, e dos nativos, cujo empenho de ambos no trabalho era impulsionado pelo peso de suas pobreza ou pelo estímulo do Estado, com base em campanhas de divulgação. Todos chegavam e avançavam inebriados com a promessa de um novo empreendedorismo colonizador que os faria mudar de vida.

Inúmeros desses trabalhadores, que formavam a força de trabalho dos negócios da época, pereceram em decorrência de doenças como a malária, febre amarela, hepatite; ou eram atacados por animais como onças, serpentes e escorpiões; ou abandonados à própria sorte, visto que estavam “presos” ao contrato de aviamento¹¹ (relação de trabalho vigente à época), cujas dívidas contraídas por muitos deles eram, na maioria das vezes, impagáveis. Os trabalhadores endividados não podiam se deslocar de um lugar para outro enquanto não quitassem suas dívidas.

Com base nos acontecimentos narrados pelo seringueiro e contador de história Hélio Melo (1988, pp. 9, 10 e 12) é possível sentir o momento do qual se fala.

Em Belém do Pará só se falava da borracha; também corriam alguns boatos de Cobra Grande, Onça e o tal Mapinguari, que era o terror da floresta. Isso intimidava a muitos. Então os comerciantes, para incentivar os nordestinos, lançavam propagandas pelas ruas da cidade e até diziam que na Amazônia se juntava dinheiro com um cambito. Isso fez muitos se jogarem nas matas virgens, em busca de aventuras (Figura 01).

As embarcações eram a vapor. Ao chegarem aos portos apanhavam a lenha e prosseguiam viagem. As pessoas interessadas em ocupar a Amazônia apanhavam o navio em Belém e seguiam viagem até o último ponto explorado no rio Purus, afluente do Solimões. O navio, de ano em ano, fazia o transporte da mercadoria e recebia o Caucho (Figura 02).

ao encontro de seus maridos, ou aguardando o retorno destes ao termo de dois anos de ingresso no seringal. Depois, em junho de 1944, quando foi suspenso o pagamento da assistência, sentiram-se novamente abandonadas e escreveram ao presidente da República, Getúlio Vargas, como último recurso, apelando por justiça”. “Na nova conjuntura de aliança entre Brasil e Estados Unidos, com acordos para provisão de borracha aos aliados na guerra, o povoamento e a fixação de famílias na bacia amazônica já não eram empreendimentos prioritários e assim recorreu-se ao tradicional recrutamento de trabalhadores nordestinos para serem conduzidos aos seringais” (SECRETO, 2008, p. 3).

¹¹ Contato de aviamento “é o contrato de trabalho rural mediante o qual uma pessoa denominada *aviador* entrega a outra, denominada de *aviado*, dinheiro e/ou mercadorias e/ou gêneros alimentícios, por determinado valor unilateral estabelecido pelo primeiro, a fim de que o segundo se obrigue a vender-lhe toda ou parte da coleta de castanhas ou de látex de seringueira transformada em pélas de borracha, obtidos tais produtos em determinado período avençado e em áreas certas de terra ou não” (SODERO, apud HIRONAKA, 2000, p.7).

A Casa Aviadora é um grande estabelecimento comercial que vende de tudo e que compra o produto [...] Enquanto o explorador ganhava fama de desbravador, os fregueses não tinham direito a nada e ganhavam conforme o que produziam [...] Depois dessas explorações, o patrão sentia necessidade de mais pessoas para produzir borracha [...] Quando o navio chegava no ponto certo onde haviam de trabalhar, os nordestinos eram acolhidos pelo patrão. Os que traziam carta de recomendação tinham as despesas de passagens pagas. Entretanto, quem viesse por conta própria, já não gozava desse direito (Figura 03).

Com o avanço gradativo da produção extrativa, diversas pequenas cidades surgiam e outras se fortaleciam. Muitas delas passaram a se constituir centros de apoio e bases de exportação, tal como a cidade de Santarém, que pela sua localização privilegiada (situada às margens do Rio Tapajós) logo se tornou rota de grande movimento dos navios de transporte e dos batelões e canoas a remo, para o trânsito de grandes e pequenas mercadorias e de trabalhadores, conforme a situação.

FIGURA 1 – Propaganda da Borracha

FIGURA 2 – Navio de Transporte

FIGURA 3 – Casa Aviadora em Belém do Pará

Fonte: Desenhos de Hélio Melo, 1988.

1.1.1 Economia extrativo-exportadora do Pará

No caso específico do estado do Pará, inúmeros foram os bens coletados e cultivados que tiveram impacto nas exportações da colônia. Relacionamos no Quadro 01, algumas das mercadorias que tiveram maior realce nos negócios da época.

QUADRO 01 - Maiores Destaques da Exportação do Pará até o Século XIX

PRODUTOS	QUANTIDADE
AÇÚCAR	Em 1618, os primeiros engenhos foram instalados nas circunvizinhanças de Belém, produzindo açúcar e aguardente. Nos anos de 1773 a 1800, o Pará exportou para Portugal 2.055 arrobas de açúcar. Em 1812 foram exportadas mais de 367 pipas de aguardente regional. Com o passar dos anos esse volume foi aumentando, até a consolidação de outros centros de produção, como o nordeste brasileiro.
ALGODÃO	Em 1616, com a chegada dos portugueses ao Pará, já existia o algodão nativo, mas era pouco cultivado. Com o estímulo da exportação, o algodão tomou impulso. A partir de 1774, foram feitas as primeiras exportações. Desse ano até 1817, elas foram de 447.135 arrobas e 78 libras. De 1836 a 1862, foram de 31.291 arrobas e 49 libras. Houve o declínio. O reinício foi em 1935, com produção de 3.510 toneladas em caroço e 1.035 em pluma. Em 1936, alcançou 5.667 toneladas em caroço e 1.700 em pluma.
ARROZ	Com a chegada dos portugueses em 1616 o arroz nativo já era cultivado. De 1773 a 1808 a exportação do arroz paraense para Portugal foi de 1.761.895 arrobas, que depois passou a ser exportado para outros países. Entre 1814 e 1815 as exportações de arroz foram de 162.486 arrobas em cada ano, e entre 1836 a 1862 foi de 434.486 a cada ano, regredindo até parar.
BORRACHA	Mostra-se a participação do Pará na produção total de borracha (anos e toneladas) e respectivo percentual de participação com relação ao total da Amazônia: 1885-89 = 36.329 (49,4%) 1890-94 = 39.813 (43,4%) 1895-99 = 45.666 (38,1%) 1900 -1904 = 52.837 (35,8%) 1905-09 = 56.089 (29,5%) 1910-14 = 52.342 (26,4%)
CACAU	Em 1616, o cacau nativo já existia no Pará e era cultivado pelos índios ("caa-caú-uá"). Em 1730 o Pará tinha em cultivo cerca de um milhão e meio de pés de cacau, que foram somados a mais 700 mil em 1749. Os anos de exportação mais expressivos: entre 1773 a 1781, com 420.039 arrobas; de 1784 a 1786 com 219.781 arrobas; de 1794 a 1802 com 764.826 arrobas; de 1808 a 1818 de 984.599 arrobas. Com a ascensão da produção na Bahia, decresce o interesse na produção do Pará.
CASTANHA DO PARÁ	Mostra-se a produção de Castanha-do-Pará na Amazônia como um todo e no estado do Pará, em toneladas, com participação percentual, respectivamente: 1950: 22.636 → 11.145 (49%) 1960: 39.382 → 13.405 (34%) 1970: 49.912 → 26.830 (54%) 1980: 40.456 → 22.611 (56%) 1985: 45.020 → 15.417 (34%) 1990: 51.195 → 16.235 (32%) 1993: 26.505 → 6.936 (26%)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Roberto M. Rodrigues (1982), Bárbara Weinstein (1993) e ALMEIDA (1963).

1.2 Santarém: a dinâmica da cidade e do município “postados” na rota do agronegócio

Santarém é o nome da cidade-sede do município e do município, propriamente dito. Este foi elevado a essa condição em 24/10/1848 e situa-se a oeste do estado do Pará, limitando-se ao norte com os municípios de Óbidos, Alenquer e Monte Alegre com os quais divide o leito do rio Amazonas; ao sul, com os municípios de Rurópolis e Placas; a leste com os municípios de Prainha e Uruará e a oeste com os municípios de Juruti e Aveiro (Mapa 2). Ocupa, atualmente, uma área de 24.154 km² que corresponde a 1,92 % do território paraense (IBGE - Censo Demográfico, 2004).

MAPA 02 – Estado do Pará

Fonte: Elaborado por José de Lima Pereira, 2000.

Santarém (a cidade) fica situada à margem direita do rio Tapajós, na confluência com o rio Amazonas e pertence à Mesorregião do Baixo Amazonas que é formada por três Microrregiões (Óbidos, Santarém e Almeirim) e sempre foi considerada uma região estratégica para o estado do Pará (Fotos 01, 02 e 03).

Até o ano de 1996, o município de Santarém possuía uma superfície de 34.091 km², mas foi reduzida quando Placas e Belterra foram emancipados política e

administrativamente. O PRIMAZ (Programa de Integração Mineral em Municípios da Amazônia), que efetuou o cálculo da área municipal santarena para elaboração do novo mapa, sugeriu que fosse excluído desse mapa apenas o município de Placas, mantendo Belterra, por localizar-se na porção central da área territorial de Santarém (Prefeitura/ SEPLAM, 2006) (Figura 04).

Figura 04 - Santarém e Belterra (contornos)

Fonte: FAMED - Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará, 2006

Os distritos que formam o município de Santarém são quatro (Tabela 01). Além desses, existem 63 aglomerados rurais (povoados) levantados pelo IBGE e que são chamadas de **Comunidades**, tanto pela população quanto pelas instituições públicas e privadas (CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000, Resultado Preliminar). Outros pequenos aglomerados rurais também vão se formando aos poucos e não aparecem nos levantamentos do IBGE, dada a dimensão e complexidade geográfica daquela região, especialmente entre os pequenos rios e igarapés.

FOTOS 01 e 02 – Orla da cidade de Santarém (dois ângulos do calçadão)

FOTO 03 – A frente de Santarém vista do rio

Fonte: Fotos da autora, janeiro, 2007.

TABELA 01
Área do Município de Santarém, Distritos e População, em 2000

Cidade/Distritos	Área (km ²)	Área total (%)	População (zona urbana)	População (zona rural)	Pop. Rural %
Santarém	12.833,56	48,39	176.514	46.702	20,92
Alter-do-Chão	1.706,25	6,43	1.369	5.372	79,69
Mojuí dos Campos	103,88	0,39	5.127	754	12,82
Boim	8.717,56	32,87	823	10.856	92,95
Curuai	792,75	2,99	2.685	12.470	82,28
TOTAL	24.154,00	-	186.518	76.154	28,99
Belterra *	2.368,75	8,93	5.101	9.466	64,98

Fonte: Tabela elaborada com base em dados do IBGE e da Prefeitura de Santarém (SEPLAM).

* Ex-distrito de Santarém desde 1996.

1.2.1 A formação do patrimônio territorial santareno

As concessões de terras da União para a formação do município de Santarém começaram em 1873 e existe em curso, desde 1998, um novo pedido de concessão de terra para expansão legal do município (CDU – Coordenadoria Municipal de Desenvolvimento Urbano/Prefeitura de Santarém, 2006).

1ª Concessão: o Governo Imperial, em 14 de abril de 1873, concedeu ao antigo Conselho Municipal de Santarém, uma légua e meia de terras entre os rios Maicá e Mapiri. Em agosto de 1902, o Governo do Estado expediu o título dessa área de terras que tem a forma de um polígono irregular de 62 lados, abrangendo uma área de 61.603.227,00 m² ou 6.160,5227 ha, dentro de um perímetro de 26.344,00 metros lineares.

2ª Concessão: feita pelo Governo do Estado, em 17 de agosto de 1903, inerente às terras de várzea, à margem esquerda do Rio Tapajós, na confluência deste com o Rio Amazonas, com uma área de 8.776.835,00 m² ou 877,6835 ha, que fora concedida para compensar as terras da primeira légua que já se encontravam na propriedade ou posse de particulares.

3ª Concessão: a lei Estadual 2.037, de 09 de novembro de 1921, concede duas léguas de terras situadas ao sul da cidade de Santarém a “começar do lugar que o intendente julgar mais conveniente”. Estas terras ainda não foram demarcadas nem arrendadas pelo município.

4ª Concessão: refere-se às terras que compõem as vilas de Alter-do-Chão, Boim e Curuai, meia légua por uma légua, concedida pela Lei 2.628 de 05 de novembro de 1927. Somente a área de Alter-do-Chão já foi medida e demarcada pelo município em 2003.

5ª As áreas institucionais oriundas de parcelamentos urbanos (loteamentos ou desmembramentos) estão quase todas ocupadas ilegalmente. O município vem reivindicando junto à União, através do Processo 0498/98, a doação de uma área de terras desmembrada das Glebas Mojui dos Campos e Ituqui, que corresponde a 52.444,00 ha, visando a implantação de loteamentos urbanos com fins residenciais (justificação do pedido); criação de zonas industriais; instalação de serviços comunitários; sítios de recreios e implantação de projetos para o aproveitamento econômico da terra com culturas de hortigranjeiras.

O município, desde o início, tem feito a concessão de suas terras por meio do instituto da enfiteuse, aforamento ou legitimação (reconhecimento da posse). Depois o município adotou a alienação de terras (venda, doação ou permuta), sendo a *doação* a mais usada, porém, continuou a *aforar* suas terras a particulares, por ser o mecanismo mais barato. Com o advento do novo Código Civil, ficaram proibidas as enfiteuses (CDU/Prefeitura Santarém, 2006).

De acordo com o presidente do INCRA, Pedro Aquino (entrevista em 2006), quando Belterra foi elevado à categoria de município em 1996, desmembrando-se do município de Santarém, lhe foi doada uma extensão de terra de 1.750 ha para área urbana, 850 ha para APA (Área de Proteção Ambiental) e o restante das terras situadas nas adjacências desse novo município, que não é pouca, continuou sob o domínio da União, porém, a maior parte já foi grilada e esse processo ainda está em curso.

Como se vê, as ações dos poderes públicos não conseguem acompanhar a dinâmica acelerada de uso e ocupação dos espaços. Nas palavras de Raimundo Lourido (CDU, 2006), a Santarém urbana convive com o impasse de ser “uma cidade com e sem documento”, ou seja, existe a Santarém formal e a informal, e a ocupação irregular continua avançando em áreas de domínio público. A pressão popular é constante (rural e urbana) e conta com a intermediação das associações de bairros, federações e demais entidades para reivindicar a concessão e outorga do título registrado.

Se o próprio município, como unidade político-administrativa, ainda não conseguiu regularizar sua própria situação patrimonial, quiçá terá condições de fazê-lo com relação aos particulares, no que se refere às suas “cotas urbanas”, visto que dependem, primordialmente, de ações do poder público que devem levar em conta o ordenamento territorial do município. O mecanismo da **posse** é o instrumento do qual se tem valido tanto os que demandam um lote de terra na área rural, quanto aqueles que buscam viver na cidade de Santarém, uma vez que todos necessitam exercer o direito à moradia. Como se vê, a **terra**, seja na cidade ou no campo, é o elemento gerador de instabilidade para grande parte da população santarena. Para aqueles que já são detentores de grandes posses, a **terra** se constitui na afirmação de poder e da possibilidade de negócios.

Colocada a situação nesse patamar, determinados aspectos merecem atenção quando se analisa os deslocamentos populacionais naquele contexto: os índices de crescimento da população urbana santarena nos últimos anos, a natureza dos deslocamentos populacionais por conta da disputa pela terra e os modos de realizar esses deslocamentos, seja por terra ou por água. À primeira vista, a assiduidade desses deslocamentos pode ser creditada ao avanço da fronteira, cujo foco nos últimos tempos é a produção de grãos, com empreendedores partindo do centro-oeste e do sul do país em direção àquela região. Isso é um fato, mas também existem outros elementos que são analisados com maior profundidade mais adiante.

O padrão tradicional de povoamento baseado na circulação fluvial, desde o início da ocupação regional, vem se alterando ao longo do tempo. Nas três últimas décadas, em função do processo de ocupação econômica, as rodovias passaram a atrair o povoamento para a terra firme, tornando-se opção de acesso, da circulação de pessoas e de produção (Figura 05). Com base nessa nova dinâmica, a Amazônia se urbanizou e se industrializou (em alguns lugares) e, a partir de então, também passou a conviver mais intensivamente com problemas sociais e ambientais. As áreas de rios e várzeas, que sempre funcionaram como elementos históricos de organização da vida regional, ainda permanecem com essa função, porém assumindo novas características e novas formas de organização (Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, 2002).

FIGURA 05 – Meios de Transporte: Escoamento da Produção da Região da “Grande Santarém” *

Fonte: Elaboração de Jose de Lima Pereira, 2004.

* Reflete o quadro atual das opções de acesso e circulação de pessoas e da produção, com destaque para ônibus e barcos.

1.3 A força do extrativismo santareno e as mudanças de rumo de sua economia

No início da vida santarena (1661), quando o lugar ainda era chamado de Aldeia do Tapajós, o cacau, que até 1667 era coletado na mata nativa, teve grande destaque como droga do sertão. A partir de 1734, a lavoura cacauieira passou a ser a principal fonte exportadora, iniciando um dos grandes momentos econômicos daquela localidade - *o ciclo do cacau*. Nesse mesmo período também foram estimulados a plantação do arroz (encontrado em estado nativo e transformado em cultura) e o cultivo do café, milho, feijão, mandioca, algodão e tabaco (SUSSUARANA apud AMAZONAS, 2007).

Antes mesmo de o conquistador português chegar àquela região, os índios Tupaius¹² (primeiros habitantes) já realizavam a coleta e praticavam uma agricultura de subsistência, com produtos como o cará; a batata doce; o crajirú e o urucu (corantes vegetais para tingimento); o cunambi e o timbó (flor e planta que produzem

¹² Os índios *Tupaius* são citados como os primeiros habitantes das margens do rio, onde Santarém foi construída (o Rio Tapajós). Eles pertenciam a uma tribo da grande nação *Tapuiucu*, de porte físico avantajado e bastante numeroso, mas não canibais. Na sua chegada, teriam feito vasta mortandade no pacífico povo que habitava o local do qual se apossaram. O termo *Tupaiu* sofreu diversas variações, tais como *Topaiós*, *Tapaiós*, e finalmente, *Tapajós* (SANTOS, 1999; FONSECA, 1996).

seiva tóxica usada para envenenar peixe), a pupunha, o algodão e, principalmente, o milho e a mandioca. A pesca e o extrativismo animal também faziam parte do conjunto de bens coletados pelos índios (SUSSUARANA apud Amazonas, 2008).

É fato que durante muitos séculos Santarém viveu quase exclusivamente do extrativismo e de uma nascente agricultura. A mudança de perfil desse tipo de economia para a atividade agropecuária com base tecnológica, de serviços e de transformação dos dias de hoje, foi acontecendo ora calmamente ora sob os auspícios da euforia. A partir de 1996/1997, esse processo de mudança ganhou maior celeridade, quando os primeiros passos na direção do agronegócio foram dados.

A perspectiva de sucesso esperado em relação ao plantio de grãos mostrou-se tão atrativa que levou as empresas Agrária S/A e Quincó Ltda, pioneiras nesse negócio na região, a investirem num projeto piloto com o apoio da prefeitura local. O citado projeto foi desenvolvido a 12 km do porto onde se instalou a CARGIL¹³ (AGRÁRIA & QUINCÓ, 2007) (Fotos 04,05,06).

Paralelamente, outras atividades que já vinham sendo desenvolvidas naquela região ganharam maior impulso, tal como a pecuária e a extração da madeira. O crescimento agrícola, em termos de volume produtivo, ganhou grande estímulo já com a construção das estradas Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163)¹⁴, nos anos 70 do século XX, e com a chegada da força de trabalho migrante.

¹³ CARGILL, empresa multinacional com sede em Mineapolis (EUA), é fornecedora internacional de produtos e serviços nos setores de alimentação, agricultura e gestão de riscos. Com 142 mil funcionários em 61 países, já está no Brasil há 40 anos e tem suas raízes ligadas ao setor do agronegócio. Tem base na cidade de São Paulo e possui unidades industriais e escritórios em cerca de 180 municípios brasileiros, com 20 mil funcionários. A empresa construiu um terminal portuário nas margens do rio Tapajós, em Santarém, cujo início das operações foi em 14/04/2003. Este tem capacidade para exportar 800 mil toneladas de soja por ano, com investimento de US\$ 20 milhões. O equipamento conta com um silo para armazenar 60 mil toneladas de soja seca/dia e outro com capacidade para 2,5 mil toneladas de soja úmida por dia. A área do terminal é de 45 mil metros quadrados. A empresa investiu também cerca de US\$ 6 milhões em um terminal portuário na cidade de Porto Velho, em Rondônia, onde a soja deixa a estrada e passa para a hidrovia Madeira-Amazonas até Santarém. (SITES CARGILL e GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2006).

¹⁴ A BR-163 foi aberta em 1970. São 1780 Km de estrada que ligam Cuiabá (MT) a Santarém (PA), dos quais restam ser pavimentadas em torno de 956 Km, entre Nova Mutum (MT) e Santarém, sendo que a parte mais precária fica em municípios do estado do Pará. A estrada foi criada para fomentar a colonização e a produção agrícola na região amazônica. Hoje, ela é vista com facilitadora de acesso e barateamento da produção agropecuária no norte do MT em direção ao Rio Amazonas e afluentes, como o Rio Tapajós. Empresários e políticos já vêem outros benefícios para a BR 163: o de encurtar o transporte de produtos eletro-eletrônicos produzidos na Zona Franca de Manaus até os grandes centros da região Sul e Sudeste (SOCIOAMBIENTAL, 2007).

As alterações na base produtiva santarena já começaram a ser notadas, entretanto, na primeira metade do século XX, quando a exportação da borracha, outro grande destaque da economia local, entrou em colapso. Durante mais de cinco décadas daquele século, a comercialização da borracha assegurou à região amazônica “a condição de semimonopolista na oferta de matéria-prima fundamental para a expansão das indústrias automobilísticas norte-americanas e européias” (AMORIM, 1999, p.175).

Com a crise gomífera, o município de Santarém, tal como grande parte da Amazônia, buscou alternativas para se viabilizar economicamente.

Foi somente no final dos anos de 1930 e no início da década de 1940 que a economia santarena voltou a se estabilizar, com a exportação de novos produtos [...] A exportação da madeira foi muito extensa em Santarém nesse período. Os trabalhadores passavam dias embarcando o produto, que, sem ser beneficiado, era levado para vários países da Europa, principalmente para a Inglaterra e a Alemanha. Por ocasião do acerto de contas da exportação da madeira que ia para a Alemanha, costumava-se negociar parte da venda do produto com um piano, peça indispensável na mobília das residências das famílias ilustres da cidade [...] entre os anos de 1940 e 1950, a exportação da madeira foi muito intensa em Santarém e chegava a corresponder a quase 50% do total das exportações do município [...] A exportação de sementes oleaginosas foi bastante significativa na década de 1940 [...] volume exportado em 1942, que superou a quantidade de 70.000kg de sementes (AMORIM, 1999, pp. 176-179).

FOTO 04 - Futuros Empreendedores de Soja em Santarém, em 1996.

FOTO 05 - Projeto Piloto da Soja em Santarém, Abril/1997.

FOTO 06: Preparação do Solo para a Soja (Calcário)

Fonte: Fotos do Projeto Piloto da Soja em Santarém/PA, 1996/97 - Grupos Agrária e Quincó (Biblioteca do Instituto Cultural Boanerges Sena – ICBS, STM, março/2006).

Na segunda metade da década de 30 e início da década de 40 do século passado, a cultura da juta se desenvolveu em Santarém para atender os mercados interno e regional de fabricação de sacarias para embalagens de produtos diversos: “a exportação de juta cresceu a partir de 1942, com um volume de aproximadamente 150.000kg anuais. No ano seguinte, o volume saltou para quase 630.000 Kg, e em 1944 para o equivalente a 820.000kg, a maior quantidade exportada de Santarém”. Nas décadas de 50 e 60 a extração de pau-rosa possibilitou a instalação de três usinas beneficiadoras em Santarém. A atividade aurífera, ocorrida nos anos 80, também foi desenvolvida no Vale do Tapajós, possibilitando a demanda por bens de consumo e de serviços no mercado de Santarém (AMORIM, 1999; LOUREIRO e SUSSUARANA, Apud AMAZONAS, 2008;)

Com a chegada dos migrantes nordestinos e sulistas na década de 70 do século XX, começaram a ser desbravadas as áreas mais centrais das terras santarenas, mais secas e distantes dos grandes rios. O acesso a essas áreas, que hoje é chamada de *região do planalto*, tem sido feito, quase sempre, pelas estradas. Os habitantes das estradas, especialmente aqueles vindos do nordeste, viviam nas **colônias** e eram chamados de **colonos**. Pejorativamente, no linguajar local de antes, eram também chamados de **arigós**¹⁵, termo este que é pouco usado nos dias atuais, naquela região.

A primeira grande corrente migratória de sulistas que ocorreu para as proximidades da região de Santarém, formada majoritariamente por paranaenses, catarinenses e gaúchos, aconteceu na década de 70, por conta da estimulante campanha governamental (projetos de colonização) e da promessa de terra para todos. Estes ficaram instalados à margem da rodovia Transamazônica e da Cuiabá-Santarém e participaram de forma ativa e com trabalho árduo na construção de várias localidades, hoje consolidadas e transformadas em municípios, tal como o município de Rurópolis, Uruará e outros mais. Entre outros destinos, um considerável contingente se instalou nas circunvizinhanças do município de Itaituba, no Km 30 da Transamazônica, onde exerciam todo tipo de serviço, tais como derrubada da mata, construção da estradas e de ramais, feitura de roças, posto de

¹⁵ O termo **arigó** advém do nome de uma ave de arribação. Muitos nordestinos que migraram para a Amazônia, nas palavras de Benchimol (1989, p.4), “transformaram-se em arigós, aves de arribação, ‘santo-desordeiro-milagroso-e-valentão’, apelidos e caricaturas que figuravam e foram registrados nas crônicas policiais dos jornais das décadas dos anos 40 e 50”.

gasolina, restaurante de beira de estrada, ou seja, em tudo que pudesse garantir o sustento e a manutenção da sua posse de terra.

Depois de constatada a inexistência de uma “terra prometida” e com muitos anos de luta, diversos deles migraram para outros lugares do estado do Pará. Muitos se aproximaram da região de Santarém. Existiram “aventureiros” da primeira migração que voltaram à região de origem em anos mais recentes já com mulher e filhos paraenses, mas destituídos de posses e de bens, como é o caso do Sr. Wilmar Werle que retornou à área rural do estado do Paraná em meados de 2002, vindo de Itaituba, passando por Santarém e Belém.

Já no final do século XX e início do século em curso, concretiza-se uma nova afluência de sulistas para a região de Santarém, especialmente de gaúchos, muitos dos quais vêm diretamente do estado de Mato Grosso. Esses migrantes estão chegando num outro momento da história da região, já com foco certo e definido, e com disponibilidade de recursos financeiros ou com possibilidade para adquiri-los (financiamentos), atuando diretamente na produção de grãos ou nas atividades de suporte: estes migrantes são identificados como os empreendedores do agronegócio.

Com relação aos nordestinos, houve, efetivamente, três grandes momentos demarcatórios de inserção desses trabalhadores na vida santarena. Aqueles que chegaram no primeiro e segundo momentos (final do século XIX e primeira metade do século XX), respectivamente, instalaram-se próximo às margens dos rios e vieram para trabalhar na coleta do látex (os soldados da borracha). Estes desenvolveram hábitos e costumes mais ao estilo caboclo¹⁶, tanto no que se refere

¹⁶ O conceito **caboclo** tem sido utilizado para designar populações mestiças do branco com o índio, indígena, pessoas da área rural (Dicionário Aurélio, 2004). Ainda que seja de uso freqüente na fala de grande parte da população amazônica e em publicações de diversos estudiosos, o uso do conceito tem sido motivo de controvérsias. É questionado com veemência por uns e adotado com desenvoltura por outros. Para Adms, Murrieta e Neves (2006, pp. 17 e 19), que fazem uso corrente do termo caboclo, dizem que “a formação da identidade cabocla tem lugar no interior de processos definidos mais pelas externalidades (transformações econômicas globais) do que pelas comunidades culturais locais”. Também enfatizam que “as tentativas iniciais de tipificação cultural do caboclo foram substituídas por abordagens que buscam entender o uso da terra e dos recursos naturais pelas populações amazônicas, e sua relação com questões políticas e ambientais de gerenciamento”. Florêncio Almeida Vaz Filho (1996, p.2), diz que em sendo um rótulo negativo, “caboclo” na Amazônia é aquilo que ninguém quer ser, por isso, aplica-se o termo sempre ao *outro*, o inferior na escala social, o rural, descendente de índio, analfabeto, enfim, aquele que não é urbano e “civilizado”. E que o “caboclo” é apresentado como um apático, um “indolente”, responsável pela sua própria pobreza. Por isso o termo carrega uma forte carga de discriminação, inicialmente difundida pelos brancos e, depois, assimilada pelo cidadão comum da região.

às práticas laborais quanto no modo de garantir o sustento e nos hábitos alimentares.

As empresas norte-americanas e européias necessitadas de borracha forçaram uma migração que atraiu milhares de nordestinos por causa da forte estiagem de 1877 para Xingu, Tapajós, Solimões, Manaus e Belém. Nessa época vieram também os turcos, sírio-libaneses, judeus que introduziram o sistema de regatões. O látex brasileiro provocou concorrência com o do Oriente, encerramento o primeiro momento, como época de ouro da borracha brasileira. O segundo momento: já em 1943, por causa da II Guerra Mundial, o Brasil assinou um acordo com os EUA para fornecer borracha. Isso atraiu milhares de nordestinos, que segundo os cálculos beiraram os 60 mil e metade desapareceu na selva (CNBB, 2007, p.29).

Os trabalhadores que fizeram parte da terceira grande corrente migratória, iniciada nos anos 70 do século XX, foram se instalando nas áreas próximas às estradas, especialmente da BR-163 (Cuiabá-Santarém) e posteriormente na PA-370 (Santarém-Curuá-Una), entre outras menores. Essa população passou a desenvolver um modo de viver mais diferenciado, não só quanto aos hábitos e costumes, mas também quanto aos mecanismos de sobrevivência. Do ponto de vista do trabalho focaram a agricultura, em razão dos lugares onde se instalaram não favorecer as práticas extrativas e também pela demanda crescente dos produtos agrícolas, especialmente grãos (arroz, feijão e milho) e farinha de mandioca que o mercado local exigia. O objetivo passou a ser, portanto, a produção de alimentos para a cidade de Santarém que já crescia a passos largos, sem que abrissem mão da parte destinada à subsistência.

Santarém identificava na década de 70 dois ramos de migração: um proveniente do Nordeste para a construção da Transamazônica e outro proveniente do Sudeste e do Sul para os projetos de colonização do Mato Grosso e Rondônia e depois Acre, Amazonas e Roraima. Essa migração não foi planejada em favor das famílias que chegavam, mas tornaram-se mão-de-obra barata e escrava dos grandes projetos. As famílias não se adaptaram as Agrovilas com organização precárias fazendo aumentar os números dos desempregados. Muitas famílias foram atraídas pelo garimpo de Serra Pelada e as construções do Projeto Carajás. A tensão social aumentou na terra e por isso há muitos conflitos no sul do Pará, Mato Grosso, Tocantins e no Maranhão (CNBB, 2007, pp.37-38).

Havia de fato em Santarém, a partir da década de 70 do século citado, um mercado consumidor em ascensão, favorecido pelo crescimento da cidade com o fluxo de pessoas que chegavam em busca de oportunidades e que já contavam com a facilidade de acesso pelas estradas.

A região ribeirinha, com sua parca produção agrícola, mais voltada para a subsistência, não tinha mais condições de atender a crescente demanda da cidade, que passou a ser suprida, em grande volume, pelos colonos. Isso não significa dizer que a atividade extrativa deixou de existir, apenas ficou mais arrefecida em termos de negócio para aqueles que lidavam com o comércio de alimentos, mas continuou sólida como base alimentar e de renda para as populações que viviam e ainda vivem nas regiões de várzea (planície aluvial de inundação) (Figuras 06 e 07) e para as ribeirinhas, situadas à margem do Rio Tapajós, próximas às matas de terra firme (baixo platô terciário). A exceção fica por conta da atividade extrativa madeireira, pujante e ininterrupta, que se constitui num “capítulo à parte” da história econômica e ambiental daquela região.

De acordo com o IBAMA/ProVárzea (2007, pp. 2-3), “cerca de 53% da população rural dos estados do Pará e Amazonas vivem na várzea, onde a atividade econômica principal é a pesca”. Todavia, “em cada localidade de várzea, duas atividades principais variam de acordo com a região. Em alguns lugares, é baseada na pesca de camarão e na extração de madeira, em outros, no extrativismo do açaí e agricultura e, às vezes, na pesca e na agricultura”.

Para o IBAMA/PróVárzea (2007, p.3), na área de várzea “o trabalho assalariado quase não existe. Poucos têm uma renda fixa mensal que é garantida principalmente por transferência de recursos do governo federal, com aposentadorias e benefícios sociais como bolsa-escola e outros. Assalariados são, basicamente, os trabalhadores do município, especialmente professores e agentes de saúde que, no máximo, chegam a cinco por comunidade”.

FIGURA 06- Tipos de Várzea

Fonte: David Gibbs McGrath e Socorro Pena –Ibama-ProVárzea, 2007

FIGURA 07 – Agro-extrativismo: base da economia dos ribeirinhos

Fonte: IBAMA-PROVARZEA, 2007

1.3.1 Em que consiste a atividade extrativa?

Fazer referência à atividade extrativa no vasto território amazônico exige que se distinga, dependendo do lugar que se está pesquisando, de qual tipo de extrativismo se está falando, pois no município de Santarém existiam produtos que eram encontrados somente em matas de terra firme, outros encontrados somente nas matas de várzea e de igapó (mata inundada sazonalmente) e outros em ambos, como é o caso do açaí nativo que é comumente encontrado no estuário dos rios, em terrenos de várzea, igapós e terra firme; o uxi d'água, por exemplo, como o próprio nome já diz, florescia somente à margem dos rios.

As atividades extrativas que eram praticadas pelas populações de baixo poder aquisitivo e que viviam no interior da floresta santarena (terra firme) incluíam a coleta e venda do látex da seringueira e do popular sernambi¹⁷, do látex extraído da maçaramduba (árvore que dá um tipo de leite que se transforma em borracha) e do pau-rosa (árvore que produz óleo rico em linalol utilizado na indústria de perfume).

Também havia a coleta das sementes da seringueira, do cumaru e do jutaí-cica; do breu branco colhido da raiz e caule do jutaí-cica; dos óleos, cascas e folhas de plantas especiais para chás e infusões (casca preciosa, marupazinho, óleos de andiroba e copaíba); dos variados tipos de cipó; das frutas alimentícias como o uxi liso, uxi curuba e uxi d'água; da castanha-do-Pará; da pupunha, do tucumã açu, do tucumã amarelo e do tucumãzinho; do mucajá; do inajá; do jatobá, do ingá; do piquiá; do curuá, do maracujá do mato, do açaí, da abacaba, do cupuaçu, entre outras frutas que são específicas daquela floresta (Foto 07). Muitos dos citados produtos eram coletados exclusivamente para venda e muitos para o consumo; outros para venda e consumo.

¹⁷ Sernambi é o látex (seiva da seringueira) coagulado em tigelas ou no chão por onde o leite é derramado.

FOTO 07 - FRUTAS AMAZÔNICAS

FRUTAS AMAZÔNICAS ENCONTRADAS NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM (ALGUMAS DELAS)

UXI LISO

UXI CURUBA (no ponto para cozinhar)

CACHO DE AÇAÍ NO PÉ

FRUTO DO CUPUAÇU NA ÁRVORE

FRUTOS DO MURUCI MADURO

FRUTOS DO PIQUIÁ MADURO (no ponto para cozinhar)

FRUTAS AMAZÔNICAS ENCONTRADAS NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM (ALGUMAS DELAS)

PUPUNHA (no ponto para cozinhar)

INAJÁ NA ÁRVORE

FOTOS DA AUTORA, SANTARÉM, JANEIRO/2007

A atividade extrativa também adentrava por rios e lagos¹⁸ em busca de peixes, crustáceos e cágados: peixes (tucunaré, jaraqui, tambaqui, acari, pirarucu, aracu, pacu, mapará, dourada, surubim, entre muitos outros de grande e de pequeno porte); crustáceos (caranguejo, camarão); cágados (tracajá e muçuã); além das tradicionais “caças do mato”, como a paca, o veado, a cutia, o caititu, a lontra, o jabuti, entre outros.

Um dos mais notórios e indispensáveis produtos amazônicos, consumido em larga escala em todo o município de Santarém, sempre foi a farinha de mandioca e seus derivados (bejús de várias espécies, tucupi, goma de tapioca, tarubá e amido de crueira), cuja falta provoca insatisfação popular e gera crises e lamentações de toda ordem, incluindo cobranças políticas. Outros tubérculos, como a macaxeira e a manicuera, originadas de outro tipo de mandioca, eram consumidos como produtos complementares à alimentação básica.

Como se vê, a floresta e os rios amazônicos sempre foram muito pródigos para oferecer em abundância, especialmente nos tempos idos, os meios de subsistência para seus habitantes, além da prática de uma agricultura familiar, cujo excedente era trocado por outros bens na própria localidade ou levado a barco para ser vendido nos mercados livres de Santarém.

¹⁸ Os rios amazônicos criam condições para o surgimento de praias, restingas, igarapés, matas inundadas, lagos de várzea e matupás (ilhas de vegetação aquática), além do próprio estuário. Todos estes são habitados por uma grande diversidade de plantas e animais e que concentra a maior diversidade de peixes do planeta, de 2.500 a 3.000 espécies (IBAMA/PNDPA, 2008).

1.3.2 Destaques da economia santarena no século XXI

O desempenho da economia santarena nos últimos anos é o reflexo das mudanças que estão repercutindo no contexto de uma realidade de inúmeros acontecimentos. Os setores de maior representatividade da economia santarena e que dão substância ao PIB (Produto Interno Bruto) municipal, são o madeireiro, o agropecuário, o de transformação e o de serviços (Tabela 02). Neste último, a maior fatia fica por conta das atividades ligadas ao setor público. O setor terciário ficou com 50,37%, em 2003, em termos de participação relativa do PIB apurado; o primário com 32,96% e o secundário com 16,67% (PEREIRA, 2004, pp. 4-7).

O setor primário, de acordo com o autor, teve um aumento significativo de 28,5% em 2002 para 33% em 2003, por conta dos investimentos maciços na agricultura mecanizada (arroz, milho e feijão) e principalmente pelos investimentos voltados para o mercado externo (soja, sorgo e milheto), que abastecem os mercados dos Estados Unidos, Canadá, China e o Japão.

O autor explica que “na indústria de transformação, embora tenha tido um incremento de 7,5%, saindo de R\$ 103 milhões para R\$ 111 milhões, a participação no PIB caiu de 10,7% para 9% em 2003, por conta do maior controle e rigidez das leis ambientais no setor madeireiro”. E que “o aquecimento do setor imobiliário (justificado pelo aquecimento do setor agrícola), veio beneficiar a indústria de cerâmica vermelha, que teve um crescimento na produção de R\$ 12 milhões, em 2002 para R\$ 16 milhões, em 2003” (PEREIRA, 2004, p.70)

Os segmentos de serviços e comércio são crescentes e ativos, além de indispensáveis como suporte às atividades desempenhadas no campo, especialmente para os empreendimentos agropecuários que lá se desenvolvem, atualmente. Na cidade florescem inúmeras casas comerciais, agências bancárias, restaurantes, escolas e universidades (sete universidades, entre núcleos avançados públicos e privados), além de lojas de maquinários agrícolas, sementes, materiais de construção e estâncias madeireiras (casas de processamento e de beneficiamento de madeira).

TABELA 02 – PIB de Santarém entre 1994 e 2003 (em R\$ milhões)

Descrição / Ano	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
PIB – SANTARÉM	327	413	494	532	563	620	718	832	965	1.235
Agropecuária	114	121	130	139	142	156	160	189	270	375
Serviço e ind. de utilidade pública	2	6	7	6	6	7	7	7	8	14
Transporte e armazenamento	7	9	11	11	15	17	20	25	28	45
Indústria extrativa mineral	9	12	14	16	16	19	26	30	30	32
Indústria de transformação	36	60	64	70	69	78	91	101	103	111
Comércio	22	29	38	35	37	45	52	62	75	95
Construção civil	28	48	54	58	62	62	69	75	77	95
Alojamento e alimentação	1	2	2	1	1	4	4	4	12	15
Aluguel	10	26	45	53	55	60	75	86	90	104
Comunicação	2	4	5	10	14	20	27	35	40	60
Adm. pública e seguridade social	73	66	83	89	97	102	113	121	120	135
Saúde e educação	11	13	15	16	17	17	22	26	30	37
Intermediação financeira	7	6	14	14	16	16	25	35	40	60
Outros serviços	4	9	10	12	13	13	21	29	33	45
Serviços domésticos	1	1	2	2	3	5	6	6	9	12
Taxa nominal de variação (%)		26,4	19,4	7,8	5,8	10,1	15,9	15,9	16,0	28,0

Fonte: IBGE/Secretaria Executiva de Planejamento e Coordenação Geral do Pará/Banco Central, elaborado pelo Professor José de Lima Pereira, 2004, p. 3.

Na balança comercial de 2004 para 2005, o município de Santarém deu um salto no ranking entre os municípios do interior do Pará, passando da 7ª para a 3ª posição. Segundo dados do Ministério de Desenvolvimento e Comércio Exterior (MDCE), Santarém exportou em 2005, R\$ 63 milhões e importou R\$ 588,3 mil, apresentando um saldo de R\$ 61,8 milhões. Esse resultado é 45% maior do que o registrado em 2004. Apenas os municípios de Paraupabas, com quase R\$ 930 milhões, e Oriximiná, com R\$ 126 milhões, ficaram à frente de Santarém, visto que são municípios-sede de empresas exportadoras de minérios (GAZETA DE SANTARÉM, 2006, p. 12).

A progressiva melhoria das instalações e da infra-estrutura do porto de Santarém, além do contínuo processo de asfaltamento da BR-163 e demais estradas, denota que o futuro daquela região, em termos econômicos, já foi traçado e que passa pela condição de produtora e de entreposto da produção de grãos que chega do centro-oeste e dos municípios adjacentes que se destinam aos países importadores. Essa convicção tem sido enfatizada nas falas, argumentos e ações das autoridades governamentais representativas do governo federal, dos estados envolvidos (Pará e Mato Grosso) e do municipal.

1.3.3 Economia de provisão e também de exportação

O destino da produção em larga escala das mercadorias do agronegócio e também madeireiro da região de Santarém são os mercados externos. A economia de provisão e de sustento da população santarena, especialmente a da cidade, onde estão incluídas as frutas tropicais, a farinha de mandioca, grãos variados, pecuária e pescado, é garantida pelo fornecimento das atividades dos trabalhadores rurais com poucas posses de terra, baseada na pequena agricultura, na coleta de determinados bens e no artesanato. Estas atividades são fontes de subsistência da maioria dos habitantes da zona rural da região oeste do Pará.

Com base na pesquisa realizada pelo Professor José de Lima Pereira (Faculdades Integradas do Tapajós – FIT), intitulada “Mercado de Xaropes, Poupas de Frutas e Outros Produtos Regionais” (1999), é possível perceber a importância dessa produção na dinâmica da **economia de provisão** da grande Santarém. A citada pesquisa foi realizada em 62 comunidades de zonas ribeirinhas e de planalto, com amostra de 316 famílias produtoras, que atingiu 2% do universo de 15,5 mil famílias, num período de 90 dias.

Para se ter uma idéia do volume de recursos envolvidos nesses negócios, o pesquisador mostra na análise dos resultados o seguinte desempenho: frutas tropicais (receita anual de R\$ 23,3 milhões); produtos florestais não madeireiros (R\$ 2,3 milhões); cereais (R\$ 4,2 milhões); mandioca e derivados (R\$ 12,3 milhões); artesanato e outros produtos (R\$ 371,6 mil). (Figura 08).

Uma parte da produção dessa economia de provisão da região de Santarém se destina também aos mercados regionais, cujos principais são Manaus, Macapá e Belém e também para o exterior. Da produção de frutas tropicais, 65% se destinam ao consumo local (café e demais frutas); 14%, ao consumo internacional (urucum, cacau e pimenta-do-reino para os Estados Unidos, Japão e países da Europa); 12% para o mercado regional (frutas cítricas e polpas de frutas, para Belém, Macapá e Manaus) e 9% para o mercado nacional (polpa de frutas, cacau, pimenta-do-reino e urucum, para São Paulo, Goiânia, Teresina, Fortaleza, Belo Horizonte, Brasília e Rio de Janeiro) (PEREIRA, 2004, p.8). (Figura 09).

No caso dos produtos florestais não-madeireiros o destaque fica por conta da borracha (látex) com produção de 1,2 toneladas, receita anual de R\$ 1,2 milhões,

com média anual de R\$ 3,6 mil por família. Para a borracha/látex, o custo de produção encontrado foi de R\$ 1,00 por kg e a média de preço do mercado, foi de R\$ 1,30 por kg (PEREIRA, 2004, p.6).

FIGURA 08 - Atividades geradoras de renda aos Pequenos Trabalhadores Rurais de Santarém e de Belterra

Fonte: Elaborado por José de Lima Pereira, 2004, Santarém/PA.

FIGURA 09 - Mercado da produção de frutas tropicais do Município de Santarém

Fonte: José de Lima Pereira, 2003.

1.3.4 Verdades e controvérsias sobre o papel do extrativismo amazônico

A despeito da alardeada pouca representatividade que os produtos extrativos amazônicos teriam desempenhado nos balanços financeiros da coroa portuguesa da era colonial e também *a posteriori*, a atividade foi lucrativa o bastante para permitir uma vida de fausto para a classe burguesa nos tempos de abundância, além de ter sido, economicamente, a grande contribuição de uma região notoriamente complexa no grande projeto exportador que tem percorrido o curso dos séculos da economia brasileira.

Por se tratar de uma atividade de baixo custo, era compensadora pelo outro lado da contabilidade, pois além de não terem os negociantes que arcar com qualquer custo de “produção” dos bens extrativos (tudo estava à disposição), a atividade se pagava por si só, no que diz respeito à manutenção e sustento dos coletadores, visto que estes, quando se embrenhavam na floresta, só precisavam levar os instrumentos de trabalho, a farinha, o sal e o açúcar, entre outros pequenos mantimentos, garantidos com o sistema de aviamento. O restante eles coletavam nas matas e nos rios (caça, frutas e peixes), sem qualquer ônus para o capitalista, propiciando, assim, uma boa margem na relação de troca com o mercado comprador. O custo maior para os donos do negócio se concentrava na criação de determinada infra-estrutura, como por exemplo, os mecanismos de transporte dos bens, pois eram coletados, muitas vezes, em lugares bastante adversos e transportados por rios e cachoeiras para as cidades que funcionavam como entrepostos dos centros compradores.

Quando Caio Prado Jr. (2004, p. 211) afirmou que “a maior importância da indústria extrativa não é o seu valor como riqueza entre as demais da colônia [...] avulta como base quase exclusiva da vida humana em uma região que é a maior do país [...] cuja colonização não se compreende sem esta análise da atividade principal e quase única que nela se pratica: a colheita natural dos frutos da floresta e dos rios...”, quis o autor enfatizar o grau de importância que emanava da economia extrativista para a vida das populações que lá habitavam, e certamente para aqueles que faziam dela um bom negócio.

Nos dias atuais, o arrefecimento dessa atividade é notório. As populações extrativistas das localidades rurais amazônicas têm buscado meios complementares de sobrevivência (comércio, agricultura, artesanato, bares, restaurantes, pousadas,

realização de atividades específicas em Santarém, entre outros), uma vez que, além do gradativo esgotamento dos recursos naturais e da criação de áreas protegidas, há também um crescente número de cercamentos¹⁹, que delimitam os domínios dos grandes “donos” de terras, interrompendo ou dificultando o acesso dos moradores locais a muitas áreas de floresta, sítios e roças.

Márcio Souza (2002) expressa uma visão bem pragmática sobre o que o extrativismo significou no passado para a Amazônia e o que representa nos dias atuais. Para o autor, o extrativismo já esgotou a sua função histórica e que o discurso atual para revigorá-lo é uma falácia, pois este discurso só interessaria a aqueles que dele tiram proveito.

Uma economia como a extrativista, que sequer formou uma oligarquia firme em seus propósitos, não poderia servir de modelo de restauração salvadora. Os proprietários extrativistas foram saindo de cena, consumindo o melhor de sua energia e capacidade criadora no exercício de sobreviver a qualquer custo. Durante o tempo em que estiveram parasitando a natureza da região, os extrativistas relacionaram-se com os grupos hegemônicos do país através de uma lamentável sublimação política. Fingiam que tinham o poder, encenavam os seus desejos e, no final, acabavam por conciliar, seguindo a reboque com a sensação do dever cumprido.

Falar, portanto, que o destino da Amazônia é a regressão ao extrativismo, mesmo a um extrativismo idílico, socializado e místico, é mais uma vez atropelar a própria Amazônia [...] Assim, mais uma vez deseja-se que a Amazônia ofereça o que tem, mas que fique em seu lugar, como território primitivo, de gente primitiva, que não deve jamais ter acesso a essas tecnologias e ao controle econômico de seus produtos. O certo é que, se o extrativismo na Amazônia não está morto, deve ser definitivamente erradicado por qualquer plano que respeite o processo histórico e a vontade regional. Mesmo porque a Amazônia não deve ser reserva de nada, nem celeiro, nem estoque genético ou espaço do rústico para deleite dos turistas pós-industriais (SOUZA, 2002, pp.2-3).

Em qualquer contexto de análise é importante que **não se enxergue** o extrativismo como uma atividade de pouco impacto na reprodução social brasileira, desde o seu início, especialmente quando se inclui a região amazônica nesse

¹⁹ Os “cercamentos” vêm se tornando freqüentes naquelas áreas de terra que estão sendo adquiridas mais recentemente no oeste do Pará. Exemplo disso é o caso da família do Sr. Luiz, que mora em Belterra, e que herdou de seus avós maternos um sítio num lugar chamado Baixão, próximo de uma antiga área chamada CBA. Hoje, tanto esta última como as áreas do entorno pertencem a “donos” privados que foram adquirindo essas terras de outros “donos”, que certamente não tinham documento de proprietários, haja vista que todas essas terras, incluindo o sítio do Sr. Luiz, sempre pertenceram à União (trata-se do ex-pólo de seringais do Projeto Henry Ford). Em duas ocasiões, a esposa do Sr. Luis, D. Maria, foi impedida de passar por um caminho que é transitado pelos moradores da localidade há anos. O ato do impedimento foi realizado pelos “gerentes” das terras dos novos donos. D. Maria argumentou que nunca tinha sido impedida de transitar pelo caminho que era de todos, e que já possuía o sítio há muitos anos. Como passaria agora? De nada adiantou. Foi necessário fazer ameaças, dizendo iria procurar as autoridades, a começar pela Prefeitura. Só assim eles permitiram, mas não se sabe até quando, pois a cada momento criam novas dificuldades: são “caras feias”, “má vontade”...

universo. Analisando o desempenho dessa atividade pelo lado daqueles que se embrenharam no interior das matas e dos rios no exercício dessa função, ela nunca poderia ser vista como uma atividade para “preguiçosos” ou para uma população “lenta e acomodada”, como têm afirmado muitos desavisados, de antes e de hoje, que chegam àquela região com o propósito de empreender a qualquer custo. Estes vêem na imensidão da floresta e dos rios, ainda em pé e em curso, um grande desperdício na mão de quem “não sabe fazer negócio”.

Neste ponto da questão, comungo com o ponto de vista de Souza, quando este afirma que “... mais uma vez deseja-se que a Amazônia ofereça o que tem, mas que fique em seu lugar, como território primitivo, de gente primitiva, que não deve jamais ter acesso a essas tecnologias e ao controle econômico de seus produtos”.

As populações que têm praticado ao longo do tempo a atividade extrativa são aquelas que se adequaram ao ecossistema amazônico no qual passaram a viver, em torno do qual construíram suas relações sociais, adotando um modo de vida que lhes foi “permitido” pelo sistema econômico vigente, tal como se vem esquadrinhando no decorrer deste capítulo.

A despeito de todas as opiniões e críticas, pertinentes ou não, sobre a permanência ou erradicação do extrativismo, esta não é a questão que se deseja evidenciar neste estudo, ainda que se tenha, inevitavelmente, um ponto de vista a esse respeito. O que se pretende argumentar é que não se pode “jogar na lata do lixo” cinco séculos de história como se nada tivesse acontecido. A economia extrativista amazônica nunca foi um acontecimento fortuito na história econômica brasileira, desde antes quando passou a fazer parte do circuito produtivo de mercadorias rentáveis que seguiam para os mercados externos, estivesse ela sendo explorada em grande ou pequena escala.

Também não se pode afirmar, categoricamente, que a atividade agrícola foi sendo preterida na citada região pela economia extrativista, apenas por conta dos obstáculos naturais (floresta, rios, grandes distâncias, entre muitos). Existiam outros fatores operando nesse processo: a relação custo-benefício; a não disponibilidade de recursos para grandes investimentos em época de expansão de domínios e de garantia das conquistas por parte da Coroa; a escassez de força de trabalho; as mercadorias valorizadas no curso dos cinco séculos citados eram a borracha, a madeira, as drogas do sertão, o açúcar, o café, o ouro, entre outros (e não a soja, o

milheto e o girassol, dos dias de hoje); e a existência de certa competição entre as regiões da colônia visando garantir seu espaço produtivo, cujo grau de prevalência partia, inclusive, de determinações da Coroa.

Após a colonização portuguesa, os primeiros engenhos instalados no Pará foram em 1618, nas circunvizinhanças de Belém, e pouco depois esses engenhos passaram também a produzir aguardente [...] Em 1637, o padre Luis Figueira, em memorial enviado ao rei Felipe II, informava que as terras do Pará eram muito férteis e a cana-de-açúcar nelas encontrada era superior em qualidade às do resto do Brasil. Também Pedro Teixeira, na sua viagem de descobrimento que realizou de 1637 a 1639 [...], informou que os índios o presentearam com “*canas doces*”, e que essas “*canas doces eram muito altas e grossas*” [...] o padre Cristobal de Acuña, companheiro de viagem de Pedro Teixeira, no seu livro “Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas” [...] diz: “*Há neste grande rio das Amazonas quatro gêneros que, cultivados, serão, sem dúvida, suficientes para enriquecer, não um, mas muitos reinos... As maiores culturas que a meu ver, se devem iniciar neste rio, são as de açúcar, que é o quarto... pois a terra para cana doce é a mais famosa que há em todo o Brasil...*” [...] Em 1740, o açúcar produzido no Pará era moeda corrente em todo o Estado, e taxado a 3 mil réis a arroba. Em 16 de junho de 1761, o rei de Portugal mandou um aviso ao governador paraense informando-o de que o açúcar produzido no Estado era impróprio para o comércio e a exportação, “***porque tinha contra si o da Bahia e o de Pernambuco, com muito maior abundância, e por isso ordenava fosse reduzida a sua produção, fabricando-se somente o necessário ao consumo local***” (RODRIGUES, 1982, pp. 389-390). (grifo nosso)

Quando Celso Furtado (*Formação Econômica do Brasil* - “problema da mão de obra”) se refere à escassez de mão-de-obra para dar curso aos negócios que sustentavam a exportação brasileira, discorre sobre as potencialidades agrícolas e extrativas da região amazônica, mas ressalta que a falta de mão-de-obra era um obstáculo de peso.

A economia amazônica entrara em decadência desde os fins do século XVIII. Desorganizado o engenhoso sistema de exploração da mão-de-obra indígena estruturado pelos jesuítas a imensa região reverteu a um estado de letargia econômica. Em pequena zona do Pará se desenvolveu uma agricultura de exportação que seguiu de perto a evolução da maranhense [...] O algodão e o arroz aí também tiveram sua etapa de prosperidade, durante as guerras napoleônicas, sem contudo jamais alcançar cifras de significação para o conjunto do país. A base da economia da bacia amazônica eram sempre as mesmas especiarias extraídas da floresta que haviam tornado possível a penetração jesuítica na extensa região [...] O aproveitamentos dos demais produtos da floresta deparava-se sempre com o mesmo obstáculo: a quase inexistência de população e a dificuldade de organizar a produção com base no escasso elemento indígena local [...] Todavia, a rapidez com que crescia a procura de borracha nos países industrializados, em fins do século XIX, exigia uma solução a curto prazo. (FURTADO, 2007, pp. 189 a 191).

E a solução, da qual fala o autor na parte final da sua citação, já se sabe qual foi: a migração de um grande contingente de trabalhadores do nordeste para a região amazônica (*a transumância amazônica*).

Caio Prado Jr. (com enfoque no sentido na colonização, produção de mercadorias para o mercado externo), traz à tona não somente uma questão, mas várias implícitas na análise a seguir, quando se refere à economia e à vida amazônica, reportando-se a um contexto até então acontecido (sua obra é de 1942). Ao ler sua afirmação de forma linear, se é tentado a acreditar, equivocadamente, de que ele estaria afirmando que a coleta de bens naturais (transformados em mercadorias) seria o “destino” ou a “vocaço” amaznica, como conseqncia de sua no privilegiada situao geogrfica.

Tais so, em suma, os traos principais e mais caractersticos deste gnero de vida da colheita natural que forma a principal e quase nica base da colonizao do vale amaznico. Os resultados que apresenta so, em conjunto parcos [...] os caracteres gerais da colonizao brasileira, esta empresa exploradora dos trpicos, se revelam a em toda sua crueza e brutalidade. No viriam atenu-los, como em outras partes da colnia, elementos paralelos e concorrentes [...] **A evoluo brasileira, de simples colnia tropical para nao to difcil e dolorosa, e cujo processo mesmo em nossos dias ainda no se completou, seria l muito retardada.** A Amaznia ficou, neste sentido, muito atrs das demais regies ocupadas e colonizadas do territrio brasileiro [...] **A Amaznia ficar na pura colheita; e por isso vegetar, assistindo impotente ao arrebatamento de suas maiores riquezas naturais por concorrentes mais bem aparelhados** [...] Dar-se- o mesmo, um sculo depois, em propores muito maiores e dramticas, com a borracha. **A colonizao do vale amaznico ainda hoje uma incgnita** (PRADO JR., 2004, pp.215-216). (grifo nosso).

Contudo, a natureza evolutiva do processo como um todo e a potencialidade de superao ante os obstculos, ainda que em marcha lentssima (*retardado*) em alguns lugares, coloca-nos diante de um novo desafio para os dias de hoje: o de entender “o como” do acontecer das mudanas que fizeram com que a Amaznia de hoje, no atual estgio do seu processo de modernizao, tenha passado a receber o *aparelhamento* necessrio para colocar em prtica, novamente, a produo de mercadorias de grande valor para o mercado externo. O “porque” das andanas (das pessoas) e das mudanas (dos processos), Caio Prado Jr. j deu conta de explicar, de certo modo.

A prtica da produo de mercadorias, no momento, no est acontecendo somente pelo extrativismo (madeira, minrios, entre outros), mas tmbm pela

agricultura de grande escala, já não tão embrionária como nos anos finais do século XX. Para sair do “retardamento” em relação às demais regiões do Brasil e do mundo, imprime-se naquela região um processo acelerado de desenvolvimento das forças produtivas, de queima de etapas, que tanto pode atropelar antigas formas de fazer e modos de viver, como também pode fazê-los funcionar em paralelo para produzir as mercadorias mais valorizadas no mercado mundial, quaisquer que elas sejam.

1.3.5 Extrativismo, latifúndio e regime de exploração das terras

O apossamento de grandes extensões de terra na Amazônia para viabilizar as atividades produtivas, fosse para a coleta de bens florestais de antes, seja para as atividades agrícola e madeireira de hoje, tem profundas raízes históricas.

As atividades extrativistas, tal como a da extração da borracha e a coleta da castanha, dois exemplos representativos (nativos) amazônicos, exigiam a posse de grandes extensões de terra (na verdade de floresta) que não “podiam” ser demarcadas, a priori, pois se avançava em qualquer direção para encontrar tais produtos, que tinham localização geográfica irregular.

Sendo a região norte uma região de intensa atividade extrativa, nela dominam os grandes estabelecimentos, típicos latifúndios por dimensão, uma vez que as árvores distantes entre si, encontram-se espalhadas por áreas de centenas de hectares, via de regra, terras devolutas, arrendadas por tempo indeterminado. O seringalista, em pouquíssimos casos, é o proprietário do seringal; quase sempre é arrendatário do Estado, ou enfiteuta, ou usufrutuário ou posseiro (HIRONAKA, 2000, p.8).

O apossamento das terras na época da extração da borracha tinha natureza itinerante. Muitos até podiam se perder naquela imensidão de precários domínios e “guerrear” por eles, mas nada se comparava ao caráter feroz do apossamento das terras dos dias de hoje. Antes, o mateiro-nativo dava conta de dizer de quem era e até onde ia o domínio de cada “proprietário”, hoje, o georreferenciamento faz esse trabalho com precisão e eficiência para os que podem pagar - os *homens de posse*. No início da exploração comercial dos produtos extrativos, as “estradas” de seringueiras é que definiam o apossamento das terras.

Com o tempo e com os sucessivos tratados, decretos e leis, foi ficando cada vez mais evidente que o estatuto do privilégio é que orientava a formulação dos

instrumentos legais, visando, acima de tudo, garantir o apossamento e posterior domínio das grandes extensões de terra.

Nas zonas de seringais incidiram muitos **Títulos Paroquiais** e, depois, da República, **Títulos de Posse**, concedidos pelo Governo do Pará, a partir de 1892 e só revogados pelo Decreto estadual 1.054, de 1996. No Acre há um documento similar, concedido a produtores de látex [...] Trata-se da “**Concessão Gomeira**”... [...] As “**concessões gomeiras**” têm sido causa de muita confusão e grilagem do Estado do Acre, pois tal como os Títulos Paroquiais da época imperial (1854) e os de Posse no Pará (1892), a maioria é descrita por limites aproximados e imprecisos. Dessa forma, à época da Independência o Brasil já estava retalhado e instalado o latifúndio nacional, com vantagem para os naturais de Portugal... [...] em 17 de julho de 1822 o Príncipe *Dom Pedro de Orleans e Bragança* suspendeu (mas não extinguiu) a expedição de títulos sesmarias... [...], e assim o Brasil viveu longos 32 anos em regime de extra-legalidade na ocupação da terra... [...] vale lembrar que na Província do Grão-Pará (composta à época, pelos atuais estados do Pará, Maranhão, Piauí e Amazonas), entre 1700 e 1835 foram expedidos 1.158 títulos sesmarias, cessando as concessões com o início da guerra civil da Cabanagem (Pará, 1835-40). Desses privilégios de receber terras não gozaram os “**homens de poucas posses**”: tanto pelos custos das benfeitorias e as demarcações exigidas, quanto pela burocracia da Metrópole... (ÉLERES, 1997, pp.47-49).

Quando da exploração das terras para extrair bens florestais, especialmente no período da exploração gomífera, o regime de trabalho era o arrendamento, pois o regime de parceria não era um mecanismo usual nessas terras. O que havia, de fato, era um considerável número de estabelecimentos de grandes dimensões, “arrendados pelos seus proprietários ou pelo Estado aos seringueiros que praticam o sistema de aviamento” (HIRONAKA, 2000, p.8).

1.4 Migração e trabalho: açorianos, escravos, japoneses, nordestinos e outros

Foram muitos os migrantes que se deslocaram para os estados da Amazônia em decorrência de fatores naturais, econômicos e políticos, portanto, esses migrantes não fizeram esse movimento por livre escolha. Ao chegarem à Amazônia, além do desafio de terem que se adequar a uma realidade completamente diferente das suas, tiveram que desenvolver diferentes habilidades para executar os mais variados tipos de trabalho, que eram exigidos pela economia de cada época.

Destaca-se na Tabela 03, algumas das migrações que tiveram impacto nas mudanças ocorridas na Amazônia, mais especificamente no Estado do Pará, desde o século XVII. Contudo, as pesquisadoras Anna Roosevelt e Betty Meggers identificaram outras populações que chegaram à Amazônia nos seus primórdios.

Anna Roosevelt, por exemplo, em estudos no sítio arqueológico de Monte Alegre (PA) diz que o homem habita a região Amazônica há pelos menos 11.500 anos (LEITE, 2001).

TABELA 03 – Migração para o Estado do Pará

MIGRANTES	DATAS	RAZÕES/ATIVIDADES
Açorianos	10/02/1675; 07/01/1676; 23/06/1676	Em função do terremoto ocorrido em Açores e dificuldades que se seguiram, foi negociada entre Açores e Portugal a vinda de açorianos para o Pará: em 1675, chegaram 100 casais a Belém; em 1676, chegaram mais 234 colonos de ambos os sexos e no mesmo ano, chegaram mais 50 famílias. Parte desses migrantes se estabeleceu em Belém e outros foram trabalhar no comércio em Cametá.
Japoneses	Início em 1929	A primeira etapa da migração japonesa para Belém ocorreu em 1929, quando chegaram 358 famílias que desembarcaram como turistas de luxo, portando máquinas fotográficas e binóculos e cercados por populares. A imprensa dedicou a eles várias páginas de jornal. Makinosuke Usui, responsável por esse grupo, trouxe consigo 20 mudas de pimenta-do-reino que plantou na terra que lhe destinaram. Foi quando essa planta entrou no Pará. Os japoneses receberam estímulo para plantarem cereais. Instalaram-se nos arredores de Belém e Tome-Açu, mas outros migraram para Belterra e Fordlândia. As plantações de pimenta se espalharam pelo Pará e por outros estados. Depois, os japoneses foram se reunindo em cooperativas e se dedicam às frutas. Trabalham por muitos anos em Santarém na produção da juta.
Norte Americanos	Início em 1842	A imigração norte americana foi organizada para o Brasil logo após a guerra dos confederados. Derrotados, muitos deles se deslocaram para vários países onde pensavam fundar um território confederado. Em 17/12/1867 chegaram a Belém 70 pessoas que logo se dirigiram para Santarém. Lá, já haviam chegado 45 norte-americanos enviados pelo governo federal a partir do Rio de Janeiro. Hastings, o responsável pelo acordo com o governo brasileiro e que ainda não tinha conseguido trazer o numero acordado, espalhou folhetos pelos Estados Unidos prometendo um “eldorado” para quem quisesse morar na Amazônia na “Colônia Hastings”. No total, chegaram a Santarém 160 migrantes. Como eram famílias de ex-combatentes não tinham experiência na lavoura e foram ajudados pelo governo brasileiro por determinado tempo. Alguns se destacaram por suas habilidades, como Richard Henington, que inventou máquinas de serraria movida por água, explorou ouro, montou oficinas para fabricar carroças, descascadeira de café e moenda para mandioca.
Judeus	Início em 1820	As primeiras famílias judaicas se estabeleceram na Amazônia a partir de 1820, conforme registrado nas sepulturas nos cemitérios de Belém, Cametá e Santarém. A maioria veio do norte da África, especialmente de Tânger, Tetuan, Fez, Rabat, Casablanca do Marrocos Francês e Espanhol, lá estabelecidos após serem expulsos pela Inquisição Espanhola e Portuguesa, na última década do século XV, refugiando-se nessa parte do continente cultural afro-ibérico. Esses imigrantes se localizaram, de início, nas pequenas cidades e vilas do interior do Pará e Amazonas, como Cametá, Almerim, Alenquer, Óbidos, Santarém, Aveiros, Itaituba, Itacoatiara, Tefé, Humaitá, Porto Velho, Belém e Manaus, trabalhando como empregados em escritórios e estabelecimentos comerciais de aviadores e, mais tarde, já no período áureo do ciclo da borracha, se iniciaram nas atividades comerciais dos regatões, arrendatários e proprietários de seringais ou como compradores de produtos regionais nas praças de Belém e Manaus (BENCHIMOL, 1994).

MIGRANTES	DATAS	RAZÕES/ATIVIDADES
Nordestinos	1877 a 1883 1941 a 1945	“As secas de 1877 e 1883 deslocaram 19.910 retirantes. Em 1892 as entradas registraram uma imigração de 13.593 nordestinos. No triênio 1898/1900, nos portos de Belém e Manaus entraram 88.709 migrantes, no auge desse movimento povoador. Contados os números teríamos um afluxo de 158.125 nordestinos que vieram fazer a Amazônia, cerca de 20% da população amazônica da época. De 1900 até a depressão estimamos que a Amazônia recebeu mais 150.000 e no período da II Batalha da Borracha, de 1941 a 1945, calculo que o ‘exército dos soldados da borracha’ tinha incorporado cerca de 150.000 “cearenses, paraibanos, pernambucanos, rio grandenses do norte e baianos. A grosso modo, podemos estimar que aproximadamente 500.000 nordestinos vieram para a Amazônia, representando assim o maior movimento humano das migrações internas da história brasileira, superado somente por São Paulo, e nos dias atuais pela expansão da fronteira humana do sul e do centro-oeste, em direção a Mato Grosso, Rondônia, norte de Goiás e sul do Pará” (BENCHIMOL, 1985). Um dos mais notáveis migrantes nordestinos foi o Angelim, que liderou a revolta da Cabanagem contra a opressão portuguesa.

Fonte: Elaborado pela autora com base em RODRIGUES, 1982; BENCHIMOL, 1994.

Uma outra população foi deslocada para o estado do Pará, mais fortemente entre os anos de 1755 a 1814, no curso de um período da história brasileira em que determinado tipo de migração forçada se intensificou. Trata-se dos escravos africanos. Durante os 23 anos de existência da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e do Maranhão, foram levados para o Pará 12.587 escravos negros. Mesmo com a extinção da Companhia, foram deslocados para o Pará, entre 1778 a 1792, mais 7.606 escravos africanos, totalizando, até esse último ano, 18.944 escravos. Estes chegaram para trabalhar para os ricos comerciantes que se ressentiam da falta de braços para o trabalho pesado com a abolição da escravidão de índios no Pará e Maranhão em 06/07/1755.

1.5 Entre a fartura e a falência, uma vida de subsistência

Quando havia a retração do mercado exterior com relação aos produtos extrativos, as populações amazônicas não ficavam à espera de soluções externas para garantir os mecanismos de sobrevivência, até porque nem todas as famílias

que se dedicavam aos processos de coleta tinham como finalidade a venda dos citados bens no mercado externo.

Nos períodos de baixa da atividade exportadora, essas populações engendravam as saídas para suprir suas necessidades. As matas e os rios, além da roça, propiciavam, em maior ou menor nível, os meios de reprodução social dessas populações. Há de se considerar também que as distâncias entre as localidades ribeirinhas, onde se concentravam, à época, as dinâmicas da vida local, eram de grandes proporções e o acesso era feito, basicamente, por pequenas canoas.

As informações sobre o que acontecia no mundo afora e nos centros de decisão (as cidades), relacionadas ou não com as dinâmicas produtivas, chegavam aos moradores da floresta amazônica muito tardiamente. Normalmente, as notícias vinham com os próprios patrões e/ou compradores, quando estes retornavam em seus batelões ou mesmo com viajantes que passavam de tempos em tempos, oriundos de Santarém ou de outras localidades. Nos séculos posteriores (quando o voto passou a ser exercido), as informações que chegavam com mais rapidez, além daquelas relacionadas à economia, eram as políticas, especialmente na época das eleições, quando os cabos eleitorais se deslocavam para áreas longínquas com o nome do candidato de interesse da elite governante.

Ou seja, a população de uma região que padecia de uma forte condição de isolamento (especialmente aquelas localidades que ficavam encravadas na floresta) e que também podia contar com os meios para subsistir no próprio espaço de reprodução, não tinha como ficar tão à mercê das dinâmicas que envolviam os processos do mercado exportador nos séculos primeiros da história brasileira. Isso ficou patente até quase no final do século XVIII. Esse cenário começou a mudar com as dinâmicas da economia a partir dos séculos XIX e XX, mais intensivamente. Portanto, o entendimento da condição de dependência externa para o caso da Amazônia, no que se refere aos altos e baixos da atividade extrativista, necessita ser analisada sob o enfoque de mais de um olhar.

No caso dos trabalhadores que estavam vinculados ao sistema de aviação, mesmo com o desaquecimento das atividades extrativas de primeira linha, esse vínculo não se desfazia de uma hora para outra, pois existiam outras atividades econômicas de circulação local, as de “segunda linha”, com as quais o patrão

começava a trabalhar e onde o aviado passava a desempenhar suas atividades, dando continuidade ao vínculo de dependência deste com relação aquele.

Entre as diferentes correntes de interpretação das dinâmicas da economia brasileira no período colonial, buscou-se entender a economia extrativista amazônica no contexto da colônia com base em dois autores, expoentes de duas correntes de interpretação: Caio Prado Júnior (2004), com enfoque na dependência externa (modelo agro-exportador) e Antonio Barros de Castro (1972), com enfoque na análise das dinâmicas internas. Para este último, quando aconteciam as crises, existia uma busca de soluções internas e regionais para as dinâmicas que começavam a se desenvolver e que passavam pelas atividades do auto-consumo.

A ocupação do Brasil se deu através de surtos de atividades exportadoras que fixavam contingentes populacionais sobre a extensão do território nacional. O desenvolvimento de tais atividades não tardava a imprimir fisionomia peculiar à área em processo de ocupação. **Relativamente isoladas do resto da economia (voltadas “para fora”) e exibindo características estruturais e funcionais próprias, estas áreas chegariam a constituir autênticas economias regionais [...]** Admitamos, de início, que a maioria das regiões já se encontra de há muito superada a fase de crescimento à base de uma atividade exportadora. **As reações observadas a partir da falência do mecanismo original de crescimento foram, porém, as mais diversas, e levaram a resultados tão distintos quanto a dissolução e o virtual desaparecimento da atividade econômica organizada (verificados em certas áreas amazônicas após a crise da borracha...); e o acelerado processo de industrialização (resposta paulista à crise cafeeira do século XX (BARROS DE CASTRO, 1972, p. 12). (grifo nosso).**

O enfoque da determinação externa enfatizada por Caio Prado Jr. ficou mais condizente e perceptível a partir da exploração da borracha, período no qual aconteceu uma grande afluência de trabalhadores do nordeste para se dedicar exclusivamente à coleta do látex, a partir da qual também se formou um conjunto de dinâmicas focadas exclusivamente nessa atividade: recrutamento e direcionamento da força de trabalho, barracões, embarcações, transporte, mantimentos, ferramentas, pesagem, entre outras, além da criação de estruturas de poder político e decisão, de entretenimento e de suporte diversos que funcionavam em paralelo. Ou seja, formava-se, a partir das dinâmicas que eram criadas, um aparato material, econômico, institucional e de vida cotidiana que girava em torno da dinâmica exportadora do momento.

Esse período da atividade extrativa se diferenciou em muito das antecedentes, como a da coleta das drogas do sertão e do cacau, por exemplo, cuja força de trabalho explorada era a indígena, organizada pelos jesuítas. A estrutura montada para coleta e escoamento dos bens extrativos desse período não se assemelhava a de uma “empresa” nos moldes da economia gomífera. Ainda assim, em vários momentos da extração do látex, como em qualquer empreendimento capitalista, quaisquer mecanismos eram válidos e usados, conjuntamente, para que o processo de formação da riqueza não fosse interrompido.

A manufatura seringalista, gestada na retaguarda do desenvolvimento industrial europeu e norte-americano, representa um avanço na forma de organização da produção em comparação com a forma anteriormente predominante do seringal amazônico. Mesmo assim, ela não revoluciona as bases técnicas da produção artesanal que condicionam o extrativismo gomífero, englobando desde a etapa de corte-coleta do látex até a sua transformação em pélas de borracha na etapa de defumação. Desse modo, devemos analisar o caráter do progresso das forças produtivas representado pela manufatura seringalista em dois planos: em referência às condições regionais de produção até então vigentes; e em referência às condições internacionais de produção apresentadas pelos pólos consumidores da matéria-prima gomífera, nos quais já vigora a produção mecanizada, organizada como grande indústria (MAMEDE, 2007, pp. 20-21).

Ainda que os impactos dos altos e baixos da atividade extrativa fosse uma realidade, sentidos em maior ou menor grau em distintas localidades, não havia uma crise profunda que deixasse “à míngua” a economia daquela região: “... Com o advento da crise da borracha, como de tantos outros produtos extrativos, florescia uma economia baseada na produção de vários produtos agrícolas como mandioca, arroz, feijão e milho. A castanha, a madeira e o óleo de copaíba passaram a ser os produtos mais exportados da região” (CARNEIRO, 2007).

Para analisar o caso específico da Amazônia e no contexto até aqui detalhado, não se considera como antagônicas as linhas de interpretação dos autores citados (Caio Prado Jr. e Antonio Barros de Castro) para abordar as dinâmicas da economia extrativista do período colonial. Também não se trata de relativizar o pensamento de um ou de outro, mas de evidenciar, no cerne desta análise, o nível de complexidade do contexto em estudo e das saídas que necessitavam ser engendradas para atender os dois propósitos, o de exportar e o de sobreviver. No caso específico desta abordagem, as duas correntes de pensamento se configuram como complementares.

Nos dias atuais, com o avanço tecnológico e a mudança de perfil da força de trabalho exigida para as atividades produtivas na região de Santarém, a população local também vai tentando dar “o seu jeito” para garantir o processo de reprodução, porém inserida no contexto de uma realidade com muito menos opções.

Tiago Pereira Carvalho, roceiro e seringueiro que mora na Estrada 4 no município de Belterra, ex-distrito de Santarém (pesquisa Fev/2005), trabalha desde jovem na roça. Essa atividade tem sido a base de subsistência da sua família de antes e de hoje, que é formada pela mulher e quatro filhos, especialmente no que se refere à produção da farinha de mandioca. Tiago também faz o corte de duas “estradas” de seringueiras de onde extrai o látex, que se transforma em borracha para vender para determinada empresa em Santarém, pois não existe mais comprador de borracha na região de Belterra. Os citados pés de seringueiras fazem parte da antiga plantação que pertenceu ao americano Henry Ford e que foi vendida (devolvida) ao governo brasileiro (1945), mas que ainda remanescem após a grande derrubada dessas árvores para o plantio de grãos, nos primeiros anos deste século. Não há qualquer controle dos órgãos oficiais sobre o uso produtivo das poucas árvores que restaram e que hoje se encontram na condição de “árvores de quintal”, quem chegar primeiro assume o corte e a venda das parcas coletas. Tiago, como grande parte dos trabalhadores do município de Belterra (ex-distrito de Santarém), tinha esperança de trabalhar nas prometidas oportunidades de trabalho que seriam geradas com o negócio da soja, mas elas não foram concretizadas. Com relação à chegada dos gaúchos e plantação da soja na região de Belterra, Tiago tem uma opinião formada e fala com ar de desapontamento: “Aqui, o gaúcho só trabalha com maquinário, pega os peões pra trabalhar só por uns 3 a 4 dias. Não está rendendo nada, não melhorou nada, só calor e descampado. Eu vou continuar com minha vida do jeito que ela tá até quando Deus quiser” (Fotos 08, 09, 10).

FOTOS 8, 9, 10 - SR. TIAGO, SERINGUEIRAS ANTIGAS E ÁREAS DOS
SERINGAIS PREPARADAS PARA A SOJA.

1.6 Riqueza e exaustão, vidas e emoções: dizer basta, não é o bastante!

Nunca é demais repetir que exportar sempre foi a grande saída para ativar a economia amazônica, desde os tempos coloniais. Nas palavras de Benchimol (1996, p.2), “isso aconteceu tanto nos antigos tempos das ‘drogas do sertão’ como por ocasião do ciclo da borracha e dos produtos do extrativismo da floresta e do rio”.

No município de Santarém de hoje, a atividade agrícola é considerada uma das mais promissoras para o futuro da economia local, cujo destaque é o plantio de grãos. Concordar ou discordar, apenas, com os avanços e as promessas deste ramo de atividade para ativar a economia santarena e dos benefícios que ela estaria trazendo para sua população, não ajuda a entender o que há de mais profundo no percurso de consolidação do processo de acumulação do capital e do longo processo de “reconstrução” do *viver amazônico*.

O movimento dos tratores, o ranger das motosserras, o vai-e-vem de grandes navios e o embarque de produtos agrícolas em navios com *bandeiras* que muitos moradores locais nunca ouviram falar, e que pouco sabem sobre o peso que elas têm no mundo globalizado, ainda que sintam seus impactos, são dinâmicas com as quais todos passam a conviver sem que tenham a exata noção do seu alcance.

Apenas uma certeza tem perdurado ao longo do tempo: é nesse processo de economia de altos e baixos que a região amazônica tem completado cada período de sua história sem ter construído uma base consistente no seu processo de desenvolvimento, de modo a colocá-la na vanguarda das discussões e das decisões das questões nacionais, especialmente daquelas que afetam os interesses de suas populações e o uso dos recursos naturais. O papel de “subserviência” e de dependência quase extrema em relação aos grandes centros financiadores e compradores das mercadorias produzidas em pequena ou em larga escala, a tem colocado no papel de assistência aos interesses que lhe são alheios, seja no aspecto econômico seja na disponibilidade de conhecimento das coisas que lhe são próprias, entre outras condições.

Assim, a região parece estar cumprindo, apenas, o papel de retaguarda das pretensões externas, sem voz ativa o bastante para expressar seus limites, seus anseios e suas crenças. Tem lhe restado, nos dias de hoje, a função de ficar inventariando os hectares de florestas que são derrubadas, as toras de madeira que

saem mundo afora, o nível de degradação dos solos, a vastidão das grandes posses de terra, o número de covas que tem abrigado seus filhos combatentes na parte do solo que lhes têm cabido naqueles latifúndios, o número de palafitas e de favelas que se formam no entorno dos centros urbanos, onde florescem verdadeiras cidades sem documento.

Em um percurso de vida com essa feição, as relações sociais e as emoções tendem a funcionar no mesmo sentido dos altos e baixos de uma economia dominada por ciclos. As pessoas se movem seguindo o curso, ora do progresso (possibilidades de trabalho e de sonhos acalentados) ora da exaustão (promessas vãs dos que chegam e voltam deixando grandes crateras nos solos, consideráveis extensões de rios envenenados, barrancos propensos às constantes erosões e velhas palavras, vazias, que o tempo consumirá), e passam a viver suas emoções também permeadas por ciclos de euforia e de frustração. As histórias não são contadas para filhos e netos de forma linear, como qualquer história criada por alguém que tem o domínio de sua trajetória, com início, meio e fim, mas como fragmentos de um percurso que a memória não alcança, pois tantas foram as rupturas.

Os períodos benéficos do crescimento por ciclos são sempre transitórios, mágicos e imediatistas, do ponto de vista econômico, mas eternos do ponto de vista dos seus efeitos sociais, culturais e ecológicos, cujas fraturas (as constantes mobilizações, o desarranjo familiar, a ilusão do trabalho prometido, a perda das identidades, a desorganização dos ecossistemas, entre outras), somam-se às “bombas-relógio” que são ativadas por conta da disputa pela terra, extremamente concentrada.

Ou seja, o tempo amazônico tem acontecido pela ação dos homens e pela prática da dependência. Não é o tempo do amanhã, mas o de ontem que norteia as ações empreendedoras do presente, calcadas na secular prática dos grandes domínios, que foram sendo garantidos por bulas papais, leis, estatutos, atos administrativos e pelas zelosas práticas de manutenção do *status quo* por parte do Estado, que tem propiciado as ações de apossamento da terra com o perfil concentrador, por intermédio das políticas que concebe e das oportunidades que cria.

O negócio da produção de grãos dos dias atuais é um daqueles momentos em busca da valorização do capital que para lá se mobilizou, embalado pelo sonho da prosperidade. Muito já se especulou sobre o fracasso do avanço e da consolidação do projeto soja na Amazônia, fosse pela possível retração do mercado comprador, pela pressão ambiental ou pelo hipotético risco de pragas que dizimariam as plantações. O futuro, todavia, parece ser bastante promissor para expansão e consolidação do agronegócio: “pesquisadores da Embrapa apostam no plantio de 20 milhões de soja no Pará. É o equivalente ao que se cultivava hoje em todo o país” (ÉPOCA ONLINE, 2008, p.1).

Os produtores se comprometem a plantar grãos somente nas áreas que já foram desmatadas, porém são grandes as extensões de terra adquiridas para esse fim e crescentes os índices de desmatamento denunciados com frequência. Os empreendedores da soja contam com o financiamento de grandes empresas multinacionais como a CARGILL e a BUNGE Alimentos.

Tradicional produtor de arroz, Santarém tem uma grande vantagem sobre os outros pólos de grãos: pode proporcionar duas safras ao ano, pois as chuvas duram mais tempo. Lá a soja está sendo introduzida na segunda safra, em rotação com a cultura de arroz. No ano passado, o BASA financiou R\$ 19,9 milhões para plantação de grãos na região. Além disso, as multinacionais da soja também apóiam os produtores. O gaúcho Pio Stefanelo, que chegou a Santarém em 1998 e hoje é proprietário da única sementeira da região, é financiado pela CARGILL: “eles me adiantam os insumos, que são o mais caro, e eu pago na safra”, explica (ÉPOCA ONLINE, 2008, p.2).

1.7 Organização produtiva e afirmação de identidades

A organização produtiva da região de Santarém reflete as diferentes inserções e fixações das populações migrantes ao longo do tempo, especialmente a nordestina e a sulista, que chegaram mais fortemente no decorrer dos séculos XIX e XX. Os espaços em disputa para a reprodução do capital também passam a exigir estratégias diferenciadas diante das peculiaridades dos ecossistemas amazônicos.

Uma das dinâmicas em curso no mesmo espaço refere-se às manifestações das diferentes identidades culturais, que criam momentos de tensão entre os protagonistas, ainda que expressadas de modo sutil. Elas vão se inserindo no contexto das relações sociais locais, ora compondo com aquelas já existentes ora se colocando em destaque.

Determinadas formas de expressão dessas novas identidades (hábitos, comportamentos...) têm se manifestado com mais força ante aquela local, interpretada por muitos como de menor representatividade diante dos “sinais” que simbolizam o espírito do empreendedorismo. Essas novas atitudes não demonstram, apenas, serem sinais demarcatórios da fronteira entre “vencedores” e “fracassados”, que personificam lados opostos da lógica capitalista, mas também para evidenciar a condição de “superado” ante o processo de modernização em curso, que exige novos métodos, novas posturas, novas atitudes e crenças, além da condição de “ser capaz de ter”, que são elementos mais condizentes com o espírito do pioneiro, do desbravador e do vencedor.

Nas ruas da cidade de Santarém, a circulação de carros novos, grandes e possantes, e *pick-ups* turbinadas já denota a credencial de seus donos, ainda que estes, muitas vezes, se encontrem sob o anonimato de um vidro fume. No final da tarde, quando há uma grande concentração de carros na orla do rio Tapajos, é possível visualizar o perfil “dos que podem e dos que não podem” no contexto dessa nova paisagem que começa a ser formada, cuja externalização da prosperidade é evidente.

Sara Costa Pereira, presidente da FAMCOS (Federação das Associações de Moradores de Organizações Comunitárias de Santarém) no triênio 2005-2008, expressou-se (março/2006) do seguinte modo: “as pessoas daqui que estavam acostumadas a ir à orla, sentar num banquinho e bater um papo, não podem mais bater esse papo porque o cara chega lá, estaciona sua relux, abre as portas e o som fica altíssimo, e as pessoas vêem assim: Ah! são os ‘gaúchos’ que chegaram...! ”. Para a população local, qualquer pessoa que seja branca, loura e com fala enrolada, é gaúcho.

Essas tensões também são percebidas nas relações de conquista e de encantamento do homem migrante (o “gaúcho - homem de posses e de futuro”), no que diz respeito à “disputa” por uma parceira santarena, momento em que são expostos sentimentos de ciúme em relação ao “forasteiro”. O escritor Efrem Galvão, um perspicaz observador (entrevista em março de 2006), fala de uma dessas situações: “... tem vindo o gaúcho, o catarinense e outros para trabalhar aqui, e casam por aqui; isso dá uma ciúmeira com relação aos homens de lá que vêm para cá; um vizinho dessas casas daqui..., duas casaram com gaúcho, moças bonitas, e

uma terceira, que é a moça mais bonita das redondezas, namora... não sabem se vai casar... é santarena, a origem do avô e da mãe é da várzea, aqui do Tapajós, mas já moram na zona urbana”.

Em outro contexto da vida local, o da disponibilidade de serviços, é possível perceber aspectos dos novos valores que estão sendo disseminados, cujos sinais estão presentes nos *outdoors* e nas rádios, entre outros meios de comunicação. O processo de divulgação de determinados serviços já reflete um estilo de vida esperado para o futuro, tanto para a geração de descendentes dos atuais empreendedores quanto daqueles outros da região que farão parte de um novo tipo de mercado de trabalho. Estamos falando de um segmento da área educacional - o ensino da graduação. Na cidade, encontra-se em processo de expansão e de afirmação, entre outras que lá existem, o Instituto Luterano de Ensino Superior em Santarém – ILES/ULBRA, de origem sulista, cuja sede é em Canoas/RS. Uma das formas de divulgação do serviço na cidade de Santarém foi o de evidenciar “um padrão educacional de qualidade para os novos tempos, focado no espírito do empreendedorismo”, tendo o “gaúcho” como uma referência desse padrão, tal como implícito na propaganda exposta nos cadernos que são vendidos (Figura10).

Figura 10 – Slogan de divulgação dos serviços da ILES/ULBRA
(Instituto Luterano de Ensino Superior em Santarém)

São evidentes, portanto, as contradições e os sutis embates que acontecem nas relações sociais cotidianas da Santarém e que diferem da contundência dos embates pela disputa da terra.

Por outro lado, as opiniões que permeiam as discussões sobre a nova realidade que se ancora no processo de modernização das forças produtivas não são apenas de desapontamento, mas também de positivação ante a perspectiva “do até que enfim o progresso está chegando”. Florescem a cada momento novas possibilidades de negócios em resposta à crescente demanda dos consumidores. Na esteira dessa dinâmica progressista, diversas oportunidades desses negócios vão se abrindo para os pequenos empreendedores locais. Estes, não necessariamente, vivem desses pequenos empreendimentos, de modo exclusivo, pois muitos deles são professores, funcionários públicos, profissionais liberais e aposentados, que sozinhos ou em parceria estão abrindo negócios nos ramos de mercearia, açougue, padaria, *lan house*, foto-revelação, entre outros.

Mais recentemente, constata-se que novos tipos de tensão emergem noutro contexto da realidade santarena – nas áreas de várzea. Os conflitos têm como foco a posse da terra. A despeito de ser a várzea um ecossistema bem peculiar, que à primeira vista não atrairia “homens de negócio de bom-senso”, isso não se constitui num empecilho, nos dias de hoje.

Entre os ecossistemas existentes, os que se destacam na região de Santarém são as áreas do planalto e as áreas de várzea. Esta última exige um grau de conhecimento e de habilidade para lidar com suas diferentes facetas que, por extensão, também exige um conhecimento diferenciado do aparato legal para o processo de apossamento e de regularização das terras localizadas nessas áreas.

1.8 Áreas da várzea: os desafios da posse e da regularização da terra

A área de **várzea** (terras alagadas) é uma planície de inundação, formada por uma faixa de largura variável ao longo do rio Amazonas. É um fenômeno natural que envolve duas fases distintas, mas que estão interligadas e dependentes entre si: os períodos da **vazante**, época em que o rio apresenta o menor volume de águas, e da **enchente**, quando as águas ao transbordar, provocam inundação das terras marginais (RUFINO, 2007; TAPAJÓS, 2007) (Figuras 11 e 12).

A despeito das peculiaridades citadas, essas áreas são habitadas desde muito tempo pelas populações ribeirinhas (também chamadas de caboclas). Nos últimos anos essas áreas de terra têm sido “assediadas” mais constantemente por pecuaristas, e até por madeireiros, cujas pressões para apossamento têm gerado conflitos com as populações ribeirinhas. É do conhecimento público naquela região que médios e grandes criadores de gado branco e búfalos utilizam a várzea para pasto de seus rebanhos. O fato é que diversas comunidades de áreas de várzea estão cercadas por grandes proprietários de terra.

Em decorrência do avanço dessas fronteiras alagadas, existe uma pressão cada vez mais assídua das populações varzeanas junto ao INCRA e ao IBAMA, em busca das saídas para o processo de regularização de suas terras, que se faz indispensável nos dias atuais. Os próprios órgãos públicos já estão colocando em prática as ações relacionadas ao levantamento e identificação das famílias ribeirinhas, análise da viabilidade técnica, econômica e ambiental, além da elaboração do aparato jurídico-fundiário, uma vez que inexistia uma definição jurídica de várzea nas leis brasileiras. Mesmo levando em consideração todos os desafios que envolvem essa questão, os agentes do poder público, de um modo geral, consideram menos problemático lidar com a regularização de assentamentos nas terras de várzea do que com as terras do planalto.

FIGURA 11– Várzea: enchente e vazante

Fonte: IBAMA-PROVARZEA, 2007

FIGURA 12: Desafios da regularização fundiária em Santarém

Perfil das Ilhas e lagos de Santarém

Fonte: David Gibbs McGrath e Socorro Pena – ProVárzea/Ibama

Situação da Várzea de Santarém

Informações não oficiais dão conta de que cerca de 70% dos ocupantes das áreas de várzea não possuem qualquer documento comprobatório de propriedade dessas áreas ocupadas e entre aqueles que possuem algum tipo de documento, na sua quase totalidade são ilegítimos (RUFINO, 2007).

A várzea é um ecossistema de domínio da União cuja gerência é da SPU/GRPU (Secretaria de Patrimônio da União/Gerência Regional de Patrimônio da União), vinculado ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, a quem compete sua regularização. Entretanto, foi assinado em Santarém um Termo de Cooperação Técnica para possibilitar a atuação do INCRA no processo de regularização dessas áreas baseada na sua experiência em Assentamentos nas regiões do planalto santareno, em atuação conjunta da SPU/GRPU e o IBAMA.

Para Benatti (Apud Tapajós, 2007, p. 6), “a natureza jurídica da várzea é área que incide no terreno da calha alargada ou maior de um rio”. No aprofundando da análise jurídica da questão como base nas leis vigentes, Tapajós identifica um conjunto de dispositivos legais que a caracterizam como bem público e respaldam o poder público no direcionamento e nas ações de gestão da várzea, visando a reordenação territorial desse ecossistema.

A várzea é um bem público, que numa interpretação sistemática da Constituição Federal (arts. 5º, XXII a XXIV; 6º; 20, III; 170, III e VI; 184 a 191; 225; § 4º, essencialmente) permite concluir que é um **bem público de uso comum**. Corroborando e estabelecendo configurações legais, extrai-se, também, essa conclusão pela percepção do Código de Águas, Lei de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97, art. 1º, I) e pelo artigo 99, I, do Código Civil. Relevando, ainda, que pelas características da várzea é conveniente assimilar que **se trata essencialmente de um bem ambiental**, nos precisos contornos do art. 225, da Constituição Federal. Bem ambiental de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, notadamente da população local.

Como a água é um bem de domínio público, o terreno que a suporta, o álveo e o leito maior sazonal também o são. Nessa lógica, invocando o sentido do art. 20, III, da CF/88, também é permitido concluir que no presente caso a região de várzea sob estudo é **bem público de uso comum, de domínio da União**, pois está sob influência do Rio Amazonas, que banha mais de um Estado e provém de território estrangeiro; além de que a várzea conflui, e às vezes é confundida, com os terrenos marginais (TAPAJÓS, 2007, p. 70).

Dentre as modalidades existentes, e em consonância com os parâmetros da lei de Reforma Agrária vigente, a modalidade indicada como a mais apropriada para o plano de assentamento na área de várzea é o **PAE** - Projeto de Assentamento Agroextrativista:

A base normativa do PAE é realisticamente própria e adequada ao ecossistema de várzea, pois, diferentemente de outras modalidades de assentamento, sua essência é o equilíbrio na fixação e regularização territorial dos habitantes tradicionais da área, visando a exploração das riquezas extrativistas como componente do desenvolvimento econômico, mas com proteção especial do espaço (TAPAJÓS, 2007, p. 10).

O acesso ao solo e aos recursos naturais da várzea somente poderá ocorrer através da cessão dos bens públicos [...] No caso da várzea, os instrumentos mais adequados para que o Poder Público ceda para o uso privado o solo e os recursos naturais são: a concessão de uso, a concessão de direito real de uso e o direito de superfície. No uso privado de bens públicos não há a transferência de domínio, mas sim a cessão de uso do bem ao fim a que ele se destina. Nas três possibilidades de cessão, o domínio do terreno de várzea será da União ou do Estado, e a transferência do usufruto para o ocupante se faz por contrato administrativo. Os instrumentos são: contrato de cessão, o plano de utilização e plano de manejo. O **contrato de cessão inclui um plano de utilização da área concedida**, aprovado pelo órgão público a que pertence a dominialidade da área. **Plano de utilização é um documento escrito, proposto e elaborado pelos moradores descrevendo a utilização dos recursos naturais** a fim de reivindicar a regularização fundiária da área pretendida [...] Na assinatura do contrato de cessão deverá estar elaborado o **plano de manejo** (RUFINO, 2007, pp. 10-12) (**grifo nosso**).

Fato é que o avanço das fronteiras santarenas não acontece somente na direção das terras do planalto, mas também já começou a seguir na direção das terras úmidas e/ou alagadas das várzeas. Conflitos (Figura 13) pela posse da terra já são freqüentes nas áreas ribeirinhas, provocando, inclusive, o deslocamento de trabalhadores rurais das áreas próximas aos rios para as terras do planalto (Fotos 11, 12 e 13), tal como aconteceu com a família de Raimundo Nonato da Silva (página 121) e inúmeros outros casos, alguns dos quais estão mencionados no Quadro 03.

FIGURA 13 – Conflitos na várzea santarena

Fonte: David Gibbs McGrath e Socorro Pena – ProVárzea/Ibama

FOTO 11 – Moradia na Área Ribeirinha

Fonte: Secretaria de Estado de Comunicação do Pará

FOTOS 12 e 13 – Moradias na Área do Planalto Santareno

Comunidade Cícero Mendes

Comunidade União Corta-Corda

Fonte: Fotos da autora, janeiro de 2007.

II – O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E A MARCHA PARA O OESTE DO PARÁ

A mídia, nos diferentes meios de comunicação, tem divulgado notícias sobre fatos que vêm acontecendo na Amazônia brasileira, envolvendo questões como desmatamento, grilagem, ameaças, mortes, trabalho escravo, entre outros. Em janeiro de 2008, por exemplo, foi noticiado que o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) haviam detectado aumento no desmatamento da citada área, na ordem de 3.235 km², entre os meses de agosto e dezembro de 2007.

Essas notícias sobre o desmatamento não agradaram determinados segmentos do governo federal e dos governos dos estados envolvidos. Houve quem questionasse a imprecisão das informações divulgadas pelo INPE. Este órgão teve que ir a público, por meio de um editorial, para confirmar as informações detectadas pelo DETER (Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real) e enfatizar o compromisso técnico-científico que é priorizado em suas pesquisas: “...vale ressaltar que o Inpe, mais uma vez, desenvolveu seu trabalho técnico de forma séria e ética, dando transparência aos dados que devem, sim, ser de domínio público. Dessa forma, o Instituto demonstra que seu compromisso não é com o governo federal, nem com governos estaduais e muito menos com interesses particulares. Como instituto público que é, o Inpe tem compromisso com o Estado brasileiro e a sua população” (INPE, 2008, p.1).

De acordo com o levantamento do INPE, 53,7% dos desmatamentos identificados estão em Mato Grosso, 17,8% no estado do Pará e 16% em Rondônia.

Para alguns setores do governo que estavam comemorando a redução do desmatamento nos últimos anos, esse levantamento caiu como “uma ducha de água fria”, cujo resultado do desmatamento esperado e que havia sido apurado antes da última pesquisa divulgada, era de aproximadamente 11.220Km², com uma queda de 21% com relação a 2005-2006, que era praticamente igual à menor taxa registrada pelo INPE desde 1988 (INPE, 2008) (Tabela 03 e Figura 04).

TABELA 04 – Taxas de Desmatamento da Amazônia por Estado
Período de 1999 - 2007

Estados \ Ano	99-00	00-01	01-02	02-03	03-04	04-05	05-06	06-07
Acre	547	419	762	1061	729	539	323	136
Amazonas	612	634	881	1587	1211	752	780	582
Amapá		7	0	25	46	33	30	0
Maranhão	1065	958	1014	993	755	922	651	631
Mato Grosso	6369	7703	7892	10405	11814	7145	4333	2476
Pará	6671	5237	7324	6996	8521	5731	5505	5569
Rondônia	2465	2673	3067	3620	3834	3233	2062	1465
Roraima	253	345	84	439	311	133	231	306
Tocantins	244	189	212	156	158	271	124	59
Amazônia Legal	18226	18165	21238	25282	27379	18759	14039	11224

As Taxas para 2007 são estimativas

Fonte: INPE, 2008

**GRÁFICO 01 - Taxa de Desmatamento Anual na Amazônia Legal
Período de 1999 - 2007**

Fonte: INPE, 2008

As notícias que saem na grande mídia são revestidas, muitas vezes, de pontos de vista muito particulares desses meios de comunicação, e que, portanto, não exploram todos os ângulos da questão noticiada. Ainda assim, com verdades ou meias verdades, elas ganham repercussão junto ao grande público. Aliando notícias da mídia e informações divulgadas por instituições de pesquisa sobre o desmatamento na Amazônia, cria-se um cenário que tanto pode incomodar alguns segmentos da sociedade brasileira quanto pode satisfazer outros que vêm no curso desses acontecimentos, oportunidades para o empreendedorismo agro-pecuarista na Amazônia.

O Brasil tem se consolidado a cada ano como potência exportadora de *commodities* agropecuárias, não somente pelo inegável avanço tecnológico, mas também pelas vastas extensões de terra que possui. Estes fatores, entre outros, têm feito a diferença diante de concorrentes de peso no mercado mundial, e a Amazônia

como um todo, seja com suas terras firmes ou alagadas, tem sido vista como uma “reserva” de grande valor a ser explorada. Isso significa dizer que a corrida pelo solo naquela área vai continuar.

Em abril/2008, a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) divulgou que o Brasil tem hoje 276 milhões de hectares de terras cultiváveis, sendo que 72% são ocupadas por pastagens cultivadas, 16,9% por grãos e 2,8% por cana de açúcar (CONAB, 2008, p.1).

Todos os fatos divulgados sobre a Amazônia (desmatamento, grilagem, concentração fundiária...) não podem ser entendidos somente como decorrência de decisões autônomas de investidores privados que, pelas suas audácias empreendedoras, vão chegando e dando curso ao avanço das fronteiras. Também não se constituem fatos passíveis de serem controlados por meio de Leis Complementares ou Medidas Provisórias, uma vez que o ímpeto de **empreender** faz parte de um projeto desenvolvimentista de longo percurso, que foi sendo costurado no bojo de programas de governos e de compromissos políticos assumidos por diferentes governantes, em várias épocas, fundados em razões de natureza diversa: segurança nacional, integração da região amazônica ao país, estímulo à capacidade produtiva, redução das tensões sociais e também como feitos de grandiosidade que costumam deixar a marca de um governante para a posteridade.

Quando, em outubro de 1940, Getúlio Vargas proferiu o “Discurso do Rio Amazonas”, conclamando políticos, investidores e população local para o reerguimento da Amazônia produtiva através da conquista da terra e exploração da floresta e rios, certamente ele não imaginaria, mesmo que tivesse determinado a formulação de um programa específico com esse fim, com que velocidade tudo aconteceria desde àquela época. Não foram muitos os anos, desde então, para que se presenciasse a materialização da conquista e da ocupação dos vazios demográficos, evidenciados naquela ocasião. Antes, a Amazônia já havia sido descoberta para o extrativismo. Nos dias atuais ela está sendo descoberta como a “salvação da lavoura”, literalmente, em referência à ocupação de grandes extensões de terra para a produção de grãos para um futuro não tão distante.

Também naquele mesmo ano, quando dos festejos de inauguração da cidade de Goiânia, Vargas propôs a diretriz de integração territorial para o Brasil, lançando o movimento “Marcha para o Oeste”, momento em que enfatizou a necessidade de

ocupar os imensos espaços despovoados: "o verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo ao oeste [...] o programa de 'Rumos ao Oeste' é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas com a integração dos modernos processos de cultura" (PUC-RIO, 2008, p.1). Com essa proposta de integração das "ilhas dispersas" rumo ao desenvolvimento, Vargas defendia a urgência da ocupação.

Para ele, se politicamente o Brasil era uma unidade, economicamente era um arquipélago formado por ilhas desenvolvidas cercadas de espaços despovoados. Ele apontou, também, alguns dos objetivos da realização dessa marcha: recuperar a posição do Brasil no mercado internacional da borracha; transferir a população excedente em certas regiões para áreas mais produtivas e menos sujeitas a flagelos; diminuir a concentração de trabalhadores em busca de emprego nas grandes cidades; frear a imigração estrangeira substituindo sua mão-de-obra pela nacional. Outro objetivo freqüentemente levantado era proteger os recursos naturais do país, que se acreditava estarem ameaçados por potências estrangeiras (PUC-RIO, 2008, p. 85).

Muitos governos se sucederam e muitos também foram os discursos desenvolvimentistas proferidos desde então, porém, a materialização efetiva dos projetos e das ações que mudaram decisivamente a face e o destino da Amazônia foram traçados nos gabinetes dos governos militares a partir dos anos 60 do século passado.

O estado do Pará, que representa uma grande fatia da imensa região amazônica, tem vivenciado e "assistido", literalmente, grandes decisões que transformaram a sua face territorial, cuja mais significativa foi a **intervenção territorial federal com base na segurança nacional** (Decreto-Lei 1.164/71) (**grifo nosso**). Este fato teve e continua tendo grande impacto nas ações fundiárias já implementadas e naquelas que deixam de ser feitas nas regiões sul, sudeste e oeste o estado do Pará, identificadas como áreas de grande instabilidade social por conta da posse da terra.

Ariovaldo de Oliveira (*Amazônia Revelada - BR-163 Cuiabá-Santarém*, 2005, p. 68), deixa patente que o processo de ocupação da Amazônia apresenta vários níveis:

1) O dos mecanismos de acesso à titulação da terra, o comércio desses títulos e o conseqüente envolvimento dos segmentos sociais que ocupavam o poder do Estado.

- 2) Da concepção e da instalação dos projetos agropecuários e agroindustriais incentivados pela SUDAM (Superintendência para Desenvolvimento da Amazônia), que, em grande parte, se constituíram em golpes contra o erário público.
- 3) O da contra-reforma agrária com a implantação dos projetos de colonização privados e públicos.
- 4) O processo de implantação da reforma agrária do I PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) de 1985.
- 5) E por último, a grande expansão madeireira e a chegada da agricultura dos grãos do agronegócio.

O citado autor também evidencia, diagnosticamente, que o quadro atual das diferentes formas de assentamento na Amazônia, é “de um lado ditado pela lógica capitalista de apropriação privada da terra e dos recursos naturais; e de outro pela utopia camponesa da conquista da terra liberta”. E que “o controle da Amazônia, se baseia em dois processos: o monopólio da propriedade privada do solo e o monopólio sobre os recursos minerais”, que muito embora sigam a mesma lógica, possuem características, temporalidade e territorialidade distintas (OLIVEIRA, 2005, p. 68).

Diante do quadro até aqui retratado, há de se antever que as disputas pela terra na região citada não tem sido um acontecimento de pequenas proporções. Os cenários dessas disputas, dos enfrentamentos, das barganhas, da corrupção e da “vida por um fio” encontram-se sempre bem montados.

Por outro lado, há de se destacar que a ampliação de domínios à margem de estatutos jurídicos legais é uma instituição consolidada na história fundiária brasileira, onde o significado de conquista, positivado em qualquer contexto de avanço da fronteira - por terra, por rio e por mar, advém de um passado distante que antecede a formação dos limites da fronteira nacional.

Neste preâmbulo sobre o processo de ocupação do território amazônico, calcado na posse de grandes domínios, despontam determinadas características que têm sido comuns no processo de formação da história agrária brasileira, desde o início: o latifúndio, o privilégio, o casuísmo e o autoritarismo.

2.1 Sesmarias - a “mãe do latifúndio”: fatos e pendências de uma complexa estrutura fundiária

Para que se compreenda a natureza e a contundência dos conflitos fundiários que acontecem na Amazônia de hoje, e de modo particular no estado do Pará, é importante que sejam recuperados alguns fatos do processo de ocupação de terras que foram acontecendo desde os primórdios da colonização brasileira, pois o que se constrói no tempo presente apóia-se no “tecido” econômico, político e social que deu sustentação às bases formativas da história.

Paraguassu Éleres (*Intervenção Territorial Federal nos Estados-Membros: relato do caso do Pará*, 1997) busca no nascedouro das conquistas portuguesas o “embrião” da formação territorial brasileira:

No estatuto da formação territorial e ocupação do Brasil, cumpre observar que o país já nasceu com a possibilidade e a vocação de avançar além de limites fundiários contratados, como ocorreu com o tratado de Tordesilhas. [...] Considerando a lógica de que **papas que podiam tudo, também podiam dar terras** [...], Portugal, que havia conquistado Ceuta (1415), no norte da África e coração das conquistas da Espanha, contabilizava que entre 1418 a 1481 já havia obtido dez bulas papais, consagrando as terras conquistadas aos mouros [...] e em dois dias do ano de 1493, foram editadas três bulas papais (*Inter Caetera*, *Exime Devotiones* e *Inter Caetera*) [...] passam a ter vigência na divisão do mundo entre os portugueses e os espanhóis os meridianos terrestres e não mais os paralelos (ELÉRES, 1997, pp. 15, 27 e 29).

Mais que isso: em 4 de maio a bula “**Inter Caetera**” fez uma concessão absoluta aos reis espanhóis “sob pena de excomunhão **“latae sententiae**” para as pessoas de qualquer dignidade, mesmo real ou Imperial”, que perturbassem os domínios de **“todas as terras firmes achadas ou por achar, descobertas ou por descobrir, para o ocidente e meio dia de uma linha desde o Pólo Ártico ou Sententrião, até ao Pólo Antártico**” [...] Diante daquele quadro, D. João II, El Rey de Portugal e Algarves ao se sentir lesado tentou a reação armada... A primeira questão que surge é de natureza jurídica: os portugueses não podiam impugnar a autoridade papal de Alexandre VI..., pois isso seria impugnar as bulas anteriores, que lhes eram favoráveis, na Índia. De outro modo, os castelhanos deixaram ver que aumentariam as cem léguas concedias pelo Papa, se Portugal renunciasse as possessões no norte da África, em nome da cruzada antimuçulmana. E foi assim que no dia 7 de junho de 1494, em Tordesilhas, foram assinados dois Tratados (*a renúncia portuguesa...* e *o Tratado de Tordesilhas*) (ELÉRES, 1997, pp. 30, 31 e 32).

A verdade é que apesar da cláusula que mandava “medir” as 370 léguas usando-se embarcações de ambas as esquadras, o Meridiano das Tordesilhas nunca foi medido [...] Outra questão que surge refere-se ao padrão da légua [...] Por isso e por tudo que foi dito, séculos depois do fato consumado, é certo dizer que os lusos bem conheciam a matéria da qual estavam tratando [...] O que fica patente é que não dá para aceitar o Almirante Pedro Álvares Cabral “perdendo-se” no mar por causa das calmarias [...] Vale lembrar que estas notas só terão algum sentido se

atentarmos para dois fatos [...]. O primeiro... **O segundo, é que o sistema da base jurídica da ocupação, decalcado no sistema donatário, e posteriormente sesmário,²⁰ ensejou que a conquista da nova terra se fizesse segundo um modelo latifundista que concentra nas mãos de cerca de um por cento da população mais da metade da terra...** (ÉLERES, 1997, pp. 34, 36, 38) (o último grifo é nosso).

Girolamo Domenico Treccani (“Violência e Grilagem: Instrumentos de Aquisição da Propriedade da Terra no Pará”, 2001), diz que apesar de várias cartas sesmarias conterem a afirmação de que a terra era doada, a concessão da terra não era incondicional caso alguma das cláusulas nela contidas fosse desrespeitada, o que a levava à caducidade. As cláusulas comportavam os quesitos: aproveitamento, registro da carta, medição e demarcação, pagamento do foro e confirmação por parte do rei (TRECCANI, 2001, pp. 35-40).

Santos (1983, apud Treccani, 2001, p. 41) fala do favorecimento aos poderosos na concessão das sesmarias: “o regime das sesmarias, normalmente concedidas por favoritismo dos agentes da Coroa Portuguesa e, depois também por agentes dos governos imperiais do Brasil, gerou a classe privilegiada dos detentores de imensas terras que nem sempre eram razoavelmente aproveitadas e muitas vezes nem ao menos ocupadas”. Qualquer semelhança com o que acontece nos dias de hoje com relação às terras do Pará, não é mera coincidência.

Treccani, referindo-se à carta de sesmaria, afirma que

se em Portugal o instituto da sesmaria era apropriado, pois visava fazer trabalhar terras abandonadas e com dimensões relativamente reduzidas [...] seu simples transplante para o Brasil, sem nenhuma adaptação [...] Isso fez com que cada sesmaria [...] desse origem a imóveis com extensões enormes. A terra que em Portugal era considerada um ‘bem de produção’, foi aqui explorada predatoriamente e considerada unicamente como um “bem patrimonial” (TRECCANI, 2001, P. 44).

²⁰ Para Treccani, há consenso entre os doutrinadores de que a história do direito agrário e a estrutura agrária brasileira têm suas origens no direito português: “quando começou o processo de colonização não foi elaborada uma legislação específica para a colônia, mas passaram a vigorar no Brasil as leis lusitanas, que estabeleciam a maneira de adquirir, exercer, conservar, alienar e perder as terras. [...] O direito agrário lusitano originou-se na prática em vigor em algumas regiões portuguesas onde era costume sortear, entre os moradores, parcelas de terra para serem cultivadas durante um determinado prazo de tempo. Em 26 de junho de 1375, na cidade portuguesa de Santarém, Dom Fernando I institucionalizou esta prática dando-lhe força legal através da LEI DE SESMARIA [...] foi só através da Carta Foral de 06 de outubro de 1531, que o regime de sesmaria foi oficialmente introduzido no Brasil. [...] A introdução no Brasil do sistema sesmário mostrava, pelo menos nas palavras, e na vontade da coroa que a ocupação da nova terra fosse feita através da posse efetiva e do cultivo. Por isso, o rei determinou que se fornecessem ‘machados e enxadas e todas mais ferramentas às pessoas, que fossem povoar o Brasil’ [...] A necessidade de produzir um volume de mercadorias, que justificasse os enormes investimentos necessários para a consolidação de empreendimentos rentáveis, fez com que se justificasse o nascimento de latifúndios e a utilização de mão-de-obra escrava”. (TRECCANI, 2001, pp. 27, 32-34).

De acordo com o mesmo autor, quando a colonização do Brasil se consolidou “foram promulgadas um sem número de leis para tentar voltar a disciplinar o acesso à terra, sem porém, conseguir ordenar o caótico e desordenado processo inicial”. Por conta disso, na opinião de Éleres Paraguassu, o regime das sesmarias é considerado ‘a mãe do latifúndio nacional’, pois, a partir de sua existência no Brasil, elas formaram “a base institucional e legal da concentração de propriedade” (TRECCANI, 2001, p. 45).

Paraguassu (1997, p.26) diz que **O Brasil é uma terra de posseiros**, pois “desde os tempos imemoriais da colonização, do solo e da natureza brasileira têm se apropriado não os que chegam primeiro, os posseiros, mas os que detêm os recursos econômicos e os que têm o poder de fazer manipular as leis e os regulamentos dessa apropriação”.

No estado do Pará, a primeira Carta de Sesmaria foi concedida, em 29/11/1700, a Antônio de Souza Moura que ocupava o Sítio Pacajó, localizado no Rio Carapanã, afluente do rio Tocantins. Esta carta foi confirmada em 21/02/1702. E a última carta foi concedida em 29/04/1836, beneficiando Manoel Alves Leyte que ocupava o Sítio Spirito Santo, na barra dos riachos Frecheiras e dos Campos (VIANNA, 1904, apud TRECCANI, 2001, p. 57). Não consta a data em que essa última carta de sesmaria foi confirmada, caso tenha sido. As sesmarias concedidas e confirmadas no estado do Pará com a respectiva distribuição por área geográfica, constam na tabela 05.

TABELA 05 – Sesmarias Confirmadas nas Diferentes Regiões do Estado do Pará (área ocupada e tamanho médio)

REGIÕES	SESMARIAS CONFIRMADAS (unidades)	ÁREA (ha)	TAMANHO MÉDIO (ha)
Belém e seus arredores	34	125.965	3.705
Marajó e outras	68	606.294	8.916
Bragantina	18	151.371	8.410
Salgado	37	133.038	3.596
Rio Acará e seus afluentes	19	125.507	6.606
Amazonas e Xingu	35	302.742	8.650
Rio Capim e seus afluentes	35	213.159	6.090
Rio Guamá e seus afluentes	73	125.195	1.715
Rio Moju e seus afluentes	30	135.090	4.503
Rio Tocantins e outros	37	170.328	4.603
TOTAL PARÁ	386	2.088.689	5.411
TURIASSU	8	117.612	14.702
PARÁ e TURIASSU	394	2.206.301	5.600

Fonte: Elaborado por TRECCANI (2001), com base em dados de SILVEIRA (1994).

As regiões do Guamá e da Ilha do Marajó ficaram com o maior número de sesmarias confirmadas, sendo que a Ilha do Marajó, onde predominavam a sesmarias destinadas à pecuária, ficou com o maior tamanho médio em hectares. Contudo, foi apontado por Silveira que as sesmarias doadas ao Pará eram menores do que as que foram concedidas no Maranhão e Piauí, capitanias que também integravam o Grão Pará. No Pará, as terras incorporadas ao patrimônio particular pelas cartas de sesmarias representaram cerca de 1,92% do seu território atual. (SILVEIRA, 1994, apud TRECCANI, 2001).

Há uma afirmação de Silveira que vale ser transcrita na íntegra neste espaço por abordar dois momentos/condições que são marcantes na história do Pará, por terem gerado maior complexidade no processo de apossamento e regularização de terras, pois quando somados aos demais fatores que vêm sendo elencados no decorrer deste capítulo, foram, de forma acumulativa, dando contorno ao “mapa” da problemática fundiária que é vivenciada no presente momento do referido estado.

O problema fundiário do Pará não era o mesmo Brasil. Ambos resultantes de soluções políticas diferentes para os problemas econômicos. Com a predominância de uma economia de subsistência e apenas uma pequena produção mercantil, **no Pará não se ensejara a formação do latifúndio, nos dois primeiros séculos de colonização portuguesa. O latifúndio só irá se formar no Vale Amazônico após a incorporação do mesmo ao Império Brasileiro e da organização de toda a economia de subsistência da região para a introdução da economia de mercado** (SILVEIRA, 1994, apud TRECCANI, 2001, p. 59) (Grifo nosso).

O que se depreende dos fatos até aqui mencionados, entre muitas outras decisões de impacto do período colonial, é que foram muitos os fatores que contribuíram de forma decisiva para a formação do alarmante quadro que retrata a situação fundiária do estado, hoje tão ou mais complexa e caótica do que antes.

Ao rever acontecimentos mais recentes, se comparados com aqueles da era colonial, chega-se ao século XIX. Neste, muitas decisões com relação à posse e à regularização da terra foram tomadas e algumas delas se relacionam diretamente com a ocupação das terras públicas do Pará. A mais marcante diz respeito à Constituição Republicana de 24/02/1891 (deu origem ao Decreto nº 410, de 08 de outubro de 1891 do estado do Pará), que transferiu as terras devolutas do domínio federal para o estadual.

A citada Constituição da Republica de 1891, no seu artigo 64, transfere as terras devolutas do domínio federal para o domínio estadual nos seguintes termos:

Art 64 - Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais.

Parágrafo único - Os próprios nacionais, que não forem necessários para o serviço da União, passarão ao domínio dos Estados, em cujo território estiverem situados.

A partir dessa decisão, como era de se esperar, muitas dificuldades vieram à tona. Estas foram mais contundentes em determinadas unidades da Federação, entre elas o Pará, pela falta de infra-estrutura e de recursos para realizar o processo de regularização fundiária, que já estava previsto na Lei nº 601 (18/09/1850), regulamentada pelo Decreto nº 1318 (30/01/1854), criados com a finalidade de disciplinar a ocupação desordenada das terras públicas que já vinha acontecendo desde a extinção do regime sesmarial em 1822, cujas providências passaram a ser dos estados da federação (RELATÓRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE INVESTIGAÇÃO DA OCUPAÇÃO DE TERRAS NA REGIÃO AMAZÔNICA, 2001).

De acordo com a citada CPI (2001, p. 231), “os titulares de ocupações consolidadas, depois de registrá-las nas respectivas **Freguesias** ou **Paróquias** (Registro Paroquial), e com base nos diplomas legais já mencionados, poderiam requerer a demarcação das terras ocupadas e conseqüente transformação da posse em domínio, através do procedimento especial de **legitimação**”. Foi restabelecido, também nesse período, o procedimento de “compra e venda como processo

aquisitivo normal, embora prestigiando a **ocupação efetiva** e a **morada habitual**, limitando os excessos de área e tornando obrigatório os registros”. Estes registros eram feitos, no início, nos “livros do vigário”.

Mesmo que tenham sido precários esses registros, toda a legislação estadual de terras, a partir do Decreto nº 410 de 1891, respeitou os registros “paroquiais” ou do “vigário”, acolhendo-os em seu texto. Também a partir do citado decreto, os requisitos da demarcação, ocupação e pagamento do preço da terra sempre foram indispensáveis para a obtenção do domínio de determinada área de terras, cuja posse já tivesse sido contemplada com o respectivo registro do título, efetuado por quem tivesse o direito de autorizar. Contudo, poucos ocupantes de terra se deram ao trabalho de realizar esse procedimento; a grande maioria ficou apenas com os títulos de posse sem qualquer outra providência. Com base nas estimativas mais otimistas, aproximadamente 10% dos imóveis assim titulados foram medidos e demarcados (CPI, 2001, pp. 232-233).

Embora esses títulos jamais tenham outorgado domínio aos seus detentores, foram levados, na sua esmagadora maioria, ao registro imobiliário e acolhidos sistematicamente no livro nº 3, destinado pela antiga legislação dos Registros Públicos precisamente às Transcrições das Transmissões de propriedade. **Apesar da flagrante insuficiência e precariedade dos dados [...] eles foram quase sempre registrados com dimensões superiores aos limites permitidos no procedimento legitimatório**, ou seja, com milhares de hectares que, mesmo legalmente pertencentes ao patrimônio devoluto estadual, passaram ilicitamente ao domínio particular e, a partir daí, desencadearam sucessivas transações, do mesmo modo que foram levados a inventários, partilhas ou adjudicadas, servindo inclusive a numerosas práticas fraudulentas como ocorreu no caso do conhecido episódio... em que uma figura de mera ficção, Carlos Medeiros, foi utilizada por uma quadrilha de grileiros para esbulhar inicialmente, num só golpe, cerca de 12 milhões de hectares pertencentes ao povo paraense... (CPI, 2001, p. 232) **(grifo nosso)**.

Com relação a essa questão das fraudes, foi registrado tudo o que quis e se pode nos cartórios dos estados da Amazônia, onde foram forjadas as mais escandalosas práticas de grilagem de terras públicas. Estas contaram com a participação de servidores do cartório e da passividade dos órgãos públicos responsáveis pelo controle e adoção de procedimentos regulatórios pertinentes. Isto quando estes não estavam envolvidos diretamente nas próprias falcatruas.

A mesma CPI, que tinha como finalidade *investigar a ocupação de terras públicas na Amazônia*, enumera outros elementos, que se associados aos problemas de posse e regularização da terra por ela investigados, que já vinham de

longa data, formam o contexto de onde emerge a caótica situação fundiária do estado do Pará: a abertura das grandes rodovias a partir de 1960, que gerou a atração de capitais para a Amazônia em busca de terras férteis e baratas; a extensão dos incentivos fiscais a partir de 1966 aos empreendimentos rurais, que por conta dos problemas de gestão da SUDAM, fizeram crescer as ocupações desordenadas (titulação imperfeita e valorização galopante das terras) em que aventureiros se valiam da frágil estrutura dos órgãos para obter papéis fraudulentos (CPI, 2001, p. 234).

Nesse percurso, foi intensificado o processo migratório de pequenos trabalhadores rurais que chegavam, inicialmente, para a região sudeste do Pará, e que também demandavam lotes de terra para o trabalho. No mesmo período foi descoberta a grande potencialidade mineral do estado do Pará, para onde grandes empresas mineradoras também chegaram e passaram a ocupar extensas áreas públicas, gerando uma situação generalizada de conflitos com índios e posseiros.

O quadro até aqui exposto, foi agravado com a edição do Decreto Lei nº 1164, de 1º de abril de 1971, que promoveu a “intervenção territorial federal” sobre os estados-membros da Amazônia, a chamada **“federalização das terras amazônicas”**.

2.2 Mais perdas do que ganhos: a “usurpação” do território paraense por uma “boa causa”

A partir de estudos com relação às terras de jurisdição federal das faixas alcançadas pelos Decretos-Lei 1.164/71 e 1.476/73, terras indígenas, áreas de proteção ambiental, terrenos de marinha e os marginais dos rios navegáveis e outras, Paraguassú Éleres identificou que a intervenção territorial federal acontece de duas formas (ÉLERES, 1997, pp. 10, 98-99, 137, 139-140, 162-165):

a) a que tem por base conceituações jurídicas, que se fundamenta em espaços geográficos específicos entre outras condições, conceituadas por ele de **essenciais**.

b) a que depende do arbítrio do Governo Federal, que foi denominada pelo autor de **contingencial**.

Para as intervenções constitutivas das **áreas institucionais essenciais**, o autor designa aquelas em que o Poder Central implementa a política de ocupação e administração do território brasileiro, cuja decisão de alienação e uso dessas áreas, ainda que de acordo com os interesses dos governos estaduais, dependem da aprovação do governo federal. E são elas:

- a) Faixa de Fronteiras Internacionais;
- b) Terrenos e Acrescidos de Marinha e Marginais dos rios navegáveis;
- c) Unidades de Conservação da Natureza;
- d) Terras Indígenas;
- e) Sub-solo e,
- f) Terras de Quilombos.

No que se refere às **áreas de intervenção contingencial**, o autor buscou enfocar apenas aquelas que acontecem nos espaços dos estados-membros: “as que ditadas por alegada necessidade do poder central permitem ao governo federal estender sobre elas a sua jurisdição”. São elas:

- a) Alagação das Hidrelétricas;
- b) **Segurança e Desenvolvimento Nacional (grifo nosso)**;
- c) Instalação de bases e áreas de treinamento militares e,
- d) Instalações militares em perímetros urbanos.

No caso específico desta tese, e nos valendo da conceituação de Paraguassú Éleres, nos reportamos àquela decorrente de *intervenção territorial federal com base na segurança nacional* (intervenção contingencial), que atingiu o estado do Pará, fazendo reduzir seu patrimônio em dimensões nunca imaginadas.

O Decreto Federal nº 1.164, de 10/04/1971 (que promoveu a “federalização das terras amazônicas”), subtraiu dos estados da federação as terras situadas dentro de uma faixa de 100 km de cada lado de todas as estradas federais existentes, em construção ou simplesmente projetadas e não iniciadas:

... declaradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na região da Amazônia Legal, as terras devolutas situadas na faixa de 100 (cem) quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias já construídas ou projetadas... (DECRETO-LEI 1.164, 1971, artigo 1º).

O estado do Pará que era o mais cortado por estradas federais foi o mais penalizado com a decisão federal. Apenas 30%, aproximadamente, das terras do

estado do Pará ficaram sob a jurisdição do próprio Governo do Estado (LOUREIRO, 2005, p. 9) (Mapas 03 e 04).

Invertendo o cálculo, e com base no mapa contido no Decreto-Lei 1.164/71, elaborado pela CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), a área total do estado sob intervenção foi de 717.380 Km², representando cerca de 57,24% do território paraense (que corresponde a 8 vezes o tamanho do estado do Acre e Ceará e 5 vezes o estado de São Paulo). Estão incluídas nesse total as áreas correspondentes às **estradas projetadas**, pois se tivesse ficado o Decreto somente com as **estradas construídas** a intervenção federal teria provocado um “desfalque” menor nas terras do estado que teria sido na ordem de 450.000 Km² (ÉLERES, 2001, pp.164-165).

MAPA 03 – Situação fundiária do Pará: FAIXA 1.164/71 E 1.476/73, Conforme INCRA

Fonte: CPRM, Rio de Janeiro, Apud ELERES, 1997

MAPA 04 – Áreas de Jurisdição Federal no Pará após o Decreto Lei 1.164/71

QUADRO GERAL DAS INTERVENÇÕES TERRITORIAIS FEDERAIS NO PARÁ

Conv	FAIXA DE INTERVENÇÃO		SUPERPOSTA COM					ÁREA (Km ²)
			1	2	3	4	5	
	1	Fronteira	-	*	*	*	*	79.456,6
	2	Terras Indígenas	*	-	*	*	*	285.846,0
	3	Unidades de Conservação da Natureza	*	*	-	*	*	31.220,4
	4	Terrenos de Marinha / Terrenos Marginais	-	*	*	-	*	11.000,0
	5	Total dos Decretos 1164/71 e 1476/73	*	*	*	*	*	717.380,0
	6	Decretos 1164/71 e 1476/73	-	-	-	-	-	143.693,0
	7	Decretos 1164/71 e 1476/73, mas não inscrito	-	-	-	-	-	153.037,0
	8	Fora do 1164 e 1476, mas inscrito nome União	-	-	-	*	-	25.336,2
	9	Exército	-	-	*	*	*	39.553,0
	10	Aeronáutica	-	*	-	-	*	45.493,9
	11	Não alcançado pelo 1164/71, inclusive Marajó	-	-	-	-	-	494.866,2
	12	Permanecem com a União	-	-	-	-	-	401.962,0

Observações: a) Área total do Pará, conforme o IBGE = 1.253.164,5 Km²
b) 7 + 11 = 647.903,2 km² (51,7%)

Fonte: ÉLERES, 1997

O controle e o gerenciamento das terras “confiscadas”, de acordo com Lúcio Flávio Pinto (2005), ficaram sob a responsabilidade do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que, de relevante, apenas cuidou da parte burocrática, ou seja, manteve o controle cartográfico e cartorial dessas terras. Em novembro de 1987, o Decreto-Lei 1.164/71 foi revogado pelo Decreto-Lei 2.375/87, mas as terras sob intervenção não mais foram devolvidas ao patrimônio do estado do Pará, apenas cessaram os atos a partir de então.

Com essa intervenção, houve um surto de paralisação nas ações dos segmentos representativos do estado e uma grande confusão se formou dentro dos órgãos operacionais e técnicos, pois além da insegurança dominial e a imprecisão cartográfica da região, as normas e os regulamentos relacionados à regularização da terra se transformaram, de uma hora para outra, num emaranhado de dúvidas e confusões.

Com e a partir da edição dos diferentes atos legais já citados; da implantação acelerada de projetos desenvolvimentistas; das gestões fraudulentas de órgãos públicos que foram criados para o “bem cuidar” (analisar, distribuir recursos e gerenciar processos); do engessamento do poder público estadual e da esperteza de oportunistas de plantão que pretendiam apenas tirar vantagem da complexa situação que se formou, o que se viu, nesse período de quase 40 anos, como bem disse Éleres (1997) foi uma “festa das massivas titulações de terra nos estados da Amazônia”, um “festival fundiário de ‘demarcações’ feitas apenas no papel”, e o mais impensável, “os escritórios dos loteadores tiraram o poder decisório dos governos estaduais”.

Diante desse estado de paralisia, Éleres diz que

Falhou o Estado Executivo do Pará, àquela altura e até hoje tecnicamente desaparelhado para controlar a geografia fundiária da terra paraense...; Falhou o Estado Legislativo do Pará porque não denunciou e articulou, a tempo, medidas para impedir o avanço forâneo...; Falhou o Estado Judicial do Pará, alienado da questão fora da mera rotina burocrática judiciária, olímpicamente ignorando que os Cartórios de Registro de Imóveis que impunemente pactuam, com o ‘grilo’ de terras que estão sob seu comando jurisdicional (ÉLERES, 1997, pp. 53-54).

O mapa fundiário do estado do Pará continua “espremido” em relação ao volume de terras que possuía antes do Decreto-Lei 1.964 e demais concessões que foram feitas, posteriormente, para projetos de mineração, entre outros. Os órgãos

estaduais responsáveis pelo processo de regularização da terra, juntamente com aqueles da área federal, têm que lidar, mal ou bem, com as demandas e os conflitos, que terminam, quase sempre, em violência. As ações mais recentes do governo são no sentido de promover a *política agrícola* e a *reforma agrária*²¹, nem sempre realizadas com muita competência. No final das contas, as esferas governamentais acabam tendo que atuar na intermediação dos conflitos de interesses.

²¹ *Política Agrícola* não é sinônimo de *Reforma Agrária*. De acordo com a lei: “Entende-se por política agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país” (Estatuto da Terra, Lei 4.504/64 art. 1º, § 2º). *Reforma Agrária* “é o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (Estatuto da Terra, Lei 4.504/64, Art. 1º, §1º).

2.3 O avanço sem trégua do latifúndio: Santarém é a “bola da vez”

Não é demais repetir que o acelerado processo de desmatamento nos estados da Amazônia Legal e o caos fundiário que lá se instalou decorrem da histórica e ininterrupta dinâmica de ocupação e da acirrada disputa pela posse da terra. O município de Santarém e os municípios por ele articulados tornaram-se mais intensivamente áreas de interesse nesse processo de desmatamento e de ocupação de terra, a partir de 1997, quando aquela parte da Amazônia paraense se tornou a “bola da vez”.

A nova configuração territorial do oeste do Pará está em curso e esse novo ordenamento tem acontecido em torno de dois pontos de referência - os rios e as estradas. Oliveira (2005) coloca que “a herança histórica da ocupação pelos rios impôs o transporte fluvial”, mas a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém alterou a antiga estrutura do estado. Em função das dinâmicas sócio-econômicas que foram se desenvolvendo ao longo das décadas, surgiram configurados três perfis de municípios (Tabela 06):

TABELA 06 - Características dos Municípios do Oeste do Pará (suas origens)

Perfis dos Municípios	RIBEIRINHOS	NASCIERAM DA COLONIZAÇÃO DO INCRA	NASCIERAM DO GARIMPO
Municípios	A grande maioria daqueles que se situam às margens dos rios.	Brasil Novo, Uruará, Medicilândia, Placas, Rurópolis e Trairão.	Novo Progresso e distritos como Moraes Moreira e Castelo dos Sonhos, entre outros.
Dinâmica	Seguiram a lógica histórica e nasceram sob a presença do Estado.	Resultante da colonização pública, promovida na Transamazônica e Cuiabá-Santarém.	Resultante da conjunção ilegal de grileiros de terra, madeira e minérios, que se “disfarçaram” da ordem legal ao criar municípios e distritos.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Ariovaldo de Oliveira (2005, pp.146-147).

O município de Santarém (oeste do Pará) e adjacências, comumente chamado de *região de Santarém*, tem sido uma das áreas mais cobiçadas pelo segmento agropecuário, não só pela vastidão e potencialidade de suas terras que começaram a ser comprovadas, mas também pela facilidade de escoamento da produção. Esta facilidade última advém da existência de três rodovias estaduais situadas ao sul de Santarém: a Rodovia Curuá-Una (PA 370), a Santarém-Jabuti

(PA-433), a Rodovia que corta o Distrito de Mojui dos Campos (PA-445) e a Rodovia Federal (BR-316), que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA). Contam nesse leque de aspectos favoráveis a facilidade do escoamento da produção por hidrovias, favorecida pelo curso do Rio Tapajós entre vários outros rios que compõem a grande bacia do Rio Amazonas, facilitando o trânsito de navios de grande calado que podem escoar a produção do município de Santarém e adjacências bem como daquela que sai de Mato Grosso para os grandes centros compradores do mundo. O baixo custo da terra, que, apesar da valorização dos últimos anos, continua sendo de “bom tamanho” se comparado com o de outras regiões do Brasil, também é um fator de atração.

Para se ter uma idéia da crescente valorização da terra, o preço do hectare em 2000 era de aproximadamente R\$ 40,00. Em 2007, de acordo com a localização, o hectare chegou a custar até R\$ 2.000,00, justamente quando a cotação do preço da soja subiu no mercado internacional (NINNI, 2008).

Na grande área de atuação dos interessados em negócio e em grilagem de terras estão os municípios de Santarém, Belterra, Monte Alegre, Alenquer, Aveiro, Prainha, Juruti, entre outros, que são municípios situados próximos ou às margens dos rios, especialmente do Tapajós, e também aqueles outros municípios que têm como referência as estradas (Placas, Rurópolis, Uruará e outros mais). A movimentação que se formou em torno de negócios com madeira, pecuária e grãos, dinamizou a cidade de Santarém, que viu sua população crescer rapidamente. Em 1970, a população santarena era de aproximadamente 50 mil habitantes, saltando nos últimos 35 anos para 260 mil habitantes, dos quais 29% se encontram na área rural, segundo dados do IBGE (2000).

2.3.1 Posses e Latifúndios na Gleba Pacoval

É importante explicitar, inicialmente, determinados mecanismos relacionados com a regularização da terra, tais como: **Legitimação de posse**, procedimento de regularização que abrange as posses de terra até 100 hectares, e **Regularização fundiária**, processo de regularização incidente sobre áreas com dimensão superior a 100 hectares.

O artigo 29 da Lei nº 6.383, de 07/12/1976, estabelece:

“Art.29. O ocupante de terras públicas, que as tenha tornado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, fará jus à **legitimação de posse** de área contínua de até 100 (cem) hectares, desde que preencha os seguintes requisitos:

I – não seja proprietário de imóvel rural;

II – comprove a morada permanente e cultura efetiva, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.

Parágrafo 1º - A legitimação da posse de que trata o presente artigo consistirá no fornecimento de uma Licença de Ocupação, pelo prazo mínimo de mais 4 (quatro) anos, findo o qual o ocupante terá a preferência para aquisição do lote, pelo valor histórico da terra nua, satisfeitos os requisitos de morada permanente e cultura efetiva e comprovada a sua capacidade para desenvolver a área ocupada (...).”

...

Parágrafo 3º - A Licença de Ocupação será intransferível inter vivos e inegociável, não podendo ser objeto de penhora e arresto. (**grifo nosso**).

A legitimação de posse do pequeno ocupante (até 100 hectares) em terras federais tem sido feita de forma lenta e burocratizada, enquanto que a regularização de terras de grandes extensões, é feita, não raramente, de forma bem ágil, mas sem muito critério e transparência.

“A atividade de regularização fundiária está intrinsecamente relacionada à ocupação de terras públicas, na medida em que, através dela, aos legítimos possuidores de terra pública são outorgados títulos de domínio e dos ilegítimos possuidores é retomada a terra” (CPI, 2001, p.621). Na prática, todavia, muita terra continua na mesma situação, pois nem os órgãos competentes conseguiram identificar a maioria das terras que se encontram na mão *dos ilegítimos donos* e muito menos retomá-las. Muitas vezes, não é somente pela falta de recursos ou mesmo de competência, é também por medo, pois muitos “donos” dessas terras estão ainda “pagando pra ver” o que o poder público tem capacidade de fazer.

Um dos instrumentos para a regularização fundiária é a **ação discriminatória**. Nesse processo acontece a **identificação** das terras particulares com título regular, das terras públicas com ocupação legítima e das terras públicas ilegitimamente apropriadas. Quanto mais ações discriminatórias pudessem ser realizadas, mais propriedades poderiam ser **legitimadas** e mais terras poderiam ser **arrecadadas**. Contudo, os institutos de terra da União e do estado do Pará não têm promovido a contento essas ações, seja por falta de uma estrutura adequada, seja por questões políticas ou outras.

“O INCRA mal consegue promover os assentamentos de reforma agrária, quanto mais gerir tamanho estoque de terras devolutas” (CPI, 2001, p. 622).

A ação discriminatória é um processo lento, que exige ampla averiguação dos documentos apresentados e das condições de uso das glebas. Dúvidas acerca de limites e confrontações de imóveis rurais têm que ser dirimidas em campo, o que demanda um esforço para o qual o juiz competente não tem condições de despendar, via de regra. (CPI, 2001, p. 622).

Para clarear melhor os procedimentos que conduzem à regularização das áreas de terra da União, relacionam-se os passos do processo discriminatório (IRIB, 2008; INCRA, 2007):

- Proceder ao *levantamento* de campo (levantamento das ocupações).
- *Apurar* as terras sobre as quais não existe título de domínio particular.
- Para os que têm documentos corretos há o *reconhecimento*.
- O Estado arrecada e registra as terras apuradas sem ocupações ou ocupadas sem documento. *Matricula-as* como suas no Cartório de Imóveis. Estas são as chamadas terras devolutas.
- Após a arrecadação, as áreas podem ser *tituladas* às pessoas que detêm as posses (dependendo na análise da situação).

Com a edição da Instrução Normativa N° 32 (IN) de 17/05/2006, gerada a partir da Medida Provisória “do Bem” (MP 422), determinadas mudanças aconteceram:

a) A ampliação, de 100 para 500 hectares do limite das terras públicas ocupadas que poderão ser regularizadas na região da Amazônia Legal. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), a regularização das terras acima de 100 até 500 hectares deverá ocorrer depois de esgotadas as possibilidades de legitimação de posse daquelas que têm até 100 hectares (MDA, 2006, p.1).

b) Além do novo limite, a regularização se dará pelo meio da concessão de *Direito Real de Uso Oneroso* e inegociável pelo prazo de 10 anos. Só depois desse prazo poderá ser obtido o título de domínio (MDA, 2008) (Quadro 02).

Além da IN 32, que trata da regularização das terras com base nos critérios acima expostos, também foi editada pelo INCRA a Instrução Normativa n° 41

(publicada no DOU em 18/06/2007). A citada IN “estabelece critérios e procedimentos administrativos referentes à alienação de terras públicas em áreas acima de 500 hectares limitadas a 15 (quinze) módulos fiscais mediante concorrência pública.” Além das razões que fundamentam a criação da citada IN, há de se levar em conta a possibilidade e o precedente que ela criou, pois deve-se considerar o fato de que muitas terras públicas com essa dimensão foram “adquiridas” pelo processo da grilagem, e estas também estarão enquadradas, pela sua dimensão, nas mesmas condições de legalização com base nos procedimentos contidos na IN 41. Existirão, no contexto dos órgãos públicos que vão gerir os processos da citada IN, mecanismos eficazes para separar “o joio do trigo” no momento de cumprir as leis que tratam da questão fundiária e da questão agrária?

QUADRO 02 - Novas Regras para Regularização Fundiária (IN 32)

Execução

Como executor da política agrária do Estado, o INCRA, por intermédio da sua Coordenação Geral de Ordenamento Territorial – SDTT/Superintendências Regionais promove a regularização das terras devolutas ocupadas por pequenos, médios e grandes produtores rurais por meio da alienação onerosa, proporcionando ao homem do campo o domínio efetivo sobre o imóvel que ocupa, além de facilitar o acesso ao crédito bancário, dentre outras vantagens.

Público Alvo

Pequenos, médios e grandes produtores rurais, homem ou mulher quando solteiros, ou a ambos quando casados ou vivendo sob regime de união estável, cujas ocupações tenham sido edificadas de boa fé e atendidos os requisitos legais estabelecidos pela legislação em vigor.

Requisitos Fundamentais para Regularização da Posse de Terras Públicas

- I – Não ser proprietário de imóvel rural em qualquer parte do território nacional;
 - II – Não ter sido beneficiado pelo Programa de Reforma Agrária, ressalvadas as situações admitidas pelo INCRA;
 - III – Possuir pelo menos cinquenta por cento (50%) da área aproveitável do imóvel efetivamente utilizada, considerando-se para este fim os dispositivos contidos no Art. 6º, § 3º e Art. 10, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e suas alterações, com a utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente;
 - IV – Comprovar morada habitual pelo prazo mínimo de 01 (um) ano até dezembro de 2004;
 - V – Comprovar cultura efetiva e exploração direta, pessoal, contínua, racional e pacífica;
 - VI – Ter sua principal atividade econômica sustentada em exploração agropecuária, agroindustrial, extrativa, florestal ou pesqueira.
 - VII – Ter sido o imóvel ocupado, devidamente cadastrado no SNCR.
- (Obs. Portaria Conjunta MDA/INCRA nº 10 de 01 de dezembro de 2004).

Procedimentos para habilitar-se à Regularização Fundiária

O ocupante de terras públicas federais deverá dirigir-se ao INCRA (Sede das Regionais ou Unidades Avançadas), ocasião em que deverá ser aberto procedimento administrativo (processo) o qual deverá conter requerimento do interessado, fotocópia da Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho ou Certificado de Reservista, Certificado de Dispensa de Incorporação, Certidão de Casamento, Documento de Identificação do Cônjuge ou Companheira (o).

A regularização fundiária de imóveis rurais com área superior a 100 hectares até o limite de 500 hectares ocorrerá mediante Concessão de Direito Real de Uso, onerosa, nos termos do art.1º, do Dec. Nº 5.732/2006.10.

Procedimentos para Requerer a Regularização Fundiária

A outorga da Concessão de Direito real de Uso está condicionada:

- a) impossibilidade de negociação pelo prazo de 10(dez) anos;
- b) possibilidade de transmissão *inter vivos*, após o prazo previsto na alínea anterior, condicionada à previa anuência do INCRA;
- c) possibilidade de transmissão por sucessão legítima ou testamentária.

Fonte: Elaborado por Roberto Francisco Gomes SR-15 (AM), 2007 (www.florestavivaamazonas.org.br).

Quando da edição da IN 32, o coordenador-geral de Regularização Fundiária do Incra, Júlio Gonçalves da Costa, afirmou que “cerca de 95% dos posseiros da Amazônia Legal ocupam terras de até 500 hectares” e que “os pequenos agricultores posseiros de terras federais há mais de uma década aguardam ações para serem inseridos na **cadeia produtiva, em busca de melhor qualidade de vida**” (**grifo nosso**) (MDA, 2006, p.1).

A partir da afirmação da autoridade fundiária, percebe-se que para o trabalhador rural, mesmo vindo a se tornar dono de sua terra para usá-la como instrumento de trabalho, já estaria sendo pensado o papel que ele assumiria nos processos do grande projeto produtivo para a Amazônia, ainda que o propósito desse trabalhador seja diverso daquele da empresa capitalista.

O trabalhador e lavrador não recebem lucro. Os seus ganhos são ganhos do seu trabalho, e do trabalho de sua família e não ganhos de capital exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho. Apenas quando o capital subordina o pequeno trabalhador, controlando os mecanismos de financiamento e comercialização [...] é que sub-repticiamente as condições de existência do lavrador e sua família, suas necessidades e possibilidades econômicas e sociais, começam a ser reguladas e controladas pelo capital, como se o próprio lavrador não fosse o proprietário da terra, como se fosse um assalariado do capitalista (MARTINS, 1980, pp 50-60).

No que se refere às providências direcionadas à Gleba Pacoval em Santarém, o chefe da Divisão de Obtenção de Terras do INCRA (SR-30), à época da pesquisa, (Guilherme Feitosa), disse que naquelas terras já estavam sendo concluídas as etapas de discriminação e arrecadação, e que ela estaria passando pelos processos de formação do Banco de Dados (Geocadastro/Georeferenciamento). Pela legislação atual, não é possível fazer regularização fundiária em terras não georreferenciadas, e a obrigatoriedade para realizar essa tarefa em terras de assentamentos é do INCRA (de até 100 hectares). Porém, existiam líderes de futuras comunidades rurais de assentados (os quais foram denunciados pelo Greenpeace em seu Relatório Denúncia de 2007), que estavam fazendo acordo com os madeireiros para fazer o GEO. Exemplo disso acontecia no PDS Renascer, situado na Gleba Pacoval em que o INCRA não havia autorizado, oficialmente, a realização do GEO, mas ele estava sendo realizado com base em articulações entre determinados líderes de comunidade, escritórios de topografia e madeireiras.

No Relatório do Greenpeace publicado em agosto de 2007, consta que,

Em 2006, na área de atuação da superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Santarém foram criados 97 projetos de assentamento, para 33.700 famílias, num total de 2,2 milhões de hectares. Alguns deles, embora existam no papel, com lista de famílias assentadas e associação de moradores, não passam de pura ficção. [...] em muitos outros, os assentamentos foram criados às pressas, com processos incompletos e simulações de assentados – gente que não está lá. O único intuito parece ser viabilizar a “legalização” de madeira ilegal e inflar os números da reforma agrária.

Dos 97 assentamentos criados na região, 40 são PDSs (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), modalidade que prevê a gestão coletiva dos recursos naturais por meio de uma associação de moradores, com a destinação da maior parte da área para atividades de manejo sustentável e conservação ambiental. Foram documentadas relações estreitas entre associações de assentados e empresas madeireiras, com o conhecimento do Incra. (GREENPEACE, 2007, p.3).

Em Santarém, podem ser contratados outros profissionais (terceiros) para realizar o serviço de Georreferenciamento (GEO), desde que estejam devidamente credenciados junto ao INCRA, tal como orienta a Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais, contido na Instrução Normativa Nº 26, de 28 de novembro de 2005.

Existiam em Santarém, à época da pesquisa, três escritórios de topografia e georreferenciamento que estariam credenciados junto ao INCRA para realizar o GEO. Em uma das entrevistas realizada com o dono, o cartógrafo e o topógrafo de um dos escritórios (13/01/07 e 20/01/07), foi nos dito que a cobrança pelo serviço era feita com base no tamanho da área e por lote: de 100 a 500 ha, podia custar entre R\$ 2.500,00 a R\$ 3.000,00 por lote. Nas áreas abaixo de 100 hectares o preço variava entre R\$ 2.000,00 a R\$ 2.500,00 por lote, pois trabalhavam com métodos e equipamentos geodésicos (Sistema Geodésico Brasileiro – SGB) que custava (todo o conjunto) em torno de R\$ 55.000,00; quando era alugado custava em torno de R\$ 5.000,00 por mês.

O topógrafo (agrimensor) explicou que estava atuando em regime intensivo (muito trabalho), pois estava trabalhando nas atividades de GEO do PDS Renascer e Arara Azul, e que na parte que lhe cabia, procedia conforme os seguintes passos:

- selecionava a área na qual faria o inventário;
- fazia a picada onde esquadrihava as áreas;
- Demarcava 20% para o trabalho na terra (que seria derrubada). E que a cada ano, mais 3 (três) hectares podiam se juntar (para trabalho e derrubada), pois estava previsto em lei para ampliar a área.

- Fazia o inventário para os 80% que deveriam ficar em pé.
- O IBAMA faria a vistoria; se aprovasse, o madeireiro podia extrair por etapa as madeiras selecionadas pelo órgão.
- Que os vizinhos da área georreferenciada (outros donos de terra) teriam que assinar a concordância da demarcação.

Um outro técnico que trabalha para outro escritório e que foi ouvido em 12/01/07, disse que o preço cobrado é de R\$ 30,00 por hectare. No caso do pequeno trabalhador rural que tem lote de 100 ha, o custo sairia por R\$ 3.000,00. Disse ele que se trata de um custo alto para um pequeno assentado, e que nessas condições somente o INCRA podia bancar esse custo. Como já dito, por lei, o INCRA é que deve proceder ao GEO na área de assentamentos para 100 hectares (e isso tem demorado).

Como se vê, trata-se de um negócio de grande monta, lucrativo para todos os segmentos envolvidos no processo, menos para os que precisam da terra para viver (terra de trabalho), e caro para poder público. Isso não quer dizer que todos esses procedimentos não devam ser feitos e, quando feitos, não estejam sendo realizados com lisura. Porém, é fato, que a maturação e a implementação desses procedimentos pelo poder público são lentas, e as quantidades de terras e posses irregulares são imensas. Quando o processo é desencadeado, começa a ser feito a “toque de caixa” e isso dá margem para inúmeros problemas de várias ordens, que já foram abordados neste capítulo.

Em resumo, nas condições previstas em lei, os candidatos a um lote de terra, além de atender aos requisitos de possuir a terra como principal fonte de subsistência, utilizando no mínimo 50% da área aproveitável; não ser proprietário de imóvel rural nem beneficiário da reforma agrária; manter exploração de acordo com a lei vigente; comprovar residência habitual, cultura efetiva e exploração direta, pessoal, contínua, racional e pacífica, o imóvel necessita estar cadastrado no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e ser Georreferenciado (MDA, 2007, p.2).

No que se refere ao custo do GEO por lote, dá para se entender porque os grandes “proprietários” de terra conseguem acelerar o processo de titulação, percorrendo com rapidez os trâmites exigidos, entre outras facilidades. Em contrapartida, os pequenos candidatos à terra ficam aguardando o longo tempo de

espera da tramitação de seus processos. Depender da Reforma Agrária para se assentar na terra não é para uma população com pouca longevidade.

A Constituição Federal também permite a alienação de terras federais até o limite de 2,5 mil hectares. Acima deste limite, só com autorização do Congresso Nacional. Contudo, a legislação não é colocada em prática por depender de regulamentação complementar. Porém, as terras estão sendo “adquiridas” a partir de qualquer tamanho, com base em artifícios dos mais variados.

2.3.2 Tem dono com muita terra em terras com poucos donos

A dimensão de determinadas terras que constituem as “propriedades privadas” dos inúmeros latifúndios no município de Santarém é de grande proporção. Muitas dessas “propriedades”, situadas na Gleba Pacoval, estavam sendo mapeadas pela SR-30 para a realização da regularização fundiária e criação de assentamentos, tal como o PDS Santa Clara (este PDS consta, inclusive, no Relatório Denúncia do Greenpeace, já citado). O propósito do levantamento era proceder a averiguação da documentação (legalidade ou não das ditas propriedades), entre outras providências, em que vastas extensões de terra na citada gleba foram adquiridas, muito provavelmente, pelo recurso da grilagem.

São grandes latifúndios com pouco ou quase nada de documentação, pois muitos dos que se dizem donos sequer deram entrada em qualquer documentação ou pedido de regularização junto ao INCRA. Para que houvesse condições de prosseguir com o projeto de regularização, essas áreas, como tantas outras que foram demarcadas por “donos privados”, necessitariam passar pelo crivo da investigação.

Para se ter uma idéia do avanço e do tamanho das grandes posses de terra (legais ou não) na área em estudo, cita-se o exemplo de algumas delas que estão situadas na Gleba Pacoval, na parte que fica no município de Uruará, onde deveria ser instalado o PDS Santa Clara (MAPA 05).

Na proposta de criação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS Santa Clara (Processo SR/30/54501.000.590/2006-52), situado na Gleba Pacoval no município de Uruará (área de 23.909,1167 ha levantada por GPS), aparece uma relação de 115 posses de terra dentro da citada gleba. À época da pesquisa, esses

dados estavam sob sigilo, devido a investigações que estavam sendo realizadas por órgãos federais que corriam em paralelo ao trabalho do INCRA, sobre a legalidade ou não das terras, entre outras ações.

Tivemos acesso a esses dados no INCRA apenas para visualização, não nos sendo autorizado fazer cópia desses documentos ou reproduzir o mapa cartográfico de localização dessas posses, dada a condição do processo na ocasião. São informações que transcrevemos manualmente da fonte, e que serão aqui reproduzidas.

Os nomes de 30 (trinta) posseiros e respectivas fazendas que constam na Tabela 07, de um total de 115 (cento e quinze), são fictícios, apenas a dimensão das terras e o procedimento de regularização fundiária são reais.

Das citadas posses, apenas 26 delas tinham seu tamanho (em hectares) identificado pelo INCRA. Excetuando essas 26 (vinte e seis) posses, nas 89 (oitenta e nove) restantes não constava nem o tamanho, como também não existia no INCRA qualquer registro de processo para emissão de certidão ou outro procedimento de regularização, mas constavam os nomes de todas as fazendas (com exceção de uma) e dos seus respectivos “donos”.

**TABELA 07 – Relação de Fazendas na Gleba Pacoval, Município Uruará
(Processo no INCRA – SR30) – PDS Santa Clara**

Nº	Nome do Imóvel	Detentor	Área/ha	Processo ou Certidão?	Proc.Reg.* Fundiária
1	Fazenda M	CCS	2.495,5688	SIM	SIM
2	Fazenda P	CRC	2.493,9000	SIM	SIM
3	Fazenda F	SFH	1.088,1000	SIM	SIM
4	Fazenda R	GE	1.996,3000	SIM	SIM
5	Fazenda SB	BD	2.006,4000	-	-
6	Fazenda C	CRC	2.494,0000	-	-
7	Fazenda M	MC	2.485,8874	-	-
8	Fazenda R	DMG	2.006,0000	-	-
9	Fazenda S	SJ	1.005,3000	-	-
10	Fazenda SJ	AHJ	2.493,0000	-	-
11	Fazenda SL	JCL	2.494,0000	-	-
12	Fazenda SC	NA	1.007,9000	-	-
3	Fazenda SM	NAA	1.968,6000	-	-
14	Fazenda H	ZCL	1.990,6000	-	-
15	Fazenda M	RLF	2.008,3000	-	-
16	Fazenda E	MLM	1.902,6000	-	-
17	Fazenda J	REM	914,8337	-	-
18	Fazenda P	BU	2.240,8000	-	-
19	Fazenda BJ	MM	847,0174	SIM	SIM
20	Fazenda V	PGM	2.340,2928	SIM	SIM
21	Fazenda G	GO	2.469,7295	SIM	SIM
22	Fazenda J	JOF	1.184,5463	SIM	SIM
23	Fazendão	JOI	2.268,6390	SIM	SIM
24	Fazenda TB	BAR	1.577,3463	-	-
25	Fazenda CB	MRG	2.377,9986	-	-
26	Fazenda SF	FPM	529,8876	-	-
27	Fazenda P	CCK	-	SIM	-
28	Fazenda B	BHG	-	SIM	-
29	Fazenda M	MV	-	SIM	-
30	Fazenda G	ML	-	SIM	-

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações colhidas no Processo SR/30/54501.000.590/2006-52, INCRA SR-30.

* Não significa dizer que o fato de ter processo, a terra tenha chance de ser regularizada. Apenas deram entrada na documentação junto ao INCRA.

Há de se notar que nenhum dono dessas propriedades se arriscou a extrapolar o limite de 2.500 hectares de terras que, para serem legalizadas, precisariam da autorização do Congresso Nacional.

MAPA 05 – Gleba Pacoval: PDS Santa Clara

Fonte: INCRA, SR-30, 2006

2.3.3 Os pilares da ocupação: grilagem, madeira, pastagem e grãos

A ação do desmatamento nas áreas de floresta que vem acontecendo na jurisdição da SR30, não se constitui um fato isolado, não é uma ação que se encerra em si mesma, pois é a ponta de uma cadeia que se inicia com ela própria. Trata-se de uma dinâmica que está no cerne das principais questões que envolvem a posse de terra naquele contexto.

O ato de desmatar segue, quase sempre, uma lógica no curso dos acontecimentos, que passa pela grilagem das terras públicas onde o desmatamento é utilizado para estabelecer a posse da terra, na maioria das vezes em situação de conflito. Em seguida e na ordem, vem a extração da madeira²², a formação da pastagem e o plantio dos grãos. Do ponto de vista do ato de empreender, naquilo que é considerado “aceitável” aos olhos da sociedade, mesmo que haja pressão social em relação àqueles que agem inescrupulosamente, quem extrai madeira na Amazônia, de um modo geral, é visto como um “homem de negócio”.

Nessa cadeia de procedimentos, o grileiro, apesar de ser uma personagem “defenestrada” no meio social-ambiental, não é excluído do processo produtivo pelos empreendedores dos outros negócios. Porém, caracterizar a grilagem como um empreendimento soa inconveniente para quem prefere ostentar os negócios que realiza envolto no selo do empreendedorismo, visto que o termo **empreender** na sociedade capitalista assumiu positividade e carrega consigo o sentido de vencer, de conquistar e de “fazer o Brasil”, especialmente quando se fala de Amazônia, cuja compreensão que permeia o imaginário de muitos brasileiros é de que lá existem muitas terras “sem dono” e um lugar para se aventurar e enriquecer.

Na visão do proprietário de um dos escritórios de topografia e georreferenciamento em Santarém (entrevista em 13/01/2007): “o grileiro vive de venda, os demais são produtivos: um é madeireiro, outro é pecuarista e o outro planta grãos. O sojeiro não dá valor à madeira, quer mesmo o solo, interessa a

²² “O Estado do Pará é, hoje, o segundo exportador de madeiras do Brasil, ficando atrás, apenas, do Paraná, que exporta grandes quantidades de madeiras abatidas a partir de plantios. O Pará exporta cerca de 30% de madeiras serradas, sendo as principais a Tauari, Jatobá, Mogno, Curupixá e Maçaranduba; beneficiadas e exportadas para países como Estados Unidos, França e Espanha. Em relação à Amazônia, o Pará lidera as exportações com 64% contra 36% de todos os outros estados da região. Estima-se que seja muito maior, considerando a madeira ilegal que sai” (FONSECA; LISBOA; URBINATI, 2005, p. 66).

capoeira. O pecuarista, o mesmo. O madeireiro só quer a madeira, é o da linha de frente é o que dá mais trabalho para o INCRA”.

A soja tem aparecido nos meios de comunicação como a principal causadora do aumento da taxa de desmatamento na Amazônia, mas, apesar de ser uma das responsáveis pelo desmatamento, os principais responsáveis são: a extração da madeira e a pecuária extensiva, ou melhor, a pecuária especulativa, que é usada, muitas vezes, como fachada da grilagem que tem por finalidade garantir a posse da terra.

O processo de grilagem de terras na Amazônia, como já dito, comporta várias etapas, que vai do grileiro ao pecuarista. E já se pode inserir nessa cadeia, na última etapa, o empreendedor de grãos, chamado de *sojeiro*, pois tal como dito pelo Greenpeace (2007, p.5), “após a retirada da madeira de valor comercial, segue-se um ciclo em que a floresta remanescente é derrubada e incendiada, sendo substituída por pastagens e, mais recentemente, lavouras de soja e outros grãos”.

QUADRO 03 – Ocupação ilegal de terras na Amazônia

Esquema tradicional de ocupação ilegal e destruição
1. GRILEIRO – compra de um terceiro ou simplesmente ocupa a terra, com apoio de documentação falsificada, demarcando-a por meio de uma picada aberta no perímetro da área.
2. MADEIREIRO – geralmente capitalizado (nessa ou em outra atividade), investe na abertura de estradas para retirada de madeira.
3. PECUARISTA – valendo-se das estradas abertas pelo madeireiro, faz a derrubada da mata, atea fogo e semeia pastagens.
4. SOJEIRO – valendo-se da terra limpa e parcialmente preparada, intensifica o processo de preparo do solo para o plantio de grãos.

Fonte: Greenpeace, setembro 2007, com inclusão do item 4 pela autora.

A situação do Pará é bem mais complexa do que se imagina. Em sendo a maioria das terras desse estado patrimônio da União, o fenômeno da grilagem transformou-se num empreendimento lucrativo e de difícil combate, pois o controle dessa imensidão de terras é uma tarefa de grande envergadura, que os órgãos criados para geri-las encontram-se na situação de estarem quase sendo sucumbidos ante a desorganização fundiária que foi criada. O gerenciamento do processo fica

mais dificultado por conta do modo eficiente de atuação dos grileiros que se pauta pela clandestinidade. Para o Ministério do Meio Ambiente - MMA - (2006), 45% do território da Amazônia não tem titulação ou destinação, e o estado do Pará conta com 67% das terras sem registro ou com registro fraudulento.

2.3.3.1 Os processos do desmatamento

O pesquisador e diretor do INPE Gilberto Câmara, em audiência pública na Câmara dos Deputados, em Brasília, detalhou os **processos do desmatamento**. O primeiro processo e o mais comum na Amazônia **é o de corte e queima**, e que começa com corte intensivo e rápido, envolvendo equipes que chegam às vezes a 200 ou até 300 pessoas. A madeira principal é retirada no início da estação seca. Fica a biomassa no solo, que é queimada basicamente entre julho e setembro. No final desse processo há uma derrubada e queimada final para se chegar a um pasto composto por gramíneas africanas, que se dão bem na Amazônia porque resistem ao fogo.

O processo da **degradação progressiva** é mais lento: primeiro são tiradas as madeiras mais nobres, depois as madeiras para a construção civil e em terceiro lugar a madeira para compensado. Depois, faz-se a queima total e a entrada do pasto, e por último, é feito o corte raso. Este processo dura em média de dois a três anos. O dossel é eliminado, em seguida o sub-bosque, com 50% de perda do dossel. Depois vem a queimada, que implica em 90% de perda do dossel, seguida pelo corte raso, quando então a área se torna realmente uma pastagem. (CÂMARA/INPE, 2008, p.1).

2.3.3.2 A dinâmica de apossamento da terra: do grilo à produção

A urgência para viabilizar a extração ou produção das mercadorias requeridas pelo mercado externo e interno exige que as estratégias para liberar os caminhos dos negócios sejam tanto eficientes quanto eficazes. Os obstáculos encontrados nos locais visados devem parecer “meros detalhes”. Algumas dessas estratégias estão relacionadas a seguir. Isso não significa dizer que todas as atividades produtivas realizadas, hoje, na região de Santarém, sejam fraudulentas e predadoras, mas que existe gente com muita terra em terras de um único dono (a União). Isso é um fato.

1) Processo mais articulado: o grileiro se apossa de uma vasta extensão de terra (usando ou não a violência) e vende ao madeireiro. O madeireiro não se interessa pelo solo, apenas pela árvore em pé. Após retirar a madeira que lhe interessa, ele vende a terra para o pecuarista, que se interessa apenas pelo solo para o plantio de pasto para o gado. O pecuarista faz essa atividade por um determinado tempo e avança em direção a outra área, quando então vende a terra para o sojeiro, que só se interessa pelo solo para o plantio dos grãos (soja, milho, arroz, entre outros). Nesse último estágio, a terra já foi “amansada” e está pronta para receber as sementes. As terras envolvidas nesse tipo de negócio podem ser terras indígenas, terra pública, de pequenos posseiros. Porém, a grande maioria é de terra pública.

2) Processos corpo-a-corpo de apossamento:

a) Um latifundiário oferece um determinado preço pela terra do pequeno agricultor. Depois de muita conversa ou pressão, o pequeno posseiro vende a terra e muda-se para a cidade com sua família. Lá não encontra trabalho, gasta todo o dinheiro e retorna à área rural para um lugar mais distante, abrindo novas fronteiras, ou se inscreve no programa de Reforma Agrária do governo para adquirir um outro lote de terra em lugares mais distantes e de difícil acesso.

b) Também pode ocorrer a venda por pressão, mas com outra estratégia: se determinado dono ou pequeno posseiro resiste para vender sua terra de bom potencial, o latifundiário compra as terras que estão ao redor, desmata-as para várias finalidades. Como consequência, as cobras, os insetos e outros seres vivos do ecossistema amazônico invadem a terra ao lado que não foi desmatada e assim o pequeno posseiro é obrigado a se mudar ou vender sua terra.

3) Processo pela violência: existem também os confrontos diretos pela posse da terra, com a contratação de pistoleiros por parte dos grileiros para intimidar os pequenos posseiros, mostrando documentos falsos de propriedade da terra ocupada, cujas consequências são, freqüentemente, as ameaças e as mortes.

No caso da extração da madeira, a mais nova alternativa é agir dentro dos assentamentos ou naqueles que estão sendo criados. A legislação brasileira (Código Florestal) determina que os lotes de assentamento devam manter 80% de sua área com mata nativa; apenas 20% podem ser desmatados para se produzir, mas esses

20%, muitas vezes, já são previamente negociados e aos poucos vai acontecendo o avanço na direção dos 80% restantes.

2.3.3.2 Aquisição, expropriação, cooptação ou “desterro”

O quadro da violência, dos assassinatos no campo e da impunidade nos estados da Amazônia, e particularmente no estado do Pará, é de estarrecer, não só porque se tornou freqüente, mas também pela ausência de um aparato de leis eficazes que não considerem somente os aspectos formais do ato jurídico, mas que levem em conta os questionamentos de uma sociedade em constante mutação. O que tem prevalecido dos dias de antes aos dias de hoje, é o uso da violência para mediar as relações sociais que envolvem o querer ter e o necessitar da terra. O valor ou os valores cada vez mais impregnados no cerne das *mercadorias fins* e nas *mercadorias meios*, caracterizadas no decorrer desta tese, estão no centro desse processo de violência no campo.

Identificamos quatro mecanismos que são utilizados para a obtenção de terras, em áreas públicas ou privadas no município de Santarém, e que podem ser usados em conjunto (mais de um) ou optando por um deles: o processo da **aquisição** pela compra, pura e simples, que pode ser legal ou ilegal; pelo processo da **apropriação** de terras não ocupadas ou já ocupadas, via expropriação daquele que tem menos força de se impor (o pequeno posseiro); pelo processo da **cooptação** - aquele que antes se opunha, passa a compor com o “inimigo”, não necessariamente por concordar, mas pelos propósitos que estão em jogo; e pelo processo do **“desterro”** (o banimento) - sair do lugar onde se vive por bem ou por mal. Exemplos da materialização desses mecanismos estão a perder da conta, pois podem ser citados casos notórios de personalidades conhecidas como Chico Mendes e Dorothy Stang, como dos incontáveis anônimos que a cada momento são vítimas da violência direta ou velada, nos meandros das florestas e dos rios amazônicos, seja na condição de interessados na terra ou na condição de defensores do direito dessas pessoas.

A posição do Estado, nesse processo, é de aparente inércia e “estupefação” ante a impotência para agir e coibir os desmandos. Muitas vezes, também faz uso

do papel de coerção em nome da “lei e dos bons costumes”, extrapolando, inclusive as suas funções. Exemplo disso está o “Eldorado dos Carajás”.

Ameaças de morte o Pará em torno da terra estão sendo divulgadas a todo o momento na mídia, porém a CPT – Comissão Pastoral da Terra - nas suas publicações periódicas e levantamentos diários de suas secretarias em vários municípios, contabiliza fatos que não param de crescer. Dois levantamentos elaborados pela CPT são ilustrativos dos acontecimentos citados e que constam a seguir: entre as 36 (trinta e seis) pessoas citadas pelo IPAR (2005), na Revista “Outras Palavras”, listou-se algumas delas para exemplificar esses fatos (Tabela 08); situações de conflitos pela posse de terra, na área de influência de Santarém, aparecem no Quadro 04. Também mostramos no Mapa 05 as áreas de conflitos mais acirrados nessa área de influência.

TABELA 08 – Ameaçados de Morte no Pará (alguns deles)

Nome do Conflito	Nome da Vítima	Categoria	Município
Assentamento Riozinho	Benedito Freire	Liderança	Altamira/Bannach /Ourilândia
Fazenda Boa Sorte/Boa Vista	Luiz Vieira Rodrigues	Liderança	Parauapebas
Fazenda Bom Jardim	José Agrício da Silva	Posseiro	São Felix do Xingu
Gleba Curuá	Ivanilde Maria P. Alves	Trabalhadora Rural	Novo Progresso
Vale do Jurupi/Colônia Providência	Genival Soares dos Santos	Liderança	Paragominas
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Maria Joel Dias da Costa	Presidente de STR	Rondon do Pará
PA Agroextrativista Praia Alta Piranhiera	Maria do Espírito Santo	Presidente de Associação	Nova Ipixuna
PDS Esperança	Cícero Pinto da Cruz	Testemunha do assassinato de Dorohy Stang	Anapu
Projetos Desenvolvimento Sustentável	Padre Amaro Lopes de Souza	Agente Pastoral	Anapu

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações do IPAR, 2005, p. 37.

QUADRO 04 - Conflitos pela Posse de Terra (área de influência de Santarém)

Localidades	Trabalhadores envolvidos ou Comunidades	Descrição dos Fatos
São José, na Gleba Pacoval e Curuá-Una	Cinco Comunidades (São José, Santana do Curuatinga, Santo André, Igarapé das Pedras e Nova Esperança), com aproximadamente 160 famílias e 972 pessoas.	Área de 5.973.978 ha grilada pelo grupo Quincó e vendida ao Sr. Alfredo Sippert com os nomes de Fazenda Derribadinha e Bom Destino. Os trabalhadores foram constantemente denunciados por crime de esbulho e intimidados pela polícia.
Gleba Nova Olinda	José Lair Silva, José Lailson Pereira, Valnei de Miranda Silva, Maria Dina Sousa e Vicente Fonseca.	Ameaçados de morte, denunciados na polícia e transformados em réus por defenderem suas áreas que estão totalmente griladas. Boaventura Moreira e Risoleta Maria Sousa Corrêa são pessoas que, na comunidade, representavam os interesses dos grileiros. A área da gleba é de 206 mil hectares e nela existem 13 comunidades, 270 famílias com aproximadamente 1.300 moradores.
Palmas do Ituqui (Gleba Ituqui)	Aparecido da Silva Melo (o Paulista)	Extração ilegal de madeira nos lotes da comunidade e da associação; vendas de lotes para "gaúchos". Por conta das denúncias feitas está ameaçado de morte.
Bueru (Gleba Curua-Una)	Raimundo da Conceição Corrêa	Um dos despejados por ter ocupado terras do empresário Dário Coimbra, e junto com outros agricultores perdeu tudo, sem direito de colher o que havia plantado. Mesmo morando com sua família noutra área (comunidade do outro lado) continuou sendo pressionado para que saísse das proximidades das terras. Frequentemente, sua casa era "visitada" pela polícia e era intimado pelos mais diversos "motivos".
Gleba Lago Grande	Raimundo de Castro e família	Conflito de terra entre a Comunidade de São Francisco e Nazário, envolvendo a família Castro com a tentativa de grilagem de terra, que tem como pessoa envolvida César Bosnello, cuja área é denominada Fazenda Tomazini. São 700 hectares divididos por 7 filhos do Sr. Raimundo de Castro, protocolado no INCRA. Houve nesse local um desmatamento em que o IBAMA autuou os grileiros.
Vila Nova do Curuatinga (Gleba Pacoval)	Comunidade de Vila Nova	Desde 2002, trabalhadores dessa comunidade vêm sofrendo perseguição por parte do Grupo Quincó, cujo dono foi preso juntamente com 4 capangas e o gerente do grupo, sendo que um dos capangas é menor de idade. Foram queimadas 25 casas e todos seus moradores foram ameaçados de morte, com maior ênfase a duas pessoas: Raimundo José Rodrigues dos Santos, o "Zezinho", e Maria Virgínia Santos de Oliveira.
Igarapé da Lama	Elizeu Júlio da Silva	Acusado de esbulho de propriedade por parte do Sr. Paulo Miguel Jambers (preso e depois solto na operação Faroeste da Polícia Federal e que hoje responde a processo por grilagem de terras públicas). O Sr. Paulo Jambers diz ter comprado a área onde moram duas famílias.

Fonte: Dados fornecidos em entrevista realizada com o Sr. Domingos Ferreira Pereira, Coordenador local da CPT, Diocese de Santarém/Pastoral Social, em 02/03/2006.

MAPA 06 – Áreas de Conflitos na Região de Santarém

Fonte: IPAM, abril, 2005

2.4 A saga do empreendedor: a aposta na produção de grãos

No estado do Pará, os plantios da soja se concentram mais especificamente nas áreas do nordeste (Paragominas); oeste (Santarém e adjacências) e sul do Estado (Redenção). Nos últimos anos, os diversos municípios do Pará ampliaram o cultivo de culturas que eram praticadas de forma limitada, tais como o milho, o arroz, o feijão, além da soja, o sorgo e o girassol. Isso tudo fez com que essas três áreas do estado se consolidassem como importantes pólos de produção de grãos.

Foi a partir de 1997 que a cultura da soja chegou ao oeste paraense, de forma mais racionalizada, alcançando os municípios de Santarém, Monte Alegre, Belterra, Alenquer, Aveiro, Juruti, Prainha; margens das rodovias Santarém-Cuiabá (BR-163), Transamazônica (BR-230), Santarém-Curuá-Una (PA- 370), Santarém-Juruti (PA-433) e PA-445 no distrito de Mojui dos Campos e os municípios de Uruará, Itaituba, Trairão, Placas, entre outros.

Com base em um estudo de monografia desenvolvido por alunos da ILES/ULBRA (Instituto Luterano de Ensino Superior em Santarém, 2002), é possível ter uma idéia da procedência dos empreendedores da soja com negócios na área de influência de Santarém, havendo de se supor, ainda que não tenha sido deixado claro na pesquisa, de que grande parte daqueles oriundos do Centro-Oeste tenha como origem o sul do Brasil.

QUADRO 05 - Procedência dos Agropecuaristas (Santarém e Belterra)

Procedência/Região	Proporção (%)
Centro-Oeste	34,38
Sul (RS e PR)	28,13
Norte	23,44
Nordeste	9,38
Sudeste	1,55
Outros	3,12

Fonte: BENTO, Ana Alice Otoni, ILES/ULBRA, Santarém, 2002.

Para o Governo do Estado, o Pólo Santarém-Tapajós, em 2003, já contabilizava uma área plantada de aproximadamente 45 mil hectares (28,5 mil ha com arroz, 07 mil ha com milho e 10 mil ha com soja), gerando 163,2 mil toneladas de grãos, quase o triplo do que foi produzido na safra de 2002 (18 mil hectares e

60,5 mil toneladas de grãos), gerando um crescimento de aproximadamente 150%. (GOV. ESTADO DO PARÁ, 2003).

O escoamento da produção de Santarém e adjacências, e do Centro-Oeste, via BR-163 dinamizou o porto de Santarém, pois é em torno da empresa CARGILL que gira toda a dinâmica da venda do que é produzido em termos de grãos. A empresa criou uma classificação por porte para o produtor de grãos daquela região: acima de 600 ha (grande produtor); entre 600 a 150 ha (médio produtor); abaixo de 150 ha é considerado pequeno. A empresa também financia adubos e insumos em torno de 30% a 40% da área plantada, já que os bancos locais não estavam financiando a soja. O pagamento dos financiamentos feitos pela CARGILL é em grãos (Prefeitura de Santarém/SEPLAN, 2006).

FOTO 14 – Porto de Santarém e a CARGILL ao fundo

Fonte: Foto da autora, janeiro de 2007.

A empresa CARGILL realiza o cadastro dos produtores, semelhante ao cadastro feito pelas instituições bancárias, com garantias (hipoteca, por exemplo), e o produtores têm oportunidade de vender a soja no mercado futuro (vender e receber de forma antecipada). Os juros cobrados pela empresa ficavam entre 1,2 a

1,6% ao mês, mas ela só disponibilizava 40% dos recursos pedidos, financiando via crédito, o adubo, a semente e o calcário. Em Mato Grosso, a CARGILL costuma liberar o financiamento em dinheiro. Em Santarém, existe o crédito feito na base da troca (autorização do crédito no estilo “carta de crédito”): o produtor vai diretamente às empresas agroquímicas e fornecedoras de matéria-prima e adquire insumos e produtos químicos no valor concedido. A capacidade de armazenamento do graneleiro da CARGILL é de 60.000 toneladas, que corresponde a um navio que pode levar, em média, 55.000 toneladas de soja do porto (Tabela 09) (Prefeitura de Santarém/SEPLAN, 2006).

A CARGILL tem considerado as vistorias realizadas pelo IBAMA nas fazendas como intensas e exageradas e que as fazendas também se sentem prejudicadas pelas ações das ONG's. Ambos esperam contar com o apoio do poder público como instituição de apoio ao desenvolvimento agrícola. A CARGILL firmou parceria com a ONG The Nature Conservancy (TNC) para fazer o mapeamento (via satélite) e o diagnóstico ambiental da ocupação dos produtores de grãos dos municípios de Belterra e Santarém visando identificar o que está sendo desmatado, que é área de preservação permanente, quais os problemas identificados pelo produtor, entre outras ações, para embasá-la junto ao Ministério Público para o estabelecimento do TAC - Termo de Ajustamento de Conduta (termo de compromisso, envolvendo os produtores, o IBAMA, o INCRA, o ITERPA, a SECTAM e o Ministério do Meio Ambiente). O propósito, segundo a empresa, era dar maior visibilidade e transparência ao processo de desenvolvimento agrícola naquela área de abrangência (Prefeitura de Santarém/SEPLAN, 2006).

Um outro passo que a empresa estava dando refere-se à obtenção de selo ambiental para o produtor de grãos da Amazônia. A ONG IMAFLORA foi chamada para analisar os requisitos do TAC e posteriormente certificar o produtor, pois a CARGILL estava com a certeza de que o mercado comercial da soja iria exigir certificado de origem dos produtos. A empresa adotou a posição de não carregar soja transgênica pelo porto de Santarém. Tratava-se de um acordo feito com os compradores.

A CARGILL tem interesse de trabalhar com outros produtos, inclusive com o milho daquela área de abrangência, mas só tem um armazém com capacidade de 60.000 toneladas. Quer buscar outras opções de comércio, mas como a soja era

prioritária, estava em primeiro plano. Em função disso a empresa também via a situação que estava vivendo como paralisante. A CARGILL tem buscado apoio junto às instituições locais: Câmara Municipal, Prefeitura e Associação Empresarial de Santarém no sentido de agilizar as suas reivindicações. Em março de 2007, a empresa teve seu porto interditado por não ter sido elaborado e aprovado um estudo de Impacto Ambiental da obra (EIA-RIMA).

A CARGILL estava comprando calcário da empresa Cayman, situada em Itaituba, mas havia articulações para abertura de escritórios de representação em Santarém e em Aveiro, além da que já existe em Monte Alegre. Representantes da empresa Perdigão já haviam se reunido com a direção da CARGILL em Santarém, demonstrando o interesse em se instalar no município (Prefeitura de Santarém/SEPLAN, 2006).

Para se ter uma idéia da dinâmica da cidade em torno do negócio de grãos, existe um notável investimento em maquinários agrícolas, adubos, sementes e outros, com lojas comerciais que vendem máquinas de marcas de peso funcionando em Santarém: New Holland, John Deere, Fiat Allis, Agrale, Valtra Valmet, Yanmar e Caterpillam, além de implementos e peças de marcas variadas (ALMEIDA, 2003).

TABELA 09 – Exportação de Grãos pelo porto da CARGILL - Santarém
Período 2003-2004 (em Kg)*

NAVIO	Anna	China Pride	Equinox Voyager	Marvel Timonel	Orestis Ermis
Produto	Soja	Soja	Soja	Soja	Soja
Chegada	09/04/2003	05/05/2003	06/06/2003	13/07/2003	08/08/2003
Saída	19/04/2003	08/05/2003	09/06/2003	16/07/2003	13/08/2003
Qde/Embarque	21.734.218	52.257.732	43.847.822	54.600.000	51.804.276
Bandeira	Libéria	Libéria	Ilhas Cayman	Ilhas Filipinas	Panamá
Destino	Bélgica	Bélgica	México	Japão	Bélgica
Valor em USD	12.135.750,00	11.730.263,57	10.523.038,80	14.364.714,00	11.064.357,27
Valor em R\$	14.698.684,28	33.665.856,43	30.022.229,70	41.370.376,32	33.668.837,84

NAVIO	Orestis Ermis	Ispat Gaurav	Anangel Venture	Amalia	Explorer II
Produto	Soja	Soja	Milho	Milho	Soja
Chegada	19/9/2003	12/10/2003	5/12/2003	31/12/2003	21/2/2004
Saída	28/9/2003	13/10/2003	7/12/2003	3/1/2004	24/2/2004
Qde/Embarque	52.330.158	8.950.730	51.800.056	51.746.032	39.367.102
Bandeira	Panamá	Libéria	Grécia	Espanha	Malta
Destino	Bélgica	França	Bélgica	Espanha	Espanha
Valor em USD	11.335.758,06	2.111.194,41	5.905.206,39	747.202,41	10.850.631,55
Valor em R\$	33.236.440,67	6.006.134,06	17.374.256,78	16.465.734,90	32.063.616,22

NAVIO	Torm Marina	Ever Dignity	Tomahawk	Vindonissa	Equinox Voyager
Produto	Soja	Soja	Soja	Soja	Soja
Chegada	26/3/2004	19/4/2004	7/5/2004	28/5/2004	18/6/2004
Saída	31/3/2004	21/4/2004	11/5/2004	31/5/2004	21/6/2004
Qde/Embarque	54.596.644	41.289.528	39.842.338	40.755.842	43.911.142
Bandeira	Noruega	Panamá	Bahamas	Suiça	Ilhas Cayman
Destino	Bélgica	México	México	México	México
Valor em USD	14.867.721,57	9.527.971,48	9.194.017,92	11.835.381,54	12.008.380,00
Valor em R\$	43.116.392,55	28.012.236,15	28.712.918,74	36.393.798,90	37.586.228,41

NAVIO	Danuta	Progress	Cos Bonny	Ince Pacific	Masaya
Produto	Soja	Soja	Soja	Soja	Soja
Chegada	26/6/2004	2/8/2004	27/8/2004	23/9/2004	24/10/2004
Saída	3/7/2004	5/8/2004	30/8/2004	26/9/2004	27/10/2004
Qde/Embarque	36.976.502	36.659.018	42.549.098	42.481.640	38.025.820
Bandeira	Libéria	Malta	Singapura	Turquia	Filipinas
Destino	México	México	Japão	Inglaterra	Espanha
Valor em USD	10.125.767,31	12.189.179,10	11.733.764,76	11.691.796,96	29.473.440,91
Valor em R\$	30.681.074,97	37.287.699,15	34.661.541,94	35.461.920,56	10.114.697,56

NAVIO	Joyous World	Amazon			
Produto	Milho	Milho			
Chegada	13/11/2004	14/12/2004			
Saída	22/11/2004	18/12/2004			
Qde/Embarque	53.351.640	54.583.045			
Bandeira	Hong Kong	Grécia			
Destino	Coréia	Coréia			
Valor em USD	5.015.054,16	5.239.972,32			
Valor em R\$	13.876.654,86	14.147.925,26			

Fonte: PEREIRA, Jose de Lima e AMAZONAS, Tânia (2006): SEPLAM/Prefeitura de Santarém.

* O volume total dessas exportações corresponde à quantidade de grãos que chega do Centro-Oeste e daquela que é produzida na região de Santarém.

Em termos de área cultivada, a região norte é a que tem a menor expressão nacional em termos de produção de soja. Analisando a situação das safras nas últimas décadas a partir de 1997, Oliveira diz que a presença da soja no estado do Pará começou na safra 1997/1998, quando foram plantados 2.600 ha no estado. A partir da safra 2002/2003 é que a área cresceu para 15.500 ha e na safra 2003/2004 para 26.800 ha. Para o autor, esse crescimento é um indicador significativo, porém torna-se necessário relativizá-lo, pois o Pará foi responsável por apenas 0,08% da área plantada com soja no país na safra 2002/2003 e de 0,13% na 2003/2004. O autor também chama a atenção para a produtividade do Pará, que, embora tenha uma reduzida área de plantio, vinha apresentando altos níveis de produtividade, acompanhando a média nacional (OLIVEIRA, 2005, pp. 158-161) (Tabela 10).

Essas informações são significativas na medida em que o processo de aquisição de terra, no que se refere ao município de Santarém, não deu sinais de arrefecimento e, a despeito dos períodos de retração no mercado internacional, a soja tem registrado índices de crescimento nada desanimadores.

TABELA 10
Municípios paraenses com maiores áreas plantadas com soja (em ha)

Municípios	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Altamira	-	-	-	150	150	150	300
Belterra	-	-	-	-	-	150	1.400
Santarém	50	150	620	50	25	200	4.600
Uruará	-	-	-	5	-	-	-
Sudeste do Estado	525	1.693	1.295	2.020	830	2.148	9.200
Total	575	1.843	1.915	2.225	1.005	2.648	15.500

Fonte: www.sagri.pa.gov.br, apud Oliveira, 2005, p. 162.

De acordo com o IBGE, o estado do Pará em 2005 teve uma área plantada de soja em grãos, que correspondeu a 68.410 hectares para uma quantidade produzida de 204.302 toneladas. No todo, a região norte teve uma área plantada em 2005 de 514.296 hectares, para uma quantidade produzida de 1.384.561 toneladas (IBGE, Coordenação Agropecuária, Produção Agrícola Municipal, 2005).

Com base nos últimos levantamentos do IBGE (2008), a safra de grãos em 2007 confirmou recorde histórico de produção. Em relação à área plantada, houve um pequeno decréscimo (0,4%), encerrando com 45,4 milhões de hectares, mas a soja e o milho apresentaram as maiores áreas plantadas, com 20,6 milhões e 9,2 milhões de hectares, respectivamente. Entre as Grandes Regiões, a produção de grãos ficou distribuída da seguinte forma: Sul (59,9 milhões de toneladas); Centro-Oeste (44,0 milhões de toneladas); Sudeste (15,9 milhões de toneladas); Nordeste (9,8 milhões de toneladas); e Norte (3,3 milhões de toneladas) (IBGE, Comunicação Social, Janeiro/2008) (Gráfico 02).

GRÁFICO 02 – Produção de Soja em 2007 e 2008

Fonte: IBGE, 2008.

O IBGE prognostica para o ano de 2008 que a safra de grãos aponta uma área plantada de 49,0 milhões de hectares, 2,7% maior que a de 2007 (47,7 milhões de hectares). A produção de grãos prevista para 2008 (135,7 milhões de toneladas) é 2,1% maior que a do ano passado. Já a safra 2007 (133,0 milhões de toneladas) foi 13,7% maior que a obtida em 2006 (117,0 milhões de toneladas) (IBGE, Comunicação Social, 2008).

Em termos de pecuária, e de acordo com a EMBRAPA, o estado do Pará possui o 5º maior rebanho bovino do país, com 17 milhões de cabeças, em crescimento, apresentando uma pecuária de corte baseada em pastagens cultivadas de boa produtividade, principalmente nas regiões Sul e Sudeste do estado (EMBRPA AMAZÔNIA ORIENTAL, Dez/2006).

O Brasil é o segundo maior produtor de bovinos do mundo (Departamento de Agricultura dos EUA/USDA -2007), ficando atrás somente da Índia. Embora dispersos por todo o território nacional, os bovinos concentram-se na Região Centro-Oeste, responsável, sozinha, por 34,2% do total brasileiro, com predominância dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás (IBGE, Comunicação Social, 11/12/2007).

2.5 O Estado: o melhor parceiro da construção

O município de Santarém está colocado, hoje, diante do dilema de conviver com o “novo” e o “velho” no mesmo espaço, ou seja, comporta práticas relacionadas com os processos produtivos de antes (o extrativismo, ainda que arrefecido), além da pequena roça, e comporta também a realização de processos relacionados com a modernização das forças produtivas, especialmente no que se refere às práticas adotadas no setor agrícola para exportação. Por si só, a conjunção dessas duas realidades já se configura, no mínimo, como uma realidade suscetível a tensões e ao conflito de interesses, por todos os argumentos que já foram colocados até este ponto da tese, e a tendência do encontro dessas duas formas de viver e de produzir é que uma se sobreponha à outra.

As famílias rurais que lidavam com o extrativismo e que por várias implicações ficaram sem opção de trabalho se dirigem com mais freqüência à cidade, e os que permanecem no campo, começam a ficar sem muita opção para subsistir. Há de se inserir no rol desses fatos, os complicados processos de posse da terra.

À primeira vista, pode-se supor que esses fatos e aqueles que os motivaram, foram acontecendo autonomamente, à revelia de qualquer ação do Estado, apenas motivados por atos independentes das pessoas ou das instituições que compõem uma determinada sociedade ou comunidade. Porém, tal como esquadrinhado no

capítulo da *economia extrativa* e no dos *problemas fundiários no estado do Pará*, em nenhum momento se deixou de constatar o peso “do braço do Estado” nas sucessivas mudanças de rumo da economia brasileira. O Estado, no comando das várias mudanças, articulou, planejou, costurou acordos (quando necessários) e baixou decretos (exemplo: federalização das terras) para colocar em prática as decisões.

Fosse no contexto de gestões com perfis ditatoriais, liberais, neoliberais ou outro, no qual se assumiam os representantes do Estado brasileiro no curso da história, nunca ou quase nunca, esses governantes deixaram de ter como referência primeira os compromissos assumidos com as intenções dos mercados, nacional e internacional, e com a expansão das fronteiras, sempre tendo o cuidado para que o processo não padecesse de solução de continuidade.

No que diz respeito à Amazônia, a presença do Estado, nos diversos níveis de gestão (federal, estadual e municipal) sempre foi indiscutível, antes e hoje, até mesmo quando estes parecem estar “apáticos” diante de quadros conflitivos, “confusos” diante das ações mais imediatas e óbvias de serem tomadas, “ambíguos” quando estão em causa disputas que envolvam um clamor social de grande monta e os interesses particulares das elites que os apóiam. Enfim, estas são ações e atitudes que mais justificam sua incontestável presença do que sua ausência.

No avanço das fronteiras amazônicas, destacam-se algumas referências, pensadas por diversos autores, sobre a posição do Estado em vários momentos desse percurso: o Estado **planejador** da década de 60 (modernização forçada), o Estado **intervencionista** da década de 70 (BRITO, 2001; CASTRO, 2001, apud ALMEIDA, 2005), e pode-se dizer também, o Estado **desenvolvimentista** da década de 80 e o Estado **modernizador** (modernização acelerada) das últimas décadas.

Para compreender as diferentes esferas das relações sociais onde o Estado se faz presente, seja no âmbito do mercado, do trabalho ou da vida das pessoas, busca-se em Robert Kurz (1994, pp.1-4) o apoio para analisar a natureza dessas atuações nos diferentes espaços. O citado autor identificou cinco níveis ou setores da atividade do Estado moderno, onde ele tem atuado com regularidade:

- a) O primeiro nível é o jurídico (processo da "juridificação"): o Estado transforma-se na máquina legislativa permanente, e quanto maior o número de relações de mercadoria e dinheiro, maior o número de leis ou de decretos regulamentares.
- b) O segundo nível são os problemas sociais e ecológicos, resultantes da economia de mercado. O Estado arca com as despesas resultantes da acumulação capitalista. A modernização não dissolveu apenas os vínculos tradicionais, mas igualmente os contratos sociais e os contratos entre as gerações, que esses vínculos envolviam.
- c) O terceiro nível são os agregados infra-estruturais: a construção de rodovias e parte do sistema de tráfego, o abastecimento energético e a comunicação, a formação profissionalizante e a educação (escolas, universidades), as instituições científicas, a canalização dos esgotos e o tratamento do lixo, o sistema de saúde pública, etc. Todas essas áreas infra-estruturais desenvolveram-se com a crescente industrialização e cientificação da produção como necessidades práticas de uma produção total de mercadorias.
- d) "O quarto nível da atividade estatal ou da economia estatal é o surgimento direto do Estado como empresário produtor de mercadorias, isto é, como operador da produção para o mercado. [...] O Estado como empresário aparece, sobretudo, nas sociedades de "modernização tardia", quer dizer; entre os países que entraram tarde no moderno sistema produtor de mercadorias. Isso não é um acaso, pois em muitos países somente a máquina estatal podia alavancar, através da acumulação centralizada do "trabalho abstrato" (Marx), a tentativa de estabelecer uma conexão com os países desenvolvidos".
- e) O quinto e último nível da economia estatal são a política de subsídios e o protecionismo. Mesmo quando o Estado não aparece diretamente como empresário, ele pode influenciar indiretamente o processo de mercado da produção de mercadorias através da regulação, garantindo formalmente a sobrevivência de empresas privadas através de subsídios e/ou protegendo as empresas, no seu território, da concorrência estrangeira através de medidas protecionistas.

III – GLEBA PACOVAL: ASSENTAMENTOS, LATIFÚNDIOS E RELAÇÕES INCONVENIENTES

3.1 Ações de gestão no compasso da tartaruga

Com base em informações do Instituto de Terras do Pará – ITERPA (maio de 2008), o contexto de gestão territorial do estado, na sua apresentação mais ampla, tem a seguinte formação: 24% das terras do Pará são áreas de gestão do INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária) e 55,6% constituem-se Unidades Territoriais de Gestão Especial (estando incluído neste índice os 3,9% que correspondem ao Arquipélago do Marajó), ou seja, também esses 55,6% são terras da União, mas que são geridas por outros órgãos que não o INCRA (Mapa 07).

Quanto às áreas do território paraense sob a gestão do próprio estado, elas correspondem a 20,4%, assim distribuídas: 0,4% de áreas quilombolas, 6,0% de áreas arrecadadas pelo próprio estado e 14% de áreas não arrecadadas pelo estado fora de Unidades de Gestão Especial (Mapa 07).

José Helder Benatti (SBPC, 2007), presidente do ITERPA, afirmou que existem hoje no estado do Pará cerca de 20 milhões de hectares de terra a serem regularizados, representando 14% de terras devolutas, e que diante da indefinição da propriedade, a conquista vem se dando pela força.

Detalhando as informações sobre gestão das terras, aparecem nos gráficos (Figura 14, Mapas 07 e 08), a dimensão e a localização dessas terras, dentro do território paraense, que pertencem à União e ao estado do Pará, com sua respectiva destinação.

A carência, e por vezes, a imprecisão de muitos dados nas buscas que realizamos no decorrer da pesquisa, conseguindo-os, apenas, recentemente, nos faz concluir que os órgãos responsáveis pela gestão das terras do estado e da União (INCRA E ITERPA), estão com dificuldades para definir com exatidão qual a dominialidade de cada esfera do poder público sob sua gestão e que, portanto, eles não sabem quem está, onde está e o que faz a grande maioria dos particulares que tem a posse das terras federais e estaduais. Pudemos constatar nesse processo de busca, que o processo arrecadatório das terras é bastante lento e não é só por conta da arrecadação em si, mas pelos procedimentos que o antecedem. Toda terra tem uma origem e no processo de levantamento para identificar os donos ou não-donos,

tem que ser verificada a cadeia dominial. Começa-se pelo levantamento cartoral, pois à medida que as terras são tituladas em nome de particulares elas tem que estar registradas em cartório, e os títulos expedidos têm que ter localização definida e identificável (cartografia). Outra grande dificuldade refere-se a essa segunda providência. Na base digital desses órgãos, várias terras de particulares não constam nos levantamentos cartográficos e não tem como identificá-las no espaço que foi indicado, ainda que muitos particulares tenham títulos expedidos. Isso demandará outro tipo de levantamento que exige esforço de pesquisa e tempo. Esses órgãos esperam poder suprir diversas lacunas com a ajuda do Georreferenciamento. Toda terra, a partir da data de exigência do GEO, só poderá ter registro em cartório se tiver sido georreferenciada. Porém, entre a intenção ou a má intenção dos donos de terra para sair em busca de sua legalização, vai uma longa distância. Isso seria profícuo se partisse do próprio Estado a exigência dessa providência: cada particular, que se diz dono de terra deveria apresentar os documentos pertinentes. Mas essa é uma outra questão. De certo, o que se tem, é que essa ação necessita de maior agilidade, pois a gestão da malha fundiária do Estado pelos particulares está sendo mais eficiente. Quase sempre, eles possuem mapas cartográficos bem mais precisos.

Os itens que aparecem legendados no Mapa 08 são identificáveis, porém, um daqueles itens merece uma observação, haja vista que se poderia fazer uma indagação: onde estariam as terras devolutas sob gestão do estado do Pará? Neste caso, elas estão inseridas no item **Áreas Não Arrecadadas fora de Unidades de Conservação e Terras Indígenas** que correspondem aos 14% do território do Pará. Terras devolutas são terras não arrecadadas, porém, como já dito, existem títulos expedidos a particulares que ainda não foram identificados na base digital do estado, no que se refere ao espaço ocupado no “mapa” das terras do próprio estado, e que estão em fase de pesquisa. Somente depois dessa identificação será possível afirmar com precisão qual o tamanho correto das terras devolutas. Por enquanto, podem ser consideradas como de **aproximadamente 14%**.

FIGURA 14 – Distribuição das Terras do Território do Estado do Pará

Fonte: Adaptado do Mapa: Macro Contexto Fundiário do Estado do Pará, ITERPA, 2008

MAPA 07 – CONTEXTO ESTADUAL DE GESTÃO TERRITORIAL

Fonte: ITERPA, 2008

MAPA 08 – Macro Contexto Fundiário do Estado do Pará

Fonte: ITERPA, 2008

Encontra-se em curso no ITERPA, um Grupo de Trabalho que se dedica à atividade de levantamento da malha fundiária do Estado, que entre outras finalidades, tem a pretensão de respaldar a execução de projetos do governo do estado relacionados ao Programa de Ordenamento Territorial, nos quais se incluem a Arrecadação de Terras Devolutas, Assentamentos Estaduais, Assentamento Quilombola, Regularização Fundiária por Município e Regularização Fundiária Urbana.

Informações sobre as terras em poder dos particulares no INCRA Santarém, são mais imprecisas ainda, ou seja, o órgão não possui dados confiáveis sobre as terras que foram tituladas, uma vez que inexiste controle das terras que já foram privatizadas em relação às terras que foram tituladas, ou seja, não se sabe quantos e quais os titulares que foram aos cartórios efetivar o registro de posses já tituladas. A instituição reconhece a existência dessa grave lacuna e diz ser urgente a necessidade de proceder a levantamento cartorial para desvendar esse “mistério”.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira diz que “desde os governos militares, o INCRA **arrecadou e/ou discriminou**, um total de 105.803.350 hectares distribuídas da seguinte forma pelos Estados da Amazônia Legal: Rondônia 15.355.503 ha; Acre 3.079.206 ha; Amazonas 32.784.807 ha; Roraima 14.440.460 ha; **Pará 20.038.516 ha**; Amapá 8.837.835 ha; Tocantins 4.500.000 há; Mato Grosso 6.767.023 ha; e Maranhão 1.730.924 ha” (OLIVEIRA, 2008, p.2) (**grifo nosso**).

Quanto à destinação dessas terras arrecadadas, o autor enfatiza também que até o ano de 2003, o INCRA “tinha destinado um total de 37.979.540 hectares. E possuía ainda sem destinação 67.823.810 hectares. Estas terras públicas do INCRA estão assim distribuídas: Rondônia 4.907.824 ha; Acre 6.291.734 ha; Amazonas 20.962.020 ha; Roraima 9.208.315 ha; **Pará 17.934.669 ha**; Amapá 0; Tocantins 1.031.876 ha; Mato Grosso 5.756.448 ha; e Maranhão 1.730.924 ha (OLIVEIRA, 2008, p.2) (**grifo nosso**).

A responsabilidade da gestão da SR-30 se estende por vinte e oito (28) municípios do estado do Pará, que de acordo com os funcionários do INCRA/STM, significa dizer, que aproximadamente 53% das terras desse estado estão sob a jurisdição do INCRA/STM. No rol desses vinte e oito municípios estão compreendidos os municípios de Alenquer, Almerim, Altamira, Anapu, Aveiro, Belterra, Brasil Novo, Curuá, Faro, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Medicilândia,

Monte Alegre, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná, Placas, Pacajá, Porto de Moz, Prainha, Rurópolis, **Santarém**, Senador José Porfírio, Terra Santa, Trairão e Uruará. Além da estrutura-sede na cidade de Santarém, o INCRA possui quatro (4) unidades avançadas (Altamira, Monte Alegre, Rurópolis e Caximbo).

Para gerir o processo de regularização fundiária dessa área de terras a SR-30 conta, atualmente, com uma equipe de 120 funcionários, dos quais, aproximadamente 100 foram contratados em meados de 2006 (INCRA, 2007). A estrutura administrativo-burocrática padrão do INCRA, que se aplica, basicamente, a todas as unidades sede (Superintendências Regionais), consta na Figura a seguir.

FIGURA 15 – Organograma Estrutural das Superintendências Regionais do INCRA

(*) Todas as Superintendências Regionais têm a mesma estrutura básica. A distinção em SR do tipo I, II ou III se dá em função do número de cargos de assessoramento (DAS 102.1) que cada uma dispõe.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 2007

No caso específico da SR-30, as providências para colocar em prática as ações de regularização fundiária na região de Santarém são muito lentas, se

comparadas com a agilidade com que as ações do processo de acumulação do capital estão acontecendo. Inúmeras ações de apossamento das terras seguem seu curso, não raramente, fora do aparato legal. Ou seja, a realidade da “tomada da terra” pelos latifundiários para especular ou para garantir a realização de empreendimentos madeireiros e agropecuários, é muito mais veloz do que as estruturas administrativas e operacionais disponibilizadas para organizar e fiscalizar todo o processo.

Também, as leituras equivocadas feitas por diversos segmentos do poder público e por segmentos expressivos do setor privado, ante os anseios da população rural que pleiteia pequenas áreas de terra para se assentar, dão margem para que as ações para viabilizar esse objetivo padeçam de solução de continuidade. As saídas? Elas vão surgindo por fora do aparato legal. O entendimento que fica, à primeira vista, é de que a política fundiária já nasce “velha” diante da realidade para a qual ela foi criada ou se pretende que ela seja aplicada.

A análise da questão posta não se restringe aos fatos que estão acontecendo na região em estudo, pois evolui a partir de um contexto mais abrangente da realidade brasileira. Para enfrentar os desafios de uma política agrária de interesse maior para o país, não é suficiente a criação de leis eficazes (no papel) e a distribuição política e eqüitativa de cargos nos postos chaves dos órgãos gestores. Há de se viabilizar, também, uma estrutura de poder (de peso) tanto na área judiciária quanto na área executivo-operacional, pois a despeito dos desvios de conduta de determinados funcionários do INCRA, como de outros que atuam na gestão das terras e das florestas (e que merecem repúdio), esses dois poderes necessitam estar mais bem preparados e aparelhados para fazer acontecer, na prática, aquilo que está proposto no papel e alardeado nos discursos políticos. No confronto com o “poder de fogo” das forças de interesse particulares, que muitas vezes não são apenas de negócios, mas também de negócios escusos, aquelas esferas da gestão pública, estão em desvantagem.

No caso específico da SR-30, ainda que esse órgão tenha promovido nova contratação de funcionários, observamos, nas diversas visitas que lá fizemos para coleta de dados e informações, uma instituição que funciona sem uma estrutura adequada, com baixo nível de motivação, com um número elevado de pendências

(demanda reprimida), além de ser uma unidade da administração pública que atua com forte orientação política.

Há de se repetir, sem qualquer exagero, que o uso especulativo das necessidades das pessoas que moram no campo ou daquelas que para lá pretendem retornar, movido por interesses políticos ou pela ganância de determinados empreendedores que querem lucrar seguindo a lógica do “quanto mais rápido melhor”, é, não somente, um equívoco moral, mas também uma visão equivocada de muitos setores da administração pública e privada, que direta ou indiretamente atuam na defesa de “feudos” (grande concentração da terra na mão de poucos donos), fato este que tem perpassado, sem disfarces e constrangimentos, os séculos da história agrária brasileira.

Contribui para a consolidação desse estado de coisas, nos dias atuais, tal como verificado na região em estudo, não somente a carência de uma estrutura jurídico/administrativo/operacional apropriada, mas também a ineficiência de diversos setores da administração pública diante daquilo que poderiam fazer e que não realizam a contento; a “criação” deliberada de oportunidades para propiciar as barganhas por parte de quem não está comprometido com a reforma agrária; a pressão de grileiros e madeireiros para realizar negócios e lucros; a pressão do governo federal para a realização das metas da reforma agrária, muitas vezes focadas nos números e não na qualidade; e a ausência de um acompanhamento contínuo e eficiente dos processos de regularização fundiária, por parte dos órgãos que tem a função maior de gerir todo esse processo. Cria-se, portanto, na região estudada, um cenário de múltiplas implicações em que “ou parte-se para o confronto ou pisa-se em ovos” e a reforma agrária, naquela imensa área de florestas e rios, vai “fazendo água”, enquanto as terras públicas vão sendo “tomadas por assalto” pelo latifúndio.

3.1.1 Relações inconvenientes

As Superintendências do INCRA de Belém e de Santarém, nos últimos tempos, têm estado sob freqüente “monitoramento” de órgãos da Justiça e da Polícia Federal, visto que determinados servidores têm se deixado seduzir pelas “coloridas” e tentadoras propostas de corruptores, que são freqüentes no decorrer

do processo de regularização fundiária e de gestão dos assentamentos. Como já dito, existe um leque de carências sociais no campo e um jogo de interesses e de pressões de tamanha proporção, que funcionam como argumentos propiciadores para o alinhavo de acordos e estabelecimento de relações inconvenientes, que trazem não só prejuízos social, ambiental e econômico para a região, como também empanam determinadas ações que são feitas sob o amparo da lei. As ditas carências ajudam a criar as justificativas para o jogo das oportunidades.

Exemplo maior da situação de desmando foi a Operação Faroeste da Polícia Federal, em 2004, que teve como propósito desarticular um grupo especializado em grilagem de terras públicas no oeste do Pará, e em especial, na cidade de Santarém, em que foram presas dezoito pessoas, oito das quais eram servidores do INCRA, entre elas, o superintendente do citado órgão no estado do Pará à época.

Em agosto de 2007, denúncias do Ministério Público publicadas na mídia escrita e televisada, deram conta da ocorrência de novas irregularidades no processo de legalização de terras para a reforma agrária e criação de projetos de assentamento na região de Santarém. Nesse mesmo período, foi divulgado o Relatório do Greenpeace “Assentamentos de Papel, Madeira de Lei”, evidenciando erros de procedimentos e de ilegalidades nos trâmites de criação de assentamentos, envolvendo o PDS Serra Azul (município de Monte Alegre na Gleba da Mulata); PDS Renascer II (município de Ururará na Gleba Pacoval); PA Moju e PDS Santa Clara (município de Santarém na Gleba Pacoval), entre outras pendências (GREENPEACE, 2007).

Por conta de uma ação do Ministério Público junto à Justiça Federal, foram afastados em outubro de 2007 (no período de elaboração desta tese), cinco funcionários do INCRA – jurisdição Santarém, entre os quais, o superintendente do órgão, o Sr. Pedro Aquino de Santana.

Parte dos termos contidos na Liminar Judicial de afastamento dos servidores e alegações, a época foi:

A inicial, de fls. 3/349 (incluindo anexos) pode assim ser sintetizada: segundo o MPF, a Superintendência Regional do INCRA em Santarém teria, entre suas finalidades, a promoção e execução da reforma agrária visando efetivar melhor distribuição da terra.

Para tanto, conforme sustentado na exordial, deveria realizar modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos

princípios da justiça social, inclusive através da criação e implantação de projetos de assentamentos de reforma agrária.

No entanto, estariam ocorrendo irregularidades na criação de assentamentos, tendo sido, inclusive, determinada por parte da Justiça Federal em Santarém/PA a suspensão de portarias de criação de assentamentos.

As “*pendências mais graves*” teriam sido registradas na tabela de fls. 242/282, o que levou o *Parquet* à seguinte conclusão:

“Os projetos foram criados sem qualquer política efetiva de implementação, conforme se constata no clamor das reivindicações de importantes entidades representativas dos trabalhadores rurais. Verificou-se que tais projetos não atendem a uma autêntica demanda de potenciais clientes da reforma agrária. São antes resultado da pressão do setor m adeireiro junto às esferas governamentais, que vislumbram nos assentamentos um estoque de matéria-prima cujo manejo é objeto de um licenciamento mais rápido, devido ao valor social que seu manejo representa, em tese”.

A Superintendência do INCRA em Santarém/PA também teria sido utilizada “*no intuito de inflar as metas anuais cumpridas de famílias homologadas em relações de beneficiários da reforma agrária. Tudo comandado pelo Superintendente Pedro Aquino e por outros servidores que se mobilizaram para que as metas – ainda que apenas aparentes – se realizassem*”.

Teria sido criada, na estrutura da Superintendência, uma Coordenação de Metas, unidade que agia sob o comando do Superintendente, tendo sido mencionado pelo MPF que: “*Com a tramitação dos laudos diretamente dos técnicos para a Coordenação de Metas, a apreciação referente à consistência do laudo – regimentalmente realizada pela Divisão de Obtenção – deixou de ser feita*”.

Em 2006, a tramitação dos processos de criação de assentamentos na Superintendência teria se dado de maneira informal e com instrução deficiente, sem despachos de remessa ao setor destinatário, o que, por diversas vezes, teria gerado situações tumultuárias nas providências que dependiam da localização dos mesmos (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ, SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALTAMIRA de 17/10/2007).

Entretanto, no dia 22/11/2007, o juiz Ney Bello da 4ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, reintegrou os citados servidores aos seus respectivos cargos na Superintendência Regional do INCRA em Santarém, justificando sua decisão com o argumento de que o afastamento provisório de gestores públicos é medida excepcional e se dá quando demonstrado que a permanência do agente no exercício do cargo, emprego ou função, prejudica a instrução do processo – situação esta não evidenciada nos autos (MDA, 2007, p.1).

3.2 Gleba Pacoval: “Terra pra dar e vender”

A **Gleba Pacoval** (Mapa 01), propriamente dita, possui 378.186 hectares²³ de terra, e como já mencionado antes, perpassa os municípios de Santarém, Prainha, Uruará e Medicilândia, sendo que grande parte da citada gleba fica localizada no município de Santarém, em uma área denominada de “região do Curuá-Una”, em referência à bacia do Rio Curuá-Una, que juntamente com os rios Moju e Mojuí, formam toda a malha hídrica existente na também chamada "Região do Planalto" santareno (Mapa 09). Essa malha é composta por inúmeros igarapés e rios de pequeno porte, que convergem para o rio central, o Curuá-Una. Todas essas bacias, juntas, perfazem um total aproximado de 9.986 km² ou cerca de 37,65% de todo o município de Santarém, ocupando a porção leste dessa região (INCRA e PREFEITURA DE SANTARÉM, 2007).

São esses rios, na sua extensão, que possibilitam condições de moradia e permanência para famílias naquela área; alternativa de acesso para os planaltistas (famílias que moram na região das estradas); possibilidade para construção de hidroelétricas, entre outras formas de uso e convivência.

De acordo com mapa cartográfico do INCRA (2005), a Gleba Pacoval está distribuída em 10 áreas, tal como a seguir²⁴:

Área 1: 29.500 ha. (considere-se aqui 15.000 ha de hidrografia).

Área 2: 41.900 ha.

Área 3: 35.700 ha.

Área 4: 43.180 ha.

Área 5: 23.400 ha.

Área 6: 22.100 ha.

Área 7: 50.308 ha.

Área 8: 50.167 ha.

Área 9: 43.039 ha.

Área 10: 68.392 ha.

TOTAL = 378.186 ha.

²³ Um hectare (HA) é uma unidade de medida agrária que corresponde a cem ares (um are corresponde a 100 m² ou a um hectômetro quadrado; um hectare também é equivalente a 10.000 m² ou a 0,01 km²) (DICIONÁRIO AURÉLIO, 2004; INMETRO, 2007; WIKIPEDIA, 2007).

²⁴ Não foi possível obter para reprodução o mapa que retrata essa distribuição de áreas, pois ele havia sido elaborado, à época, para uma demanda investigativa, em curso, pela Polícia Federal.

No interior da Gleba Pacoval existem diversos tipos de Projeto, tais como os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (**PDS**), Projetos Agroextrativistas (**PAE**) e Projetos de Assentamento (**PA**). Na Tabela 11 constam todas as Modalidades de Assentamento que podem ser criadas.

Sob a tutela da Superintendência Regional do INCRA em Santarém (SR-30), considerando toda a área que está sob sua jurisdição, aparecem catalogados para o período de 1927 a 2005, 117 Projetos de Assentamento que correspondem a uma área de 9.975.489,7494 ha (pesquisa em janeiro de 2007). De acordo com essa catalogação, o número de famílias envolvidas ao longo do processo foi de 77.844, e de famílias assentadas foi de 41.116. As formas de obtenção das terras foram as mais diversas, conforme registros da SR-30: doação, arrecadação, desapropriação, reconhecimento, discriminação e outros. Afora esses dados fornecidos, existem outros Projetos em fase de organização cujas informações não foram possíveis de se obter.

No município de Santarém, propriamente dito, existem cinco Projetos de Assentamento (**PA**) que já estão de certa forma consolidados, cuja maioria fica situada na Gleba Pacoval, tal como consta relacionado na Tabela 12. Um desses Projetos de Assentamento é o **PA Corta Corda**, (Mapa 10) situado na Gleba Pacoval, onde ficam localizadas as Comunidades **União Corta Corda** e **Cícero Mendes**, *locus* desta pesquisa, entre outras mais (Mapa 11).

MAPA 09 – Malha Hídrica da Região do Planalto Santareno

FONTE: Adaptado do Mapa: Estado do Pará - Área de Atuação da SR 01 - PA, escala 1:1.800.000, INCRA, 1999

TABELA 11 - Modalidades de Assentamento de Reforma Agrária e Ações Respectives

MODALIDADE	FORMA E DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO	DEMARCAÇÃO	AÇÕES DE CRIAÇÃO E DEMARCAÇÃO	PÚBLICO ALVO
PA	1- Individual ou coletiva. 2- Título definitivo e/ou Concessão de direito real de uso.	Parcelamento	1-Laudo de vistoria; 2- Aquisição (compra ou desapropriação) 3- PDA	Trabalhador Rural sem terra
PCA	1- Individual 2- Concessão de direito real de uso.	Parcelamento	1- Laudo de vistoria 2- Levantamento sócio-econômico 3- PDA	Trabalhador Rural sem terra
RESEX	1- Coletiva 2- Concessão de direito real de uso.	Perimetral	1- Levantamento sócio-econômico 2- Consulta pública 3- Plano de manejo	População tradicional
RDS	1- Coletiva 2- Concessão de direito real de uso.	Perimetral	1- Levantamento sócio-econômico 2- Consulta pública 3- Plano de manejo	População tradicional
PAE	1- Coletiva 2- Concessão de direito real de uso.	Perimetral	1- Laudo de vistoria 2- Levantamento sócio-econômico 3- Plano de utilização 4- PDA	População tradicional
PDS	1- Preferencialmente coletiva 2- Concessão de direito real de uso.	Perimetral	1- Laudo de vistoria 2- Levantamento sócio-econômico 3- Plano de utilização 4- PDA	Trabalhador Rural sem terra e/ou População tradicional
PAF	1- Coletiva 2- Concessão de direito real de uso.	Perimetral	1- Laudo de vistoria 2- Levantamento sócio-econômico 3- Plano de utilização 4- PDA	Trabalhador Rural sem terra e/ou População tradicional

Fonte: IBAMA/PROVÁRZEA, 2007.

Siglas:

PA - Projeto de Assentamento
PCA – Projeto de Assentamento Casulo
RESEX- Reserva Extrativista (gerida pelo IBAMA)
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista
PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PAF – Projeto Agro-Florestal

TABELA 12 - Projetos de Assentamento (PA) no Município de Santarém
SR30 - Superintendência Regional de Santarém

PROJETO	ÁREA*	FAMÍLIAS	ANO	OBTENÇÃO	LOCALIZAÇÃO	MUNICÍPIO
PA ITUQUI	16.138,0000 ha 16.589,1459 ha	283	1987	Desapropriação	Gleba Ituqui	Santarém
PA BUERU	2.978,0000 ha 2.978,3476 ha	53	1998	Desapropriação	Gleba Pacoval	Santarém
PA TAPERA VELHA	12.664,0000 ha 12.665,0000 ha	247	1998	Desapropriação	Gleba Pacoval	Santarém
PA CORTA-CORDA	52.029,0000 ha	468	1997	Arrecadação	Gleba Pacoval	Santarém
PA MOJU I e MOJU II	152.686,6566 ha 163.034,9800 ha	1.598	1996	Desapropriação	Gleba Pacoval	Santarém

* Apareceram dados divergentes quanto às áreas de alguns Projetos em duas fontes pesquisadas em setores técnicos distintos da SR-30. Registramos aqui as duas informações.

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados fornecidos pela INCRA/Santarém.

MAPA 10 – Localização do Projeto de Assentamento (PA) Corta-Corda

Mapa 11: Localização da Comunidade do Corta Corda

Fonte: Laboratório de Sensoriamento Remoto do Museu Paraense Emílio Goeldi, Apud ALMEIDA, 2005

O Projeto de Assentamento **PA Corta Corda** possui 52.029 hectares de terra e é formado por nove Comunidades: **União Corta Corda**, **Cícero Mendes**, Água Azul, Lagoa Azul, Novo Horizonte, Monte Muriá, São Francisco da Água Azul, Bom Futuro e São Pedro. O citado PA fica totalmente localizado no município de Santarém, porém, existem outras Comunidades dentro da Gleba Pacoval que não fazem parte de qualquer Projeto de Assentamento, como por exemplo, as de São Sebastião, Genipapo, Bom Jesus, Vila Nova, entre outras mais.

Nem todas as áreas (lotes) ocupados pelas famílias que já moram nas Comunidades do PA Corta-Corda estão totalmente regularizadas, visto que existem pendências não sanadas pelo INCRA. As famílias assentadas possuem um documento chamado de **Protocolo** de controle de concessão do lote e andamento do processo.

Com relação às famílias que se candidataram mais recentemente aos Projetos de Assentamento, que estão sendo criados no interior da Gleba Pacoval, morando ou não no local, encontram-se à espera do cumprimento dos trâmites exigidos para a formalização do processo de regularização da terra. Este é um procedimento que é constituído de várias etapas: diagnóstico, vistoria, arrecadação, demarcação, discriminação, formação do geocadastro e do georreferenciamento (GEO), entre outras. (Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial, Norma de Execução INCRA, DT nº 52, de 25/2006).

O longo processo para o cumprimento dos trâmites não é somente motivo de angústia para as famílias que pleitearam lotes dentro dos Projetos, como também é o momento em que nascem as oportunidades para as ações e as barganhas dos grileiros. No curso desse mesmo processo, alguns líderes de comunidades rurais também são seduzidos por essa “rede de captura”. Investidos do poder que lhes foi dado pelas famílias rurais para defender seus interesses, alguns deixam de usá-lo como tal (representá-los politicamente junto às esferas públicas e sindicais; negociar a desamarra de processos burocráticos emperrados, entre outras demandas), para utilizá-lo em favor do próprio interesse, tal como denunciado por instituições como o Greenpeace (2007), que no Relatório “Assentamentos de Papel e Madeira de Lei”, expõe o fato em detalhes. Este, identificou em determinadas áreas da Gleba Pacoval, especialmente aquelas destinadas aos PDS, que determinados líderes de

comunidades realizaram acordos com os madeireiros para que estes realizassem o GEO, e em contrapartida,

as empresas madeireiras assumem parte das obrigações na implementação dos assentamentos – como a construção de estradas e escolas – que seriam tarefas do Incra. Em alguns casos, também se comprometem a remunerar os assentados, com o pagamento de uma ‘mesada’ durante a vigência do contrato. ‘Assentados’ sem histórico de uso dos recursos naturais foram cadastrados em cidades e comunidades distantes dos assentamentos a eles designados (GREENPEACE, 2007, p.3).

Além das etapas e procedimentos que antecedem o assentamento das famílias, existem outras providências a serem cumpridas posteriormente e que também devem ser conduzidas pelo INCRA, visando à eficácia dos Projetos, tal como a liberação do Crédito Instalação: recursos para construção e recuperação de moradias; aquisição de ferramentas de trabalho, sementes, mudas e insumos produtivos; segurança hídrica aos PA’s localizados no semi-árido brasileiro (construção de sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água) e geração de renda.

No contexto das providências citadas, devem ser incluídos também os acordos que precisam ser feitos com os governos estaduais e municipais para a construção e/ou a recuperação de vicinais (vias de acesso), fornecimento de água e de rede elétrica; viabilização dos serviços de educação, saúde e monitoramento técnico, além da elaboração de planos de desenvolvimento, entre outros mais.

TABELA 13
Recursos Destinados aos Beneficiários da Reforma Agrária no quesito
Programa do Crédito Instalação

RECURSOS/DESTINAÇÃO	R\$
Apoio inicial (fomento) ¹	2.400,00
Aquisição de material de construção ²	7.000,00
Fomento ³	2.400,00
Adicional do semi-árido ⁴	1.500,00
Recuperação Materiais de Construções ⁵	5.000,00
Reabilitação de crédito produção ⁶	3.000,00
TOTAL DE CRÉDITOS	R\$ 21.300,00

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações colhidas na SR-30 e Instrução Normativa Nº 40.

FINALIDADE DE CADA TIPO DE RECURSO

- 1** Suprir as necessidades básicas para instalação da família no PA (ferramentas – 100% subsidiado, a ser pago em 20 anos, com 3 meses de carência; se pagar corretamente, tem 50% de desconto).
- 2** Auxiliar na construção da unidade habitacional nos lotes identificados conforme o projeto de parcelamento ou com a localização definida em caso de projetos coletivos (casas com 42m² com 2 quartos, sala, cozinha e banheiro).
- 3** Fortalecer as atividades produtivas e o desenvolvimento da parcela nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária.
- 4** Atender às necessidades de segurança hídrica das famílias com morada habitual em Projetos de Assentamento, localizados nas áreas circunscritas pelo Semi-árido, reconhecidas pelo IBGE.
- 5** Recuperar unidades habitacionais nos PA que, após constatação por meio de laudo técnico, apresentem a necessidade de reforma e/ou ampliação em razão de deterioração, de caso fortuito e/ou força maior ou de risco aos seus moradores.
- 6** Recuperar a capacidade de acesso a novos créditos, possibilitando a quitação de financiamento contraído no âmbito do PROCERA (Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária).

Nas localidades em estudo, as providências mencionadas foram parcialmente realizadas e outras feitas de forma precária. Os acompanhamentos periódicos que devem ser realizados pelos órgãos responsáveis, são esparsos.

Algumas das lacunas verificadas nas Comunidades foram:

- a) Assentados que não produzem na terra e que o INCRA desconhece ou ignora as razões que os levaram a essa situação;
- b) Assentados que possuem mais de um lote de terra, localizados em distintas comunidades;
- c) Posseiros que desconhecem a situação da terra que estão ocupando e por isso não conseguem pleitear os recursos a que tem direito para moradia, ferramentas de trabalho, entre outros.
- d) As vias de acesso (estradas e ramais) são precárias, não possibilitando o escoamento da produção, especialmente no pesado inverno amazônico (fortes chuvas); escolas que funcionam sem mínima estrutura, entre outras lacunas.
- e) As informações sobre o número de assentados - clientes ou não da reforma agrária - são desconstruídas, seja com relação aos dados do INCRA, seja com relação às do Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou das Comunidades. Essa

situação decorre de vários fatores: não acompanhamento assíduo e eficaz das famílias assentadas por parte dessas instituições; jogo de interesse que faz com os números aumentem ou diminuam conforme a demanda do momento, e também pelo contínuo deslocamento de famílias entre comunidades e chegada de novos trabalhadores rurais em busca de terra. O Sindicato e as Associações das Comunidades são as que possuem dados mais confiáveis, por estarem mais próximos dos “clientes”.

De acordo com o depoimento de dois líderes de Comunidades do citado PA, cujos nomes fictícios são **Sr. Corta** e **Sr. Corda** (estes pediram para não serem identificados, considerando a delicada situação vivida naquele lugar no momento da pesquisa), o Projeto de Assentamento em questão não pode ser qualificado como tal, como expressado na fala de um deles: “O PA Corta Corda não tem características de assentamento porque tem que ter 50% de infra-estrutura, conforme a lei. O que tem lá foi feito com parceria do setor privado”. De acordo com suas explicações, o que eles chamam de setor privado são os madeireiros, empresários da cidade, comerciantes e sojeiros.

Disseram também que em 2002, havia proposta para o PA de 468 parcelheiros e que após o cadastro, surgiu a “fofoca” do sojeiro, da grilagem e de que o INCRA teria vendido parte da terra para eles. Então, só fecharam 107 parcelheiros, que depois foi ampliado para 200, chegando a 331 aproximadamente, mas não chegou a 468. Entretanto, aparece nos controles do INCRA 468 parcelheiros para o citado PA. De acordo com esses mesmos entrevistados, aproximadamente 70% dos que lá estão, são clientes da reforma agrária; os outros 30% não o são. Do total dos clientes, 50%, aproximadamente, não estão na RB (Relação de Beneficiários) documento de controle oficial. E um deles concluiu dizendo que “o que estimula o ser humano a ser fiel é o retorno”.

Porém, de acordo com outro líder de Comunidade (Sr. José Ribamar), para o PA Corta-Corda estava previsto 468 parcelheiros. Está completo no INCRA que já estão com RB. Porém, dentro do PA, existem 168 que tem RB e não tem terra e 40 pessoas que tem RB, tem casa, mas estão fora do Assentamento, pois estão na Gleba Curuá-Una (esta gleba é contínua à gleba Pacoval). O anseio é que o INCRA regularize os 2 Km do outro lado do Igarapé Corta-Corda, daqueles que tem direito reconhecido e passar da Gleba Curuá-Una para a Gleba Pacoval.

Ainda de acordo com o Sr. José Ribamar, o exército realizou o GEO de toda a Gleba Curuá-Una, e da Pacoval está sendo realizado pelo INCRA; a Gleba Curuá-Una refere-se a uma área de Regularização Fundiária que vai até 500 hectares.

Em conversas informais entre alguns moradores das Comunidades pesquisadas, vinha à tona em determinados diálogos, com um indisfarçável pesar, fatos que estavam acontecendo, por exemplo, na Comunidade Lagoa Azul, que já possuía escola, estrada, ponte e barracão da comunidade, e que isso só foi possível de acontecer porque eles tinham madeira boa para negociar em troca das benfeitorias recebidas (cada morador teria disponibilizado madeira de seu lote para o madeireiro). Segundo esses mesmos interlocutores: “se cada um pudesse vender cinco maçarandubas daria para construir muita coisa na comunidade”. Porém, não havia em suas Comunidades madeira desse quilate que valesse a pena e/ou justificasse o interesse de algum madeireiro.

Em meados de agosto de 2007, todas as ações inerentes aos projetos de assentamento sob a jurisdição da SR-30 haviam sido paralisadas por determinação da Justiça Federal, que havia acolhido os argumentos do Ministério Público Federal do Pará concedendo liminar para suspensão dos projetos apontados na investigação como irregulares, englobando 99 (noventa e nove) assentamentos, que estavam localizados em várias Glebas daquela região, incluindo aqueles da Gleba Pacoval (ver o sub-capítulo 3.1.1).

Diversas Instituições públicas e civis, incluindo a Igreja e órgãos federais (Polícia Federal e IBAMA), à época, mobilizaram-se junto ao INCRA nacional e Justiça Federal para que as atividades de regularização fundiária e de implantação dos assentamentos daquela região não ficassem paralisadas enquanto durassem as apurações das falhas detectadas. Solicitaram, também, que fossem estudadas alternativas para viabilizar a retomada dos projetos, à medida que os órgãos públicos fossem sanando as pendências.

Nesse período, acentuou-se a inquietação e a angústia dos clientes (de fato) da reforma agrária naquela região, que estavam dependendo das ações de regularização de seus lotes para proceder outras demandas. Também houve aumento de tensão entre as partes envolvidas, em razão dos termos das denúncias formuladas pelo Ministério Público.

3.2.1 Limites e opções de acesso à Gleba Pacoval:

A Gleba Pacoval limita-se ao norte pelo Rio Curuá-Una; ao sul pela linha seca do polígono desapropriado de Altamira; a leste pelas terras dos municípios de Prainha e Uruará e a oeste pelo Igarapé Corta-Corda e Gleba Curuá-Una (Autos do Processo SR-30/54501.000590/2006-52 – Criação do PDS Santa Clara, 2006). (Mapa 01).

O acesso à Gleba Pacoval pode ser realizado por três alternativas:

a) via fluvial: descer o Rio Amazonas, entrar pelo Rio Curuá-Una e depois seguir pelo afluente do Rio Curuatinga.

b) via terrestre: seguir pela PA-370 (Rodovia do Curuá-Una), passando pela hidrelétrica do mesmo nome, seguindo de lá pelo ramal Corta Corda que adentra boa parte da gleba.

c) ramais criados: existem diversos ramais secundários abertos pelas madeiras, além de igarapés estreitos e cheios de obstáculos que são navegáveis, mas em condições precárias (AUTOS DO PROCESSO SR-30/54501.000590/2006-52, CRIAÇÃO DO PDS SANTA CLARA, 2006).

Para realizar a pesquisa de campo nas Comunidades União Corta Corda e Cícero Mendes, realizamos o percurso por via terrestre, partindo de Santarém e seguindo pela PA-370 (Rodovia do Curuá-Una), passando pela Hidroelétrica do Curuá-Una. Porém, antes e depois da citada hidrelétrica, passamos por inúmeras Comunidades rurais: Jacamim, Santa Rosa, Curupira, Boa Esperança, Perema, Estrada Nova, Tipizal, Poço das Antas, São Jorge, Secretaria, Volta Grande, Paxiúba, Ramal Boa Sorte, Planalto, Guaraná, Lagoa e Coração de Jesus. No Km 8, a partir da Hidroelétrica do Curuá-Una, virou-se à direita para seguir na direção da Comunidade União Corta Corda. A partir desse local (o chamado Km 8), percorreu-se a pé parte dos quatro quilômetros restantes, uma vez que o ônibus que transportava as pessoas ficou impossibilitado de prosseguir viagem devido a problemas na travessia em um dos igarapés, por conta de escavações e acidente de trator em obras. No percurso do Km 8 em diante passou-se pelas Comunidades de Betel (não incluída no assentamento), Muriá, Cícero Mendes, até chegar a de União Corta Corda. Esse é o percurso (de ida e volta) que é feito, normalmente, pelos assentados quando necessitam ir à cidade de Santarém para vender seus produtos, comprar mantimentos ou tratar de outros interesses (Fotos 15 e 16).

FOTOS 15: Percurso do Km 8 na direção da Comunidade União Corta Corta (Gleba Pacoval), vindo de Santarém, que é realizado pelos assentados, regularmente. Fotos da autora (janeiro/2006).

3.3 Os desafios de uma fronteira em expansão

A beleza da floresta e a imensa claridade que se expande de um sol escaldante, vindo de um céu quase sem nuvens, se contrapõem aos desafios que surgem nebulosos ante a perspectiva da conquista da terra.

A Gleba Pacoval não é um lugar para se chegar sem aviso e muito menos sem “prévio consentimento” de lideranças locais, ainda que isso seja tratado de modo sutil, diluído no cotidiano das relações. No caso de um pesquisador, existe a necessidade de saber o caminho certo da chegada, de conseguir uma estadia para ficar e obter conhecimento para se deslocar pelos diferentes lugares, incluindo a visita às diversas moradias. Estas distam uma da outra, entre 100 a 200 metros, e o acesso é feito pela estrada, ramais, pontes sobre igarapés ou mesmo picadas. Nessas circunstâncias, deverá existir, de algum modo, “uma ponte” (um anfitrião) que respalde a estada do visitante. No caso específico desta pesquisa nas Comunidades União Corta Corda e Cícero Mendes (Gleba Pacoval), os anfitriões desta autora foram a Sra. Eliete (presidente da Comunidade União Corta Corda) e seu esposo, Sr. Leandro.

FOTO 16: Sra. Eliete atravessando um igarapé na direção da casa do Sr. Anastácio (Comunidade União Corta Corda): visita de pesquisa.

FOTO 17: Deslocando-se por uma picada para realizar pesquisa na Comunidade de Cícero Mendes.

FOTO 18: Prosseguindo pelo igarapé na direção da Comunidade Cícero Mendes.

FOTO 19: Continuando a caminhada pela estrada na direção da Comunidade Cícero Mendes.

Fonte: Fotos da autora, janeiro/2007.

No dia-a-dia, o trânsito é livre para as pessoas do lugar, mas para as demais, as explicações necessitam ser mais claras. Todos querem saber de tudo: se a pessoa está interessada em lote para assentamento ou terra para comprar; se é sindicalista; se é da CPT (Comissão Pastoral da Terra) ou liderança comunitária; se é pessoa ligada às madeiras, sojeiros e pecuaristas; se pertence a algum órgão público; se é da polícia; se é pesquisador, jornalista ou outro. Nada que afronte ou crie embaraços ao estranho, mas que na conjuntura atual da região, estar bem informado e precavido, deixa os moradores menos inseguros. As informações obtidas são repassadas, de um modo ou de outro, para outras pessoas no contexto mais amplo (rede de informações). O contato fica mais fácil se o visitante possui alguma relação com a região: se é descendente de moradores ou se o propósito da sua estada vai ao encontro dos anseios da comunidade. Até onde se pôde constatar, não há restrições em disponibilizar informações aos pesquisadores.

Em conversa com Cirino Lobo dos Santos, que realiza pesquisa sobre grilagem de terras naquela região (pseudônimo que lhe foi dado para preservar a sua integridade física, considerando a natureza delicada de sua pesquisa), nos foi dito que as Comunidades União Corta Corda e Cícero Mendes são lugares de relativa segurança dentro da Gleba Pacoval, bem diferente do que ocorre em outras comunidades existentes na própria gleba, onde a tensão é maior, especialmente aquelas situadas nas áreas do Rio Curuá-Una que não fazem parte dos assentamentos.

Entre os fatos por ele mencionados, está o caso das áreas quilombolas, onde o grileiro “compra” terras em cima daquelas já existentes e que pertencem à comunidade, com falsa documentação. Citou também a situação vivida por outras comunidades, tal como a Comunidade de Bom Jesus, situada às margens do Rio Curuatinga (não inserida nos projetos oficiais de assentamento), onde sojeiros como Jose Donizetti Pires e outros, construíram estradas e escola, compraram ambulância e barco. Em contrapartida, estavam desmatando lugares que ficam na nascente dos rios. Na ausência do Estado, o “expropriador-beneficente” faz o papel daquele, mas a um custo elevado.

3.4 PA CORDA-CORDA: como nasce uma “terra prometida”

A origem do nome do **PA Corta Corda** e por desdobramento também da **Comunidade União Corta Corda** tem a ver com rios e embarcações. Existe uma história pitoresca não confirmada e tampouco desmentida pelos habitantes locais, que é narrada com desenvoltura por esses moradores. Tudo teria começado com os primeiros habitantes que chegavam ao lugar e que viviam da caça, da pesca e do extrativismo. Vários barcos subiam os rios com frequência para extrair a maçaranduba, o látex e caçar animais da floresta. Logo em seguida tinham que repassar o produto do trabalho para um barco maior que pertencia ao comprador e que também acompanhava a tarefa. Numa dessas investidas, o barco maior, que rebocava os barcos menores, começou ir a pique e todos os extrativistas, assustados, e na tentativa de evitar que o barco naufragasse, começaram a gritar uns para ou outros: “corta a corda, corta a corda...”. Esta é uma história que é contada entre risos e piadas pelos moradores de hoje daquela comunidade.

União Corta Corda é uma comunidade de muitos encontros como também de inúmeros desencontros. O modo de convivência ali estabelecido e os mecanismos que as famílias utilizam para lidar com as questões que são específicas da sua realidade (a luta pela terra) não descaracterizam o conjunto de sinais e códigos de conduta que são comuns nas relações comunitárias rurais, cujo cotidiano envolve trabalho, família, entretenimento e lazer, religião, entre outras dimensões da vida. Por outro lado, essa questão da terra os coloca diante da necessidade de estabelecer vínculos sociais de outra natureza que os diferencia, em alguns aspectos, das vivências de outras comunidades rurais que não padecem desse mesmo problema.

Há de se tentar compreender, neste contexto da análise, o uso corrente do conceito **comunidade** naquela região. Esse termo de natureza sociológica é utilizado com assiduidade em todos os espaços das relações sociais no município de Santarém e adjacências, como também o é em grande parte da região amazônica. É expresso tanto na fala quanto na elaboração de documentos. O seu uso é feito sem restrições, cuja naturalidade e tom com que é falado transmite ao ouvido do observador o sentido de “todos”. É como se as pessoas que moram em determinada comunidade não ajam somente por elas, mas por “todos”. O termo é

utilizado tanto para designar lugares onde vivem inúmeras famílias quanto naqueles em vivem seis ou oito famílias.

É empregado para designar, indistintamente, aglomerados rurais do planalto e do beiradão (ribeirinhos). Cite-se como exemplo a Comunidade do Curupira, que está situada na área do planalto (região do Curuá-Una) e a Comunidade de Apacê que se localiza à margem do Rio Tapajós, em Aveiro. Comunidade é um termo utilizado em detrimento de outros, como povoado, lugarejo ou vilarejo, que já foram utilizados para designar as localidades rurais em outros tempos. A exceção fica por conta da Vila de Boim e da Vila de Alter-do-Chão, cujo termo *vila* é uma designação assumida política e administrativamente pelo município de Santarém. O termo comunidade também não é usado para designar os lugares sedes de municípios.

No período desta pesquisa não foi possível identificar a origem do uso do conceito **comunidade**, ou seja, de quando ele começou a ser disseminado naquela região. A suposição que nos ocorre é de que o uso do conceito tenha alguma relação com a forte presença das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da igreja católica, no final dos anos 70 e início dos anos 80, que vincula o compromisso cristão à luta por justiça social e participação na vida política, associados a movimentos de reivindicação social. Na Amazônia dos anos 70 para cá, a violência que tem sido exercida sobre as populações pobres da floresta e migrantes sem recursos que chegaram à região em busca de terra, assim como sobre aqueles que saíram em suas defesas, abriu espaço para o fortalecimento de diversas instituições que passaram a se articular em defesa dessas populações de risco, sendo a igreja católica uma delas.

Para Schimink (1999, p. 4) “comunidade se refere a grupos heterogêneos de pessoas que compartilham residência no mesmo espaço geográfico e com acesso a um mesmo conjunto de recursos naturais locais. O grau de diferenciação e coesão social, de poder das instituições e crenças comuns, de diversidade cultural e de outros fatores varia amplamente dentro e entre as comunidades”.

Ainda que este conceito possa ser utilizado para explicar várias das condições básicas da vida em comunidade do lugar pesquisado, não consegue apreender a essência do sentido mais completo do viver que é percebido naquele contexto, num tempo em que as relações sociais não são somente de conagração e de sutis diferenças, mas também de fortes divergências. Almeida (2005, p. 49), referindo-se

à Comunidade de Corta-Corda, diz: “essa comunidade, assim como as demais, não se encaixa no modelo sociológico clássico de comunidade. Isso porque normalmente este conceito vem embutido de algumas características que lhe parece próprio: aconchego, companheirismo, solidariedade, confiança mútua, ou seja, uma idéia de pertencimento”.

A autora afirma que o pensamento de Maria Sylvia de Carvalho Franco (“Homens Livres na Ordem Escravocrata”, 1997) é mais apropriado para retratar o que se vê na Comunidade Corta Corda e se alinha ao pensamento de Franco considerando “...comunidade como sendo aquela composta além de laços de ajuda mútua, de solidariedade entre os membros, de **elementos integradores**, é composta também, por elementos de **ruptura e tensão**. Esses elementos ao contrário do que se pode imaginar, não são ameaçadores das relações comunitárias, mas sim **constitutivos** do sistema social” (ALMEIDA, 2005, p. 49).

A Comunidade União Corta-Corta tem laços muito próximos com a Comunidade Cícero Mendes, que faz parte do mesmo Projeto de Assentamento (PA). Parte da área que forma a Comunidade Cícero Mendes fica à margem da PA-370 (Rodovia do Curuá-Una), no Km 8, chamada por todos de “a vila”.

FOTO 20 – Parte da PA 370 (Rodovia Curuá-Una) que passa por dentro da Comunidade Cícero Mendes

Fonte: Foto da autora, janeiro/2007

Por ser um local de passagem (caminhões, ônibus, motos e carros menores), já conta com uma mínima infra-estrutura, tal como um pequeno restaurante e um micro comércio, onde a grande maioria dos passantes faz parada obrigatória. Nesse local, os moradores daquela Comunidade e das redondezas fazem pequenas compras, visto que o “grosso” dos mantimentos de cada família é comprado na cidade de Santarém. À época da pesquisa, não havia luz elétrica²⁵ em todas as comunidades do PA Corta Corda e a citada casa comercial funcionava à base de gerador por períodos.

Ambas as Comunidades distam de Santarém em torno de 80 km, mas ficam próximas da Hidrelétrica do Rio Curuá-Una, sendo que Cícero Mendes dista em torno de 8 km da citada Hidrelétrica e União Corta Corda em torno de 12 km. O acesso mais rápido e freqüente é feito pela Rodovia PA-370, cuja viagem é feita, normalmente, sob intensa poeira no verão e grande lamaçal no inverno.

Na Comunidade União Corta Corda, o número de famílias em 2005, era de 44 (hoje tem menos, pois algumas delas se mudaram para “a vila” Cícero Mendes ou para Santarém), mas já teve entre 50 a 60 famílias em anos anteriores, de acordo com a presidente da Associação local. A Comunidade Cícero Mendes possui em torno de 42 famílias. Como já dito antes, o **PA Corta Corda**, como um todo, somando as nove comunidades do Projeto, teria, pelos números do INCRA, 468 famílias, mas possui bem menos. Há de se ressaltar que existem inúmeras outras comunidades em torno do Rio Curuá-Una que não fazem parte do **PA Corta Corda**, tais como Bananeira, Poraquê, São José da Água Branca, Castanheira, Porto Novo, Porto Alegre, Tambor, Xavier, Santa Maria do Aru, São José do Aru, entre muitas outras.

A forma de obtenção da Gleba Pacoval, em cuja área de terra já foram criados vários Projetos de Assentamentos, foi pelo processo de Desapropriação, com base na Portaria Nº 76, de 19 de novembro de 1997 (MUSEU EMÍLIO GOELDI, Apud, ALMEIDA, 2005).

Não existem informações precisas sobre quem foram os primeiros moradores do lugar. É certo que já existiam moradores antes da criação do Projeto de

²⁵ As turbinas energia elétrica foram instaladas em meados de janeiro de 2008, mas nem todas as casas das comunidades foram beneficiadas com o serviço, por não tem recurso para comprar os fios de extensão, que não são de grande metragem.

Assentamento do INCRA, porém, como a quase totalidade dos moradores de hoje é migrante, oriunda de alguma parte do estado do Pará ou de outros estados do Brasil, ou são filhos de famílias migrantes, as memórias só contam com as informações mais recentes.

De qualquer modo, com base nas entrevistas, nos foi dito que os primeiros moradores da Comunidade União Corta Corda teriam sido os Srs. Carlos, Valdo Gomes e Pedro Pereira da Silva. Os entrevistados desta pesquisa chegaram às terras do **PA Corta Corda** em diferentes anos entre 1984 e 2004. No universo dos entrevistados, portanto, quem tem mais tempo naquela região chegou a 25 anos, que é o caso do Sr. José Ribamar Mendes Oliveira, hoje presidente da Comunidade São Francisco da Água Azul no PA Corta-Corda, que chegou em 1984. Isso não significa dizer que as famílias que foram chegando tenham vindo diretamente do local onde nasceram, visto que todos os respondentes disseram ter estado em outras paragens da região de Santarém ou em outros municípios do estado do Pará, antes de se assentarem na localidade do atual momento, tal como exemplificado na Tabela 13.

Existem também aqueles outros trabalhadores rurais que chegaram à área do PA Corta Corda em anos bem mais recentes, não necessariamente vindos de outras regiões do Brasil, mas de outras comunidades da grande região de Santarém, ameaçadas por ações dos grileiros. Este é o caso da família de Raimundo Nonato da Silva (Quadro 04), hoje delegado sindical da Comunidade Novo Horizonte, no PA Corta Corda, que chegou ao citado PA em 04/04/2004, oriundo de terras situadas no município de Prainha, na área do Rio Curuatinga (lugar de grande vulnerabilidade), também situada na Gleba Pacoval, onde morava desde quando nasceu. Esse trabalhador teve sua casa queimada e sua terra apossada por grileiros.

Tabela 14 – Percurso dos moradores do PA Corda-Corda (alguns deles)

DADOS/ NOMES	Idade	Lugar de Origem	Lugares por onde passou	Ano (che- gou moradia atual)	Tamanho do Lote
Raimundo Nonato da Silva	49	Prainha no Rio Curuatinga (PA) (expulso pelos grilei- ros).	Curuatinga para PA Corta- Corda (Comunidade Novo Horizonte).	2004	64 ha
João Batista Veras	48	Cocal/Piauí	Cocal/PI; Centro do Zé Doca/MA; STM/PA; Porto Velho/RO; PA Corta-Corda (Com. Cícero Mendes).	1996	100 ha
Leandro e Eliete Menezes	46	Palhal do Una/STM/PA	Palhal do Una; Com. do Paca; Rio Moju; PA Corda- Corda (Com. União Corta- Corda).	1991	50 ha
José Ribamar Oliveira	39	Presidente Juscelino/MA	Presidente Juscelino/MA Santa Bárbara/MA; PA Corda-Corda (Com. São Fco. da Água Azul).	1984	75 ha
Marilei Lubachewesky	42	Palmeira das Missões/RS	Palmeira das Missões/RS; Transamazônica (fundação de Rurópolis); PA Corta- Corda (União CortaCorda).	1998	50 ha
Berenice de Souza	71	Cipoal/PA	Cipoal (PA); Mojui dos Campos (PA); Palhal do Una no PA; Santarém/PA Corta-Corda (União Corta Corda).	1999	30 ha
Anastácio X. de Aguiar	50	Ceará	Ceará/Santarém/Manaus/ Santarém/PA Corta-Corda (União Corta-Corda).	1993	92 ha
João Alves	62	Gurupá/PA	Gurupá (PA); Santarém; PA Corta-Corda (União Corda-Corda)	2000	20 ha
Fernando José Silva	38	Piauí	Piauí; BR 163 (Trairão); Santarém/PA Corta-Corda (Cícero Mendes)	1986	50 ha
Raimundo S. dos Santos	59	Ceará	Ceará;Maranhão;Belém; Santarém;Mojui dos Perei- ra; Boa Sorte; PA Corta- Corda (Cícero Mendes).	1963	87 ha
Marilena Bezerra	36	Amazonas	Amazonas; Boa Sorte(PA); Curuá-Una(STM); PA Cor- ta Corda (Cícero Mendes)	?	100 ha
Enock de S. Carvalho	46	Itaituba (PA)	Itaituba/PA; Rio Moju (pró- ximo Rancho da Cabocla) PA Corta-Corda (Com. Cícero Mendes)	1992	60 ha

Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas em 2006 e 2007.

3.4.1 Rotina de um lugar de encontros e desencontros

Para visitantes, trabalhadores rurais, instituições públicas e privadas, entidades associativas, e demais pessoas que se envolvem com as dinâmicas relacionadas à **Gleba Pacoval**, o simples mencionar do nome da citada gleba e das áreas de abrangência, remete, indubitavelmente, ao sentido de desafio, quaisquer que sejam as interpretações que cada um se disponha a fazer. Pelo muito que se tem falado na mídia local e para além dela, sobre os problemas de terra que lá ocorrem, pelos fatos comprovados e notícias que se multiplicam em torno das verdades e das mentiras, o nome **Pacoval**, tanto pode atrair quanto pode repelir. A despeito de todas essas visões e sentimentos, existe vida cotidiana, rotina e momentos corriqueiros nas comunidades situadas na citada Gleba.

Tal como já mencionado, as áreas de terra da Gleba Pacoval situadas no âmbito dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, encontram-se menos vulneráveis às pressões dos grileiros, madeireiros e sojeiros, do que aquelas outras que estão fora desses projetos. Nesta situação, encontram-se famílias que vivem à gerações nas áreas de floresta, incluindo aquelas chamadas de caboclas e/ou ribeirinhas. Muitas dessas famílias concordam inserir suas posses de terra nos Projetos de Assentamento do Programa de Reforma Agrária, não somente para se sentirem mais seguras diante da pressão de grileiros como também para se colocarem em condições de usufruir dos recursos previstos no citado programa, tal como o Crédito Instalação, entre outros.

Mesmo considerando o contexto da abordagem, não há de se concluir precipitadamente, a despeito das pressões e dos embates que são reais, de que os moradores locais estão sempre, e dito de forma metafórica, “de arma da mão”, em estado de prontidão para a “guerra”, ainda que vivam em constante estado de alerta. Existem a lida, a casa, as desavenças familiares, os namoros, os aniversários, as idas à igreja, as reuniões comunitárias, as conversas com os passantes (madeireiros, sojeiros, caminhoneiros e demais moradores), banhos no Igarapé Corta-Corda, idas e voltas de Santarém, entre outras funções.

É bem verdade que existem as demandas e os embates com os órgãos do governo, articulações com os sindicatos, oficinas e encontros de trabalho em Santarém, articulações em defesa da luta pela terra, notadamente quando as terras de determinadas famílias em outras comunidades encontram-se sob ameaça de

invasão. Essas dinâmicas são articuladas pelos Sindicatos, juntamente com a CPT e outros órgãos de defesa da terra e do meio-ambiente.

A cidade de Santarém tem um número bastante significativo de ONG's (Organizações Não Governamentais) e de Associações de apoio às questões relacionadas à terra, à floresta e aos rios, além daquelas outras que atuam exclusivamente com as funções de apoio técnico aos processos de manejo de plantas, da pesca e da agricultura. Outras instituições se dedicam a ministrar cursos de capacitação e treinamentos aos trabalhadores rurais. Algumas outras se dedicam ao processo de organização das comunidades rurais e urbanas que tenham objetivos comuns, tal como a FAMCOS (Federação das Associações de Moradores e Organizações Comunitárias de Santarém). Grande parte dessas instituições é mantida com recursos de instituições externas, nacionais ou internacionais.

3.4.2 Entre o silêncio da floresta, o ranger da motosserra e o grito do guariba

O tempo de um lugar como o de União Corta-Corda, em que se dorme cedo e se acorda cedo, ainda é o tempo de uma realidade que convive com o fazer das atividades que seguem o ritmo que as pessoas dão a elas, cujos “ponteiros dos relógios” são marcados pelas necessidades básicas do cotidiano e pelos sons que vem da floresta, tal como os do grito do guariba, que juntamente com seus pares, emitem sons uníssonos em tom choroso e amedrontador, a partir das 17 horas. Desse momento em diante, sabe-se que a noite está chegando. Os sons do dia dão lugar aos sons da noite: vagalumes, corujas e o farfalhar de insetos que circulam livremente, saindo de suas tocas onde se esconderam durante o dia. Em contraponto, ouve-se ao longe “os sons da modernização” (das motosserras e dos caminhões) que adentram pela noite, cujos sons se espraiam pela floresta, mas que durante o dia, quase passaram despercebidos por estarem misturados com os diferentes barulhos que chegam com o brilho do sol.

A mudança de rotina do Corta-Corda só acontece, quando, em dias específicos, os trabalhadores necessitam acordar mais cedo para ir à cidade de Santarém vender seus produtos e fazer compras (Foto 21); líderes comunitários necessitam participar de cursos e oficinas, ou mesmo quando há necessidade de encontros para mobilizações organizadas pelo Sindicato na cidade de Santarém ou

em comunidades em situações de risco. Nesses casos, seguem de madrugada para determinado local, próximo de um igarapé, à espera do ônibus que os levará aos seus destinos.

Não havia luz elétrica nas comunidades em estudo no início de 2007 (época da pesquisa), portanto, se alguém tivesse que buscar água ou tomar banho no igarapé, havia de fazê-lo mais cedo ou seguir com a lamparina ou a lanterna até o local. Certamente, com a chegada da energia elétrica, que estava prevista para o final de 2007, muitas dinâmicas aqui mencionadas sofreriam mudanças. As opções de lazer e “distração” (como dito pelos comunitários), ficavam por conta dos banhos no igarapé, eventos na igreja evangélica (única existente na União Corda-Corda), encontros para “jogar conversa fora” e jogos de bilharito para os homens.

No último domingo de cada mês, acontece a reunião comunitária na Associação dos Moradores da União Corda-Corda (ASMUCC), na qual também são convidadas lideranças e famílias de outras comunidades. Nesses encontros são tratados assuntos de interesse comum, tais como as questões da terra e outras demandas. Esse é um momento especial, não somente pela “obrigação” comunitária, mas também por ser uma oportunidade de conagração, onde todos procuram se apresentar na sua melhor aparência, vestindo sua melhor roupa e usando algum perfume que tenham em casa (Foto 22). Esses encontros contam, normalmente, com a presença do delegado sindical, e não raro, com a de outros protagonistas que têm interesses diferenciados com relação às terras e assentamentos. No encontro realizado à época da pesquisa, apareceu, por exemplo, um dos donos de escritórios de georreferenciamento sediado em Santarém, representante/candidato a líder comunitário de futuro assentamento, representante dos interesses da empresa contratada pelo INCRA para instalar as turbinas para a luz elétrica (com o intuito de mudar a opinião de trabalhadores que se opunham a essa ação), entre outros com interesses diversos.

Os comunitários discutiram vários temas, entre eles, o valor da mensalidade para o sindicato; se comunitários vão optar pelo sindicato dos aposentados ou dos trabalhadores rurais; frequência das visitas do delegado sindical e possibilidade de lançar candidatos do meio rural (da colônia) para vereador à Câmara Municipal de Santarém, visto que os ribeirinhos (o pessoal da várzea), já conseguiram eleger seu candidato.

O lanche servido aos presentes do encontro é composto, normalmente, por mingau de milho (mungunzá) e vinho de açaí com farinha de mandioca. Para não perder a qualidade, o vinho do açaí é conservado na “geladeira”, como eles mesmos dizem (garrafas Pet de guaraná, amarradas em galhos de árvores e mergulhadas na correnteza do igarapé para esfriar).

FOTO 21 – Deslocamento de Trabalhadores Rurais de diversas Comunidades do PA Corta-Corda rumo à Santarém (encontro no Sindicato dos Trabalhadores)

FOTO 22 – Reunião mensal na Associação da Comunidade do Corta- Corda

Fonte: Fotos da autora, janeiro/2007

FOTO 23 – Fotos do Lote do Seu Anastácio e Dona Zilde na União Corta-Corda

A CASA

O IGARAPÉ

O QUINTAL

O QUINTAL

O TERREIRO

A ROÇA (em preparo)

Há de se dizer que para chegar à casa do Sr. Anastácio, a partir da estrada, é de certo modo dificultoso, pois além de atravessar por pontes improvisadas sobre igarapés, o solo é úmido em algumas partes, porém o caminho é cheio de árvores frutíferas. Como o lugar não possuía luz elétrica, para se chegar ou sair de sua casa em noites sem luar, o cuidado deve ser redobrado, pois as cobras e outros insetos podem estar à espreita. Contudo, ao se chegar ao lote (sítio) depara-se com um “oásis” construído com dedicação e carinho pelo Sr. Anastácio e esposa. Lotes assim, quando situados próximos ao igarapé, oferecem melhores condições de moradia, trabalho na roça e criação de animais ao assentado, bem diferente dos terrenos secos e longe da água. O Sr. Anastácio não tinha recebido auxílio moradia para construir casa no padrão do INCRA.

3.5 Em permanente estado de alerta: vida no campo é vida de luta

Para qualquer pesquisador que tenha mantido certa convivência com a população planaltina e que já tenha vivido ou pesquisado comunidades ribeirinhas, ambas localizadas na região de Santarém, perceberá, de imediato, algumas diferenças, seja com relação ao cotidiano da vida dessas populações, seja com relação às dinâmicas de trabalho, anseios e relação com a natureza. Observa-se, também, que passada a primeira desconfiança em relação ao estranho, os moradores de ambas as áreas expressam a mesma sociabilidade e espontaneidade.

Ainda assim, se expandirmos regressivamente o cenário para tempos não tão longínquos, como por exemplo, anos 60 ou 70 do século XX, há de se conferir um outro momento para Amazônia rural, de hoje, em relação àquela de antes, quando se podia chegar sem aviso à casa de um colono ou de um caboclo, apenas para colocar a conversa em dia, tomar um café, comer um peixe assado ou uma carne de caça, vender ou trocar algum produto, sem ser alvo de qualquer desconfiança.

Um morador ribeirinho, em entrevista concedida em 2007, em Santarém, no decorrer da oficina sobre “Capacitação em Plano de Utilização para Projeto de Assentamento Agroextrativista” na várzea, disse, referindo-se ao freqüente assédio na sua área de terra: “... antes, quando alguém queria alguma coisa no terreno da gente pedia licença até para tirar umas varas. Hoje, o pecuarista grande fica agonizando”.

Existe, atualmente, uma preocupação quase unânime das famílias que moram, tanto nas áreas do planalto quanto nas ribeirinhas da região de Santarém, que é a necessidade de demarcação do **território** de cada uma delas (não com tanta facilidade como o fazem os grandes latifundiários). Essa premente necessidade é válida, tanto para as terras de uso coletivo (terras quilombolas, por exemplo) quanto para as áreas de terra onde as populações chamadas de ribeirinhas ou caboclas vivem por gerações. Porém, esse fato se afigura com mais urgência para aquelas famílias que moram nas áreas do planalto. Ou seja, é imprescindível que todos consigam dar legitimidade ao seu quinhão de terra, sem muitas delongas.

Também é imprescindível que se mantenham atualizados com relação a tudo, fazendo parte de agrupamentos associativos, a começar pela Associação da

Comunidade e pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santarém (STRS) ou de outra jurisdição. É indispensável também que esses trabalhadores estejam constantemente articulados com instituições de apoio às populações de risco, como a CPT (Comissão Pastoral da Terra), entre outras que lá atuam. Fazer parte desses agrupamentos sociais, na situação colocada, não é condizente, apenas, com a expressão “o homem é um ser social” no sentido de que depende dos outros para viver, mas como uma forma de congregar esforços para se contrapor às forças latifundiárias que atuam com agilidade e competência em um contexto, onde a dominação territorial e as formas específicas de valorização do capital estão em curso.

Entende-se que o quadro social conflitivo na região estudada, é a manifestação de um embate entre desiguais: as forças dominantes e os possíveis candidatos a deserdados da terra. Essa condição última é almejada e estimulada tanto pelo capitalista²⁶ quanto pelo próprio Estado, quando este, muitas vezes, utilizando-se das políticas públicas, cumprindo-as à risca ou parcialmente, cria as condições para que o homem do campo se desenraíze ele próprio de seu solo e siga em direção à cidade ou para outros lugares menos visados no processo de desenvolvimentista em curso.

A não disposição para a dócil entrega do seu chão, por parte de famílias rurais que já se encontram instaladas desde antes, vivendo, muitas vezes, em lugares onde viveram seus familiares por gerações, ou daquelas outras que foram chegando em busca de um lote de terra, têm se constituído em um entrave ao avanço acelerado da fronteira naquela região, no modo planejado, além de criar empecilho ao processo de expropriação da terra nos parâmetros almejados, que vai sendo adiado, em determinados lugares.

No processo de análise sobre os fatos que acontecem nas áreas de fronteira santarena, fomos levados, invariavelmente, a fazer um paralelo com determinados fatos que aconteceram em um dos marcantes períodos da acumulação primitiva na Europa do século XVIII, tomando como exemplo a Inglaterra de E. P. Thompson (“Senhores e Caçadores”), quando este se refere a um determinado segmento da

²⁶ Manifesta-se de forma cada vez mais enfática, a concepção de que a **terra** e a **floresta** (mercadorias de grande valor) serão sempre melhor aproveitadas quando ficam à disposição de quem sabe empreender e fazer delas melhor uso, do que ficarem “empatadas” na mão daqueles que pouca possibilidade tem de explorá-las no seu potencial máximo, especialmente quando a extensão da terra e da floresta em disputa, é de relativa grandeza.

sociedade inglesa, que vivia nas fronteiras das grandes florestas e dos parques oficiais. Com advento da Lei Negra, que passou a caracterizar como crime as práticas econômicas exercidas nessas áreas, entre elas, o uso dos produtos das florestas que garantiam a sobrevivência das famílias, houve o desencadeamento de uma situação de conflito de grandes proporções entre os florestanos ingleses e os grandes proprietários de terras, levando-os ao confronto e ao derramamento de sangue (THOMPSON, 1987; CÂNDIDO, 2005).

3.6 Santarém como centro de influência

O município de Santarém caracteriza-se como o grande centro de influência, por sua posição estratégica na região oeste do Pará, não só em relação às comunidades da Gleba Pacoval e de outras da área do planalto, mas também em relação às comunidades das áreas ribeirinhas e demais municípios. Um exemplo dessa influência diz respeito às filiações ao Sindicato, pois, apesar dos assentamentos situarem-se nos limites de outros municípios, os trabalhadores rurais, na maioria das vezes, filiam-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém. Cite-se o caso dos trabalhadores ligados ao PDS Santa Clara que fica no município de Uruará, em que a maioria dos agricultores que mora às margens das estradas e dos rios (Rios Curuatinga e Tatuí), é filiada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém e não do município de Uruará. Com relação aos demais aspectos, a cidade é o centro comercial da região, além de reunir infraestrutura que comporta serviços mais ampliados com relação à escola, saúde e facilidade de acesso para outras cidades da Amazônia, por meio de navios e barcos, estradas e aeroporto. A comercialização dos produtos agrícolas dos trabalhadores rurais do planalto e ribeirinhos é realizada nos mercados e em outros pontos de venda espalhados pelo centro da cidade e periferias.

IV – MOBILIZAÇÃO DO TRABALHO NO PLANALTO SANTARENO

4.1 A terra não é uma mercadoria qualquer

Nas inúmeras etapas da atividade extrativa da era colonial e também a *posteriori*, foi inegável o uso de grandes extensões de terra para colocar em prática o mecanismo da coleta de bens, que se transformariam em mercadorias exportáveis. Considerando as condições produtivas da região amazônica, à época, havia sim nos primeiros séculos, grande interesse de explorar tudo o que pudesse estar **sobre a terra** (o propósito da exploração) e não pelo que pudesse ser produzido **na terra**, até então. Ainda assim, os mecanismos de apropriação (títulos paroquiais ou outro) eram sempre no sentido de valorizar a formação de extensas áreas:

“Eles controlavam a produção extrativa, financiavam a safra. Não eram exatamente senhores da terra, ou fazendeiros, mas apenas ‘dominadores’ das áreas de matéria-prima como a castanha, a piaçava, madeira, a batata, a sorva e a borracha [...] Esta classe estabeleceu o controle da terra, abrangendo grandes áreas produtivas” (SOUZA, 2002, p.2).

Os séculos foram passando e a terra foi sendo percebida cada vez mais como um bem maior e “sacralizada” como tal, uma vez que os **homens de posses** viam que tudo que fosse realizado com ela e a partir dela teria condição de se transformar em riqueza. E a terra ao se converter em mercadoria de grande valor, funcionaria como instrumento de poder e dominação.

O desenvolvimento das relações capitalistas por que passa a Amazônia traz em seu bojo a propriedade de acelerar o processo de conversão da terra em mercadoria. Esta vai perdendo, gradativamente, sua característica histórica de terra de trabalho e sustento de caboclos, índios, posseiros, moradores etc., e cedendo lugar a atividades lucrativas para o capital (seja a criação de gado ou outras atividades produtivas). Seja mesmo a simples apropriação privada da terra para valorização futura ou como fator de acesso a outras rendas, com a bancária, para cuja obtenção a terra consiste em insubstituível garantia fiduciária (LOUREIRO, 1987, p.36).

A compreensão do significado da terra, que se comportava como mercadoria, foi sendo incorporada pelos dominadores que se apossavam de vastas extensões, transformando-a, de fato, na **grande mercadoria**. Nesse sentido, a terra passou a ser explorada não só com a finalidade de produzir coisas para atender ao mercado, conferir privilégios de monopólio aos seus donos, mas também passou a ser o instrumento pelo qual o latifundiário formaria o sustentáculo de sua valorização. Era

de fundamental importância que alguém realizasse as tarefas desse processo visando o melhor aproveitamento.

Nesse sentido, terras foram loteadas entre os que nada tinham - os **sem posses** -, para que estes, estando por perto, pudessem realizar as ditas tarefas: desbravar as fronteiras, dar operacionalidade aos projetos, amansar a terra, e mais adiante, “devolvê-las” aos que dela sabem fazer melhor aproveitamento. Em tempos mais recentes, já na condição de desapossados, os trabalhadores recrutados de antes (ou seus descendentes) tiveram que sair em busca de terras ainda não desbravadas ou buscar outras formas de sobrevivência. Ainda assim, esses mesmos trabalhadores, poderiam ser úteis, de algum modo, nas atividades geradoras de bens demandadas pelos consumidores para além do Atlântico: extração da madeira, coleta de frutos exóticos, plantas medicinais, animais da floresta...

O nível de qualidade e a velocidade produtiva que são exigidos pelo padrão concorrencial nos dias de hoje, especialmente nas atividades agrícolas, requerem *formas de fazer* que braços comuns não teriam mais condições de se ocupar. As máquinas são mais eficientes e produtivas, e, portanto, mais baratas.

No contexto atual e no cenário descrito, o **empreendedor** pode ser definido como aquela personagem de visão que faz as apostas e delas têm muito pouco para se arrepender. Na sua tarefa de prospectar, criar e inovar, ele busca combinar, sempre, elementos essenciais da dinâmica capitalista – a terra, o capital, o trabalho, as máquinas, as patentes “commoditizadas”, entre outros, para criar as mercadorias e disponibilizá-las no mercado.

No caso dos trabalhadores de pequenas posses ou em busca delas, que formariam a força de trabalho no campo, nutrem a ilusão de que são donos do seu próprio destino, no entanto, muitos deles, vagam sem destino em busca de um lote de terra. Ainda que aparentem estar descolados do processo, esses trabalhadores continuam inseridos, mesmo que num papel indefinido. Considerando que seus braços passam a ser dispensáveis em grande parte dos processos para a realização de mercadorias produzidas no campo sob bases tecnológicas mais modernas, eles serão, sempre, reserva para alguma coisa e certamente úteis em alguma etapa do processo de acumulação e não podem, portanto, ser considerados “párias” nesse processo. E mais, formam uma grande massa de consumidores de um sem número de mercadorias.

Para que se entenda o histórico processo de ocupação da Amazônia e o papel que as personagens citadas e o Estado foram desempenhando no decorrer dessa dinâmica, Ariovaldo Umbelino de Oliveira nos dá a explicação do tipo de colonização que foi realizada na região:

Nesse aspecto estrutural, Estado e capital caminham juntos. Este, por meio da venda da terra aos camponeses nos seus projetos de colonização, além do lucro com a venda, foi formando os “viveiros de mão-de-obra” para utilização nos próprios projetos. O Estado ficou com a tarefa de conter as tensões sociais e fez dos projetos de colonização e dos assentamentos de reforma agrária ‘válvulas de escape’ das terras de tensão social. Essa é a raiz histórica da ‘Marcha para o Oeste’, da implantação dos projetos agropecuários, da colonização e da expansão do agronegócio na fronteira (OLIVEIRA, 2005, p. 72).

Evidencia ainda o autor que “o processo de ocupação recente traz novas formas de atuação. Não se está diante da lógica ditada pela disputa livre no mercado, há tão somente a imposição dos monopólios. **A mercadoria que comanda esse processo de ocupação é a propriedade privada da terra**” (OLIVEIRA, 2005, p.72). **(grifo nosso)**.

O autor fundamenta ainda mais sua argumentação quando diz que:

Assim, a produção da cidade de certa forma, precede o campo, ainda que a propaganda indique que o campo possa estar sendo vendido primeiro. São as cidades que se impõem nessa porção da Amazônia atravessada pela BR-163, em Mato Grosso primeiro, e agora no Pará. É a lógica dos monopólios privados, que se instauram e determinam a lógica do campo. [...] E a economia brasileira mundializada requeria a elevação das taxas de produtividade da agricultura e o aumento do poder de competitividade. Como a fronteira não reunia condições para isso, a chamada modernização no campo começou pelo Sudeste e Sul (OLIVEIRA, 2005, pp. 72-73).

Há de se ter em boa compreensão, que a forma histórica da propriedade privada é uma condição predominante nas relações capitalistas, que está em Marx, ou seja, a propriedade privada é uma necessidade de produção do sistema capitalista. A terra, nos dias atuais, está na base dos inúmeros conflitos no campo brasileiro, incluindo a região amazônica.

4.2 O acelerado processo de reprodução do capital: “a pressa é inimiga do tempo”

No contínuo processo de ampliação, o sistema capitalista sempre demanda novos segmentos produtivos e novos espaços para realizar a troca das mercadorias criadas sob a sua dinâmica, indispensáveis ao processo de acumulação. Nesse movimento, essa dinâmica capitalista se estabelece e busca consolidar sua **hegemonia**. Isso não significa dizer que exista **homogeneidade** em todos os processos. Eis a contradição: o processo de desenvolvimento capitalista não é homogêneo, ainda que busque trabalhar nessa direção. O processo também não se generaliza e se efetiva de uma única vez, ainda que almeje se implantar desse modo, em definitivo.

Mamede (2007, p. 24) diz que o processo de desenvolvimento capitalista é desigual porque a tendência à universalização não se realiza pela homogeneização dos processos de trabalho e produção. A heterogeneidade define o movimento do capital, justificando a desigualdade na repartição dos frutos da exploração. Portanto, a particularização dos espaços sociais em termos produtivos é a expressão desse desenvolvimento. A autora utiliza esse argumento para explicar o deslocamento do eixo central que a economia da borracha ocupava junto aos países do centro para tornar-se periférica de uma hora para outra na sua crise: “as economias de caráter retardatário submetem-se às determinações mais gerais do desenvolvimento industrial das economias centrais”.

Robert Kurz (2007, p.166), já se referindo ao aprofundamento da crise por que passa o sistema produtor de mercadorias, argumenta que “as diferentes sociedades encontram-se ainda em situações totalmente diversas nos planos material, social, político, etc. Muitos países estão apenas nos primórdios do ‘desenvolvimento’ moderno; outros estão empacados a meio caminho. Mas o declive não mobiliza nenhuma dinâmica adicional de ‘modernização reparadora’”. Neste contexto, o autor já se reporta ao que ele chama de (expiração da não-simultaneidade no interior do sistema de produção de mercadoria). Porém, antecedendo a este novo enfoque, o autor se reportou ao que ele chamou de não-simultaneidade interna do capitalismo.

A perspectiva da 'não-simultaneidade' imanente na formação do sistema social moderno pode ser representada em diversos níveis [...] Por um lado, esse modo de produção já desenvolvera a sua lógica interna a tal ponto que esta se tornara visível em suas feições básicas e com isso abstratamente reconhecível; por outro lado, as formas especificamente capitalistas ainda se encontram multiplamente mescladas com relações pré-capitalistas em diversos estágios da decadência e daquela transformação ainda longe de ser concluída. Não obstante, além dos modos de domínio paternalistas e pessoais e dos resquícios de relações sociais corporativas, também havia outros fatores de não-simultaneidade interna [...] o modo de produção capitalista ainda não atingira integralmente todos os ramos de produção, e as esferas sociais que se encontravam fora da produção empresarial direta (Estado, família, vida cultural, corporações extra-econômicas, etc.) (KURZ, 2007, pp 2-3).

Esse movimento de não-simultaneidade do qual fala o autor e que tem acompanhado o histórico processo de produção capitalista, não é de difícil reconhecimento no contexto da Amazônia santarena de hoje, especialmente quando se observa o curso do processo de modernização que já se realiza em determinadas atividades. “A modernização fundamenta-se no desenvolvimento das forças produtivas de uma dada sociedade de modo a colocar mobilização do trabalho como necessidade da realização da riqueza monetária no processo de acumulação” (ALFREDO, 2005, p.1).

Alguns destaques são necessários no curso desta análise:

a) é importante enfatizar que os processos de desenvolvimento das forças produtivas na região em estudo, têm se pautado pela contradição;

b) os empreendimentos capitalistas não foram acontecendo de um dia para o outro, pois como já abordado antes, a mudança de perfil da economia foi sendo processada de forma contínua e permeada por períodos de euforia e de arrefecimento, comportando a exploração e/ou produção de bens com perfil cíclico (objetivo exportador) e a exploração e/ou a produção de bens privilegiando a subsistência. A despeito da incorporação de novas atividades produtivas, muito da subsistência da população local, de hoje, está vinculada às antigas práticas de fazer, que têm ritmo específico e modos particulares de lidar com as relações e os contratos sociais.

c) o curso das dinâmicas para colocar em ação as atividades produtivas do momento, tem se caracterizado pela **pressa** e pela **agressividade** (posse da terra e ritmo produtivo), seja na execução da atividade extrativa ligada à madeira,

apossamento para expansão de rebanhos (bovinos e búfalos), no processo de aquisição para o plantio de grãos ou na aquisição da terra para uso especulativo por conta da sua valorização crescente.

d) por muitos séculos, a apropriação e o uso da terra para construção de moradias e cultivo da pequena agricultura, pautou-se “na palavra” e não no registro em papel. Isso foi acontecendo com relação aos pequenos posseiros ribeirinhos e posteriormente com relação aos moradores das áreas mais centrais do planalto.

A permanência de antigas formas de fazer e de viver, a pressão pela mudança e as próprias mudanças, têm gerado atitudes e sentimentos de aceitação, de contrariedade e de indagação entre os envolvidos. Essa relação entre o antigo e o moderno tem estado no centro de muitas divergências que lá ocorrem. O que está sendo proposto, de fato e de forma incisiva, é a introdução de novas formas de produzir e novas formas de trabalho, que, ao mesmo tempo, é uma proposta de quebra das antigas relações sociais, dos costumes e da organização espacial que estava moldada na atividade extrativa. É o remanescer de *cinco séculos de história* que está sendo posto à prova.

No que se refere às ações da propriedade privada da terra nos moldes que o sistema capitalista exige, ela foi acontecendo com a progressiva apropriação das terras para a produção e exploração de mercadorias (agropecuárias, minerais...) que se transformaram em *commodities* valorizadas no mercado mundial. As terras paraenses, na sua indiscutível maioria, sempre foram do Estado (federal ou estadual) e esse entendimento estava de um modo ou de outro, assimilado pelos moradores da região, tanto pelos ribeirinhos quanto pelos colonos. Por anos e gerações, a terra ia sendo repassada para os descendentes na mesma lógica, e nunca houve a preocupação de se buscar um documento formal de posse ou algo semelhante, pois nem o Estado pressionava para tal (a urgência não havia se materializado), nem o morador achava isso necessário. Com a chegada dos empreendedores capitalizados, a situação foi mudando, pois toda terra passou a ter dono e muitos daqueles que estavam presos aos compromissos da “palavra”, viram-se, de uma hora para outra, colocados na condição de invasores da terra alheia, onde supostos donos iam chegando e apresentando documentos de propriedade dessas terras.

A agilidade com que a dinâmica do apossamento da terra aconteceu, foi avassaladora, para a qual nem os particulares nem o Estado estavam preparados, ainda que este último estivesse comprometido com essa dinâmica. Apesar das pressões e opiniões em contrário, os embaraços de percurso não tem sido insuperáveis no decorrer de todo esse processo. A produção das mercadorias que de fato contam no mercado das *commodities* tem se realizado, apesar da permanência dos muitos antigos modos de viver e de proceder. O empenho imediato não é no sentido de uniformizar padrões, mas de achar formas e mecanismos para reverter as diferenças de modo favorável, seja pela força ou por intermédio de articulações políticas, mediações e composições.

4.3 A dinâmica da mobilização do trabalho no planalto santareno

Nos tempos iniciais de consolidação do capitalismo e da acumulação primitiva, a expropriação das populações do campo aconteceu para que as terras comunais fossem utilizadas em prol da atividade produtiva e também para que os trabalhadores ficassem liberados para o trabalho assalariado (condição de expropriado para explorado). No meio rural santareno de hoje, já em tempos de capitalismo consolidado (os pressupostos) e com uma trajetória modernizante em ascensão, constata-se que a expropriação ou as tentativas de expropriação do pequeno trabalhador acontece para que sua terra seja utilizada como meio de produção para a realização de negócios, mas não necessariamente para usá-lo como mão de obra nos processos produtivos em causa.

Parte desses trabalhadores tem buscado as alternativas oficiais para resolver seus problemas de sobrevivência, a partir da terra: assentar-se pelas opções disponíveis nos programas da reforma agrária. Para outros, resta o desafio de migrar para Santarém ou sair em busca de uma nova frente de expansão. Se a opção for pela cidade, as alternativas de trabalho não são muitas. Para os mais velhos, tem o trabalho de “encostado”, de fazer “bicos”, de ser ambulante ou viver da aposentadoria rural, se for o caso. Os mais novos também podem realizar algumas das atividades citadas ou tentar uma vaga no comércio local ou mesmo no serviço público, se tiver o estudo mínimo exigido. Se for mulher, amplia-se o leque com a possibilidade da atividade doméstica na casa de famílias santarenas ou mesmo a

prostituição, no caso das mais jovens. Seriam estas *as contrariedades que lhes estariam sendo impostas pela procura de trabalho* às famílias que partem do campo.

Retoma-se aqui Gaudemar (1977, p.192) quando ele diz que: “Se se afirmou que o capitalismo começava com a exploração da força de trabalho, é necessário acrescentar que ele só poderia nascer uma vez que o trabalhador tivesse adquirido esta mobilidade, não no sentido apologético que a teoria clássica reconheceu, do homem inteiramente livre do seu destino, ator da sua própria história, mas no sentido das contrariedades que lhe são impostas por essa procura por emprego”.

Jean Hébette (*Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*, 2004), ao interpretar a mobilidade como um fenômeno único, com diversas facetas, e tendo como foco o conceito de mobilidade do trabalho de Gaudemar diz que,

No caso da Amazônia, o construto deve ser apto a captar uma realidade diferente, correspondendo a um estágio diverso de desenvolvimento do capitalismo. A empresa capitalista, e ainda mais a empresa “especificamente capitalista” não são muito representativas dessa realidade. As formas de produção são, em grande parte, ainda pré-capitalistas. **Já que a mobilidade significa subordinação ao capital, ela deve apresentar características concretas necessariamente diversas. O estágio de subordinação ao capital na Amazônia diz respeito à geração de força de trabalho dissociada de seus meios de produção, muito mais do que à exploração industrial intensiva dessa força de trabalho.** É a fase de expulsão da agricultura que acompanha os fluxos migratórios, de destruição do artesanato tradicional pela invasão dos produtos industrializados; é a fase da chamada “liberação” da força de trabalho transformada em mercadoria vendida e comprada. **A fase da Amazônia é a que arranca da sua terra o trabalhador nascido e criado com seus pais, na roça ou no sítio, que obsoletiza os equipamentos do artesão e torna arcaica sua produção...** (HÉBETTE, 2004, pp.171-172). (grifo nosso).

O conceito de mobilidade do trabalho, no sentido que aqui se apreende, foi ficando cada vez mais fluido e os processos de sua materialidade vão sendo expressos nas diversas esferas de trabalho e nos estágios de desenvolvimento econômico de cada realidade, em particular. Por outro lado, o seu acontecer vai assumindo uma aparência de “quase natural”, de modo que cada trabalhador não conseguiria dimensionar o quanto já exercitou essa capacidade em nome do trabalho e o que ainda seria capaz de fazer por ele. Há de se reconhecer também que o sentido de mobilidade, a partir do pensamento de Gaudemar, não se expressa apenas por meio da migração, mas também por intermédio das inúmeras estratégias e articulações que o trabalhador é forçado a exercitar em prol do trabalho e da

sobrevivência. Nesse aspecto, e levado pelas circunstâncias, o trabalhador é pródigo em elaborar ou achar as alternativas, seja no campo, seja na cidade, seja na volta da cidade para o campo, ou na “ponte terrestre” campo-cidade, cidade-campo.

4.3.1 As estratégias e as articulações dos pequenos: plantar e colher? Não necessariamente!

Nas comunidades do PA Corta-Corda, e mais especificamente de União Corta-Corda, as atividades que fazem parte da base de subsistência das famílias são, basicamente, a pequena agricultura (arroz, feijão, mandioca, milho, macaxeira e algumas frutas), o plantio do capim (em pouquíssimos casos) e os benefícios governamentais. Também, eventualmente e dependendo da sazonalidade, eles coletam na floresta o açaí, o piquiá, o tucumã, a castanha-do-Pará, o uxi e a abacaba.

Em 2003, Ruth Helena Almeida apurou em pesquisa na citada comunidade, que os recursos da subsistência eram provenientes de duas fontes: da agricultura (51%) e dos benefícios governamentais (49%). Neste último estavam incluídas a bolsa escola, a aposentadoria e a pensão (ALMEIDA, 2003).

Porém, um dos maiores problemas enfrentados pelas famílias do citado PA e das redondezas, no momento, tem sido a dificuldade de escoar os bens agrícolas para Santarém, que quase sempre é feito por ônibus pela Rodovia Curuá-Una (PA-370) e eventualmente, por outro tipo de carro. Em determinados trechos a estrada é de difícil tráfego. No período chuvoso o lamaçal é tão grande que não permite que o transporte chegue próximo aos locais de embarque nas Comunidades. Os trabalhadores também encontram dificuldade para andar a pé. Por conta disso, diversas alternativas são engendradas: uma das famílias pesquisadas, por exemplo, produzia o que podia no verão e armazenava em camburões (latões) para sobreviver nos dias mais difíceis; montou um micro comércio em um dos quartos da casa onde vendia para quem não tivesse colhido ou a produção tivesse acabado. Uma vez por mês a esposa ia a Santarém e comprava alguns produtos de higiene, beleza e Avon, além de mantimentos básicos (óleo, açúcar, sabão, sal...) para revender aos comunitários; como também era delegada sindical, conseguia apurar mais 20% sobre tudo que arrecadava das contribuições sindicais de cada associado pagante, que tem valor mensal de R\$ 4,00. E assim, a família juntava o suficiente

para a provisão. Dos três filhos do casal, dois moravam em Santarém e iam à Comunidade de tempo em tempo, levando os netos.

Muitas outras casas da Comunidade têm um idoso aposentado, isso tem ajudado as famílias nos dias de aperto. No período da pesquisa, a maioria das famílias estava produzindo na lavoura somente para o consumo, apoiada no trabalho do pai e da esposa ou mesmo de alguns filhos e netos, quando estes não haviam migrado para a cidade.

Para Chayanov (1974, p.10) “el trabajo de la familia es la unica categoria de ingreso posible para um campesino o um artesano, porque no existe el fenómeno social de los salarios y, por tal motivo, también porque está ausente el cálculo capitalista de ganancia”.

Hébette, Magalhães e Maneschy (2002, pp. 33 e 34) abordam a contemporaneidade dos grupos sociais que conformam o contexto rural da Amazônia Oriental e que pode ser ampliada para analisar aspectos de vida da população rural na região estudada:

Hoje, na Amazônia, é necessário compreender a diversidade de situações de vida dos muitos tipos de *pequenos produtores* que combinam atividades econômicas ou são especializados, com maior ou menor grau de intervenção e de transformação do meio ambiente. Para tal, é imperativo considerar as dimensões históricas e culturais. Suas trajetórias são variadas. [...] Aquelas pequenas sociedades que remontam aos idos da colônia... [...] Renovaram-se, adaptando-se aos seus novos espaços e tempos, cada vez de forma original e incomparável, e constituindo diversas faces de uma sociedade rural paraense, profundamente diferente das sociedades de outras grandes regiões do país.

Em um determinado dia da pesquisa de campo, encontrei-me, na cidade de Santarém, com um comunitário do PA Corta-Corda (delegado sindical de sua Comunidade), vendendo picolé em um ponto de ônibus. Entre a compra de um picolé e a conversa, ele me disse que a roça não estava rendendo, pois na última safra havia perdido quase tudo da parte que tinha reservado para a venda, pois com a chuva não foi possível levar para Santarém e assim criar uma reserva. Pediu-me discrição quanto ao seu nome, pois o “regulamento” não permite a realização de trabalhos fora do previsto nas regras para assentados.

Com base no que foi abordado no sub-capítulo 3.2, o dito regulamento deveria ter sua contrapartida, ou seja, as providências ali mencionadas precisariam ter sido colocadas em prática pelo poder público. Uma delas seria a de dar

condições de escoamento da produção dos comunitários pelos ramais que foram criados e que dão acesso à rodovia principal.

Um outro comunitário, no decorrer de uma das entrevistas, e referindo-se à precariedade das estradas, disse que “só ainda roda carro é por causa do sojeiro; podem ser ruim, mas como beneficia a si próprio, também ajuda”. Neste caso, o que ele queria dizer é que os sojeiros ou os madeireiros sempre dão uma melhorada nas estradas, nos caminhos e nas travessias por cima dos igarapés por onde passam seus caminhões.

4.3.2 Os pequenos jeitos e as facilidades da lei

Não se trata aqui de colocar o pequeno trabalhador rural numa redoma ou de “santificá-lo” como o coitado expropriado, e que todos os demais protagonistas do grande processo que move as dinâmicas na realidade em causa, são os grandes vilões. O que se pretende evidenciar são os limites que lhes são impostos naquele contexto de grandes decisões e múltiplas ações, e as formas que eles encontram para lidar com essas limitações.

São nos espaços não ocupados ou não controlados pelos maiores protagonistas (Estado, latifundiários...), que eles constroem suas estratégias de sobrevivência, aproveitando as oportunidades que se apresentam no sentido de ampliar sua margem de subsistir no presente e no futuro. De um modo geral isso está relacionado com a expansão de suas posses, com a melhoria das condições de sobrevivência diária e com a possibilidade de fincar um pé na cidade. Não são todos os que agem nessa direção, mas são muitos os que buscam essas saídas. Também observamos que não se tratam de ações previamente calculadas, mas de articulações nascidas no contexto de suas relações sociais, onde contam muito a rede de informações, as relações de parentesco, os conhecimentos que eles vão adquirindo por meio dos cursos e reuniões no Sindicato e nas discussões que acontecem nos encontros mensais nas suas comunidades.

Por outro lado, o elo que os comunitários do PA Corta-Corda mantêm com a cidade de Santarém é muito forte e isso independe da distância que os separa – é sempre o lote, a estrada e a cidade, e vice-versa. Ainda que muitos não se empenhem para morar na cidade, é importante para eles o entendimento de que ela

esteja lá. A cidade nas suas falas é uma constante. Ela é funcional tanto nas suas vidas práticas no sentido de vender, comprar, ter acesso ao médico, ao dentista..., quanto no sentido da conquista de seus espaços de natureza política, das relações com outros agentes sociais que comungam dos mesmos interesses, com as instituições públicas e privadas, entre outros. É na cidade que eles articulam a luta em defesa de suas terras.

A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, na sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados etc.), com sua história [...] A cidade depende também e não menos essencialmente das relações de imediatez, das relações diretas entre as pessoas e grupos que compõem a sociedade (famílias, corpos, organizações, profissões e corporações etc.) [...] A cidade é uma mediação entre as mediações (LEFEBVRE, 2001, p.46).

Sobre os “pequenos jeitos” aqui evidenciados, eles tanto podem trazer benefícios quanto podem se constituir em armadilhas, que prejudicam os próprios trabalhadores. Eis alguns deles:

- Muitos comunitários possuem o seu lote num assentamento qualquer, onde trabalham no cultivo dos produtos que já foram mencionados ou podem também fazer criação de aves ou lidar com algumas cabeças de gado (entre três e quatro). Em paralelo, eles tentam encontrar um pequeno terreno na “vila” de Cícero Mendes que tenha em torno de 25mx25m, 20mx40m ou outro, por oferecer melhor infraestrutura, visto que determinados assentamentos são distantes da estrada principal e o acesso é precário. Passam um tempo num e no outro ou deixam a família na vila onde as crianças podem estudar e ficam trabalhando no lote.
- Outros dão um jeito de achar um terreno de ocupação na periferia da cidade de Santarém e constroem uma pequena casa com o material que der. É estratégico, pois como precisam ir à Santarém periodicamente tem onde ficar, pois o ônibus de volta tem hora marcada e os problemas são muitos para resolver, não dando para retornar no mesmo dia. Muitos deles têm filhos e já pensam onde eles poderão ficar para estudar. Ou ainda, que já tem o que deixar para os filhos no futuro. Quem toma conta do casebre na cidade é sempre um familiar que já mora na mesma área de invasão.

- Muitos trabalhadores rurais que já perderam a terra e moram na periferia de Santarém, buscam se inscrever junto a possíveis líderes das comunidades que seriam criadas em novos Projetos de Assentamento (PA ou PDS), dentro da Gleba Pacoval. Porém, muitos assentamentos estão sendo “projetados” por fora do aparato legal ou descumprindo atos normativos, para depois tentar provar a sua viabilidade e necessidade. Tal como consta no Relatório do Greenpeace, “Assentamentos de Papel, Madeira de Lei”, no quesito “Quebrando as regras: a indústria de assentamentos”, existem diversos erros de procedimento e ilegalidade nos processos de criação de determinados assentamentos:

O PDS Serra Azul, por exemplo, é mais um caso onde os assentados foram contabilizados para fins de cumprimento de metas, sem que a terra lhes tenha sido entregue. O PDS teve a capacidade calculada inicialmente por técnicos para 300 famílias, mas foi sobrecarregado na portaria de criação com mais 160, totalizando 460 famílias. Mais tarde foi ampliado para 760 famílias: um salto de 153,33% na capacidade tecnicamente mensurada, sem qualquer estudo técnico para o aumento (GREENPEACE, 2007, p.12).

Além de perder o lote em assentamentos “inflacionados” ou por outros problemas de ilegalidade, muitos trabalhadores pagam uma taxa mensal que é justificada pelos organizadores como necessária para despesas diversas, como manter micro-escritórios, documentação e trâmites. Entre aqueles que se inscrevem muitos são pessoas idosas que pouco têm para o sustento, mas que se submetem a essa condição no afã de conseguir um lote.

- Existe dono de lote que tem casa e profissão na cidade (dentista, por exemplo), e vive no vai-e-vem (participa de reuniões e de todos os eventos dentro do assentamento). A partir dessa facilidade existe uma negociação entre os comunitários e o assentado profissional - todos que tem problemas dentários e precisam extrair um dente procuram esse comunitário nos dias que ele está em Santarém e dependendo do serviço, ela cobra um valor mínimo. Por uma extração de dente, por exemplo, ele cobra R\$ 5,00 do assentado, e este pode até pagar depois quando puder.

Mesmo articulando pequenos negócios para garantir um maior patrimônio ou facilitar a vida cotidiana, esses trabalhadores não agem na condição de especuladores ou com a intenção de acumular, ainda que os bens sejam possíveis

de venda, pois essas são dinâmicas engendradas para garantir a dinâmica da sobrevivência no dia-a-dia. E justamente por não terem grandes recursos, fica difícil promover melhorias nos bens adquiridos.

4.3.2.1 Aposentadoria rural: conquista de um direito e abrandamento do processo de expropriação e da falta de trabalho

A previdência rural é destacada por todos os analistas de políticas públicas pelo seu caráter inovador, cujo maior mérito foi o de universalizar o acesso da população rural brasileira ao citado benefício, sem que os pretendentes tenham que provar regularidade na contribuição, mas, apenas, o exercício da atividade agrícola. O impacto dessa política no campo é inegável, pois são diversas as consequências favoráveis já indicadas em vários estudos: “criou-se o *segurado especial*, que incorpora a previdência social no amplo universo de agricultores familiares, autônomos e seus auxiliares familiares. O programa de maior abrangência foi a instituição da aposentadoria rural *por idade*, que atualmente beneficia mais de 4 dos mais de 16 milhões de trabalhadores rurais”. (ZIMMERMANN, 2005, p. 1).

Tabela 15 – Quantidade de Beneficiários da Previdência Rural

ANO	1991	1993	2000	2001	2002	2003
Beneficiários rurais inclusive pensões	4.080.400	5.370.597	6.493.872	6.621.259	6.869.592	7.029.020
Por tempo de contribuição	-	-	5.661	6.068	6.567	6.938
Por Idade	2.240.500	3.113.715	4.012.127	4.117.371	4.287.817	4.403.561
Por Invalidez	-	444.847	415.177	413.399	415.607	420.263

Fonte: DATAPREV, Apud ZIMMERMANN, 2005, p. 3.

O que se quer destacar aqui é a **aposentadoria por idade**, considerando o grande benefício que ela tem trazido para o trabalhador rural mais velho, para a dinâmica dos negócios e também para o resultado dos números da reforma agrária. Se muitos trabalhadores permanecem no campo ou em assentamentos precários sem condições de se estabelecer apropriadamente, deve-se muito à aposentadoria rural. É por conta dela que existe grande movimentação no município pesquisado. A

condição para ser **um homem ou uma mulher do campo** não é suficiente mostrar as rugas da face, a pele envelhecida e as mãos calejadas, tem que ter a prova de que pegou numa enxada e mora perto da roça.

A aposentadoria rural por idade, que é devida ao homem aos 60 anos e à mulher aos 55 anos, dá direito a um salário mínimo. Para receber o benefício é necessária a comprovação da atividade rural, mesmo que descontínua, dentro das condições previstas em lei. É o chamado período de carência, que até 2006 eram de 12 anos e seis meses. A partir de 2007, são de 13 anos de atividade rural. Nesse sentido, se não tiver documento basta apresentar um documento idôneo que se constitua *indício razoável de prova material* e a confirmação por testemunhas, também idôneas, sob as penas da lei, ou seja, no que se refere à **prova material** podem ser considerados documentos particulares ou públicos, tais como certidão de casamento civil ou canônica, certidão de nascimento dos filhos em comum, boletim escolar dos filhos, declaração de filiação em qualquer sindicato rural, entre outras. Se estas provas forem insuficientes requerem-se as **provas testemunhais**. Na entrevista, o candidato ao benefício, responde um questionário para caracterizar a agricultura familiar. Entre todas as questões, a mais relevante é aquela em que fique caracterizado que ele é um agricultor que vende o excedente da produção e trabalhe sem a ajuda de empregado, contando somente com a ajuda da família, além de ter uma vida no campo.

No caso do PA Corta-Corda, o associado/candidato ao benefício deve pagar a mensalidade do sindicato regularmente, pois é quem viabiliza os procedimentos. Um dos argumentos mais contundentes adotado pelos delegados sindicais para colocar em dia as mensalidades é justamente o da aposentadoria, seja por tempo ou por idade. Observamos, também, que são muitos os jovens associados que buscam colocar as mensalidades do sindicato em dia.

Nas localidades onde existe grande instabilidade em decorrência da posse da terra, as ações relacionadas com a aposentadoria rural aumentaram consideravelmente.

Na área de abrangência do PA Corta-Corda, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (STRS) tem tido um papel fundamental nas ações de ajuda aos trabalhadores. Por conta disso, o citado sindicato foi considerado, entre as instituições citadas na pesquisa, como a mais próxima e a mais bem avaliada: “dá

uma maior assistência para cobrar os direitos”, “ajuda na aposentadoria e no benefício saúde”, “ampara e briga por nós”, “dá mais explicação”, “é mais rápido”. Quando o associado paga seis meses de mensalidade, ininterruptamente, já começa a ter direito; quando adoece já pode entrar em benefício por três meses. O INSS tem parceria com o sindicato para agilização do processo.

4.3.2.2 Êxodo rural às avessas: cidade-campo-cidade

Dois fatos têm sido decisivos para que muitos trabalhadores, na região em estudo, tenham retornado para o meio rural: a possibilidade de se aposentar por idade e a chance de conseguir um lote de terra. Aliás, as duas situações estão relacionadas, pois sem a terra não há chance de aposentadoria. É fato, também, que a maioria das famílias que mora em bairros de ocupação (comumente chamados de bairros de invasão) na cidade de Santarém, é oriunda da área rural, seja da colônia ou do beiradão (margem dos rios). Portanto, a condição de *descontinuidade* prevista na lei, possibilita esse retorno, haja vista que grande parte desses trabalhadores migrantes já pegou no cabo de uma enxada por vários anos. As razões citadas com frequência pela maioria das famílias entrevistadas para terem saído do campo são: trabalho para os filhos, pressão pela posse da terra, acesso à educação e problemas de saúde.

Entre as várias trajetórias que retratam as situações campo-cidade e cidade-campo, citamos o caso de Dona Maria (nome fictício para preservar sua identidade), moradora do Bairro da Alvorada, nascida no Acre e filha de pais cearenses, e que teria, provavelmente, 50 anos em 2007, pois se negou a dar sua idade, dizendo, apenas, que faltavam cinco anos para se aposentar. Disse que estava se organizando para voltar a morar na área rural e assim poder se aposentar por idade. Ela já foi moradora da Comunidade São João, no município de Belterra, onde vendeu suas terras para os sojeiros. Chegou a Santarém em 2002 e desde então, tem trabalhado na lavagem de roupa na casa de várias famílias. Tem um filho e uma filha com sítios na Vila de Boim, na subida do Rio Tapajós, em Ponte Alta/Cucurumã. Possui o terreno onde mora em um bairro de ocupação (Alvorada), com mais ou menos 10mx20m. Disse possuir duas tarefas de terra na área do Corta-Corda, que é para seus filhos. Candidatou-se a um lote de terra no PDS Arará Azul,

dentro da Gleba Pacoval e já estava inscrita no sindicato. Pretendia mudar-se para o Arará Azul para conseguir a aposentadoria, mas que iria a Santarém sempre que pudesse. De acordo com Dona Maria, muitas pessoas estariam voltando para a roça, para conseguir a aposentadoria.

A liderança do PDS Arara Azul, de acordo com o Greenpeace (Relatório de 2007, pp.20-21), estava no meio de uma disputa com outra liderança do PDS Renascer II. Em decorrência da disputa entre dois grupos madeireiros rivais pelo controle da associação de moradores do PDS Renascer II, criado em dezembro de 2005, no município de Uruará. Por conta do “racha” entre o presidente e a tesoureira, foram criadas duas associações, dividindo o PDS: “... passaram a disputar o mesmo assentamento, refletindo, na prática, a disputa das madeiras Pires do Brasil e Estância Alecrim pelo controle do PDS”.

Outro exemplo de retorno da periferia de Santarém para o meio rural, é o do Seu João de 62 anos, casado com Arlete de 24. Eles possuem cinco filhos entre 8 a 2 anos de idade e moram na Comunidade de União Corta Corda desde o ano 2000, onde possuem um lote de terra de 100m x 2000m. Perguntado sobre a razão de ter decidido voltar para a roça, já que morava em Santarém, vindo do Mararú, Seu João respondeu dizendo: “posso falar a verdade?... eu voltei porque precisava me aposentar”. Mas afirmou que agora não pretende mais retornar à Santarém para morar, a não ser por uma grande necessidade.

4.4 A Pérola do Tapajós²⁷ entre crescer e o “boom” das periferias: bairros, invasões e forças de mediação.

Ratificando as palavras de Raimundo Lourido da Coordenadoria Municipal de Desenvolvimento Urbano de Santarém (CDU), Santarém é uma “cidade com e sem documento”, cujo crescimento ficou muito difícil de controlar, pois são inúmeros os bairros que surgem de um momento para outro. Também são inúmeros os problemas para serem geridos pelo poder municipal. O mais grave, no momento da pesquisa, era o de abastecimento d’água que estava gerando grande insatisfação popular. E não era somente nos bairros de invasão, onde existiam poucos bicos de

²⁷ “Pérola do Tapajós” é uma designação carinhosa que a cidade de Santarém recebeu por estar situada às margens do Rio Tapajós de águas esverdeadas, cujo encontro com as águas barrentas do Rio Amazonas, que fica na direção de Santarém, é uma das atrações do lugar.

água em lugares específicos para a população se abastecer, mas ele havia se multiplicado por quase toda a cidade.

Parece uma ironia, pois a cidade de Santarém está situada às margens do Rio Tapajós que é um rio caudaloso e extenso. Segundo informações de algumas pessoas de órgãos do governo local, estava havendo uma pendência ainda não resolvida com a COSANPA (Companhia de Saneamento do Pará). Diziam os moradores locais, que, agora, as coisas até que podiam melhorar para Santarém, pois, afinal, os governantes das três instâncias de governo (municipal, estadual e federal), eram do mesmo partido (o Partido dos Trabalhadores).

De acordo com Sara da Costa Pereira, Presidente da FAMCOS - Federação das Associações de Moradores de Organizações Comunitárias (2007), com 33 organizações filiadas, os bairros onde estavam se concentrando o maior número das populações que chegam da área rural eram: Alvorada, Novo Horizonte e Nova Jerusalém, que ficam mais próximos da Avenida Fernando Guilhon, além do bairro de Santarenzinho que já é mais antigo e bem extenso. Os demais bairros também estariam recebendo, regularmente, pessoas do interior (ribeirinhos) e da colônia (planalto). Disse ainda a entrevistada, que em tempos mais recentes essa migração tem acontecido mais com a população do planalto.

A citada Federação lida, na sua maioria, com Associações de comunitários oriundos do planalto. Grande parte das pessoas que vêm do planalto são as que têm uma origem mais nordestina, e que já passaram por muitos lugares até chegar à cidade de Santarém. As pessoas que chegam das áreas ribeirinhas, são aquelas que já moravam por mais tempo ou quase sempre na mesma comunidade. Todas essas populações estão “sendo empurradas para cá”, nas palavras de Sara. Ambas se encontram nesses bairros para compartilhar novas vivências e, muitas vezes, adotam posturas diferenciadas diante das situações do seu cotidiano.

De acordo com Sara, isso têm criado, em alguns aspectos, uma situação nova: “de certa forma eu percebo que as pessoas que vem da área da várzea, ribeirinhas, elas tem uma cultura muito pacífica, são muito mais cordiais, mas acomodadas... até por conta da organização isso influencia porque as pessoas não têm muito essa ansiedade... de estar buscando uma coisa maior...” Falava ela com relação às reivindicações que as comunidades necessitam fazer junto ao poder público, de forma mais contundente. Para ela, as pessoas que chegam da área do

planalto são mais “briguentas”. Essas são algumas das mudanças que os novos processos e a urgência das situações postas estão criando, em que diferentes populações, com trajetórias e históricos de vida distintos, precisam lidar. “Mas a gente percebe também... que eles têm muito anseio por mudanças por querer melhorar sua condição de vida”.

A entrevistada frisou, também, a questão do compromisso “sem papel” com o qual as pessoas estavam habituadas: “tem gente que mora no seu lote há 20 anos e nunca se preocupou de ir atrás do título do terreno, mas agora com a vinda dessas muitas pessoas pro bairro, isso despertou a consciência das pessoas pra essa necessidade. Precisa ter algum documento que comprove que aquela área é realmente sua... tanto que a gente tem recebido muito esse tipo de reivindicação: como é que eu faço pra conseguir o título da minha terra?”.

4.4.1 Bairro da Alvorada “no alvorecer” de um novo tempo para Santarém

O poder público municipal de Santarém tem desenvolvido ações para estender a sua área de jurisdição. Nesse sentido, desde 1998, vem reivindicando junto à União, a doação de áreas de terra desmembradas das Glebas Mojui dos Campos e Ituqui. No que diz respeito à **zona urbana** a pretensão do poder municipal é de criar uma **zona de expansão**. Para o CDU (2007) a zona de expansão é reconhecida como aquela em continuação a área urbanizada com o propósito de receber novas construções e serviços públicos, que possibilite o crescimento de cidades e vilas. Essas zonas, ainda que na área rural, devem ser delimitadas pelo Município e submetidas às restrições urbanísticas do Plano Diretor e às normas do Código de Obras para suas edificações e traçados urbanos.

Enquanto essas ações não se materializam e considerando os encaminhamentos gerados a partir do Plano Diretor de 2006, a situação da cidade com relação aos bairros, consta na Tabela 16.

TABELA 16
Situação Atual dos Bairros de Santarém com Base no Novo Plano Diretor

Bairros Legalizados (27)	Bairros Retificados (20)	Bairro sem alteração (01)	Bairro extinto (01)
São Cristóvão	Ipanema	Centro	Rodagem
Maicá	Aeroporto		
Amparo	Esperança		
Jutaí	Caranazal		
Nova República	Prainha		
Livramento	Aldeia		
Santo André	Liberdade		
Urumarí	Salé		
Vigia	Santa Clara		
Floresta	Aparecida		
Área Verde	Santana		
Novo Horizonte	Fátima		
Matinha	Diamantino		
Jaderlândia	São José Operário		
Conquista	Laguinho		
Mararú	Jardim Santarém		
Vitória Régia	Santíssimo		
Pérola do Maicá	Uruará		
Cambuquira	Interventoria		
Urumanduba	Santarenzinho		
São Francisco			
Mapirí			
Maracanã			
Maracanã I			
Nova Vitória			
Elcione Barbalho			
ALVORADA			

Fonte: CDU, 2007

O Bairro da Alvorada, nessa última informação, já aparece na condição de legalizado, significando dizer, que poderá sair da invisibilidade. Trata-se de um bairro extenso, com pouca infra-estrutura, que nasceu estimulado pela desativação de um lixão que funcionava próximo do citado bairro, e onde a prefeitura municipal despejava o lixo da cidade. Lá, muitos catadores, formados pela população pobre que chegava da área rural, além de outros lugares, catavam e vendiam o que conseguiam (plástico, vidro, alumínio e cobre). Quando a prefeitura desativou o lixão, instalando-o em outro lugar, muitos ficaram sem sustento, uma vez que era lá que arrecadavam algum dinheiro e conseguiam comida, pois à noite, algumas empresas doavam alimentos. A notícia se espalhou e muitas outras pessoas foram chegando por conta do lixão. Também chegaram aquelas pessoas que vislumbraram possibilidades de negócio e outras que não eram tão carentes, mas que também perceberam o potencial da localização e começaram a comprar lotes e

construir casas em lugares estratégicos, mais próximos da pista. Mesmo situado na periferia, o bairro da Alvorada localiza-se em uma área privilegiada, justamente por estar perto da avenida que dá acesso ao aeroporto e que segue até o centro da cidade. Entre as pessoas entrevistadas, a grande maioria chegou entre 2001 e 2003, mas havia gente que morava no lugar desde 1998. Atualmente, o Alvorada é um daqueles bairros de ocupação que possui associação e está vinculada à FAMCOS.

No Alvorada, o negócio de venda de lote é dinâmico. É um verdadeiro comércio (venda e revenda). Também é comum encontrar uma grande “propriedade” dividida entre vários membros da família, onde os fundos dos quintais se confundem e um usa a estrutura do outro: banheiro, água.... Segundo os moradores, havia, antes, uma pessoa que eles chamam de “grileiro” que tinha 30 terrenos (desmatava e limpava sozinho). Dizia que havia comprado por R\$ 160,00 cada lote e vendia por R\$ 700,00. Atualmente, não se vende um terreno no bairro da Alvorada por menos de R\$ 1.500,00, dependendo da localização, cujo tamanho varia entre 15mx30m, 20mx30, 30mx40m. Quanto maior o lote, o preço também sobe.

Todos, no bairro, estão conscientes dos seus “direitos”. Eles dizem, com relação à ameaça de terem que sair,: “podem desapropriar, desde que apareça o dono e se essa pessoa não paga IPTU não tem o que reclamar”. Os moradores estão certos de que aqueles se dizem donos também são posseiros como eles. E assim, o Bairro da Alvorada foi ganhando espaço e força política, e ao poder público só resta encontrar os mecanismos para reconhecer e “legitimar” mais este novo bairro de uma cidade que cresce a passos largos.

Considerações Finais

A ocupação recente do espaço amazônico advém das mudanças provocadas pelo uso da terra para fins privados. Esse fato tem determinado a maioria das dinâmicas que estão acontecendo no município de Santarém, de hoje. Essa ocupação está pautada em um novo perfil produtivo, com foco no mercado externo, que se inicia com a extração da madeira e segue com a pecuária e a produção de grãos. Na maioria das vezes, a realização dessas atividades tem como processo antecedente, a grilagem das terras públicas, momento em que são utilizados mecanismos ilícitos e contundentes de apropriação dessas terras, tais como a utilização de documentos falsos e a violência.

A forte inserção da economia brasileira nos mercados mundiais e a importância que as *commodities* agropecuárias passaram a ter nesses mercados criaram a urgência da ocupação de vastas extensões de terra para o desenvolvimento das atividades em causa. Essa urgência também passou a exigir a criação de políticas governamentais focadas nesses negócios, tais como a disponibilidade de financiamento, provimento de infra-estrutura, além daquelas ações decorrentes do processo da “juridificação”. Neste último, é quando o Estado transforma-se numa máquina legislativa permanente, encaminhando procedimentos para a criação de leis, decretos, medidas provisórias, entre outros. Quanto maior o número de relações de mercadoria e dinheiro, maior é o empenho do Estado nessa direção (KURZ, 1994).

O nível de produtividade exigido pelo padrão concorrencial não permite que as atividades agropecuárias continuem a utilizar práticas e estruturas pré-existentes. Os municípios da Amazônia Legal que passaram a se ocupar das atividades com bases mais modernas, tal como o de Santarém, tem recebido um substancial aporte tecnológico, seja com relação às pesquisas científicas, que possibilitam a introdução de novas espécies vegetais em áreas de cerrado e de terras úmidas, seja com relação às máquinas, equipamentos e insumos.

A produção capitalista moderna vai se consolidando e orientando as múltiplas dinâmicas naquela realidade, entre as quais, a desorganização dos espaços, a mobilização das pessoas (com ou sem trabalho) e o desapossamento das famílias rurais que utilizam a terra como base de reprodução.

O avanço da fronteira amazônica não é um fato recente. No decorrer dos séculos, aquela região tem participado do propósito exportador do Brasil, desde quando o país ainda era colônia de Portugal. Dela foi se extraindo o que de melhor ela tinha para oferecer: as mercadorias obtidas na floresta pelo processo da coleta. Por conta dessa atividade, os coletadores não somente aprimoraram técnicas artesanais para melhorar o nível produtivo, usando o profundo conhecimento sobre as dinâmicas das florestas e dos rios, como também desenvolveram hábitos, costumes e códigos de conduta que formavam o seu cotidiano e as relações sociais vigentes.

Já em tempos mais recentes, a década de 70 é considerada um marco na corrida pela ocupação das terras para empreendimentos agropecuários. Foi quando os governos militares planejaram e colocaram em ação o “Projeto Amazônia”, com o fundamento de tirá-la do isolamento, proteger as fronteiras nacionais e eliminar focos de tensão social em decorrência da fome e da falta de trabalho no nordeste brasileiro.

A partir de então, intensificou-se o processo migratório de trabalhadores rurais que chegavam de muitas partes do Brasil, especialmente das regiões Nordeste e Sul, para garantir um lote de terra. Também chegaram as grandes empresas exploradoras de minérios, especialmente para o estado do Pará. Esses acontecimentos geraram, à época, momentos de tensão e conflitos declarados com índios e posseiros. Posteriormente, outro grande contingente de pessoas foi mobilizado para trabalhar nas atividades de extração do ouro, mais fortemente para o estado do Pará, por conta da Serra Pelada. Esses migrantes eram de várias origens, porém, na sua grande maioria, advieram do nordeste brasileiro. Nos dias atuais, a migração em direção ao Oeste do Pará envolve um outro tipo de protagonista – o empreendedor do agronegócio – que chega do Sul do Brasil ou do Centro-Oeste brasileiro para atuar nos negócios relacionados à produção dos grãos ou em áreas de serviços de infra-estrutura.

Portanto, os questionamentos, as divergências e os confrontos que acontecem no município de Santarém de hoje, foram sendo gestados ao longo da história e com potencial de acelerar-se de forma progressiva. No centro do problema não está, apenas, a ocupação da terra para o trabalho ou para os negócios. Trata-se da ocupação privada da terra com perfil monopolista.

A expropriação do trabalhador ou as tentativas de expropriação tem acontecido para que sua terra seja utilizada como meio de produção, mas não necessariamente para usá-lo como mão de obra nos processos produtivos em causa. Ou seja, no contexto estudado, o processo de mobilização do trabalhador rural acontece, prioritariamente, para que suas terras sejam destinadas aos empreendimentos madeireiros e agropecuários, ficando patente, no estágio atual, que o capital está mobilizando uma força de trabalho já dissociada de seus meios de produção, cujos processos de trabalho tornam-se obsoletos diante da nova ordem produtiva que se instala.

Muitos trabalhadores têm buscado as alternativas oficiais para resolver seus problemas de sobrevivência, a partir da terra, assentando-se nos pelos programas da reforma agrária do governo federal. Outros migram para Santarém ou saem em busca de uma nova frente de expansão. Muitos outros partem para o enfrentamento, negando a possibilidade da condição de expropriado, do lugar onde nasceram e onde vivem por gerações.

Por outro lado, como a lógica capitalista tem por natureza a contradição, em determinadas situações, ela é indiferente se os processos utilizados para o desenvolvimento das atividades produtivas necessitam ser avançados ou não. As práticas que já existem nos lugares onde a dinâmica capitalista se instala, tanto podem ser rompidas como podem ser mantidas.

Os descompassos dos tempos vividos são evidentes. O desafio é lidar e conviver com a presença do “novo” diante do “velho” no mesmo espaço, onde novas formas de produzir e de trabalhar estão sendo incorporadas. Pode-se afirmar que essas dinâmicas são constitutivas de uma realidade que está impondo a “quebra” das antigas relações sociais, dos costumes e da organização espacial, que foram moldadas na atividade extrativa ao longo dos séculos. E isso não se refere a um passado longínquo, pois as atividades extrativas ainda são a base de sustentação inúmeras famílias amazônicas, especialmente daquelas que vivem nas áreas de várzea.

É em busca das alternativas de sobrevivência que os trabalhadores articulam as suas estratégias. São nos espaços não ocupados ou não controlados pelos maiores protagonistas (o Estado, os latifundiários...), que os trabalhadores pesquisados constroem essas estratégias, aproveitando as oportunidades que se

apresentam no sentido de ampliar sua margem de subsistir no presente e no futuro. De um modo geral isso está relacionado com a expansão de suas posses, com a melhoria das condições de sobrevivência diária e com a possibilidade de fincar um pé na cidade. Não são todos os que agem nessa direção, mas são muitos os que buscam essas saídas.

As ditas estratégias não se constituem ações previamente calculadas, mas são articulações nascidas no contexto de suas relações sociais, onde contam muito a rede de informações, as relações de parentesco, os conhecimentos que eles vão adquirindo por meio dos cursos e reuniões no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém e nas discussões que acontecem nos encontros mensais nas suas comunidades. Para muitos deles, o fato de terem migrado para a cidade não significa dizer que não retornem ao campo. A aposentadoria rural, no município pesquisado, tem sido um dos elementos motivadores do retorno de muitos desses trabalhadores ao campo.

BIBLIOGRAFIA

ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia. Amazônia: População e Demografia, Agosto/2002. Site www.ada.gov.br/amazonia/demografia.asp. Acesso em 25/05/06.

ADMS, Cristina; MURRIETA, Rui e NEVES, Walter. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.

ADORNO, Theodor. Sobre a lógica das ciências sociais. In: COHN, Gabriel. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1994. p.57. (1886, p. 50).

AGÊNCIA BRASIL. Aumento de desmatamento na Amazônia acende sinal de alerta no governo. IG - Último Segundo. Site <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil>. Acesso às 19h25min de 23/01/2008.

AGRÁRIA & QUINCÓ. Soja em Santarém. Artigo publicado no jornal Indústria e Comércio. Curitiba/PR, em 30/06/1997 – Caderno Agribusiness. Acesso na Biblioteca Boanerges Sena, Santarém, 2006.

ALFREDO, Anselmo. *Formação econômica social brasileira: mobilização do trabalho e configurações territoriais*. Texto elaborado em 2005, a partir das reuniões do Grupo de Estudos sobre Formação Econômico e Social Brasileira, no IEB/USP, sob os cuidados do Prof. Dr. Heinz Dieter Heidmann.

ALMEIDA, Ruth Helena Cristo. *Zona de conflitos: o agronegócio da soja e a formação da esfera pública em Corta-Corda, Santarém, Pará*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Pará, Junho de 2005.

ALMEIDA, C. P de. *Castanha do Pará, sua exportação e importância na economia amazônica*. SAI n.19. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1963, 86p.

ALMEIDA, Marijara Serique de. Relatório de Estágio Supervisionado em Engenharia Agrícola. A nova fronteira agrícola brasileira na região Oeste do Pará. Santarém/PA. Instituto Luterano de Ensino Superior (ILES/ULBRA), agosto/2003.

ALVES FILHO, Armando, et.al. *Pontos de história da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2001.

ALVES, Vicente E. L. Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio. Tese de Doutorado. Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 2006.

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. Obras de Amadeu Amaral. São Paulo: Editora Hucitec/INL-MEC, 4.^a edição, 1982.

AMAZONAS, Tânia M. M. Ciclos econômicos. Prefeitura Municipal de Santarém. Site <http://www.santarem.pa.gov.br>. Acesso em 04/02/2008.

AMORIM, Antonia Terezinha dos S. *A dominação norte-americana no Tapajós – a Companhia Ford Industrial do Brasil*. Santarém/PA: Editora Tiagão, 1995.

_____. *Santarém: uma síntese histórica*. Santarém, PA: Editora da ULBRA, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* - ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

- APACC - Associação Paraense de Apoio à Comunidades Carentes. Relatório de Pesquisa: Agricultura Urbana em Belém. Belém: PMB/SEGEPI, 1998.
- ARAGON, Luis E.; MOUGEOT, Luc J.A. (Orgs). *Migrações internas na Amazônia: contribuições teóricas e metodológicas*. Belém: Cadernos UFPA-NAEA, 1986.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- BECKER, Berta. *A mobilidade do trabalho: um novo marco teórico*. IN: Ciência Hoje, vol. 3, no. 17, mar/abr, 1985, pp.54-56.
- BECKER, Olga M. S. *Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos*. IN: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. da; CORRÊA, Roberto L (Orgs.). *Explorações geográficas – percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BENAKOUCHE, Rabah (1992). *O que é capital internacional?* Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 4ª edição.
- BENATTI, José Helder. *A titularidade da propriedade coletiva e o manejo florestal comunitário*. Revista de Direito Ambiental, n.26, abr-jun. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- BENCHIMOL, Samuel. *Índios e os caboclos na Amazônia: uma herança cultural antropológica*. Trabalho apresentado no 48º Congresso Internacional de Americanistas, Stockholm, Julho, 1994.
- _____. BENCHIMOL, Samuel Isaac. Grupos culturais na formação da Amazônia brasileira e tropical. In: *Encontro Regional de Tropicologia*, 2, 1985, Recife. Anais. Recife: Massangana, 1989. p. 115-144.
- _____. *Amazônia: Formação Social e Cultural*, ed. Valer, Manaus/AM, 1999.
- _____. *Exportação da Amazônia brasileira*. Manaus, edição reprográfica, Junho de 1996.
- BENTO, Ana Alice Otoni. *Evolução da mecanização agrícola na região de Santarém*. Trabalho de Conclusão de Curso em Engenharia Agrícola. ILES/ULBRA, Santarém/PA, dezembro/2002.
- BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Tradução de Celso Castro. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRANCO, Samuel Murgel. *O desafio amazônico*. São Paulo: Moderna, 1999.
- CÂMARA NETO, Gilberto Audiência pública discute desmatamento na Amazônia. INPE, 11/04/2008. Site www.inpe.br. Acesso em 22/05/08, às 18h23min.
- CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.
- CÂNDIDO, Tyrone. Fazendo justiça – E.P.Thompson, o crime e o direito. Revista Humanidades, v7, nº 18, out-nov de 2005. Site www.cerescaico.ufrn.br. Acesso em 23/05/2008, às 11h45min.

CARDOSO, Alcilene Magalhães. Acordos de Pesca: um direito à sobrevivência. Monografia do Curso de Direito. Instituto Luterano de Ensino Superior de Santarém – ILLES, 1999.

CARNEIRO, Eduardo. A Borracha no Acre - a nossa história, 2007. Disponível no site www.historianet.com.br. Acesso em 22/05/2008.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTRO, Antonio Barros de. *Ensaio sobre a economia brasileira*. Vol II. Rio de Janeiro e São Paulo: Companhia Editora Forense, 1971.

CASTRO, Iná Elias de. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, Maria Adélia A. de. *Natureza e Sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

CASTRO, Maria da Conceição A. Gestão de projetos sociais de preservação ambiental na Amazônia. Dissertação de Mestrado em Administração – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, 2002.

_____. Um migrante que veio de longe. *Revista Travessia*, Publicação do CEM – Ano XVII, número 49, Maio-Agosto/2004, pp.5-11.

_____. Mudanças em Processo nos Recantos Amazônicos. *Anais do XIV Encontro Nacional dos Geógrafos*, Rio Branco/AC, julho/2006.

_____. *Mobilization and work in the Amazon Forest: between forgers of deeds, large estates, greeds and tensions*. Anais da Conferência “Gender and Rural Migration Conference”, Theme Realities, Conflict and Change, organizado pelo Women’s Studies, University of Lethbridge, Alberta/Canadá, março/2008,

CDU (Coordenadoria Municipal de Desenvolvimento Urbano/Prefeitura Municipal de Santarém). Situação fundiária do patrimônio do município de Santarém: terras que foram cedidas ao município de Santarém para a formação de seu patrimônio, 2006.

CDU (Coordenadoria Municipal de Desenvolvimento Urbano/Prefeitura de Santarém). Zona urbana e de expansão. Mapa de Localização dos Bairros de Santarém: Escala Urbana, Janeiro de 2007.

CEDEPLAR/UFMG. Inventário de Avaliação da Produção Técnico-Científica sobre Migração na Amazônia Legal. Relatório Final do 409/87 firmado entre SUDAM e FUNDEP, 1987.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Ed. Nueva Visión, 1974.

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. Campanha da fraternidade 2007. Texto base. São Paulo: Editora Salesiana, 2007.

CNDA – Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia. Amazônia brasileira em foco. Boletim n. 8. Rio de Janeiro, 1973.

COSTA, Francisco de Assis (Org.). *Agricultura familiar em transformação no nordeste paraense: o caso de Capitão Poço*. UFPA/NAEA, 2000.

_____. *Formação agropecuária da Amazônia – os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: UFPA. NAEA, 2000.

CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito). Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ocupação de terras públicas na região amazônica. Agosto/2001. Disponível no site www.portal.saude.gov.br. Acesso em 29/04/08, às 21h54min.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. Terras devolutas nas constituições republicanas. *Revista Jurídica dos Formandos em Direito da Ufba, Salvador-Bahia*, v. IV, p. 261-275, 1998.

DAMIANI, Amélia. *População e geografia*. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani A; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (Orgs.). *Geografias de São Paulo, representação e crise da metrópole*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

DEMOLINS, Edmond. *Les grandes routes des peuples*. Essai the geographie social, Paris, 1901.

DIEGUES, Antônio Carlos (org). *Enciclopédia caiçara*. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: CEC/USP, 2004.

ELERES, Paraguassú. *Intervenção territorial nos estados-membros – relato do caso do Pará*. Dissertação de Mestrado em Direito. Universidade Federal do Pará, 1997.

ÉPOCA ONLINE. Amazônia - a floresta que virou soja. Disponível no site <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca>. Acesso em 14/02/08, às 17:53 hs.

FONSECA, Cristina Neves; LISBOA, Pedro L.B. e URBINATI, Cláudio Vieira. *A xiloteca* (coleção Walter A. Egler) do Museu Paraense Emílio Goeldi. *Ciências Naturais*, abr, 2005, vol. 1, nº 1, pp.65-140.

FONSECA, Wilde Dias da. *Momentos históricos*. Santarém: Gráfica e Editora Tiagão, 1996.

FMG - Federação de Agricultura e Pecuária de Minas Gerais. Orientações Gerais sobre a Contribuição Sindical rural. Site www.faemg.org.br/csac/nucleojuridico. Acesso em 27/04/08, às 14:40hs.

FÓRUM CARAJÁS. Disponível no site www.forumcarajas.org.br/artigos, acesso em 11/12/2006, 15hs.

FÓRUM SOCIAL DAS MIGRAÇÕES. Travessia na desordem global. Serviço Pastoral dos Migrantes (Org.). São Paulo: Paulinas, 2005.

FREIRE, José Ribamar Bressa. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

FURTADO, Lourdes G.; QUARESMA, Helena D. A. B. *Gente e Ambiente: no mundo da pesca artesanal*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

GALVÃO, Eduardo. *Panema: uma crença do caboclo amazônico*. *Revista do Museu Paulista*, n.V 1951, pp. 221-225.

GALVÃO, Efrém. *Amazônia: lendas e romance*. Santarém/PA: Instituto Cultural Boanerges Sena - ICBS, 2001.

_____. *A descendência de Maria Chibé*. Santarém/PA: ICBS, 2002.

GAUDEMAR, Jean Paul. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GAZETA DE SANTARÉM. Santarém assume 3º lugar na balança comercial do PA. Caderno Geral, p. 12, de 22 a 24/02/2006.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GLOSSÁRIO IBAPE. Aplicável à engenharia de avaliações. Texto final aprovado em assembléia ordinária do IBAPE/SP realizada em 09/08/1994. Disponível no site <http://www.ibapepb.jpa.com.br/glopart1.htm>. Acesso em 25/05/2008.

GOLDENSTEIN, Lea; SEABRA, Manoel. *Divisão territorial do trabalho e nova regionalização*. Revista do Departamento de Geografia da FFLCH DA USP, 1980.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2005.

GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho – crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003.

GREENPEACE. Grilagem de terras na Amazônia: negócio bilionário ameaça a floresta e populações tradicionais. Site www.greenpeace.org.br/amazonia/grilagem. Acesso em 15/06/2006.

_____. Assentamentos de papel, madeira de lei. Relatório Denúncia. Julho de 2007.

GUILHON, Norma de A. *Confederados em Santarém*. Coleção “História do Pará”, Série “Artur Viana”. Conselho Estadual de Cultura, 1979.

HARRIS, Mark. *Life on the Amazon. The Anthropology of a Brazilian Peasant Village*. Oxford: Oxford University Press/The British Academy, 2000. IN: GONÇALVES, Marco A. Resenha: Revista Mana vol.8 no.1 Rio de Janeiro Apr. 2002, Disponível site www.scielo.br..

HARRIS, J. H. e TODARO, M. P. Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise com dois setores. Traduzido de HARRIS, J. H. and TODARO, M. P. Migration, Unemployment and development: two-sector analysis. The American Economic Review, 1970. 15: 126-142. In: MOURA, H. A. (org.) *Migração Interna, textos selecionados: teorias e métodos de análise*. Tomo 1: 173-209. Fortaleza: BNB, 1980.

HÉBETTE, Jean. Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia – migração, colonização e ilusões de desenvolvimento. Belém: Editora Universitária/São, 2004, vol. 1.

HÉBETTE, Jean, MAGALHÃES, Sonia B., MANESCHY, Maria C. *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém: EDUFPA, 2002.

HEIDEMANN, Heinz Dieter. Migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação. IN: *Serviço Pastoral dos Migrantes* (Org.). Fórum Social das Migrações. Migrações: discriminação e alternativas. Porto Alegre, 2003.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes. O extrativismo como atividade agrária. *Jus Navigante*, Teresina, ano 4, nº 42, Jun. 2000. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1667>. Acesso em 01 maio 2008.

HOBBSAWN, Eric & RANGER, Terence. *A invenção da tradição*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOMMA, Alfredo K. Oyama. *Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades*. Brasília: EMBRAPA – SPI, 1993.

IANNI, Octávio. *Sociologia e sociedade no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.

_____. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBAMA/PROVÁRZEA. Iniciativa de desenvolvimento sustentável das comunidades da várzea do Rio Amazonas/Solimões. Editado pelo Ministério do Meio Ambiente, s/d.

_____. O desafio da regularização fundiária na várzea sempre tendo o uso dos recursos múltiplos dos recursos naturais. 2007.

IBAMA/PNDPA – Ministério do Meio Ambiente. Região hidrográfica amazônica. Site www.ibama.gov.br/pndpa/index.php. Acesso em 18/01/2008, às 17hs50.

IBGE. Em 2008, a safra de grãos deverá crescer 21%. Comunicação Social, 08/01/2008, Site www.ibge.gov.br. Acesso em 25/05/2008, às 23h40min.

_____. Rebanho bovino cai para 205,9 milhões de cabeças em 2006. Comunicação Social, 11/12/2007. Site www.ibge.gov.br. Acesso em 20/07/2008.

_____. Produção Municipal 2005. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, 2005. Disponível no Site www.ibge.gov.br. Acesso em 20/07/2008.

IBGE. Agência em Santarém. Resultado Preliminar do Censo Demográfico. População de Comunidades da Região Oeste do Estado do Pará, 2004.

INCRA/ITERPA. Assentamentos. Site <http://www.iterpa.pa.gov.br>. Acesso em 25/02/2008, às 09hs06.

IPAR – Instituto de Pastoral Regional. *Amazônia em outras palavras*. No.12, julho de 2005

IRIB (Instituto de Registro de Imobiliários do Brasil). Boletim Eletrônico de 29/06/2006, nº 2512. Site www.irib.org.br. Acesso em 02/05/08, às 12h02min.

KURZ, Robert. A ruptura ontológica – antes do início de uma outra história mundial. In: *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. Orgs: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. A nova simultaneidade histórica – o fim da modernização e o começo de uma outra história mundial. *Jornal Folha de São Paulo*, 25/01/2004. Disponível no site <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz154.htm>. Acesso em 21/11/2007.

_____. O movimento operário na “modernização reparadora” do século XIX. Introdução do livro “Marx Lasen”, 2001. Site <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz97.htm>. Acesso em 21/05/2008, às 16hs.

_____. *O colapso da modernização – da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política. Conferência lida no Colóquio "Capital e Estado na América Latina", Agosto de 1994, publicado na revista *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, maio de 1995. Site <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz66.htm>. Acesso em 10/05/2008, às 13h23min.

LABUR (vários autores). *O futuro do trabalho: elementos para a discussão das taxas de mais-valia e de lucro*. São Paulo: AGB/SP; Labur/Programa de Pós-graduação em geografia humana, Departamento de Geografia/FFLCH/USP, 2006.

LAFARQUE, Paul. *O direito à preguiça*. Rio de Janeiro: Robson Achiamé editor, ano?

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Marcelo. *A floresta amazônica*. São Paulo: Publifolha, 2001.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste – Os anos 30*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

LIMA, Deborah de M. *A construção histórica do termo caboclo – sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico*. Novos Cadernos do NAEA, v.2, nº 2, pp. 5-32, 1999.

LIMA, Eli Napoleão de. *Amazônia: uma leitura de Euclides da Cunha*. IN: COSTA, Luiz Flávio C. et al. *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

LIMA, Sandro. *Governo proíbe desmatamento em 36 municípios*. Site da Globo.com, <http://g1.globo.com/Noticias/Politica>. Acesso em 24/01/2008, às 17h31.

LOUREIRO, João de Jesus P. *Cultura amazônica: uma poética do imaginário*. Belém, Ed CEJUP, 1995.

LOUREIRO, Violeta R. *A História Social e Econômica da Amazônia. Economia Amazônica. Revista de Atualizações Econômicas do Oeste do Pará. Faculdades Integradas do Tapajós (FIT)*, 2000.

_____. *Miséria da ascensão social: capitalismo & pequena produção na Amazônia*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1987.

LOUREIRO, Violeta R.; PINTO, Jax Nildo Aragão. *A questão fundiária na Amazônia. Dossiê Amazônia Brasileira II. Estudos Avançados, vol. 19. nº 5. São Paulo, agosto 2005*.

LUCIO FLÁVIO PINTO. *União e Estado: culpa partilhada*, Abril/2005. Decreto-Lei nº 2.375/87 - Terras Públicas, revoga o Decreto-Lei Nº 1.164, de 1º de abril de 1971 - Dispõe sobre Terras Públicas.

MAESTRI, Mario. *Índios, caboclos, escravos e imigrantes na formação do campesinato brasileiro*. Conferência ministrada no II Colóquio Marx-Engels do Centro de Estudos Marxistas do IFCH da UNICAMP, Campinas, 21 de novembro de 2001. Diálogos. Disponível no site <http://www.lainsignia.org/2001/noviembre>. Acesso em 26/01/2006.

MAMED, Letícia Helena. *Amazônia Ocidental (1870-1970): o processo de incorporação do artesanato pela grande indústria na formação social do Acre*.

Universidade Estadual de Londrina. Site www6.ufrgs.br/alaspoa/GT. Acesso em 20/10/2007.

MARTINE, G. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: MARTINE, G.; GARCIA, R.C. (Orgs.). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, José de Souza. Cultura e educação na roça, encontros e desencontros. *Revista USP*, São Paulo, nº 64, pp. 28-49, dezembro/fevereiro, 2004-2005.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *O cativo da terra*. São Paulo, Hucitec, 1979.

_____. *Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, Dora ; VANALLI, Sônia. *Migrantes: Migração interna no Brasil "Baianos e Paraibas"*. São Paulo: Contexto, 1994.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. *Elementos Fundamentales Para La Crítica de La Economía Política* (Grundisse) 1857-1858. (1) 13 ed., México-Espanha, Siglo Veintiuno Editores, 1984.

_____. *O Capital: crítica da economia política*, Vol I. Livro Primeiro, tomo I (Prefácios e Capítulos I a XII e Volume II, Livro Segundo (O processo de circulação do capital). São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MATTOS, Carlos de Meira. *Uma geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1980.

MACHADO, Ubirajara. Aplicadas novas regras para a regularização fundiária na Amazônia Legal. MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário. Portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário), em 24/08/2006. Site <http://www.mda.gov.br>, acesso em 18/10/2007.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Estatísticas do Meio Rural, 2006. Disponível em http://www.mda.gov.br/arquivos/estatisticas_rurais.pdf. Acesso em 16/01/2008.

_____. Justiça Federal reintegra servidores do Incra/Santarém, em 27/11/2007. Disponível no site <http://www.mda.gov.br>. Acesso em 06/02/2008.

_____. Aplicadas novas regras para a regularização fundiária na Amazônia legal, em 24/08/2006. Site <http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/10042>. Acesso em 06/02/2008.

MELO, Hélio. *História da Amazônia: de seringueiro para o seringueiro*. Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, Gráfica Amazônica Ltda., 1988.

MELLO, Thiago. *Poemas preferidos pelo autor e seus leitores*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1997.

_____. *Vento Geral – poesia*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1960.

- _____. *Amazonas: pátria das águas*. São Paulo: Sverner-Bocatto, 1991.
- MÉSZAROS, Istvan. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MIRANDA, Vicente Chermont de. *Glossário paraense* (coleção de vocábulos peculiares à Amazônia). Belém: UFPA, 1968.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec-Polis: 1984.
- MORAES, Reginaldo C. C. *Estado, desenvolvimento e globalização*. São Paulo: UNESP. 2006.
- _____. Globalização e políticas públicas: vida, paixão e morte do estado nacional? *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 309-333, maio/ago de 2004. Disponível no site <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 21/05/08, às 12h15min.
- MOURA, Margarida M. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesas no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- _____. *Nascimento da antropologia cultural – a obra de Franz Boas*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MOVIMENTO PRÓ-OESTE. Comitê Pró-Criação do Estado do Tapajós. Estudo de viabilidade econômica do Estado do Tapajós. Santarém: Tiagão, 1996.
- MULTIRIO/RJ. A cabanagem: a província do Grão-Pará entre 1835-1840. Site <http://www.multirio.rj.gov.br>, 2007. Acesso em 25/01/2008 às 11:25 hs.
- NAEA/ADA Pesquisa sobre APL (Arranjos Produtivos Locais) de Grãos no Município de Santarém, em agosto 2005, realizada por alunos da UFPA de Belém, do curso de Economia Regional (NAEA), por Tânia Amazonas e Adilson Freitas.
- NINNI, Karina. *Amazônia: a floresta que virou soja*. Época Online, 2008, p.3. Site <http://revistaepoca.globo.com>.
- NOVAES, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.
- _____. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: CosacNaify, 2005.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. O INCRA e a legalização da grilagem das terras públicas na Amazônia. Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos. Texto de 29/01/2008. Site <http://www.radioagencianp.com.br>. Acesso em 25/05/2008, às 14h55min.
- _____. A derrota dos camponeses pela farsa da reforma agrária do MDA/INCRA no governo Lula. Comunicações Coordenadas. XIV Encontro Nacional dos Geógrafos, de 16 a 21/07/2006, Rio Branco/AC, pp.210-297.
- _____. A “não reforma agrária” do MDA/INCRA no governo Lula. Trabalho apresentado na reunião paralela realizada pela Via Campesina durante a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO, Porto Alegre-RS, entre 7 e 10/03/2006.

_____. BR 163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. IN: TORRES, Maurício (Org.). *Amazônia Revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: CNPQ, 2005.

_____. *Agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1990.

OLIVERIA, Ariovaldo U. de e MARQUES, Marta I. M. (Orgs). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Visões do Brasil*. CPDOC/FGV, 2005. Disponível no Site http://www.cpdoc.fgv.br/nav_gv/htm/6Cenario_socio_cultural/Visoes_do_Brasil.asp. Acesso em 02/02/2008.

PEDRÃO, Fernando C. O extrativismo e a periferia da produção. *História Econômica & história das empresas*, São Paulo, v. IV, n. 2, p. 35-64, 2001. Site www2.cofecon.org.br/corecon-ba/docs/extrat1.doc. Acesso em 31/01/2008.

PEREIRA, Franz Kreuther. *Painel de Lendas & e Mitos da Amazônia*. Trabalho premiado no concurso “Folclore Amazônico 1993” (1º lugar), da Academia Paraense de Letras. Belém/PA, 2001.

PEREIRA, José de Lima. Os rumos da economia do setor primário no oeste do Pará. *Revista Economia Amazônia*, Novembro de 2000, ano II, n. 2. Edição: Faculdades Integradas do Tapajós.

_____. Análise de cenários da economia agrícola de Santarém no Oeste do Estado do Pará. GT-Economia. Prefeitura Municipal de Santarém – SEPLAM, 13/01/2004.

_____. Análise de cenários: balanço da economia de Santarém (Pará) em 2003. Santarém: Via Amazônica (edição de 09/01/2004), www.viamazonica.com.br; Jornal o Estado do Tapajós (edição de 13/01/2004) e Belém: Jornal O Liberal (edição de 13/01/2004).

PEREIRA, José Carlos Matos. *Importância e significado das cidades médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA)*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA/UFPA, 2004.

PINHO FILHO, Ernesto. *Amazônia entre contrastes*. Belém: Mitograph, 1979.

PINTO, Lúcio Flávio. *União e Estado: culpa compartilhada*. Revista PUCVIVA Especial, Abril de 2005.

PÓVOA NETO, Hélión. Migrações Internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual – novos desafios para a análise. *Revista Experimental*, no 2, pp. 11-24, Março, 1997.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Fev/1979, seleção de textos no. 6.

- _____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- _____. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM. Secretaria de Planejamento Municipal (SEPLAM). Grupo de Trabalho de Economia-Plano Diretor, Fevereiro de 2006.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN. Análise da economia santarena, 2006.
- _____. GEO-AMB: Informações Santarém, Fevereiro de 2006.
- _____. Coordenação de Desenvolvimento Urbano – CDU, Mapas de Santarém, Março de 2006.
- PROJETO PILOTO. Soja em Santarém-Pará 1996/97. Coordenação e Financiamento: Grupo Agrária (Joaquim Severino); Grupo Quincó (José Quincó).
- PUC/RIO. Geografia, estatística e o IBGE no contexto do Estado Novo: uma história gráfica. Site www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/10436_5.PDF. Certificação Digital nº 0510325/CA, pp. 85-101. Acesso em 03/02/2008.
- QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. *Os cinco sentidos*. Coleção Miguilim. São Paulo: Editora IBEP, 2004.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Do rural e do urbano no Brasil. IN: SZMRECSÁNYI, Tamás e QUEDA, Ariovaldo. *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. São Paulo: Nacional, 1976.
- RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: *Migrações Internas no Brasil*. Fortaleza, BNB/UFC, 1980.
- RAYMUNDO, Leticia de Oliveira. O Estado do Grão-Pará e Maranhão na nova ordem política pombalina: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e o Diretório dos Índios (1755-1757). Informes de Pesquisa. Almanack Brasiliense nº 03, maio 2006.
- ROCHA, Ibraim J. das M. Revista Âmbito Jurídico, 2008. Disponível no site <http://www.ambito-juridico.com.br>. Acesso em 20/03/2008.
- RODRIGUES, Roberto Martins. *A Amazônia paraense*. Belém: Kartón, 1982.
- RUFINO, Mauro Luis. O desafio da regularização fundiária nas áreas de várzea respeitando o uso múltiplo dos recursos naturais. PROVÁRZEA/IBAMA, 2007. Disponível no site <http://www.ibama.gov.br/provarzea>.
- SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia teórica. IN: *VIII Encontro nacional de Estudos Populacionais*. Anais, Vol. 3. São Paulo: ABEP, 1992, pp. 119-144.
- SANTOS, Emmanuel R. C. *À beira do rio e às margens da cidade: diretrizes e práticas de planejamento e gestão para a orla de Belém (PA)*. Belém, 2002.
- SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- _____. *Técnica, espaço e tempo*. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo razão e emoção. São Paulo, Hucitec, 1999.

_____. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Oti. *Belterra: a sua história*. Santarém/PA: Instituto Cultural Boanerges Sena, 2004.

SANTOS, Paulo Rodrigues dos. *Tupaiulândia*. Santarém: Gráfica Tiagão, 1999.

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Povos da Floresta – a quem pertence a terra? Cadernos SBPC, 59ª Reunião da SBPC. Belém, 2007. Site www.sbpnet.org.br. Acesso em 22/04/08, às 21h13hs.

SCHMINK, Marianne. Marco conceitual sobre gênero e conservação com base comunitária. Center for Latin American Studies, University of Florida, 1999. Site www.latam.ufl.edu/publications/merge/Case1. Acesso em 06/04/2006.

SEABRA, Odette C. de L. *Os meandros dos rios nos meandros do poder*. Tietê e Pinheiros - valorização dos rios das várzeas na cidade de São Paulo. São Paulo, 1987. Tese de Doutorado. FFLCH/USP.

SECRETO, Maria Verônica. Processos de trabalho, transformações produtivas e direitos sociais: a assistência familiar nos contratos dos soldados da borracha durante o governo Vargas. Acesso em 04/02/2008, às 16h25. Disponível no site www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/5/Maria_veronica_secreto.pdf.

SEMINÁRIO “A Expansão da Soja no Baixo Amazonas”, de 2 a 4 de dezembro de 2005. Centro de Formação Chico Roque, Município de Santarém, Estado do Pará. Realização FAOR/STTR/CEFTBAM/GTA/CNS/FASE.

SHANIN, Teodor. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações*. Estudos CEBRAP. Rio de Janeiro: Vozes, 1980, No 26, pp 41-80.

SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

SINGER, Paul. Economia política da urbanização. In: *Migrações internas: considerações teóricas sobre o estudo*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 29-60.

SILVA, Ma. Aparecida de M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

SORRE, Maximiliano. *Les Migrations des peuples*. Essai sur la mobilité géographique, Flammarion, Paris, 1955.

_____. *Geografia*. Organizador da coletânea: Januário Francisco Megale. São Paulo: Ática, 1984.

SOUZA, Márcio. Amazônia e modernidade. SCIELO - Estudos Avançados, vol. 16, nº 45. São Paulo: maio/agosto de 2002. Disponível no site <http://www.scielo.br>. Acesso em 05/02/2008.

_____. Amazônia: da tagarelice ao fato consumado. *Revista USP*, nº 13. Dossiê Amazônia, Março/Abril/Maio 1992.

STÉDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 2002.

SUSSUARANA, Felisberto. *Santarém antes da sua fundação*. Programa da Festa de Nossa Senhora da Conceição (PFNSC). Santarém, 1991.

TAPAJÓS, Dilton Rego. Parecer/INCRA/SR-30/PFE/R/2007. Processo No. 54501.006935/2006-81. Criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Itui em área de várzea, no Município de Santarém/PA, em 13 de abril de 2007.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TODARO, M. P. A model of labor migration and urban unemployment in less developed countries. *American Economic Review*, v. LIX, n. 1, Mar, 1969, 59:138-48.

TOLEDO, Carlos de A. A mobilização do trabalho nas lavras baianas. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia da FFLCH/USP, 2001.

_____. Modernização, mobilização e regionalização na Chapada Diamantina. Tese Doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 28/03/2008.

_____. O estudo da área no sentido da formação: uma geografia de um processo de modernização regional e de caráter contraditório. Texto produzido a partir do grupo de estudo no Labor, 2006.

TORRES, Maurício. Fronteira, um eco sem fim: considerações sobre a ausência do Estado e exclusão social nos municípios paraenses do eixo da BR-163. IN: TORRES, Maurício (Org). *Amazônia Revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: CNPQ, 2005.

TRECCANI, Girolamo Domenico. *Grilagem e Violência: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará*. Belém: UFPA, ITERPA, 2001.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. *Ribeirinhos da Amazônia: identidade e magia na floresta*. Revista Cultura Vozes. Petrópolis/RJ, Edição de março-abril, 1996.

_____. *Indicadores da sustentabilidade de comunidades ribeirinhas da Amazônia Oriental*. Dissertação de Mestrado em Ciências do Desenvolvimento e Agricultura. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, 1997.

VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas/SP: Autores Associados, 2003.

VELHO, Otávio G. *Frete de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia : expansão e decadência (1850 – 1920)*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. IN: *Anuário Antropológico*, 1987, pp. 11-73. Brasília/Rio de Janeiro, Edunb/Tempo Brasileiro.

ZIMMERMANN, Clóvis. A previdência rural brasileira no contexto das políticas públicas. Revista Espaço Acadêmico, Nº 48, Maio de 2005, p. 3. Site www.espacoacademico.com.br/048/48czimmermann.htm. Acesso em 18/05/2008, às 13h15min.

Sites Consultados:

CARGILL (www.cargil.com.br)

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento (www.conab.gov.br)

Governo do Estado do Pará (www.pa.gov.br)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (www.ibge.gov.br)

INCRA – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Nacional de Reforma Agrária

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia (www.inpa.gov.br)

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (www.inpe.gov.br)

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL: www.socioambiental.org.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário (<http://www.mda.gov.br>)

MMA – Ministério do Meio Ambiente.

Secretaria de Estado de Comunicação do Pará (<http://www.pa.gov.br/observatorio/index.asp>)

SIPAM (<http://www.sipam.gov.br>)

GLOSSÁRIO

AGRONEGÓCIO (*agribusiness*): é o conjunto de negócios relacionados à agricultura do ponto de vista econômico; divide-se em três partes: a) negócios agropecuários propriamente ditos (ou de “dentro da porteira”) que representam os produtores rurais sejam eles pequenos, médios ou grandes produtores; b) negócios à montante (ou “da pré-porteira”) aos da agropecuária, representados pela indústria e pelo comércio que fornecem insumos para os negócios agropecuários; c) negócios à jusante (ou “pós-porteira”), que são aqueles que compram os produtos agropecuários, os beneficiam, os transportam e os vendem para os consumidores finais (MDA, 2008).

ARRECADÇÃO DE TERRAS: obtenção de terras, por parte do INCRA para fins de reforma agrária, através dos seguintes instrumentos legais: desapropriação por interesse social; compra e venda; doação; alienação de terras públicas e outros. Qualquer que seja a forma de obtenção da terra, são obrigatórios estudos sobre sua viabilidade econômica e os recursos naturais do local, de modo a garantir que as famílias sejam assentadas em áreas que tenham condições de produzir e, a partir de seu trabalho, obter uma renda que garanta sustentabilidade ao assentamento (CEDEFES, 2008).

ARRENDATÁRIO: condição do produtor que toma as terras do estabelecimento em arrendamento mediante o pagamento de quantia fixa em dinheiro ou sua equivalência em produtos ou prestação de serviços (MDA, 2008). É a pessoa que explora imóvel rural, no todo ou em parte, mediante contrato escrito ou verbal, remunerando o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título com valor pré-determinado (Lei nº 5.868, 1972).

ATPF: Guia de autorização de Transporte de Produtos Florestais.

CADEIA DOMINIAL: é a identificação cartorial dos títulos atuais e anteriores até a origem do imóvel ou dos imóveis propostos para a desapropriação. Tal procedimento é essencial para a clara identificação da propriedade e instrução do processo de desapropriação (INCRA).

CADEIA PRODUTIVA: é o conjunto de componentes interativos, incluindo os sistemas produtivos, fornecedores de insumos e serviços, indústrias de processamento e transformação, agentes de distribuição e comercialização, além de consumidores finais de uma determinada família de produtos acabados (MDA, 2008).

CCIR: Certificado de Cadastro de Imóvel Rural.

COMMODITIES: são mercadorias agropecuárias (café, soja...), mineral (ouro...), financeira (dólar, euro) negociadas nas bolsas; no caso do Brasil, na bolsa de Valores do Futuro (BM&F).

CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO (CCU): documento formal assinado por cada assentado oficializando o seu direito ao uso de parcela do PA, também deveres e os compromissos que devem ser respeitados dentre estes: a participação de tarefas no assentamento, residir no local de trabalho, não desmatar indiscriminadamente, não ser elemento de perturbação para o bem (INCRA).

ENFITEUSE: contrato bilateral, de caráter perpétuo, em que por ato “intervivos” ou disposição de última vontade, o proprietário pleno cede a outrem o domínio útil de um trato de terras incultas ou de terreno destinado, a edificação, mediante o

pagamento de pensão ou foro anual em dinheiro ou em frutos (Código Civil, artigos 678 e 680). É o mesmo que aforamento (IBAPE/SP).

ESBULHO: privação total ou parcial da posse de quaisquer bens alheios, com ou sem violência ou fraude de terceiros (IBAPE/SP).

ESTRUTURA FUNDIÁRIA: é a maneira como está organizada a propriedade da terra e o tamanho dessas propriedades em um dado momento histórico.

FLONA (Floresta Nacional): é definida pelo SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) como sendo uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e que tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável, sendo permitida a permanência de população tradicional existente quando da sua criação (MDA, 2008).

FOREIRO: pessoa que possui o domínio útil do imóvel rural, através de constituição de um título de domínio, caracterizado como “carta de aforamento ou enfiteuse”(Lei nº 5.868, 1972).

GEORREFERENCIAMENTO: consiste na descrição do imóvel rural em seus limites, características e confrontações através de memorial descritivo (forma, dimensão e localização), bem como o levantamento das coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com precisão posicional fixada pelo INCRA, tal como no Art. 176, § 4º, da Lei 6.015/73, com redação dada pela Lei 10.267/01, a ser realizado por profissional habilitado e com a emissão da devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, por parte do CREA (ITERPA, 2007).

GRPU: Gerência de Patrimônio da União.

GLEBA: é a área de terra que não foi objeto de loteamento ou desmembramento.

GRILAGEM: apropriação ilícita de terras, muitas vezes por meio da expulsão de seus proprietários, posseiros ou índios, com posterior legalização do domínio mediante documentos falsos. O sujeito do ato de grilagem é o grileiro.

HECTARE: um hectare (HA) é uma unidade de medida agrária que corresponde a cem ares (um are corresponde a 100 m² ou a um hectômetro quadrado; um hectare também é equivalente a 10.000 m² ou a 0,01 km²) (DICIONÁRIO AURÉLIO, 2004; INMETRO, 2007; WIKIPEDIA, 2007).

IMÓVEL RURAL: Imóvel Rural para os fins de cadastro do Incra, é o prédio rústico, de área contínua, formado de uma ou mais parcelas de terra, pertencente a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizada em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agro-industrial, independente de sua localização na zona rural ou urbana do município, com as seguintes restrições: os imóveis localizados na zona rural do município cuja área total for inferior a 5.000m² não são abrangidos pela classificação de “Imóvel Rural” e não são objeto de cadastro; os imóveis rurais localizados na zona urbana do município somente serão cadastrados quando tiverem área total igual ou superior a 2 ha e que tenham produção comercializada (MDA, 2008).

LEGITIMAÇÃO: processo que define, entre as famílias selecionadas, aquelas que de vão compor o assentamento. É nesta fase que as listas dos (as) candidatos (as) selecionados (as), eliminados (as) e desistentes são tornadas públicas. A

legitimação é feita no município onde será criado o projeto de assentamento, em assembléia, com a participação dos interessados (as), de entidades estaduais, municipais e representantes dos trabalhadores. Com base nos critérios eliminatórios e classificatórios a equipe do INCRA elabora a lista dos potenciais beneficiários, respeitando o número de famílias indicado nos laudos de avaliação do imóvel (INCRA).

LÉGUAS: uma légua é igual a 3000 braças, 6.000 varas, 30.000 palmos, 240.000 polegadas, 660.000 centímetros, 6.600 metros (WIKIPEDIA, 2008).

MÓDULO RURAL: é uma unidade de medida expressa em hectares, que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico (INCRA, 2007).

“**Módulo rural** é a quantidade mínima de terras prevista no imóvel rural para que não se transforme em minifúndio; é a unidade fundamental da terra. Área inferior ao módulo chama-se *minifúndio*; a área superior é chamada de *latifúndio*. O *módulo rural* equivale à área da *propriedade familiar*, variável não somente de região para região, como também de acordo com o modo de exploração da gleba [...] o módulo rural no direito agrário brasileiro tem as seguintes características: 1) é uma medida de área; 2) é a área fixada para a propriedade familiar; 3) varia de conformidade com o tipo de exploração; 4) varia também de acordo com a região do país em que se acha localizado o imóvel rural; 5) implica um mínimo de renda, que deve ser identificada pelo menos com um salário mínimo; 6) a renda deve assegurar ao agricultor e a sua família não somente a subsistência, porém deve propiciar o progresso social e econômico; 7) é uma unidade de medida agrária que limita o direito de propriedade da terra rural”. O conceito módulo rural é usada desde o Estatuto da Terra (lei nº 4504/64) (ALBUQUERQUE FILHO...)

MÓDULO FISCAL: é a unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que embora não sejam predominantes são significativas em função da renda ou da área utilizada; conceito de propriedade familiar. O módulo fiscal serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, na forma da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, nos seguintes termos: Pequena Propriedade (imóvel rural de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais); Média Propriedade (imóvel rural de área superior a 4 e até 15 módulos fiscais). Serve também de parâmetro para definir os beneficiários do PRONAF (pequenos agricultores de economia familiar, proprietários, meeiros, posseiros, parceiros ou arrendatários de até quatro módulos fiscais) (INCRA, 2007).

OCUPANTE: condição do produtor que explora terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário), nada pagando pelo seu uso (MDA, 2008).

ORDENAMENTO FUNDIÁRIO: conjunto de ações para o gerenciamento e a regularização da estrutura fundiária, como a titulação de posseiros, a destinação de terras públicas, o georeferenciamento de imóveis, a discriminação e arrecadação de terras devolutas, a regularização e titulação de quilombolas e a gestão do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (INCRA).

PARCEIRO: condição do produtor que explora o estabelecimento de terceiros em regime de parceria mediante contrato verbal ou escrito do qual resulta a obrigação de pagamento ao proprietário, de um percentual da produção obtida (MDA, 2008).

POSSE: para a CPT (Comissão Pastoral da Terra) o conceito de posse não está ligado ao conceito juridicamente estabelecido. Refere-se a qualquer forma de posse (posse, propriedade ou ocupação da terra); refere-se à violência sofrida pelos trabalhadores que de alguma forma tenham a posse de uma determinada área (MDA, 2008).

REFORMA AGRÁRIA para o Estatuto da Terra é o conjunto de medidas que visem a promover a melhor *distribuição* da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e aumento de *produtividade* (Lei nº 4.504/64, art. 1º, § 1º). Ariovaldo Umbelino de Oliveira o refere à assentamentos decorrentes de ações desapropriatórias de grandes propriedades improdutivas, compra de terra e retomada de terras públicas griladas, de acordo com a Lei. (OLIVEIRA, 2006, pp.8-9).

REASSENTAMENTOS FUNDIÁRIOS de famílias atingidas por barragens: referem-se a proprietários ou com direitos adquiridos em decorrência de grandes obras de barragens e linhas de transmissão de energia realizadas pelo Estado e/ou empresas concessionários e/ou privadas. (OLIVEIRA, 2006, pp.8-9).

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: reconhecimento do direito das famílias – populações tradicionais, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, posseiros, etc., já existentes nas áreas objeto da ação (flona, resex, agroextrativista, desenvolvimento social, fundo de pastos etc.) (OLIVEIRA, 2006, pp. 8-9).

Regularização Fundiária: levantamento ocupacional e cadastramento em áreas de posse de terras públicas. As posses de produtores familiares na terra firme com até 100 hectares devem ser regularizadas em caráter prioritário pelo Poder Público, com a possibilidade de inclusão em novos assentamentos rurais. No caso de posses acima de 100 hectares (até o limite de 2.500 hectares, conforme o artigo 188 da Constituição Brasileira), a regularização fundiária será baseada na política de destinação de terras públicas do Governo Federal, levando em consideração as recomendações do Zoneamento Ecológico-Econômico. Nas áreas de várzea, as ações de regularização fundiária devem envolver a concessão de uso, mediante a elaboração de planos de manejo dos recursos naturais.

REORDENAÇÃO FUNDIÁRIA: trata-se da substituição e/ou reconhecimento de famílias presentes nos assentamentos já existentes (OLIVEIRA, 2006, pp. 8-9).

RESEX (Reserva Extrativista): são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações tradicionais. Em tais áreas é possível materializar esse tipo de desenvolvimento, equilibrando interesses ecológicos de conservação ambiental, com interesses sociais de melhoria de vida das populações que ali habitam (MDA, 2008).

TAC: Termo de Ajuste de Conduta.

TERRAS DISCRIMINADAS: terras que já foram delimitadas e registradas nos competentes cartórios de registro imobiliário em nome da União (TORRES, 2005, p. 293).

TERRAS DEVOLUTAS: são todas aquelas que, pertencentes ao domínio público de qualquer das entidades estatais, que não se acham utilizadas pelo Poder Público,

nem destinadas a fins administrativos específicos. São bens públicos patrimoniais ainda não utilizados pelos respectivos proprietários (MEIRELES, 1976).

TERRAS DEVOLUTAS: imóveis incluídos entre os bens públicos, pertencentes ao patrimônio das pessoas jurídicas de direito público interno, que pertencem ao seu patrimônio por atribuição constitucional, que ainda não foram devidamente identificadas, delimitadas e incorporadas ao seu patrimônio, não estando aplicada a um uso público, mas que são objeto de direito real, se incluindo entre os bens públicos de natureza dominical, que não são passíveis de usucapião, mas são alienáveis na forma da Lei (ROCHA, 2008).

USUCAPIÃO: “aquele que, por 15 anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis” (Código Civil, artigo 1.238).

VÁRZEA: é um fenômeno natural que sofre influências de fatores hidrográficos, climáticos, edáficos e florístico. Os terrenos de várzea são áreas marginais inundadas periodicamente, todo ano, pelas águas dos rios, lagos, igarapés, paranás e furos, entretanto, nem toda área marginal das correntes de água é várzea. A várzea possui duas fases distintas, porém interligadas e dependentes uma da outra: vazante e enchente. Portanto, trata-se de um sistema híbrido (TAPAJÓS, 2007).

ZONA DA EXPANSÃO: é aquela que se reserva em continuação a área urbanizada, para receber novas construções e serviços públicos possibilitando o normal crescimento de cidades e vilas. Essas zonas, ainda que na área rural, devem ser desde logo delimitadas pelo Município e submetidas às restrições urbanísticas do Plano Diretor e às normas do Código de Obras para as suas edificações e traçado urbanos (CDU/STM, 2007).

ZONA URBANA: é aquela instituída ou alterada por lei Municipal, e o prefeito deverá comunicar o fato ao INCRA, juntando cópia do texto legal, para que providencie a exclusão do lançamento do ITR, a partir do exercício seguinte, e que os imóveis por ela abrangidos estarão sujeitos ao IPTU (CDU/STM, 2007).

GLOSSÁRIO (BORRACHA)

ADJUNTO: ajuda mútua entre os seringueiros no processo produtivo.

AVIAR: fornecer mercadoria a alguém em troca de outro produto.

BARRACÃO: sede administrativa e comercial do seringal. Era onde o seringalista morava.

BRABO: novato no seringal que necessitava aprender as técnicas de corte e se aclimatar à vida amazônica.

CAÇADORES: abastecia o seringalista com carne de caça.

CASAS AVIADORAS: um grande estabelecimento comercial que comprava o gênero (látex) e vendia de tudo (Melo, 1988).

CAIXEIRO: coordenava os armazéns de viveres e dos depósitos de borracha.

COLOCAÇÃO: era a área do seringal onde a borracha era produzida. Nesta área, localizava a casa do seringueiro e as "estradas" de seringa. Um seringal possuía várias colocações.

COMBOIEIROS: responsáveis de levar as mercadorias para os seringueiros e trazer a borracha ao seringalista.

ESCAMBO: era usual nas relações de troca e as negociações eram efetuadas, em sua maioria, sem a intermediação do dinheiro. Era baseado no endividamento prévio e contínuo do seringueiro com o patrão, a começar pelo fornecimento das passagens. Antes mesmo de produzir a borracha, o patrão lhe fornecia todo o material logístico necessários à produção da borracha e à sobrevivência do seringueiro. Portanto, já começava a trabalhar endividado. Nessas condições, era quase impossível o seringueiro se libertar do patrão.

GAIOLA: navio que transportava nordestino de Belém ou de Manaus aos seringais ACREANOS.

GERENTE: "braço-direito" do seringalista, inspecionava todas as atividades do SERINGAL.

GUARDA-LIVROS: responsável por toda a escrituração no barracão, ou seja, registrava tudo o que entrava e saía.

MATEIRO: identificava as áreas da floresta que continha o maior número de seringueiras.

MEEIRO: seringueiro que trabalhava para outro seringueiro, não se vinculando ao seringalista.

SERINGAL: trecho de terra onde se localizavam as seringueiras e que o explorador se apossava (Melo, 1988); unidade produtiva de borracha. Local onde eram travadas as relações sociais de produção (Carneiro, 2007).

SERINGALISTA (coronel de barranco): dono do seringal, recebiam financiamento das Casas Aviadoras.

SERINGUEIRO: produtor direto da borracha, era quem extraia o látex da seringueira e formavam as pélas de borracha.

REGATÃO: negociantes fluviais que vendiam mercadorias aos seringueiros a um preço mais baixo que os do barracão.

SISTEMA DE AVIAMENTO: cadeia de fornecimento de mercadorias a crédito, cujo objetivo era a exportação da borracha para a Europa e EUA. No primeiro boom, não sofreu regulamentações por parte do governo federal.

TOQUEIRO: Abriam as "estradas".

VARADOURO: pequenas estradas que ligam o barracão às colocações; as colocações entre si; um seringal a outro e os seringais às sedes municipais. Através desses trechos passavam os comboios que deixavam mercadorias para os seringueiros e traziam pélas de borracha para o barracão.

Fontes:

CARNEIRO, Eduardo. A Borracha no Acre: a nossa história. CARNEIRO, Eduardo. A Borracha no Acre - a nossa história, 2007. Disponível no site www.historianet.com.br. Acesso em 22/05/2008.

MELO, Hélio. História da Amazônia: de seringueiro para o seringueiro. Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, Gráfica Amazônica Ltda., 1988.